



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**KLEIANE BEZERRA DE SÁ**

**COERÊNCIA E ARTICULAÇÃO TÓPICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE  
REDAÇÕES DO ENEM**

**FORTALEZA**

**2018**

KLEIANE BEZERRA DE SÁ

**COERÊNCIA E ARTICULAÇÃO TÓPICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE  
REDAÇÕES DO ENEM**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Linguística.

Linha de pesquisa: Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S1c      SÁ, KLEIANE BEZERRA DE  
COERÊNCIA E ARTICULAÇÃO TÓPICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE REDAÇÕES DO ENEM /  
KLEIANE BEZERRA DE SÁ. – 2018.  
260 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2018.

Orientação: Profª. Dra. MÔNICA MAGALHÃES CAVALCANTE.

1. COERÊNCIA. 2. TÓPICO DISCURSIVO. 3. REDAÇÃO DO ENEM. 4. ENSINO. I. Título.  
CDD 410

---

KLEIANE BEZERRA DE SÁ

COERÊNCIA E ARTICULAÇÃO TÓPICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE  
REDAÇÕES DO ENEM

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Linguística.  
Área de concentração: Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização.

Aprovada em 18/05/2018.

---

Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Profa. Dra. Vanda Maria Elias

Universidade Estadual Paulista- UNESP

---

Prof. Dr. Valdinar Custódio Filho

Universidade Estadual do Ceará - UECE

---

Profa. Dra. Mariza Angélica Paiva Brito

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

---

Profa. Dra. Mônica de Souza Serafim

Universidade Federal do Ceará – UFC

## DEDICATÓRIA

Dedico a vitória que este trabalho encerra a Deus, Senhor absoluto da minha vida, e à Nossa Senhora de Fátima, Mãe celestial que sempre está presente me guiando e me protegendo.

Dedico este grau de Doutora aos meus pais, Sebastião e Antonia, meus mais preciosos tesouros nesta terra. A vocês, dedico toda a minha vida e todo o meu amor.

Dedico este trabalho à minha família, que nasceu junto com ele. Ao meu esposo Gledson, por todo incentivo, amor e compreensão. E à Kyra (*in memoriam*), nossa filha de quatro patas, que sopesou o trajeto de apreensões com a leveza de sua presença e que soube tornar nossas vidas extraordinárias com a sua kyraterapia. Vocês preencheram de sentido todos os momentos desta jornada: as idas para as aulas, para a Biblioteca, para as reuniões do Protexito, para a Qualificação, para os Seminários de Pesquisa II, para congressos, para o estágio no exterior. Suportaram juntos minhas ausências e me receberam com gestos de amor a cada regresso. Vocês dois e quem mais vier serão, para sempre, minhas inspirações para me sentir feliz e em paz.

## AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela implementação da bolsa de estudos durante meu curso de Doutorado e por ter sido a instituição de fomento do estágio no exterior, por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior.

À UFC, instituição responsável por minha formação profissional e acadêmica da qual honrosamente faço parte há mais de uma década, desde a graduação em Letras, até a pós-graduação, no Mestrado e, agora, no Doutorado.

Ao PPGL, pelo compromisso dos docentes em oferecerem excelência na formação de mestrandos e doutorandos em Linguística, e pela competência dos profissionais da secretaria. De modo especial agradeço ao Eduardo Xavier, pela distinção com que desenvolve seu trabalho.

À SEDUC- CE, pela concessão do afastamento durante o período do curso, fator determinante para minha dedicação exclusiva à pesquisa.

À Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante, pela irretocável orientação desta tese, que suplantou os limites da pesquisa. Nesta caminhada, amparou limitações, acolheu inseguranças e me fez enxergar o valor das propostas de estudo que esta tese contempla. Relatei-lhe, certa vez, que a imagem que simboliza nossa relação de orientadora-orientanda é a de mãos sobrepostas preenchendo o tracejado de uma tarefa pueril. Sua mão, revestida de seriedade e de rigor acadêmico, mas de paciência, de compreensão, de gentileza e, sobretudo, de amor, conduziu-me até este momento. Devolhe a finalização e o sucesso deste empreendimento. Sou-lhe infinitamente grata pela oportunidade do convívio e pelos aprendizados nele alicerçados.

À Profa. Dra. Maria Antónia Coutinho, que me acolheu na Universidade Nova de Lisboa, em Lisboa-Portugal, durante os quatro meses de estágio vinculado ao Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior.

À Profa. Dra. Rosalice Pinto, sou grata pelo acolhimento durante o estágio no exterior e, especialmente, pelo intermédio na comunicação com Michel Charolles, em Paris, ocasião em que tive oportunidade de conhecer pessoalmente o autor de uma das propostas mais produtivas para a análise da coerência.

Aos professores participantes da banca examinadora no momento da qualificação do projeto de tese, Profa. Dra. Ana Célia Clementino Moura e Prof. Dr. Valdinar Custódio Filho, pelo tempo disponibilizado e empenho na apresentação de

colaborações e de sugestões ao trabalho, que foram implementadas na continuidade da pesquisa quase que integralmente, o que revela a competência e o compromisso dos examinadores no aprimoramento das pesquisas e no amadurecimento dos pesquisadores em formação.

Ao Prof. Valdinar, agradeço ainda pela atenta apreciação da tese em andamento por ocasião dos Seminários de Pesquisa II, momento em que fui apresentada com o parecer do trabalho, que me serviu de guia para o refinamento e conclusão da pesquisa.

À Profa. Dra. Vanda Maria Elias, Profa. Dra. Ana Célia Clementino Moura e Profa. Dra. Mônica Serafim, pelo pronto atendimento ao nosso convite para compor a Banca de Defesa e pelas inestimáveis contribuições a esta pesquisa.

Ao Protexito, agradeço pelo espaço harmonioso de convivência e de profundas discussões. O altruísmo e competência de seus membros imprimiram no grupo suas marcas, a começar por suas lideranças, Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante e Profa. Dra. Mariza Angélica de Paiva Brito. De modo especial, sou grata à minha querida amiga Sâmia Araújo, por ter-me aberto as portas ao convívio com seres humanos iluminados.

Aos meus pais, Sebastião e Antonia, por atualizarem o que diz a sabedoria popular sobre a educação ser a maior herança que pais podem deixar aos filhos. O incentivo aos estudos esteve continuamente presente na minha vida e na de meus irmãos, Klinger e Klênio, nos incontáveis “noves fora” que fazíamos ao chegar da escola, nas dolorosas despedidas, na rodoviária de nossa cidade, quando fizeram das tripas coração para alçarmos voo em busca de prosseguir com os estudos em outra localidade e, especialmente, no dia de hoje, em que vibram com a concretização desta conquista.

Ao Klênio, meu irmão mais novo, minha gratidão por ter sido meus braços e minhas pernas durante muitos momentos do curso. À Larissa, gratidão pelas boas vibrações e palavras de incentivo.

Ao Klinger, meu irmão mais velho, à Simone e à Lavínea, meu agradecimento pelos momentos de partilha familiar, que revitalizam as forças para continuar a caminhada.

Ao Edmar, Dona Glaita e Juliana, D. Rita e Seu Lourival, minha segunda família, sou grata pelo acolhimento a mim, que é extensivo aos meus familiares, a meus amigos e a meus sonhos. Gratidão por serem fortaleza, incentivo, torcida, oração.

Ao meu esposo, Gledson, muito obrigada por ter me acompanhado com paciência, atenção e compreensão, revelando-me a certeza de que todos os dias em que compartilho de sua presença são os melhores.



*Andá com fé eu vou  
Que a fé não costuma faiá...*

Gilberto Gil

## RESUMO

Este trabalho, pertencente à área da Linguística Textual, tem como objetivo redimensionar os fatores que definem a coerência, tendo em vista aspectos pragmático-discursivos e semânticos das noções de tópico discursivo e de estratégias de articulação tópica, a partir da análise de redações do Enem. Partindo das discussões em torno da definição de coerência, reconsiderando-a numa dimensão sociocognitiva e discursiva, este trabalho estabelece relações entre os aspectos de textualidade da coerência - continuidade, progressão, articulação e não contradição - e as noções de tópico discursivo e de coesão, aqui analisada apenas na articulação de tópicos e de subtópicos no processo interpretativo da coerência. Reconhecendo a relevância de se tentar estabelecer relações teóricas entre a descrição da coerência, a coesão e a descrição do tópico discursivo, e tendo em vista que princípios de textualidade não podem ser avaliados sem a consideração das características das práticas discursivas dos gêneros, são analisadas 27 redações que integram o caderno de treinamento de corretores do Enem, das edições de 2013, 2014 e 2015, a fim de elaborar um quadro de critérios em que esses parâmetros analíticos se articulem, conjugados ao contexto de produção e de avaliação do Enem. Investiga-se a hipótese de que é possível e pertinente relacionar a coerência e a coesão à análise da organização tópica, a fim de articular os parâmetros de avaliação dos aspectos textuais em redações do Enem. Essa proposta de quadro avaliativo dos aspectos textuais pode beneficiar os candidatos do Enem e colaborar para a formação de professores que lidam com o desenvolvimento da habilidade de reconhecimento da organização de ideias nos textos e de compreensão dos mecanismos articulatórios que viabilizam a manutenção e a progressão dos tópicos e subtópicos.

**Palavras-chave:** Coerência. Tópico discursivo. Coesão. Redação do Enem.

## ABSTRACT

This paper belongs to the Textual Linguistics area and aims to reshape the defining factors of coherence taking into consideration pragmatic-discursive and semantic aspects from the discursive topic concepts and from the topic articulation strategies by analyzing Enem essays. Starting with discussions around the definition of coherence, reconsidering it in a sociocognitive and discursive dimension, this work establishes connections between the textual aspects of coherence – continuity, progression, articulation and non-contradiction – and the concepts of discursive topic, cohesion and topic articulation mechanisms. Therefore, it is proposed that the analysis of coherence in Enem essays genre should be taken in a broad sense, articulated with the discursive topic and cohesion concepts. Recognizing the relevance of trying to establish theoretical connections between the description of coherence, the cohesion and also the description of the discursive topic, and considering that textual principles cannot be evaluated apart from the genre discursive practices characteristics, 27 essays belonging to the corrector training notebook, from 2013, 2014 and 2015 editions, will be analyzed in order to elaborate a criteria framework in which these analytical parameters can be articulated, combined to Enem's production and evaluation context. We explore the hypothesis that it is possible and pertinent to relate coherence and cohesion to the topic organization analyses, in order to articulate the evaluation parameters of textual aspects in Enem essays. This evaluative framework of textual aspects proposal can benefit Enem candidates and collaborate to the qualification of teachers who deal with the development of abilities to recognize the construction of ideas in texts and comprehension of articulatory mechanisms that enable the maintenance and progression of topics and subtopics.

**Key words:** Coherence. Discursive topic. Cohesion. Enem essays.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Esquema da narrativa .....	28
Figura 2. Quadro t3pico do texto T14-2014.....	85
Figura 3. Plano hier3rquico de organiza33o t3pica.....	93
Figura 4. Organiza33o hier3rquica envolvendo supert3pico .....	94
Figura 5. Quadro t3pico.....	95
Figura 6. Proposta de reda33o do Enem 2013 .....	133
Figura 7. Proposta de reda33o do Enem 2014 .....	135
Figura 8. Proposta de reda33o do Enem 2015. ....	137
Figura 9. Proposta de an3lise.....	152

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Quadro t3pico da reda33o T04-2013 .....	89
Quadro 2. Quadro t3pico da reda33o T08-2013 .....	91
Quadro 3. Categorias de an3lise .....	143
Quadro 4. Quadro t3pico da reda33o T01-2013 .....	161
Quadro 5. Quadro t3pico da reda33o T02-2013 .....	168
Quadro 6. Quadro t3pico da reda33o T05-2013 .....	177
Quadro 7. Quadro t3pico da reda33o T10-2014 .....	184
Quadro 8. Quadro t3pico da reda33o T13-2014 .....	190
Quadro 9. Quadro T3pico da reda33o T17-2014.....	198
Quadro 10. Quadro t3pico da reda33o T19-2015 .....	205
Quadro 11. Quadro t3pico da reda33o T25-2015 .....	212
Quadro 12. Quadro t3pico da reda33o T27-2015 .....	222

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	15
2.	PRIMEIRO PILAR: COERÊNCIA .....	25
2.1	Revisitando a noção de coerência .....	26
2.2	Metarregras de coerência.....	46
2.2.1	<i>Continuidade</i> .....	51
2.2.2	<i>Progressão</i> .....	52
2.2.3	<i>Não contradição</i> .....	55
2.2.4	<i>Articulação</i> .....	56
3.	SEGUNDO PILAR: ARTICULAÇÃO TÓPICA E SEUS MECANISMOS.....	62
3.1	Tópico discursivo .....	63
3.1.1	<i>Propriedade tópica: contração</i> .....	71
3.1.2	<i>Propriedade tópica: organicidade</i> .....	78
3.2	Mecanismos coesivos de articulação tópica .....	96
3.2.1	<i>Mecanismos de articulação tópica</i> .....	97
3.2.1.1	<i>Marcadores discursivos</i> .....	98
3.2.1.2	<i>Formas referenciais</i> .....	99
3.2.1.3	<i>Formulações metadiscursivas</i> .....	103
3.2.1.4	<i>Perguntas</i> .....	104
3.2.2	<i>Modalidades de coesão: referencial e sequencial</i> .....	107
3.2.2.1	<i>Coesão referencial</i> .....	108
3.2.2.2	<i>Coesão sequencial</i> .....	109
3.2.3	<i>Mecanismos coesivos de articulação tópica no processo interpretativo da coerência</i> .....	110
4.	TERCEIRO PILAR: CONTEXTUALIZAÇÃO DO GÊNERO REDAÇÃO DO ENEM .....	118
4.1	Contexto amplo do Enem .....	119
4.2	Contexto situacional do Enem .....	123
5.	ENTRECRUZAMENTO DAS METARREGRAS DE COERÊNCIA COM AS PROPRIEDADES DO TÓPICO DISCURSIVO E COM COESÃO EM REDAÇÕES DO ENEM .....	140
5.1	Aspectos metodológicos .....	140
5.1.1	<i>Constituição do corpus</i> .....	140
5.1.2	<i>Categorias de análise</i> .....	143
5.1.3	<i>Procedimentos de análise</i> .....	147

<b>5.2</b>	<b>Resultados e discussão .....</b>	<b>153</b>
<b>5.2.1</b>	<b><i>Análise da coerência em redações do Enem 2013 .....</i></b>	<b><i>154</i></b>
<b>5.2.2</b>	<b><i>Análise da coerência em redações do Enem 2014 .....</i></b>	<b><i>178</i></b>
<b>5.2.3</b>	<b><i>Análise da coerência em redações do Enem 2015 .....</i></b>	<b><i>199</i></b>
<b>6.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>224</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>228</b>
	<b>ANEXOS: TRANSCRIÇÃO DAS REDAÇÕES DO ENEM 2013 .....</b>	<b>233</b>
	<b>TRANSCRIÇÃO DAS REDAÇÕES DO ENEM 2014 .....</b>	<b>241</b>
	<b>TRANSCRIÇÃO DAS REDAÇÕES DO ENEM 2015 .....</b>	<b>250</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Múltiplos são os olhares a respeito da constituição dos sentidos por meio da coerência, questão de grande relevância no âmbito da Linguística Textual (LT), disciplina que tem como interesse, dentre tantos outros, a compreensão dos sentidos dos textos. Os esforços para conceituar coerência, estudada em intrínseca relação com os conceitos de texto e de contexto, estão presentes desde os primeiros estudos da área.

No âmbito dos estudos da Linguística, constatamos que o seu objeto de estudo é a linguagem; já no domínio da LT<sup>1</sup> é o texto. Segundo Cavalcante e Custódio Filho (2010), essa constatação pode camuflar a informação mais importante de que, na realidade, a investigação sobre a linguagem e sobre textos tem por objetivo principal abordar a temática dos sentidos. Conforme os autores, o esforço da Linguística reside na “busca por desvendar as relações entre as formas e os sentidos, além de sua relação com a mente e com os aspectos contextuais, que está na raiz de quase todas as teorias linguísticas” (CAVALCANTE E CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 57).

Reconhecendo que os estudos sobre a linguagem e sobre textos têm por objetivo principal abordar a temática dos sentidos, naturalmente incluímos a coerência no escopo dos sentidos. No desenvolvimento da LT, observamos que a coerência passou por considerações de diversos autores, que a apresentaram sob distintos enfoques: van Dijk (1977) defendeu um conceito de coerência sob uma perspectiva cognitivista; o estudo de Charolles (1978) propôs que a coerência se constituiria a partir de quatro metarregras, visão adotada e adaptada por Costa Val (2006); as pesquisas de Beaugrande e Dressler (1981) analisaram sete fatores de textualidade, dentre eles a coerência como a unidade semântica de um texto e a coesão como a unidade formal, evidenciada por elos coesivos. Em 1997, Beaugrande reavalia todos esses fatores, numa perspectiva sociocognitiva, como princípios de textualidade.

No Brasil, os estudos sobre coerência, como o de Koch e Travaglia (2008) e inúmeros outros de Marcuschi e de Koch, têm trazido contribuições inquestionáveis para a compreensão do texto como unidade de coerência, na medida em que buscam defini-la a partir da apresentação de uma série de aspectos e traços semânticos, cognitivos e pragmáticos.

---

<sup>1</sup> Pode parecer que procuramos estabelecer uma oposição entre Linguística e LT, mas não se trata disso. O que queremos evidenciar é a sobreposição da Linguística à LT, de modo que, nesta, a linguagem é investigada a partir do texto.



Na esteira dos estudos sobre coerência, o livro de Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), membros do grupo de estudo Prottexto<sup>2</sup>, retomou a discussão em torno da definição desse conceito, reconsiderando-a numa dimensão sociocognitiva e discursiva – esta é também a perspectiva assumida no presente trabalho.

Os autores afirmam que a coerência surge, inicialmente, da percepção de uma unidade negociada de sentido, a qual está diretamente condicionada à intenção argumentativa do locutor e à coparticipação do interlocutor, o qual é membro ativo da construção da coerência ao fazer esforços cognitivos exigidos pelo contexto para compreensão de um texto. A construção da coerência é orientada por várias indicações deixadas na superfície do texto, que se integram a um vasto conjunto de conhecimentos compartilhados, os quais são adquiridos por meio de experiências no mundo e do contato com as mais variadas fontes de informação que recebemos. Por serem determinados culturalmente, tais conhecimentos têm um caráter sócio-histórico, por isso se fala atualmente em um estatuto sociocognitivo e discursivo do texto e de sua coerência.

Alguns estudos têm contribuído para uma ampliação do conceito de coerência ao relacioná-la ao tópico discursivo, conforme verificamos em Pinheiro (2003), Alencar (2009) e Garantizado Júnior (2011). Na pesquisa de Pinheiro, que assume diversos pressupostos funcionalistas, encontramos uma investigação que envolve a integração de fatos formulativos e interacionais, na construção do texto, a partir da análise da sua organização tópica, considerando o tópico discursivo como categoria analítica.

A análise da organização tópica empreendida pelo autor leva em consideração a identificação e delimitação de segmentos tópicos e dos procedimentos pelos quais esses segmentos se distribuem na linearidade do texto e se recobrem hierarquicamente. A articulação tópica se constitui a partir do modo como os segmentos tópicos, no nível intertópico, e os enunciados que compõem esses segmentos, no nível intratópico, relacionam-se entre si.

Em nossa investigação, não adotamos a mesma orientação metodológica de eleger o segmento tópico, manifestado na superfície linear do contexto, como objeto de

---

<sup>2</sup> O grupo de pesquisa Prottexto atua na linha de pesquisa Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização do Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará e desenvolve alguns temas correlacionados que giram em torno das noções de referência, intertextualidade, argumentação, psicanálise, texto, discurso e gênero do discurso.

análise. Nosso objeto de análise é a coerência textual como um todo, que envolve aspectos semântico-pragmáticos, discursivos (pelas condições de produção e recepção do texto em contextos sócio-históricos) e coesivos (pelas articulações entre as unidades e subunidades tópicas de um texto).

Notamos que, em Pinheiro (2003), essa articulação é observada linguisticamente, na materialidade do contexto, mas relacionada a aspectos semântico-pragmáticos, a que o autor chama de textual-discursivos. O autor analisa marcas de articulação entre tópicos e subtópicos e denomina escolhas lexicais e estruturais de “estratégias textual-interativas de articulação tópica”.

Buscamos defender que os mecanismos de articulação tópica equivalem a muitas das estratégias de coesão, e que a coesão, sendo mais do que o emprego de elos coesivos, compreende aspectos textual-interativos. Nesta investigação, tomamos coesão como a “relação” de que fala Charolles (1978); ou como a “articulação”, conforme foi nomeada por Costa Val (2006). Assim, a coesão estaria imbricada na coerência e, mais que isso, seria uma das metarregras de coerência. Aqui, também buscamos relacionar os traços definidores do tópico discursivo às metarregras de coerência.

Pinheiro (2003) considerou a articulação tópica como uma estratégia de formulação textual que apresenta demandas pragmáticas e descreveu mecanismos de articulação tópica pelos quais ela se atualiza em diferentes usos da língua, analisando-os como fatos textual-interativos. A base teórica de sua pesquisa se fundamenta nos postulados da Pragmática e da Linguística Textual numa perspectiva textual-interativa. Nossa pesquisa adota outros pressupostos que vão em uma direção sociocognitiva e discursiva do texto como unidade de comunicação e de sentido que envolve a imbricação de aspectos contextuais mais amplos.

Já a pesquisa de Alencar (2009), fundamentada em Pinheiro (2003), apresentou uma análise da organização tópica das dissertações de alunos do Ensino Médio, sob a perspectiva da LT, com o objetivo principal de investigar as dificuldades dos alunos para estruturarem seus textos de forma coerente e com argumentação válida para defesa das ideias apresentadas. A investigação se desenvolveu no sentido de elucidar se problemas ligados à argumentação dos textos dos educandos estariam relacionados a dificuldades de manutenção do tópico geral e de desenvolvimento desse tópico através de subtópicos, através de adequada articulação. Alencar (2009) aliou, nesta perspectiva, os estudos da sequência argumentativa com as pesquisas sobre o

tópico discursivo, por perceber a estreita ligação entre desenvolvimento tópico e sequência argumentativa.

Alencar pesquisou em que medida as deficiências dos alunos com as operações de manutenção, desenvolvimento e articulação dos tópicos se relacionavam com o desenvolvimento da sequência argumentativa, bem como com a quebra de sentido do texto. A autora utilizou, em sua pesquisa, redações dissertativo-argumentativas de estudantes do ensino médio e constatou problemas de textos mal estruturados e desenvolvidos de modo inadequado, realidade que pode afetar o desempenho dos alunos em diversas práticas discursivas.

Alencar (2009) concluiu que o estudo do tópico discursivo pode favorecer a estruturação e a organização de partes de unidade de conteúdo de um texto, uma vez que contribui para o desenvolvimento da coerência textual. Essa análise confirmou a relação entre o tópico discursivo e sequência textual (narrativa, argumentativa, etc.). Assim, a sequência textual de base interfere na configuração do quadro tópico. Essa constatação é importante nesta tese, na medida em que consideramos que a organização e o desenvolvimento desses quadros podem contribuir para o estabelecimento do sentido do texto.

Em seus estudos, Garantizado Júnior (2011) considerou que o tópico discursivo pode contribuir para a constituição da coerência/coesão em textos dissertativos. Em seu trabalho, a noção de tópico discursivo foi relacionada aos objetos de discurso construídos mediante modos de enunciação sociocognitivamente situados. O argumento utilizado pelo autor teve base em Marcuschi (2000), defensor da ideia de que, quando usamos a língua para enunciar, não estamos apenas transformando objetos do mundo em objetos de discurso, mas estamos produzindo objetos de discurso. É, sobretudo, a articulação desses referentes que vai tornar coeso e coerente determinado texto.

Contudo, essa ideia não deve ser atribuída prioritariamente a Marcuschi (2010), uma vez que autores como Apothéloz, Kleiber, Charolles, Berrendoner, Reichler-Béguelin e Chanêt já se dedicavam a questões ligadas à referenciação, tomada como atividade de construção de “objetos-de-discurso” desde 1990, época em que houve o fortalecimento da tendência sociocognitivista. E, no âmbito da LT, a ideia da produção de objetos de discurso foi mais solidamente inaugurada por Mondada e Dubois (2003).

Garantizado Júnior (2011) propôs um aprofundamento da relação entre tópico discursivo e coerência textual, assim como destacou a importância da organização tópica, propriedade que se relaciona com a construção dos sentidos de um texto. Em suas conclusões, defendeu que o processo de organização tópica deve ser analisado no nível hierárquico, nível em que os alunos estabelecem as relações entre supertópicos e subtópicos, e no nível sequencial, entre informações paralelas.

Levando em consideração o panorama de estudos relacionados à coerência, reconhecendo a relevância de se tentar estabelecer relações teóricas entre a descrição dos critérios de coerência até então sugeridos, a coesão e a descrição do tópico discursivo, propomos, no presente trabalho, a elaboração de um quadro de critérios em que esses parâmetros analíticos se articulem. Testamos a aplicação desses critérios em um *corpus* de 27 redações do Enem, partindo das seguintes hipóteses gerais: i) a análise da coerência no gênero redação do Enem deve ser tomada em sentido amplo, ou seja, articulada com a noção de coesão e de tópico discursivo, considerando aspectos pragmático-discursivos envolvidos nas práticas discursivas do gênero redação do Enem; ii) não se pode conceber uma noção de coerência restrita às conexões internas, por isso, imbricados às condições de produção e de recepção de um texto, e às condições de não contradição, devem ser considerados os critérios semântico-pragmáticos de continuidade e progressão do tópico e os critérios coesivos de articulação tópica, conforme sugeriram Cavalcante et al. (2017) .

Nesse sentido, dizemos, com Koch e Travaglia (2008), que a coerência não depende exclusivamente de elementos linguísticos, mas também depende de fatores de ordem sociocultural e interpessoal, como, por exemplo, os propósitos enunciativos dos participantes, as regras sociais que regem o relacionamento entre pessoas no contexto histórico em que se encontram, os traços convencionais dos gêneros do discurso e as práticas discursivas que os constituem. Para os autores, a coerência se estabelece na interlocução, na interação entre usuários em determinado cenário social. Em síntese, podemos afirmar que coerência é um princípio de interpretabilidade e é dependente da capacidade dos usuários de negociar os sentidos do texto. A coerência, portanto, supõe relações sociodiscursivas de produção e de uso, ultrapassando os significados das formas da língua e de suas ligações lógico-semânticas (do léxico, das construções frasais, dos segmentos cotextuais).

Nos estudos iniciais sobre tópico discursivo (JUBRAN *et al.*, 1992), os pesquisadores o compreenderam como uma noção teórica cuja concepção e aplicações analíticas contribuíram para o entendimento de muitos fenômenos textual-discursivos, como, por exemplo, o estabelecimento da coerência em textos orais, mais especificamente em textos conversacionais, a partir da análise de sua organização tópica. Hoje, no entanto, o tópico discursivo se libertou desses indícios de conversação e passou a ser uma categoria aplicável à análise também de textos de gêneros escritos (PINHEIRO, 2003; Cavalcante et al., 2017), uma vez que a topicalidade<sup>3</sup> é um processo constitutivo do texto e é compreendida como uma propriedade geral da organização textual.

Conforme mencionamos, a pesquisa de Pinheiro (2003) identificou cinco mecanismos de articulação tópica, os quais realizam, segundo o autor, tanto no plano da constituição interna dos segmentos tópicos mínimos, como no plano da articulação desses segmentos entre si, movimentos que sinalizam a construção textual, relacionados a diversos aspectos do processo interacional.

Nesta pesquisa, tomamos tais mecanismos de articulação tópica como processos eminentemente coesivos, e concebemos a coesão como a articulação de (sub)tópicos, que atua a serviço da manutenção e da progressão temática. Os diferentes tipos de coesão sequencial e referencial, propostos por Koch (1991), atendem, a nosso ver, a estratégias de articulação tópica.

Essas aproximações entre coerência, tópico discursivo e mecanismos de articulação tópica, analisados sem perder de vista as condições de produção e recepção do gênero a que se filia o texto, constituem a principal contribuição teórica de nossa pesquisa. Para estabelecer essas relações, procuramos propor um modo de analisar como se ligam os critérios de avaliação da manutenção ou continuidade temática, tomando por base os mecanismos de articulação tópica e, conseqüentemente, a coesão sequencial e referencial.

Tópico é tomado, neste trabalho, como tema. Assim, ao estabelecermos critérios capazes de avaliar a manutenção da temática, evidentemente, estamos considerando como se dá a progressão do tópico discursivo e qual o seu papel na constituição da coerência em redações do Enem.

---

<sup>3</sup> Topicalidade é tomada, neste trabalho, como um princípio organizador do texto.

Articulação tópica, conforme Pinheiro (2003, p. 88), “constitui a forma como os segmentos tópicos, considerados a partir dos diferentes planos hierárquicos, e os enunciados que integram os segmentos em particular se vinculam linguisticamente”. Com base no *corpus* de nossa pesquisa, fazemos aproximação entre os critérios de centração e organicidade, os mecanismos de articulação tópica, a coesão sequencial e referencial, e as metarregras de coerência definidos por Charolles: a repetição, a progressão, a relação e a não contradição.

Julgamos importante esclarecer, desde já, que estamos nos referindo às metarregras de coerência, no momento em que utilizamos a nomenclatura adaptada por Costa Val (2006). A referida pesquisadora renomeou duas das metarregras de coerência propostas de Charolles: *continuidade* no lugar de repetição e *articulação* no lugar de relação. Deste modo, seguimos a nomenclatura definida por Costa Val (2006): a continuidade, a progressão, a articulação e a não contradição.

Pensamos que o estudo de Costa Val colabore para uma caracterização mais precisa, ou mais criteriosa, das metarregras, no momento em que as relacionou aos princípios de coerência de Beaugrande e Dressler (1981).

Embora haja avanços nos estudos referentes à coerência, à descrição do tópico discursivo e de seus mecanismos de articulação e as marcações da coesão, notamos que os estudos continuam tratando separadamente os fenômenos da coerência e do tópico. Desenvolvemos nossa pesquisa de doutorado motivados pela necessidade de conciliar essas três abordagens, que, a nosso ver, estão sempre entrelaçadas na consideração do fenômeno da coerência como um todo.

Nossa contribuição se garante na medida em que o quadro investigativo por nós estabelecido coloca em evidência os procedimentos necessários para a construção de referentes<sup>4</sup> cuja manifestação seja difusa no espaço e no tempo. A descrição de tais procedimentos, confrontada com as descrições de estratégias fartamente discutidas na literatura especializada, sugere avanços sobre o entendimento das diversas possibilidades de construção referencial.

O fenômeno da referenciação perpassa a formulação de nossas hipóteses secundárias, que são as seguintes: a) pode-se afirmar que a propriedade de centração, definida, sobretudo, pelos traços de concernência e relevância, em comparação com a organicidade, a outra propriedade do tópico discursivo, presta-se centralmente ao

---

<sup>4</sup> A esse respeito, trazemos uma discussão acerca da referenciação na sequência do trabalho.

reconhecimento da delimitação do tópico central e, conseqüentemente, à continuidade temática; b) pode-se dizer que a propriedade de organicidade do tópico discursivo, definida pelas relações de dependência de superordenação e de subordinação implicadas no plano hierárquico da organização tópica de um texto, presta-se não somente à identificação dos tópicos que se mantêm, mas, principalmente, ao reconhecimento de como se dá a progressão temática no balanceamento da informatividade; c) é possível relacionar os tipos de coesão aos mecanismos de articulação tópica.

Nossos objetivos específicos se referem às hipóteses secundárias apresentadas: a) refletir sobre critérios de avaliação da coerência textual, tendo em vista as condições de produção e recepção do gênero redação Enem, estabelecendo relações entre a articulação de ideias realizada para a manutenção temática e as propriedades de concentração que definem a noção de tópico discursivo; b) refletir acerca dos critérios de avaliação da coerência textual, estabelecendo relações entre a articulação de ideias realizada para a progressão temática, o balanceamento da informatividade e as ligações de organicidade; c) discutir os critérios de avaliação da coesão textual, estabelecendo relações entre os mecanismos de articulação tópica, as formas de elos coesivos e os aspectos contextuais do gênero redação do Enem.

Enfatizamos que, nesta investigação, temos preocupação com questões relacionadas ao ensino, na medida em que o exercício de análise da organização tópica pode beneficiar os candidatos do Enem - conquanto os professores não tenham acesso a este tipo de estudo - com o desenvolvimento da habilidade de organização de ideias nos textos e de compreensão dos mecanismos articulatórios que viabilizam a continuidade e a progressão dos tópicos e subtópicos.

Nossa investigação está dividida em cinco capítulos. Os capítulos 2, 3 e 4 da fundamentação teórica foram constituídos com base nos três pilares que sustentam esta tese: a noção de coerência, a articulação tópica e seus mecanismos coesivos e, por fim, a contextualização do gênero redação do Enem. Assim, dedicamo-nos a demonstrar a posição de que o fenômeno da coerência, e mais especificamente os critérios que a regulam, somente podem ser bem compreendidos à luz de um contexto em que se estabeleçam efetivas relações entre as abordagens propostas.

No capítulo 2, procuramos revisitar a noção de coerência abordada por diversos autores, a fim de apresentarmos como esse conceito passou pelas reconsiderações observadas: de um princípio de interpretação semântica ao resultado de

uma construção dos usuários do texto. Sobretudo, temos como objetivo, nesta seção, aprofundarmos-nos na proposta das metarregras de coerência, de autoria de Charolles (1978), uma das mais valiosas contribuições para uma descrição da coerência regulada por critérios de análise. Antes, no entanto, tomamos os princípios de textualidade largamente discutidos por Beaugrande e Dressler (1981) para delimitar com que noção de texto, coerência e coesão estamos lidando nesta investigação e, em seguida, situamos tais princípios em uma perspectiva sociocognitivo-discursiva com que a LT lida atualmente, através de uma aproximação entre eles e os aspectos pragmático-discursivos (contexto amplo e situacional) envolvidos nas práticas discursivas do gênero redação do Enem.

No capítulo 3, tratamos da descrição do tópico discursivo a partir de suas propriedades: contração, que possui três traços definidores segundo Jubran *et al* (1992), concernência, relevância e pontualização; e organicidade, que pode ser analisada no plano hierárquico e no plano linear, com vistas a demonstrar com razoável clareza como as características destacadas dessas duas propriedades se efetivam na articulação tópica, por meio dos mecanismos definidos por Pinheiro (2003), para a construção da coerência. Neste mesmo capítulo, relacionamos os mecanismos de articulação tópica às duas modalidades de coesão sequencial e referencial presentes em Koch (1991) e procuramos demonstrar como essas duas propostas atuam na articulação entre tópicos e subtópicos no processo interpretativo da coerência.

No capítulo 4, procedemos à contextualização do gênero redação com base em Oliveira (2016), em que são apresentados os aspectos externos e internos do gênero redação do Enem. Reafirmamos a pertinência dessa perspectiva, ao passo que acrescentamos algumas observações que coadunam com essa proposta.

Por fim, no capítulo 5, descrevemos os aspectos metodológicos utilizados em nossa pesquisa, seguidos da análise do entrecruzamento das metarregras de coerência – continuidade, progressão, não contradição e articulação – com as propriedades que definem o tópico discursivo – contração e organicidade, em redações do Enem.

Almejamos que este trabalho alcance seu objetivo e forneça contribuições importantes para a compreensão do fenômeno da coerência, especialmente, pela relação que ora tentamos estabelecer entre coerência e articulação tópica e seus mecanismos em redações do Enem. Advogamos que o entrecruzamento dessas abordagens é de inegável



relevância para ampliar o campo de estudos da LT, uma vez que se baseia em uma reflexão absolutamente necessária para consolidar o caráter relevante que a LT assume dentro das perspectivas teóricas enunciativas, bem como dentro da teoria linguística como um todo.

## 2. PRIMEIRO PILAR: COERÊNCIA

Neste capítulo, discorreremos sobre as reconsiderações por que passou a noção de coerência ao longo dos estudos da Linguística Textual (LT). Nesta discussão teórica, procuramos demonstrar como algumas concepções deste fenômeno dialogam entre si e se deslocam de um ponto a outro: de uma perspectiva cognitivista a uma visão sociocognitivo-discursiva da coerência.

Para cumprir este objetivo, fazemos um retorno aos autores que lidaram com o assunto: van Dijk (1977), que assume uma perspectiva cognitivista de coerência; Beaugrande e Dressler (1981), que compreende a coerência como uma continuidade de sentidos; Marcuschi (2006), que defende uma concepção mais ampla do que um fenômeno que se estabelece apenas na relação pertinente imediata entre enunciados sequenciados, tais como proposições e tópicos; Koch e Travaglia (2008), que analisam o fenômeno da coerência como um princípio de interpretabilidade textual; e Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), que defendem, hoje, uma visão sociocognitivo-discursiva da coerência, noção assumida nesta pesquisa.

Assumimos como pressuposto, nesta investigação, que as metarregras de continuidade e de progressão temática não apenas se relacionam à coerência; para nós, a continuidade e a progressão, articuladas por estratégias coesivas, constituem a própria coerência. Valorizamos o que Charolles disse sobre coerência, especialmente porque, segundo *Cavalcante et al.* (2017, p. 139-140), “as quatro metarregras de Charolles (repetição, progressão, não contradição e relação) têm sido largamente aplicadas ao ensino de produção escrita e, até hoje, subjazem aos guias de orientação para o Exame Nacional do Ensino Médio”. Além disso, observamos que as metarregras compõem a Matriz de Referência para Redação<sup>5</sup> pelos motivos que expomos na subseção em que as discutimos.

Em decorrência do pressuposto assumido, temos como objetivo redimensionar os critérios propostos por Charolles (1978), articulando-os com a noção de tópico discursivo e de coesão, de modo a considerar também aspectos pragmático-discursivos envolvidos nas práticas discursivas associadas ao gênero redação do Enem.

Passamos, portanto, a apresentar nossas reflexões, destacando a importância de relacionarmos aos diversos conceitos de coerência identificados pelos estudiosos da

---

<sup>5</sup> Documento que apresenta os critérios de correção da redação do Enem, os quais se baseiam em cinco competências.

LT as concepções de texto que vão se modificando de acordo com a perspectiva abordada.

## **2.1 Revisitando a noção de coerência**

Temos como ponto de partida, para a discussão sobre coerência, o trabalho de van Dijk e Kintsch (1983), em que os autores partem do pressuposto fundamental de que, na tentativa de dar sentido a um texto, o leitor opera estrategicamente. Na descrição das estratégias, os autores distinguem dois grandes tipos de coerência: a coerência local e a global. Segundo os pesquisadores, a coerência local se refere a partes do texto como frases e sequências menores que até podem apresentar incoerência e dificultar a compreensão, mas não comprometem totalmente o sentido do texto. Já a coerência global diz respeito à unidade total de sentido de um texto.

Neste ponto, podemos dizer que, em certa medida, a observação sobre coerência local e global se assemelha ao que Charolles (1978) nomeia de coerência micro e macroestrutural, visto que a percepção da coerência local se dá pela “concretização” das metarregras de coerência, ou, no caso da quebra localizada de coerência, pela não concretização.

Os dois tipos de coerência mencionados podem estar presentes em diversos níveis, como no semântico, exatamente na relação entre significados dos elementos das cláusulas (nível microestrutural), ou na relação entre os elementos do texto como um todo (nível macroestrutural). Cabe-nos fazer a observação de que, entre a cláusula e o todo, há outros tipos de unidade que se inter-relacionam, como é o caso dos parágrafos, dos segmentos tópicos, das macroproposições, etc. No nível sintático, a coerência se revelaria pelas formas sintáticas de expressão da coerência semântica, representada pelo uso de recursos coesivos, como por exemplo, conectivos, referências anafóricas, sintagmas nominais. No nível estilístico, apareceria nos elementos próprios de um registro linguístico ou de um gênero de texto. No nível pragmático, que se refere fundamentalmente à situação comunicativa em que o texto se insere, a coerência seria observada na sequência de atos de fala entre interlocutores. Esses diferentes aspectos, como afirmam Koch e Travaglia (1992), precisam ser considerados, uma vez que influenciam no estabelecimento da interpretabilidade de um texto, seja ao compreendê-lo, seja ao produzi-lo.

Em seus estudos, van Dijk (1977) defende que o processamento cognitivo de um texto se baseia em diferentes estratégias<sup>6</sup> processuais. Tais estratégias são hipóteses operacionais eficientes sobre a estrutura e o significado de um fragmento de texto ou até mesmo de um texto inteiro. Assim, falar em processamento estratégico implica dizer que os usuários da língua realizam, concomitantemente, em vários níveis, passos interpretativos efetivos, flexíveis e eficientes.

Conforme o autor, esses passos cognitivos se apresentam sob a forma de representações e tratamento ou sob formas de processamento da informação. Desse modo, a memória opera em três fases: estocagem, retenção e reativação. A fase de estocagem ocorre quando as informações perceptivas se transformam em representações mentais<sup>7</sup> associadas a outras; a retenção é marcada pelo armazenamento das representações; e a reativação, quando se opera, dentre outras coisas, o reconhecimento, a reprodução, o processamento textual.

De acordo com os modelos cognitivistas de processamento de informação, o conhecimento, antes de ser adquirido, passa por uma série de transformações, resultantes da atividade cognitiva do sujeito. A informação vinda do exterior é selecionada e enviada para a memória de trabalho ou de curto prazo, onde é processada, de modo a ser transferida para a memória de longo prazo, onde permanecerá até ser imperativa a sua recuperação, quando/se necessário.

O conceito de texto foi enfocado por van Dijk (1978) sob uma ótica cognitivista, com base na teoria dos esquemas cognitivos de Rumelhart (*apud* van Dijk, 1978). Durante essa fase, o texto foi idealizado como superestrutura textual (van Dijk, 1977, 1978, 1990, 1992). Van Dijk criou o conceito de superestrutura a partir da concepção de Bartlett e da descrição da narrativa de Labov (1979), de inspiração sociolinguística. Assim concebido, o texto passou a corresponder a um esquema cognitivo composto de partes características organizadas por uma sintaxe particular. Os esquemas cognitivos estariam arquivados na memória de longo prazo do indivíduo para servir como recurso nas tarefas comunicativas nos sentidos de recepção e produção linguística, o *input* e *output* linguísticos.

---

<sup>6</sup> Estratégia é tomada como uma instrução global para cada escolha a ser feita no curso da ação.

<sup>7</sup> São concebidas de duas maneiras gerais: no processamento “de-baixo-para-cima”, em que os eventos perceptuais individuais ocupam os mais baixos níveis da representação para se construir generalizações sucessivas a fim de dar sentido a esses dados; no processamento “de-cima-para-baixo”, em que o falante importa um esquema mental inteiro, com toda sua estrutura já feita e todos os seus compartimentos disponíveis, mesmo que vagos.

Para exemplificarmos o conceito proposto por van Dijk de superestrutura<sup>8</sup>, também denominado de estrutura esquemática, afirmamos que se trata de um esquema cognitivo abstrato que marca a existência de determinado tipo de texto. Esta superestrutura é composta de categorias vazias<sup>9</sup> de caráter abstrato que são preenchidas por proposições para formar o texto.

A primeira superestrutura apresentada pelo autor foi o esquema da narrativa e foi configurada em diagrama arbóreo com três macrocategorias fundamentais (a situação, a complicação e a resolução) e duas opcionais (a avaliação e a moral).

Figura 1. Esquema da narrativa



Fonte: van Dijk (1978)

Van Dijk (1978) iniciou um trabalho de descrição do gênero notícia após este momento inicial de construção do conceito de superestrutura, fato que o conduziu a uma série de pesquisas em análise do discurso e a um distanciamento das reflexões sobre tipologia textual. Seu conceito de superestrutura, em vista disso, ficou incompleto.

A proposta cognitivista de van Dijk (1978) para os estudos da coerência, do texto e dos gêneros foi bastante utilizada por estudiosos da linguagem. Entretanto, com o desenvolvimento dos estudos relacionados à coerência, inicialmente entendida como um princípio de interpretação semântica derivado das relações estabelecidas na superfície textual, passou-se a considerar o papel dos usuários (produtor e receptor do texto) nas mais diversificadas situações comunicativas, como percebemos na proposta de Charolles (1978). O papel dos usuários, em Charolles (1978) não foi tão enfatizado em seu aparato cognitivo como o foi em van Dijk (1977).

<sup>8</sup> O conceito surgiu em meio às pesquisas do autor sobre a gramática narrativa na década de 1970.

<sup>9</sup> Estas categorias vazias são denominadas macrocategorias e, como elemento formal, auxiliam a distinção entre os vários textos de uma mesma classe.

Segundo Charolles (1978), um texto, para ser coerente, deve satisfazer a quatro requisitos, que ele denominou de metarregras, que seriam: a repetição, a progressão, a não contradição e a relação. Quanto à consideração de um texto ser coerente ou incoerente, Charolles defende que não há texto incoerente em si, visto que as regras de boa formação das frases, conforme se vê no gerativismo, não são suficientes para se avaliar a boa formação dos textos.

Quanto a essa questão, Charolles admite que um texto pode ser incoerente para determinadas situações comunicativas e pode não ser para outras, isto é, um texto pode fazer mais sentido em determinada situação comunicativa e pode não fazer tanto sentido em outra. Notamos a importância do contexto, visto que o autor, aqui, não se refere a um não texto ou um texto incoerente, mas à inadequação do texto a uma série de fatores de ordem pragmática, na medida em que considerou o papel dos interlocutores no processo interacional.

Dessa forma, o sujeito deve saber adequá-lo à situação comunicativa, a fim de que o texto seja compreendido por seus interlocutores. Charolles afirma que não podemos usufruir de regras que sejam aplicáveis em diferentes situações cotidianas e que possam nos assegurar o que poderá ser considerado como texto e como não texto *a priori* sem considerarmos a situação comunicativa.

A perspectiva de Charolles (1978) defende, pois, que um texto, para possuir sentido, deve ser analisado no âmbito do contexto em que foi produzido. Nesse sentido, julgamos pertinente a proposta do autor, visto que a constituição do sentido de um texto é dependente de questões situacionais e da participação dos interlocutores. Reconhecemos ainda que os estudos de Charolles apresentam um dos mais ricos aportes teóricos para uma descrição da coerência regulada por critérios de análise. Dessa forma, sugere que tais metarregras poderiam ser utilizadas como critérios de “boa formação textual”.

Charolles postula que todo falante possui uma competência textual – à semelhança da competência linguística, que o capacita a distinguir um texto bem formado de um amontoado de frases. Essa competência textual básica é constituída de três tipos de capacidades: a) formativa, em que os usuários da língua são capazes de produzir e compreender um número de textos potencialmente ilimitado, avaliando sua boa ou má formação, sendo capazes de dizer se uma sequência linguística dada é ou não um texto, dentro da língua em uso; b) transformativa: em que os usuários da língua são

capazes de modificar, de diferentes maneiras (reformular, parafrasear, resumir, etc.) e com diferentes fins, um texto, assim como são capazes de julgar se o produto dessas modificações é adequado ao texto sobre o qual a modificação foi feita; e c) qualificativa: em que os usuários da língua são capazes de dizer a que tipo de texto pertence um dado texto, naturalmente segundo uma determinada tipologia. Por exemplo, dizer se é um romance, uma anedota, uma reportagem.

Não nos aprofundamos na proposta do referido estudioso, neste momento, visto que, mais adiante, estabelecemos sua proposta como uma das bases teóricas importantes de nossa investigação. Julgamos importante, por ora, apenas discutir em que perspectiva de coerência os estudos de Charolles (1978) e, conseqüentemente, de Costa Val (2006) se encontram.

Acrescentamos que talvez seja a consideração do contexto a característica que marque o distanciamento entre a perspectiva de van Dijk (1977) e de Charolles (1978) e os que discutiram o conceito de coerência depois desta proposta. Notamos que as propostas a partir de Charolles foram se distanciando do cognitivismo - tal como foi descrito com base na teoria dos esquemas cognitivos de Rumelhart, provavelmente devido ao fato de estabelecerem relação entre o texto e o seu contexto.

Sabemos que essa relação se configura como um fator importante dos estudos linguísticos e foi reiterada em Beaugrande e Dressler (1981), em um momento em que a LT passava por expansões teóricas consideráveis. Os pesquisadores se dedicaram ao estudo dos padrões da textualidade e apresentaram importantes contribuições para a compreensão da estrutura e do funcionamento dos textos por elencar e descrever sete fatores que garantem a textualidade, ou seja, que possibilitam que um texto seja assim considerado. Beaugrande e Dressler (1981) propuseram fatores pragmáticos nomeados como intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade, ao lado de fatores linguísticos e conceituais nomeados como coerência e coesão, reiterando a importância dos aspectos extragramaticais do texto, aspectos que foram considerados por Beaugrande (1991) como *princípios de textualidade*.

Na proposta dos autores, percebemos a priorização de pressupostos semânticos<sup>10</sup> e cognitivos, com ênfase na coerência e no processamento do texto para

---

<sup>10</sup> Muito embora reconheçamos que, na descrição da coerência, é eminentemente semântico, o que não pode ser dito em relação à descrição da intencionalidade e aceitabilidade, por exemplo.

além do conteúdo proposicional dos enunciados - conhecimento declarativo, englobando também conhecimento construído a partir de experiências socioculturalmente determinadas, que é armazenado na memória sob a forma de modelos cognitivos, tais como *frames*, esquemas, *scripts*, planos. Muito embora

Vislumbramos que a coerência, na proposta dos autores, é definida como o resultado de certos processos semântico-cognitivos operantes entre os sujeitos envolvidos nos atos comunicativos. Os teóricos defendem que a coerência estaria diretamente relacionada à continuidade de sentidos que se faz presente em um texto, e consiste no resultado da atualização de significados, responsáveis pela configuração direta dos sentidos que decorrem de um texto, ou seja, é fruto de processos cognitivos complexos que são operantes entre os usuários e não são somente traços do texto.

A base da coerência textual, na proposta de Beaugrande e Dressler (1981), estabelece relações entre sentidos do texto e aparato cognitivo a partir de uma abordagem que se fundamenta na construção de sentidos entre conhecimentos ativados diretamente por uma série de expressões linguísticas ao longo do texto e que devem ser percebidas no momento da produção e da compreensão. Isso se deve ao fato de a coerência ser tomada como o fator fundamental da textualidade, a qual é compreendida como o conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto e não apenas uma sequência de frases. Diante dessa consideração, propõem que a não satisfação a qualquer um dos fatores torna o texto menos eficaz na comunicação pretendida. Atente-se para a base pragmática, ainda que sociocognitiva, dessa caracterização da textualidade.

Os teóricos sustentam que o texto deve ser concebido como um evento comunicativo. Assim, o texto é usado e controlado pelos princípios de eficiência, eficácia e adequação a uma da situação comunicativa e resulta da união das sete características constitutivas da textualidade. Dessa forma, a ausência de uma das características o desestabilizaria e, por consequência, torná-lo-ia algo não comunicativo.

Dos sete fatores de textualidade propostos por Beaugrande e Dressler (1981), afirmam os autores, dois deles são centrados no “texto” (coerência e coesão); os demais (intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade) são centrados no usuário da língua. Perceba-se a separação – hoje, não mais admitida – entre o “texto”, constituído por aspectos semânticos internos de



coerência e coesão – e fatores “extralinguísticos”. O texto, para a Linguística Textual de hoje, envolve e inter-relaciona todos esses aspectos.

Julgamos pertinente esclarecer que a coerência, apresentada como um “fator de coerência” pelos pesquisadores, é, na verdade, a própria razão de ser de um texto, e todos os demais princípios são subservientes a ela. Nesse sentido, consideramos tudo aquilo que eles chamaram de textualidade como aspectos que colaboram para a (re)construção da coerência.

Buscamos, em vista disso, não apenas descrever tais princípios de coerência, mas, sobretudo, situá-los em uma perspectiva sociocognitivo-discursiva com que a LT do Brasil lida. O caminho pensado para estabelecer essa relação é associar os princípios de coerência às condições de produção e de recepção da redação do Enem, ampliando-os para a consideração do contexto social mais largo em que as redações são produzidas e consumidas.

O primeiro fator de textualidade discutido pelos autores é a coesão, concebida em termos do modo como os componentes dispostos na superfície textual se conectam mútua e sequencialmente numa relação de dependência baseada em formas gramaticais e em convenções. O conceito de coesão é associado, assim, às dependências gramaticais e pressupõe a existência da coerência como fator subjacente à superfície textual.

Os autores sugerem que a estabilidade do texto enquanto sistema é garantida por uma continuidade de ocorrências textuais que se dão numa interligação entre fatores de ordem textual e situacional. Nessa perspectiva, cada ocorrência funciona de forma instrumental no que concerne ao acesso a outras ocorrências. A sintaxe, para os teóricos em questão, ilustra essa situação ao impor modelos organizacionais que são dispostos na superfície textual e se materializam na forma como as palavras são organizadas. Logo, o fator da “coesão”, que significa “união”, é salientado como essencial para a comunicação humana.

Nesta pesquisa, tomamos coesão como um princípio de articulação de tópico e de subtópicos no processo interpretativo da coerência. Reforçamos que todos os princípios de textualidade estão a serviço da coerência e, desse modo, convocamos os mecanismos de articulação tópica de Pinheiro (2003) e as modalidades de coesão de Koch (1991), renomeados como mecanismos coesivos de articulação tópica, para

demonstrar o seu funcionamento na ligação de tópico e subtópicos no processo de construção da coerência.

Em seguida, Beaugrande e Dressler (1981) apresentam a coerência, destacando que o sentido de um texto resulta de uma continuidade de sentidos<sup>11</sup>, que advém dos conhecimentos ativados pelas expressões presentes no texto. Para os pesquisadores, um texto deve apresentar sólida relação semântico-cognitiva, ou seja, entre a configuração dos conceitos, as relações que são expressas e o conhecimento de mundo prévio dos sujeitos para que seja coerente, o que está na base dessas relações é exatamente a continuidade de sentidos.

Os teóricos explicam que, no contato com o texto, a ativação de conhecimentos desencadeia a ativação de outros itens a eles associados, que estavam armazenados mentalmente, o que corresponde a uma ativação ampla. Na produção textual, essa ativação advém de conceitos ou de relações e é direcionada a expressões linguísticas. Já na recepção de textos, a ativação ampla possibilita a elaboração de associações e viabiliza a formação de predições e de hipóteses.

Conforme Beaugrande e Dressler (1981), quando expostos a um texto, os usuários de uma língua utilizam modelos para elaborar e testar hipóteses sobre o tópico central do texto e a sua forma de organização, como, por exemplo, os *frames*. As pesquisas mais recentes, até então, consideravam duas formas de armazenamento de conhecimento: a memória episódica, que apresenta os dados que estão relacionados ao que se pode chamar de experiência pessoal do usuário da língua, e a memória semântica, que reflete modelos de organização do conhecimento, como as estruturas de eventos e situações.

Ainda ao tratar de aspectos textuais e cognitivos, os autores mencionam a impossibilidade de se criar modelos em que o uso da linguagem em textos reais seja explicado de forma comparável aos processos de percepção e cognição. Da mesma forma, enfatizam a capacidade de raciocínio do ser humano diante de um texto, que demanda conhecimentos que o usuário de uma língua pode não dominar, e ressaltam que tanto o conhecimento quanto o significado são sensíveis ao contexto em que são utilizados.

Por fim, os autores ponderam que expressões linguísticas dispostas na superfície textual funcionam como pistas que permitem a ativação de conhecimentos, os

---

<sup>11</sup> Beaugrande e Dressler (1981) compreendem o fenômeno da coerência como um processo de atualização de significados potenciais que vai, de certa forma, configurar um sentido.

quais permitem que o usuário da língua construa uma continuidade de sentidos, a própria coerência. Tal raciocínio engloba, pois, o papel da recorrência, da paráfrase e das pró-formas como recursos linguísticos que podem dar suporte à formação da coerência textual.

Ressaltamos que o conceito de texto, coerência e coesão são tomados, em nossa investigação, em uma perspectiva sociocognitiva-discursiva, isto é, amparada sobre o tripé sócio-histórico, cognitivo e discursivo. Em primeiro lugar, reconhecemos que a construção da coerência depende de pistas textuais que se integram aos conhecimentos compartilhados e que, por serem culturalmente condicionados, têm uma dimensão sócio-histórica; em seguida, observamos que a coerência somente se estabelece se houver por parte do interlocutor um esforço cognitivo que colabora para a construção da coerência, assim, delineamos a dimensão cognitiva; e, por fim, na dimensão discursiva, a análise da coerência se dá a partir da análise do texto em seu funcionamento e no contexto de produção e de recepção, com ênfase no processo de evidenciar mais as significações geradas do que as propriedades formais de um texto.

Conforme mencionamos, Beaugrande e Dressler (1981) propuseram, além dos dois fatores de textualidade centrados no texto - coesão e coerência -, outros cinco, centrados no usuário, confirmando a importância do papel de aspectos pragmáticos e contextuais para a compreensão de um texto, o que reconhecemos como um grande avanço para os estudos da LT. Destacamos que, na proposta dos autores, os princípios de textualidade não são somente características de um texto, mas condições necessárias para a compreensão e para a produção de um texto. É nessa perspectiva que os pesquisadores consideram que a não satisfação a algum dos sete fatores propostos leva uma produção textual a ser considerada não comunicativa e, dessa forma, um não texto.

Segundo Koch e Travaglia (2008, p. 21), “para esses autores, embora a coesão e a coerência constituam os padrões mais evidentes de textualidade, não são, por si sós, suficientes para estabelecer fronteiras entre textos e não textos, já que as pessoas muitas vezes utilizam textos que, por várias razões, não se apresentam totalmente coesos e/ou coerentes”.

De fato, a construção da coerência depende – em graus diferentes – dos demais princípios de textualidade para se instaurar. Em vista disso, passamos a demonstrar que os princípios nomeados de intencionalidade, aceitabilidade e situacionalidade condicionam a própria construção da coerência, mas não figuram como

critérios de avaliação da coerência, a não ser indiretamente; ao passo que informatividade e intertextualidade costumam ser explicitamente tomados como critérios de avaliação da progressão do tópico discursivo nas redações do Enem. Essa relação não pretende excluir os princípios de textualidade de Beaugrande e Dressler (1981), mas apenas redimensioná-los numa consideração sociocognitivo-discursiva, integrando-os ao contexto amplo e situacional e das práticas discursivas envolvidas no texto, particularmente o texto do gênero redação do Enem.

Iniciamos esta discussão a partir do princípio de intencionalidade, compreendido como equivalente à forma como o produtor de um texto o constrói com coerência e coesão a serviço de suas intenções. A aceitabilidade, por sua vez, está centrada na atitude do receptor do texto diante daquilo a que é exposto. O interlocutor cria expectativas com relação ao texto (que deve ser coeso, coerente, útil e relevante), ao seu conteúdo e ao gênero ao qual pertence.

Para os teóricos, o fato de a intencionalidade designar as estratégias utilizadas pelos produtores de textos para realizar os seus objetivos atraiu estudiosos não apenas da linguística. Diversas áreas como a sociologia, a psicologia, a filosofia e a inteligência artificial se dedicaram ao estudo da intenção, cada uma com um enfoque diferente para a função dos textos, com destaque para os estudos filosóficos e as contribuições de Searle, que se valeu dos estudos desenvolvidos por Austin e estabeleceu a noção dos “atos de fala”. Os atos de fala são ações que o enunciado de um texto expressa de forma convencional ou intencional.

Ao refletirem sobre a aceitabilidade, Austin (1962) e Searle (1979) detalham que a manutenção da coesão e da coerência pelo interlocutor pode ser considerada um objetivo próprio desse usuário da língua, o qual tende a tolerar possíveis falhas na construção da coesão e da coerência, contanto que seja mantido o propósito comunicativo. Ademais, o interlocutor também tende a realizar inferências como forma de contribuir para a construção do sentido. Os possíveis problemas que o interlocutor pode vir a ter são solucionados, pois, a partir de um princípio de solução de problemas.

No âmbito da redação do Enem, a negociação dos sentidos e a sua interpretação se desenvolvem numa atitude dinâmica dentro das práticas discursivas, o que envolve a participação do locutor e do interlocutor como atores sociais nos papéis de candidato e de corretor. Esses papéis sociais regulam a interação e suas consequências sociais, na medida em que um sabe da “presença” do outro e conhece as

contingências do cenário social em que a redação do Enem se situa. Com a finalidade de alcançar suas intenções comunicativas, o candidato adota estratégias de organização do seu texto, considerando o contexto em que se dá a produção textual, com o intuito de guiar e, por vezes facilitar, a interpretação do corretor, reforçando a integração dos interlocutores.

Neste sentido, a intencionalidade do locutor se pauta, em grande medida, pelos critérios de correção a que seu texto é submetido, os quais estão condensados no documento Matriz de Referência para correção do Enem. O interlocutor, por sua vez, tem a contrapartida da aceitabilidade, a partir do momento em que se esforça para calcular o sentido do texto apresentado para ser corrigido, buscando a adequação do texto às imposições do registro formal exigido neste exame, que condena, por exemplo, impropérios (ofensas, insultos, desacato), desenhos ou outras formas propositais de anulação, como recados para a banca. Assim, dizemos que, de modo igual, o interlocutor da redação do Enem pauta seu trabalho na Matriz de Referência<sup>12</sup>.

A respeito do princípio de situacionalidade, Beaugrande e Dressler (1981) argumentam que ele garante a relevância de um texto em uma situação atual ou recuperável. Segundo os autores, muito dificilmente, os efeitos de uma dada situação são percebidos sem que haja uma mediação, isto é, sem que crenças e objetivos de um sujeito sejam alimentadas por um modelo atual de situação comunicativa. A evidência que pode ser acessada na comunicação é sustentada por um modelo juntamente com o conhecimento prévio do sujeito e suas expectativas concernentes ao modo como o mundo é organizado.

Os autores assinalam que, se a função central de um texto for criar uma representação do modelo de situação, então ocorrerá um monitoramento de situação. Caso a função dominante seja guiar a situação de uma maneira favorável ao propósito do produtor do texto, haverá o controle de situação em andamento. Ambos, o monitoramento e o controle da situação, ocorrem através de ações discursivas. As ações do texto podem ser consideradas realizações de estratégias mais gerais que servem para o monitoramento e para o controle de todos os tipos possíveis de situação de interação entre os sujeitos.

---

<sup>12</sup> Reconhecemos que o Enem atualizou a Matriz de Referência no período que sucedeu ao recorte temporal que diz respeito a este trabalho. Entretanto, consideramos, exclusivamente as orientações pertinentes ao período de 2013 a 2015.

A situação de monitoramento durante o uso de textos tende a ocorrer quando a situação posta não corresponde às expectativas, o que leva o produtor a ter como objetivo central resolver as discrepâncias e descontinuidades ou reafirmar as expectativas. Na situação de controle, por outro lado, há objetivos superordenados. É possível simplificar a situação de monitoramento através do uso de pró-formas no lugar de nomes conceituais para objetos ou eventos, o que se dá através de dêiticos. Os pronomes de primeira e de segunda pessoa são dêiticos por natureza, pois apontam para as pessoas do discurso engajadas na situação de comunicação.

Compreendemos que a situacionalidade exerce um papel de relevância na construção da coerência em redações do Enem, na medida em que a situação comunicativa condiciona o modo de acontecer do gênero. No capítulo 04, *Contextualização do gênero redação do Enem*, discutimos com detalhes sobre as cinco Competências que compõem a Matriz de Referência, buscando exemplificar como os critérios de correção a situação imediata da redação particulariza esse gênero.

Até aqui, relacionamos os princípios de intencionalidade, aceitabilidade e situacionalidade às condições de produção e a descrição das práticas discursivas envolvidas no gênero redação do Enem. Entretanto, conforme tentamos explicar, essa relação não se constitui como critério para avaliação da coerência; antes, está presente no processo avaliativo apenas indiretamente, quando o corretor pondera sobre o nível dos candidatos, sobre as condições de realização de um exame nacional, sobre a Matriz de Referência, que balizam a correção, e sobre todos os outros fatores contextuais da prova de redação do Enem. Passamos à análise dos princípios de informatividade e intertextualidade e de seu estatuto fundamental dentro dos parâmetros de correção das redações do Enem como principais responsáveis pela progressão do tópico discursivo e relacionados à orientação argumentativa dos textos.

Beaugrande e Dressler (1981) apresentam o conceito de informatividade como a extensão em que as informações presentes no texto são postas como esperadas ou inesperadas, conhecidas ou desconhecidas. Isto quer dizer que, embora o processamento de ocorrências linguísticas altamente informativas seja mais trabalhoso e, igualmente, mais interessante, a quantidade de informações presentes em um dado texto deve ser dosada, para que não sobrecarregue o seu processamento pelo usuário da língua e, por consequência, comprometa a comunicação.

Ponderamos que, no âmbito do Enem, o princípio de informatividade se relaciona à progressão do tópico central do texto, visto que é pelo acréscimo de informações novas às que já vinham sendo desenvolvidas que o texto progride. Importa observar que o candidato seleciona as informações e as distribui no texto, levando em consideração o seu propósito comunicativo, com vistas a estabelecer um percurso argumentativo em favor do ponto de vista que busca defender.

Assim, para tratar, por exemplo, do tema abordado em 2014 - “Publicidade infantil em questão no Brasil” -, o candidato, para apresentar a defesa de seu ponto de vista, pode recorrer ao contexto legal, de proteção às crianças, de defesa da liberdade de expressão, educacional etc. A escolha dos argumentos pertinentes ao propósito que se quer defender e sua adequada articulação determinam a orientação argumentativa do texto.

Ressaltamos que o princípio de intertextualidade também se relaciona à orientação argumentativa da redação do Enem quando o candidato recorre a um texto para apoiar nele sua argumentação, seguindo<sup>13</sup> a orientação argumentativa do texto citado. Um exemplo dessa ocorrência seria a citação de autoridade, em que há uma captação das ideias de um texto para imprimi-las a um outro texto. No caso de o candidato optar por mencionar um texto para contradizê-lo ou para questioná-lo, estamos diante de um valor de subversão<sup>14</sup>. O ponto de vista do candidato frente à temática proposta na redação do Enem tem sido associado pelos corretores e organizadores do Exame a indícios de autoria do texto.

Notoriamente, a autoria envolve o princípio de intencionalidade, em que o candidato apresenta um texto que lhe permita, a partir de uma temática de ordem social e de subsídios oferecidos, realizar uma reflexão escrita sobre um tema de ordem política, social ou cultural, produzindo um texto dissertativo-argumentativo em prosa; bem como envolve a aceitabilidade do interlocutor, que passa a avaliar o sentido com maior ou menor facilidade em virtude de as informações apresentadas serem mais ou menos previsíveis, relevantes, articuladas, etc.

Qualquer texto, segundo Beaugrande e Dressler (1981), é minimamente informativo, independentemente do quão previsível ele seja, em se tratando de forma ou conteúdo, visto que nem tudo pode ser totalmente previsto ou esperado pelo usuário da

---

<sup>13</sup> Nos casos em que o candidato recorre a um texto e opte por não seguir a orientação argumentativa, também lança mão de estratégia de intertextualidade.

<sup>14</sup> Os termos captação e subversão são discutidos por Maingueneau (1987).

língua. Porém, textos com baixa informatividade tendem a ser ignorados, dada a sua alta previsibilidade no plano do conteúdo. A nosso ver, isso se aplica claramente à redação do Enem, tendo em vista que a configuração de autoria é, em grande parte, medida com base na apresentação de informações diversificadas. No processo de buscar em seu conhecimento de mundo informações, fatos e opiniões que se relacionem ao tema, o candidato fatalmente perpassa o princípio de intertextualidade.

A intertextualidade é definida por Beaugrande e Dressler (1981) como um conjunto de fatores que tornam o entendimento de um texto dependente do conhecimento que os sujeitos têm de outros textos. Esse princípio é descrito pelos teóricos em termos de mediação, que se refere ao conhecimento necessário para que haja o entendimento de um texto. Assim, quanto maior o tempo e as atividades de processamento gastas na compreensão de um texto atual a partir de um texto anterior, maior será a mediação.

Em nossa pesquisa, o princípio de intertextualidade está intrinsecamente relacionado à construção argumentativa das redações, tendo em vista o papel dos acréscimos intertextuais na defesa de um ponto de vista. Conseqüentemente, atrelamo-la à progressão do tópico discursivo, exatamente na aplicação de conceitos das várias áreas de conhecimento para o desenvolvimento do tema, exigência da Competência II da redação do Enem.

No momento em que o candidato recorre a conceitos diversos, ele pode, por exemplo, indicar claramente a autoria do intertexto mobilizado para validar sua voz por meio do discurso citado. Assim, utiliza a intertextualidade explícita<sup>15</sup> com o objetivo de convencer o leitor a partir de um argumento de autoridade. Entretanto, no desenvolvimento do tópico, o candidato pode optar por não mencionar explicitamente a autoria por confiar que o seu interlocutor compartilhe da mesma informação. Desse modo, desenvolve o tópico a partir da imagem que faz do seu interlocutor enquanto possível detentor de um conhecimento partilhado.

De fato, além de o tema da redação integrar o contexto sócio-histórico brasileiro – comum, pois, a candidato e corretor -, estes passam por capacitação antes de procederem às correções de cada edição, momento em que têm acesso a diversificadas abordagens do tema, que os habilita a ter algumas expectativas de resposta para a proposta de redação. Enfatizamos ainda, que, para a adequada construção dos sentidos,

---

<sup>15</sup> Termo presente em Koch, Bentes e Cavalcante (2008), que classificam a intertextualidade *stricto sensu* em quatro tipos: temática, estilística, explícita e implícita.



é necessário que o interlocutor resgate o intertexto para identificar os propósitos do locutor.

Apresentada a perspectiva de Beaugrande e Dressler (1981), que foi associada às condições de produção e de recepção do gênero redação do Enem, destacamos que os autores compreendem os fatores linguísticos como elementos que servem como pistas para a ativação dos conhecimentos armazenados na memória, que viabilizam as inferências. Segundo os pesquisadores, a construção dos sentidos é decorrente de fatores linguísticos, cognitivos, culturais, interacionais e discursivos. Por essa razão, a coerência textual advém de uma multiplicidade de fatores, o que foi discutido largamente, no Brasil, por autores como Koch e Travaglia (2008) e Marcuschi (1983; 2000; 2008), que se dedicaram ao estudo da coerência.

Destacamos também que Beaugrande e Dressler (1981) definiram a coerência como um dos sete fatores de textualidade, ao passo que Koch e Travaglia (2008) retomaram-nos renomeando-os como fatores de coerência. A diferença entre as nomenclaturas implica uma distinção de papéis da coerência: enquanto Beaugrande e Dressler (1981) definem sete fatores e colocam a coerência como sendo mais um dos fatores que proporcionariam a tessitura de um texto, Koch e Travaglia (2008) tomam a coerência textual como elemento básico. Em vista disso, os fatores de textualidade propostos por Beaugrande e Dressler (1981) contribuiriam para a constituição dos sentidos de um texto, logo, da coerência.

Essa alteração no *status* do tratamento da coerência possibilitou ampliar as pesquisas concernentes a esse fenômeno. Os estudos de Koch e Travaglia (2008) foram essenciais para a compreensão de coerência, no âmbito da LT, conquanto os autores reconheçam a dificuldade que envolve a conceituação do termo. Koch e Travaglia buscaram defini-la a partir da apresentação de uma série de aspectos, de traços, não se limitando exclusivamente aos eminentemente semânticos, mas tratando também dos traços de ordem pragmática, sociognitiva e interacional.

Para melhor percebermos como a coerência se relaciona à constituição de sentidos do texto, passamos ao exame do que Beaugrande (1991) chamou de *princípios de coerência*. O autor destaca o papel dos conhecimentos de mundo, dos conhecimentos partilhados e dos fatores de contextualização. Conforme Koch e Travaglia (2008, p. 72), o papel que o nosso conhecimento de mundo desempenha para o estabelecimento da coerência é determinante, pois, “se o texto falar de coisas que absolutamente não

conhecemos, será difícil calcularmos o seu sentido, e ele nos parecerá destituído de coerência”. A inferência, por exemplo, identificada por meio da ação do receptor de um texto para estabelecer relações não explícitas entre elementos e buscar compreendê-lo e interpretá-lo, está diretamente integrada aos conhecimentos que possuímos sobre o universo textual.

Os conhecimentos que os interlocutores comungam é igualmente decisivo para construção da coerência. Isso porque os conhecimentos armazenados na memória a partir de experiências pessoais devem ser partilhados para que um texto seja compreendido satisfatoriamente. Koch e Travaglia (2008, p. 81) destacam também os fatores de contextualização, identificados como “aqueles que ‘ancoram’ o texto em uma situação comunicativa determinada”, dentre os quais são citados data, hora, assinatura, etc.

Na sequência, os autores abordam os fatores de coerência nomeados de situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade, retomando a proposta de Beaugrande e Dressler (1981), aos quais acrescentam focalização, consistência e relevância. Koch e Travaglia (2008, p. 88) relacionam focalização com a “concentração dos usuários (produtor e receptor) em apenas uma parte do seu conhecimento, bem como com a perspectiva da qual são vistos os componentes do mundo textual”. Conforme os autores, diferenças de focalização podem ocasionar problemas de compreensão, dessa maneira, defendem que, dependendo da focalização, um mesmo texto pode ser lido de modo totalmente diferente.

Como esse fator é novo em relação à proposta de Beaugrande e Dressler (1981), apresentamos um exemplo presente em Koch e Travaglia (2008, p. 90) de modo a esclarecê-lo. Os autores demonstram que “a mesma palavra poderá ter sentido diferente, dependendo da focalização<sup>16</sup>”. Em seguida, dizem que a palavra “vela” no enunciado “Traga-me uma *vela*” vai permitir depreender o sentido do terno em uma situação específica em que os interlocutores tiverem uma focalização comum, como, por exemplo: a) o marido pedindo a vela à esposa no momento em que falta energia; b) o mecânico consertando o carro; o armador construindo um barco.

No que se refere aos fatores de coerência nomeados como consistência e relevância, os autores explicam que o primeiro trata da relação entre os enunciados novos e os já usados ao longo do texto; enquanto que o outro estaria relacionado à

---

<sup>16</sup> Embora consideremos que se refere mais à situacionalidade que à focalização.

manutenção da importância da informação para o próximo tópico discursivo existente no texto.

Koch e Travaglia (2008) acrescentam que a coerência se relaciona ao princípio de interpretabilidade do texto em situação comunicativa, ou seja, à capacidade que o receptor tem para calcular o sentido do texto. Os autores apresentam o conceito de coesão como um par opositivo ao de coerência, pois aquela se deixa revelar através de marcas linguísticas e de índices formais na estrutura da sequência linguística e superficial do texto.

Neste ponto, é possível perceber uma aproximação entre a perspectiva de Koch e Travaglia (2008) e a de Beaugrande e Dressler (1981), para quem a construção dos sentidos de um texto não ocorre exclusivamente com base nas palavras que o compõem, tampouco em sua estrutura sintática. De posse desse posicionamento, a proposta de Koch e Travaglia (2008) passou a abarcar o maior número de fatores em uma só abordagem, a qual atenta especialmente para os aspectos interacionais, discursivos e pragmáticos, uma vez que consideram a coerência, com base em Beaugrande (1991), como um princípio de interpretabilidade e compreensão de um texto.

De acordo com Koch e Travaglia (2008), a construção da coerência advém de uma multiplicidade de fatores de diversas naturezas: linguísticos, discursivos, cognitivos, culturais e interacionais. Alguns desses fatores, tomam como base a afirmação de Beaugrande e Dressler (1981) de que os elementos linguísticos do texto servem como pistas para a ativação dos conhecimentos armazenados na memória. Esses elementos constituem pontos de partida para a elaboração de inferências, capazes de captar a argumentação dos enunciados que fazem parte do texto, contribuindo de maneira indiscutível para a construção da coerência. A ordem de apresentação de tais elementos no texto, o modo como se relacionam para difundir sentidos, as marcas que assinalam esse objetivo, os conjuntos de significado a que essas palavras pertencem, os recursos que permitem retornar a coisas já ditas ou apontar novidades no texto, enfim, todo o contexto linguístico, ou cotexto, vai colaborar de maneira ativa na construção da coerência.

Ainda na esteira das pesquisas que abordaram o fenômeno da coerência, Marcuschi (2006) o definiu como uma propriedade do discurso, uma espécie de condição discursiva, isto é, um princípio. A coerência, conforme Marcuschi (2006),

seria uma condição de acessibilidade intersubjetiva entre os produtores e receptores de discursos, com a condição de que estejam interagindo colaborativamente.

Marcuschi (2006) faz um questionamento sobre o que poderia ser considerado um texto coerente. A resposta, segundo ele, depende de como definimos o termo 'coerência', definido como um fenômeno mais amplo do que aquele que se estabelece apenas na relação pertinente imediata entre enunciados sequenciados, tais como proposições, tópicos, etc. A coerência decorre, segundo o autor, de atividades que relacionam dados, como conhecimentos, enunciados, tópicos etc., nem sempre diretamente relacionados ou imediatamente sequenciados. Este é também o pressuposto assumido nesta pesquisa.

Concordamos inteiramente com Marcuschi (2006) quando defende que a coerência não consiste em uma evidência lógica, nem em evidência empírica, mas consiste, sobretudo, em uma atividade sociocognitiva estabelecida no texto, por meio de inferências, envolvendo fatores internos e externos.

Para uma noção de coerência apropriada, é necessário considerar que um texto se torna coerente, pois a coerência é um processo. Marcuschi explica que, se simplesmente classificarmos um texto como coerente, estaremos tomando-o como produto. Nesse sentido, afirma que a coerência se constrói em virtude de relações de sentido tanto internas quanto externas ao cotexto.

Conquanto tenhamos acompanhado os progressos no tratamento dos fenômenos relacionados ao estudo da coerência ao longo do desenvolvimento da LT, percebemos que esta área permite avanços ainda maiores, conforme mostramos a seguir, a partir do trabalho de Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014). Os autores apresentam uma perspectiva sociocognitivo-discursiva de texto e de coerência por meio de exemplos diversificados em seus estudos. Para nós, os autores buscam demonstrar como a coerência se constrói em termos de uma unidade que envolve aspectos sociocognitivos, já contemplados por Beaugrande e Dressler (1981), mas que ao mesmo tempo envolve aspectos discursivos em sua constituição.

Inicialmente, Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) destacam que a extensão de um texto pode ser variada. A esse respeito, reforçam, com base em estudos de teóricos anteriores, que a extensão de um texto não é um problema para sua compreensão, uma vez que em determinadas situações, como em um afogamento, por

exemplo, a interação deve se dar por meio de textos realmente curtos, como a utilização da expressão “Socorro!”.

Os autores seguem a explanação sobre o que caracterizaria um texto: unidade de sentido e intenção. A unidade de sentido pode ser garantida, conforme os autores, pela manutenção do tópico, ou seja, do assunto a que o texto faz referência. E a intenção, por sua vez, manifesta-se através da preocupação de o locutor apresentar ao seu interlocutor informações que lhe permitam perceber qual o objetivo de determinado texto, que pode ser o de alertar, de fazer rir, de informar, etc. A unidade de sentido e a intenção devem constituir uma unidade de comunicação completa para que estejamos diante de um texto.

Em seguida, Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) elucidam, através de dois exemplos, que a existência de um texto pode ser verificada: 1) se houver unidade de sentido; e 2) se houver intenção por parte do enunciador dentro de uma unidade de comunicação. No primeiro exemplo, os autores apresentam um e-mail produzido por um dos autores, no qual são apresentadas informações sobre uma atividade de correção de redações. Neste texto, a unidade de sentido é garantida pela manutenção do tópico “trabalho de uma comissão de professores” e a intenção do locutor é apresentar informações que permitam aos colegas se organizarem para atender às solicitações explicitadas. No segundo exemplo, os autores reproduzem o dito popular “Mais vale chegar atrasado neste mundo do que adiantado no outro”, que apresenta claramente unidade de sentido, a de que algumas atitudes podem causar morte prematura, muito embora tenha curta extensão; bem como permite representar uma intencionalidade, a de nos fazer refletir sobre as consequências de agir de modo descuidado.

Os pesquisadores problematizam a questão do estatuto do texto, lembrando que os usuários podem se deparar com moldes textuais distintos do esperado. Recorrem, então, à importância do contexto, o qual é essencial para o reconhecimento do estatuto do texto e de sua coerência. Afirmam que um texto pode ser considerado coerente por estar adequado à situação de interação. Por vezes, este contexto é “básico” a ponto de fornecer naturalmente o suporte para a produção dos sentidos; outros, no entanto, demandam maior esforço para reconhecimento dos elementos interacionais promotores de sentido. Para os autores, um texto existe quando existe a possibilidade de se atribuir coerência a um dado evento comunicativo, não necessariamente, linguístico. Ressaltam que:

a coerência surge da percepção de uma unidade negociada de sentido que depende da intenção argumentativa do locutor, da coparticipação do interlocutor, das indicações marcadas na superfície do texto e de um vasto conjunto de conhecimentos compartilhados. (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO E BRITO, 2014, p. 21)

Os autores observam que toda análise do contexto exige um esforço cognitivo e colaborativo do interlocutor. Justificam, assim, o uso do termo “coenunciador”, uma vez que ele ativamente participa da construção da coerência. Um dos fatores primordiais para que se produza coerência é o reconhecimento dos elementos contextuais convenientes para a unidade de sentido, o que requer a reativação de conhecimentos armazenados na memória. Tais conhecimentos são adquiridos por meio de experiências no mundo e do contato com as mais variadas fontes de informação que recebemos e, por serem determinados culturalmente, têm um caráter sócio-histórico, por isso se fala atualmente em um estatuto sociocognitivo do texto e da coerência.

Os pesquisadores enfatizam que os conhecimentos prévios, ao serem ativados e reativados, constituem condição fundamental para o processo de interação, e consideram que, no âmbito da superfície textual, ou seja, no “cotexto”, a interação é incompleta. Retomam o exemplo a seguir, “Mais vale chegar atrasado neste mundo do que adiantado no outro”, para explicitarem os diversos níveis de conhecimentos acessados para o estabelecimento dos sentidos: conhecimento linguístico, conhecimento de mundo e conhecimento interacional.

Em relação ao conhecimento linguístico, destacam que é necessário conhecer o vocabulário e a organização sintática do enunciado, bem como a elipse do termo “mundo” depois de “no outro”, além de aspectos formais e funcionais da língua. No que tange ao conhecimento de mundo, compreendida como a bagagem informacional acerca do mundo, é importante estabelecer distinção entre os mundos, presentes no exemplo, o mundo dos vivos e o “outro”, o mundo dos mortos. Se tivermos conhecimento sobre situações que atestem a veracidade da informação, como acidentes de trânsito, poderemos acessar mais facilmente o sentido do enunciado. Por fim, os autores explicam sobre o conhecimento interacional, o qual concerne às expectativas dos sujeitos em cada interação. No exemplo, ao sabermos que se trata de um provérbio, que expressa uma verdade, ou transmite um conselho, imaginamos como devemos nos comportar diante do enunciado, se devemos aceitá-lo ou refutá-lo.

A discussão comprova a importância da interação para a compreensão de textos, que demanda a ativação e reativação dos três tipos de conhecimentos (descritos por Koch em mais de uma obra). Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014, p. 23) justificam que é por esse motivo que a “coerência é uma construção sociocognitiva, manifestada na interação e dependente do contexto”. Nesta tese, aceitamos essa caracterização de coerência, mas a ela acrescentamos uma visão também discursiva desta unidade de sentido, que contempla todas as imbricações contextuais de uma noção de enunciação em sentido amplo.

Conforme verificamos, a coerência passou por reconsiderações significativas ao longo de alguns anos: de um princípio de interpretação semântica derivado das relações estabelecidas na superfície textual, passou a ser considerada como o resultado “de uma construção dos usuários do texto, numa dada situação comunicativa” (KOCH, 2004, p. 46), estabelecida “por meio de processos cognitivos operantes na mente dos usuários, desencadeados pelo texto e seu contexto”. Segundo Cavalcante e Custódio Filho (2010, p. 60), “isso implica que a complexidade do objeto texto demanda uma noção mais elástica de coerência (e de textualidade), que privilegie a importância de cada interação e do trabalho dos sujeitos na procura pela coerência textual”. Reiteramos que esse elasticamento da noção de coerência precisa comportar os condicionamentos sócio-históricos implicados em qualquer interação.

Passamos a examinar, na seção que segue, a proposta de caracterização da coerência segundo Charolles (1978), que discriminou as metarregras de coerência, um dos pilares que fundamentam esta investigação e que buscamos redefinir nesta pesquisa.

## **2.2 Metarregras de coerência**

A proposta das metarregras de Charolles (1978) surgiu da inquietação do autor acerca das estratégias de intervenção que os professores desenvolviam frente a certos textos escritos de alunos julgados por esses docentes como incoerentes. O autor afirma, logo no início de suas considerações, que “não é qualquer conjunto de palavras que produz uma frase”; do mesmo modo observa que “não é qualquer conjunto de frases que produz um texto”; para ele há critérios eficientes de “boa formação textual” que instituem uma norma mínima de composição textual.

Em razão dessa constatação, o autor propôs que um texto coerente deveria satisfazer a quatro metarregras nomeadas de: MR1) metarregra de repetição; MR2)

metarregra de progressão; MR3) metarregra de não contradição e MR4) metarregra de relação.

Charolles (1978) se aprofundou em questões especialmente relativas à coerência e propôs algumas orientações sobre este fenômeno, baseando-se na gramática de texto, abordando justamente pontos referentes ao texto escrito e seus problemas pedagógicos. Seu foco recai sobre o problema particular da coerência para apresentar algumas “regras” de boa formação textual, as quais não são formuladas de maneira rigorosa, mas discutidas como “metarregras de coerência”.

No Brasil, os estudos de Costa Val (2006) foram responsáveis por divulgar as considerações de Charolles (1978). Relacionando as metarregras de Charolles aos princípios de textualidade de Beaugrande e Dressler (1981), a autora desenvolveu principalmente as de progressão e articulação. Costa Val renomeou as metarregras como: continuidade, progressão, não contradição e articulação - nomenclatura adotada também por nós, nesta investigação.

De acordo com a autora, a coerência do texto procede de sua lógica interna, a qual resulta dos significados que sua rede de conceitos põe em jogo, mas também da compatibilidade entre a rede conceitual, o mundo textual, e o conhecimento de mundo de quem processa o texto. Dizemos, em nossa pesquisa, que o estabelecimento da coerência exige mais do que isso, pois os aspectos sociocognitivos do compartilhamento de informações entre os interlocutores está completamente vinculado às condições do contexto social de onde se origina cada texto.

A união dos três fatores de textualidade destacados pela autora implica que o produtor deve saber com que conhecimentos o receptor poderá contar e deve entender que os três fatores propiciam a existência de vários tipos de texto, critério fundamental para quem trabalha com o ensino de redação, uma vez que a textualidade de cada gênero do discurso envolve elementos diferentes.

Assim, características essenciais do texto argumentativo poderão ser inapropriadas a um poema, conversa, aviso, etc. Para nós, as determinações do gênero são muito importantes para a construção da coerência, mas vale lembrar que os gêneros nascem de práticas discursivas e sociais, as quais podem referir-se de modo geral a qualquer atividade discursiva, e estão associadas, necessariamente, às comunidades discursivas onde elas ocorrem, refletindo-as e absorvendo-as ao mesmo tempo. Portanto, todos esses aspectos descritos como fatores semânticos e pragmático-



interacionais precisam ser revistos, em função da necessidade de integrá-los e de relacioná-los a condicionamentos das práticas discursivas.

Antes, porém, de passarmos ao exame das metarregras de coerência, apresentamos três observações que Charolles (1978) faz acerca da coerência e linearidade do texto, da coerência micro e macroestrutural e da coerência e coesão. A primeira observação se refere à coerência e à linearidade do texto, em que o autor ressalva que não se pode refletir sobre a coerência de um texto sem se levar em conta a ordem de aparição dos segmentos que o constituem.

Conforme o autor, a gramática de texto integra relações de ordem, acerca das quais compreendemos que a linearidade interfere em sua proposta de metarregras de coerência, na medida em que são avaliadas seguindo uma certa ordem. Assim, em um texto, antes que se examine a progressão das ideias, faz-se necessário observar a “repetição”, conforme Charolles (1978), ou a “continuidade”, conforme Costa Val (2006). Ou seja, para que se constate que as entidades evoluem ao longo do texto e fazem o tópico progredir, é necessário reconhecer, primeiro, como elas se mantêm, isto é, como se confirmam, favorecendo a continuidade temática, e depois como se transformam, permitindo a progressão temática. Por isso, falamos aqui que a metarregra de continuidade condiciona a metarregra de progressão.

De modo igual, a não contradição das ideias convocadas para fazerem o sentido do texto progredir só pode ser avaliada após tais informações estarem presentes no texto. Por fim, a “relação”, de que fala Charolles, ou a “articulação”, de que fala Costa Val, dá conta de observar se as ideias, já verificadas como não contraditórias, estão articuladas umas às outras.

Por meio desta breve explanação, procuramos demonstrar que a ordem com que foi pensada a apresentação das metarregras de Charolles se relaciona com a ordem de aparição dos segmentos que constituem o texto. Entretanto, propomos nesta investigação uma reorganização dessa ordem, tendo em vista uma proposta com maior integração entre as metarregras de coerência.

A segunda observação aborda a coerência micro e macroestrutural, em que Charolles (1978) ressalta que, nas gramáticas de texto, estabelecem-se distinções entre esses dois níveis de organização textual. Em um nível local, microestrutural, a questão diz respeito exclusivamente às relações de coerência que se estabelecem, ou não, entre as frases da sequência. Já em um nível global, macroestrutural, a questão incide não

sobre as frases, mas sobre as relações que se estabelecem entre as sequências. Ainda em relação a estes níveis de articulação, segundo o autor, a coerência de um enunciado deve ser conjuntamente determinada de um ponto de vista local e global, uma vez que um texto pode ser coerente microestruturalmente sem que o seja macroestruturalmente.

Charolles admite que não há diferença essencial entre as metarregras de microcoerência e as de macrocoerência, embora apareçam algumas restrições no nível macroestrutural. Para o autor, a condição necessária para que um texto seja globalmente coerente é a existência de sequências igualmente coerentes nos níveis micro (local) e macroestruturais (global). Acrescentamos a isso, hoje, que ambos os níveis, micro e macroestrutural, só constituem unidades de sentido quando integradas a fatores discursivos, inferíveis a partir de pistas cotextuais.

A esse respeito, Cavalcante *et al.* (2017) afirmam que, embora se considere que a coerência local e a global sejam conjuntamente determinadas, dificilmente um texto será incoerente em termos macroestruturais, uma vez que estabelecer uma unidade textual é a própria condição para que um texto se estabeleça como tal, bem como fazer-se entender por meio de um texto como unidade de comunicação é a intenção de todo locutor. A afirmação de que um texto dificilmente será incoerente em termos macroestruturais nos leva a observar que não existe, de fato, um texto completamente incoerente, mas existem textos cujas quebras localizadas são tão recorrentes que sua adequação, no plano macro, fica prejudicada.

Dois situações são possíveis nessas transgressões. A primeira é o locutor incorrer em problemas microestruturais, de incoerência local, o que compromete parcialmente a aceitabilidade do texto produzido; a segunda é o locutor transgredir, propositadamente, um ou mais de um desses fatores, a fim de promover uma quebra de expectativa para obter efeitos de sentido surpreendentes, como, por exemplo, em piadas. Esclarecemos que temos preocupação com a primeira situação, visto que se relaciona diretamente com o gênero que estamos utilizando para estas reflexões: a redação do Enem.

A terceira observação concerne à coerência e à coesão, em que Charolles afirma que, em uma gramática de texto, a base do texto é de natureza lógico-semântica, isto é, os constituintes frásticos, sequenciais e textuais figuram sob forma de uma cadeia de representações semânticas ordenadas de tal maneira que sejam manifestadas suas relações conectivas. Entendemos que essas “representações semânticas” correspondam

aos subtópicos. Para Charolles (1978), as regras de coerência agem sobre a constituição dessa cadeia, sendo que as restrições que elas estipulam incidem sobre traços lógico-semânticos. Salientamos que tanto Charolles (1978) quanto Costa Val (2006) apresentam em seus estudos o uso de estratégias que podem garantir continuidade, progressão, não contradição e articulação.

Charolles nos mostra que muitas das regras de coerência exigem que sejam levados em conta parâmetros pragmáticos que remetem aos participantes do ato de comunicação textual. Segundo o autor, com essas regras as gramáticas de texto ultrapassam o simples âmbito do texto (leia-se: cotexto verbal) para chegarem ao plano discursivo (leia-se: ao plano da situação enunciativa estrita). Percebemos que essa observação é importante na medida em que mostra quanto as concepções do autor ultrapassam a gramática de texto, ao se apoiarem em aspectos situacionais e pragmáticos.

Charolles admite que não é possível uma ruptura rigorosa entre as regras de abrangência textual e as de abrangência pragmática. Para ele, as gramáticas de texto são responsáveis por romper com tais fronteiras, isto é, as gramáticas de texto aproximam a semântica e a pragmática, o imanente e o situacional. Dessa visão, decorre o posicionamento contrário do autor a uma distinção entre coerência e coesão, proposta por autores que se baseiam em delimitações precisas desses dois territórios. A esse respeito, somos favoráveis à distinção entre esses dois conceitos em conformidade com Koch (2001, p. 45), no entanto, consideramos “que existem zonas mais ou menos amplas de imbricação entre eles, nas quais se torna extremamente difícil ou mesmo impossível estabelecer uma separação nítida entre um e outro fenômeno”.

Nesta investigação, fazemos um retorno à proposta de Charolles, sobretudo, porque reconhecemos a relevância das distinções que as metarregras de coerência estabelecem e a importância dos parâmetros que elas representam para a avaliação de redações no ensino de produção escrita no Brasil. Isso é facilmente constatável pelas competências que constituem a Matriz de Referência para correção da redação do Enem, que parecem priorizar a proposta de Charolles (1978) e os elos coesivos de Halliday e Hasan (1976), dando-lhes uma finalidade excessivamente normativa. Os candidatos são avaliados pelos critérios de “continuidade” e “progressão” temática nas Competência II e III; pelo critério de “articulação”, medido pelo uso “diversificado” de elos coesivos na Competência IV; e são avaliados pelo critério de “não contradição” nas

Competências II, III, IV e V. Por esse motivo, selecionamos hierarquizar as relações teóricas começando pela proposta de Beaugrande e Dresler.

### 2.2.1 *Continuidade*

A primeira delas é metarregra de CONTINUIDADE (MR1)<sup>17</sup>, a qual diz que, para um texto ser coerente, nos níveis micro e macroestrutural, é necessário que haja, em seu desenvolvimento linear, elementos de recorrência escrita. Charolles (1978) menciona a obra *On a condition of the coherence of texts*, de Bellert (1970), como a primeira que formula essa questão de modo mais rigoroso, afirmando que “a repetição constitui uma condição necessária, ainda que não seja suficiente, para que uma sequência seja coerente”.

Essa afirmação converge para o pensamento de Charolles (1978) sobre um enunciado coerente como sendo aquele que possui caráter sequencial, com desenvolvimento homogêneo e contínuo, sem rupturas. Para assegurar essas repetições, a língua dispõe de recursos variados que permitem ligar uma frase ou uma sequência a outra que se encontra em seu contexto imediato. Dentre os procedimentos de repetição, o autor cita e exemplifica as pronominalizações, definitivações, referenciações contextuais, substituições lexicais, recuperações pressuposicionais e retomadas de inferência que se constituem como estratégias coesivas e evidenciam microestruturalmente a coerência. Vale notar que esses procedimentos de repetição especificados pelo autor poderiam ser perfeitamente abarcados por estratégias de referenciação, embora só correspondessem a estratégias de emprego de expressões referenciais.

Para Charolles (1978), os mecanismos de repetição contribuem de maneira determinante para o estabelecimento da coerência tanto micro quanto macroestrutural, pois favorecem o desenvolvimento temático contínuo do enunciado. Estes procedimentos permitem um jogo de retomadas a partir do qual se encontra estabelecido um “fio condutor textual”, uma vez que, quando um elemento de conteúdo é introduzido de forma absoluta ou em correlação com outro já colocado, o texto o reproduz regularmente, segundo vias diretas ou indiretas, e constrói, assim, um fundo de referência temática contínua, ou seja, um texto de progressão temática constante.

---

<sup>17</sup> Charolles (1978) nomeou esta metarregra de *repetição*, mas a tomamos como *continuidade* em conformidade com o que propôs Costa Val (2006).

Costa Val (2006, p. 22) afirma que “avaliar a continuidade de um texto é verificar, no plano conceitual, se há elementos que percorrem todo o seu desenvolvimento, conferindo-lhe unidade; e, no plano linguístico, se esses elementos são retomados convenientemente”.

A caracterização da metarregra de continuidade é importante para nossa pesquisa, na medida em que aponta para um dos princípios que tomamos como fundamentais para o estabelecimento da coerência: a continuidade dos tópicos iniciados em um texto e o modo como essa continuidade temática se revela no texto.

Na Matriz de Referência, a descrição das competências em níveis nos permite verificar claramente a presença das metarregras de coerência em sua constituição. Na Competência III, em que o candidato deve “Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista”, encontramos na descrição de todos os níveis desta Competência que as informações, fatos, opiniões e argumentos serão avaliados a partir de sua relação com o “tema” em questão.

Consideramos que a apresentação das ideias em consonância com o tema da redação garante a continuidade temática e nos permite estabelecer um “fio condutor textual” na redação do Enem, por isso defendemos que a metarregra de continuidade é avaliada na Competência III. Os níveis dessa Competência prescrevem que o candidato será avaliado no nível 0, se apresentar informações, fatos e opiniões “não” relacionados ao tema; no nível 1, se apresentar informações, fatos e opiniões “pouco” relacionados ao tema; nos níveis 2, 3, 4 e 5, se apresentar informações, fatos, opiniões e argumentos “relacionados” ao tema, sendo distribuídos em cada um deles com base em outros critérios. Será avaliado no nível 2, se a relação das informações, fatos e opiniões com o tema for limitado aos textos motivadores e apresentar contradição na utilização dos dados; no nível 3, se for limitado aos textos motivadores; no nível 4, se apresentar indícios de autoria; e no nível 5, se a relação dos argumentos com o tema configurar autoria.

### **2.2.2 Progressão**

Passemos à análise da segunda metarregra, a de PROGRESSÃO (MR2). Charolles (1978) afirma que, para um texto ser micro e macroestruturalmente coerente, é preciso que haja em seu desenvolvimento uma contribuição semântica constantemente

renovada. Esta metarregra completa, portanto, a primeira, no sentido de que ela estipula que um enunciado, para ser coerente, não pode simplesmente repetir indefinidamente seu próprio assunto.

A exigência da progressão semântica em textos é basilar, na medida em que o próprio ato de comunicar supõe algo a dizer. Textos redundantes, conforme o autor, não são incoerentes; são antes, excessivamente coerentes, pelo menos no sentido da MR1, assim, o que os torna fundamentalmente inaceitáveis é a redundância exagerada presente neles.

Charolles conclui que a produção de um texto coerente supõe que haja equilíbrio entre continuidade temática e progressão “semântica”<sup>18</sup>. Para o alcance deste equilíbrio, é necessário que haja domínio das duas metarregras apresentadas até este momento, de continuidade e de progressão.

Costa Val (2006, p. 23) esclarece que “no plano da coerência, percebe-se a progressão pela soma de ideias novas às que já vinham sendo tratadas. No plano na coesão, a língua dispõe de mecanismos especiais para manifestar as relações entre o dado e o novo”. A autora afirma que o dado geralmente coincide com o tópico e o novo se expressa com o comentário. A progressão pode se fazer pelo acréscimo de novos comentários a um mesmo tópico, ou pela transformação dos comentários em novos tópicos.

Interessante notar que a exemplificação de Costa Val (2006) para os mecanismos de coesão relativos à progressão se fundamenta na perspectiva funcionalista que trata do fluxo da informação. Trata-se do tópico frasal, que possui natureza sintática e se restringe ao nível da frase, tal como postulado inicialmente pela Escola de Praga na distinção hoje retomada por vários autores entre tema e rema. De fato, o *status* informacional de diversificadas categorias vem sendo associado às noções de dado (*given*) e novo (*new*), como se verifica nos trabalhos de autores como Halliday (1967), Prince (1981), Chafe (1984), entre outros<sup>19</sup>. Este não é, no entanto, o tratamento que damos à noção de tópico, aqui fundada em Jubran *et al.* (1992) e em Pinheiro

---

<sup>18</sup> Esta tese não trata a progressão temática como mera progressão semântica, pois pensamos que aspectos pragmático-discursivos sejam indissociáveis no desenvolvimento do tema e, portanto, devem ser considerados nos critérios de avaliação da coerência.

<sup>19</sup> Não é nosso foco relacionar a metarregra de progressão com a perspectiva funcionalista de fluxo informacional; apenas acrescentamos que o ponto comum entre as diversas abordagens sobre fluxo informacional consiste na tentativa de classificar as expressões linguísticas com base no tipo de informação apresentada, verificando se o referente em questão constitui ou não informação nova no discurso.

(2003), cuja definição se baseia em duas propriedades, contração e organicidade, para recortar segmentos textuais e descrever a organização tópica de um texto.

Observamos que a avaliação do acréscimo de informações novas às que já vinham sendo tratadas marcam a progressão temática; em vista disso, defendemos que a metarregra de progressão é contemplada na Competência II do Enem, a qual exige que o candidato deve “Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa”. Encontramos, na descrição dos níveis 2, 3, 4 e 5, que a *qualidade do desenvolvimento do tema* demarcará a avaliação do texto do candidato em cada um dos níveis.

Na Competência II confirmamos a premissa da segunda metarregra, a de que é necessário haver constante renovação semântica no desenvolvimento de um texto. Mas, além do que Charolles toma por progressão semântica, deve haver uma relação necessária entre ela e a seleção e a organização dos argumentos para a tese a ser defendida.

Assim, o candidato será avaliado no nível 2 se desenvolver o tema “recorrendo à cópia dos trechos dos textos”. Será avaliado no nível 3 se desenvolver o tema “por meio de argumentação previsível”, ou seja, se nada de autoral acrescentar ao que o comando da Prova de Redação já propuser para fazer o tema progredir. A redação se enquadrará no nível 4 se desenvolver o tema “por meio de argumentação consistente” e apresentar bom domínio do texto dissertativo-argumentativo; e no nível 5, se desenvolver o tema “por meio de argumentação consistente” e apresentar excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo”. Observe-se que esta Competência, tal como está descrita, mistura, ou vincula, progressão temática a desenvolvimento argumentativo dentro do protótipo de uma sequência argumentativa (ADAM, 1992).

A progressão foi a segunda metarregra de coerência que nossa pesquisa contemplou. Observamos como o tema progride pelo modo como os subtópicos desenvolvem tópicos centrais, horizontal e verticalmente, no contexto sociocognitivo-discursivo em que se encontram. Conforme esperamos demonstrar em nossas análises, essa progressão é apenas conduzida pelos mecanismos formais de articulação tópica.

Além de demonstrarmos como elementos coesivos atuam na articulação tópica, buscamos ultrapassar os mecanismos formais de coesão. Uma alternativa possível para suplantarmos uma análise concentrada na forma de manifestação das

expressões referenciais é tomarmos o fenômeno da referenciação como processo dinâmico de construção de objetos de discurso.

Acerca dessas duas metarregras discutidas até aqui, compreendemos que elas não estão apenas relacionadas à coerência; tomamos como pressuposto, nesta pesquisa, que a continuidade e a progressão, articuladas por estratégias coesivas, constituem a própria coerência.

### 2.2.3 *Não contradição*

Passamos a apresentar a terceira metarregra, a de NÃO CONTRADIÇÃO (MR3). Ela diz respeito à introdução de elementos semânticos que possam vir a contradizer um conteúdo posto ou pressuposto por uma ocorrência anterior, ou deduzível desta por inferência. O respeito à MR3 é fundamental para que um texto seja coerente micro e macroestruturalmente.

Em termos lógicos, o princípio da não contradição estipula que é inadmissível que uma mesma proposição seja ao mesmo tempo verdadeira e não verdadeira. O recorte que Charolles faz, em sua proposta, parte do estudo de contradições enunciativas, de contradições inferenciais e pressupicionais e de contradições de mundo e de representações de mundo, aos quais pensamos faltar um tratamento discursivo para que aborde pertinentemente o fenômeno da construção da coerência. A contradição não pode ser avaliada somente em termos de pressuposição semântica, de implicações inferenciais e de representações de mundo: há de se considerar, para esses critérios semânticos, uma certa flexibilidade de subentendidos, que variam de acordo com o contexto sociocultural vivenciado na época da produção textual.

Costa Val (2006, p. 26) acrescenta, a essas contradições, a contradição que denominou de léxico-semântica, em que, por exemplo, em redações escolares, os alunos comumente utilizam um significante que não condiz com o significado cabível no texto. O exemplo apontado por ela a esse respeito é o de um candidato que reclamava contra o “*desvelo* das autoridades pelo menor abandonado”.

Defendemos que a metarregra de não contradição é de inquestionável importância para a construção da coerência, uma vez que, ao lidar com subentendidos e com representações de mundo, revela ter em conta aspectos pragmático-discursivos. Por esse motivo, alçamo-la a um status diferente em relação às outras três.



O candidato, em seu texto, deve respeitar os princípios lógicos elementares, apresentando o tópico discursivo articulado em uma cadeia referencial sem contradições no que está explícito e no que se pode concluir por inferência ou pressuposição (neste ponto a não contradição perpassa a continuidade), desenvolvendo o tema com acréscimos textuais que não contradigam o mundo a que se refere (aqui a não contradição perpassa a progressão) e articulando as informações umas em relação às outras (neste ponto, a não contradição se relaciona à articulação) sem o que chamamos, aqui, de contradição coesiva, em que alguns conectivos que marcam relações de uma natureza, por exemplo, são usados de modo equivocado pelos candidatos. Com essa observação, queremos dizer que a metarregra de não contradição perpassa todas as metarregras de coerência.

O fato de o Enem explorar questões sociais, na proposta de redação, requer uma atenção especial às contradições de mundo de que fala Charolles (1978), visto que os candidatos são instados a tratar de aspectos da realidade social e política do Brasil. Para efeito de ilustração, relembramos o tema de 2013, “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”, em que muitos candidatos incorreram em afirmações sobre a não existência de casos de acidentes envolvendo o binômio álcool e direção, por exemplo, ou ignoravam a função da Lei Seca ao sugerirem, na proposta de intervenção, que fossem criadas leis de combate a acidentes causados pelo uso do álcool associado à direção.

Na Matriz de Referência para a redação do Enem, em menção à metarregra de não contradição há ocorrência do termo “contraditórios” apenas na descrição do nível 2 da Competência III, a qual relacionamos à metarregra de continuidade. No entanto, isso não invalida, conforme demonstramos, seu alcance e influência nas demais metarregras. Passemos à descrição da última metarregra denominada de *articulação*.

#### **2.2.4 Articulação**

Após exemplificação e discussão das contradições, Charolles introduz a quarta metarregra, a que chamou de relação e que estamos chamando, seguindo Costa Val (2006) de ARTICULAÇÃO (MR4). Segundo o autor, esta metarregra é de natureza pragmática e enuncia que as ações, estados ou eventos que ela denota sejam percebidos

como congruentes no tipo de mundo reconhecido por quem avalia. A avaliação de congruência é uma relação bastante indefinida e repousa na relação de fatos.

Para nós, a indefinição da relação de congruência nos leva a aproximá-la da metarregra de não contradição. O autor tenta elucidar a metarregra de articulação tomando por exemplo três fatos, todos relacionados a um mundo ordinário: i) Maria está doente; ii) Maria logo vai dar à luz; iii) Os cantores românticos desagradam aos intelectuais. Charolles (1978) admite que os dois primeiros fatos, pertencentes a um mundo ordinário, são coerentes e podem estar diretamente relacionados como em a) Maria está doente, portanto logo vai dar à luz, ou b) Maria vai logo dar à luz porque está doente; situação que não está presente entre o primeiro enunciado e o terceiro – ou entre o segundo e o terceiro – devido à impossibilidade de ligá-los por um conectivo. Este constitui um bom teste, conforme o autor, para revelar incongruência entre fatos.

Como vemos, a metarregra de articulação parece ter sido idealizada tendo em vista o modo como os mecanismos coesivos de articulação entre ideias fazem as costuras dentro do texto. Por essa razão, estamos associando a metarregra de articulação aos mecanismos de articulação tópica, propostos por Pinheiro (2003). Em nossa pesquisa, essa metarregra será estendida a um princípio mais amplo de coesão – abarcando, portanto, as metarregras de continuidade e de progressão –, como articulação entre ideias que continuam e que progridem no texto.

A metarregra de articulação é avaliada na Matriz da redação do Enem na Competência IV, que focaliza a coesão, caracterizada pela articulação das ideias de um texto em um todo significativo, em que o candidato deve “Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação”. Na descrição dos níveis desta competência, o que determina a atribuição de um nível ou outro à redação do candidato é a qualidade da articulação entre as partes do texto. Nível 0, o candidato “não” articula informações; nível 1, articula as partes do texto de forma “precária”; nível 2, articula as partes do texto, de forma “insuficiente”, com muitas inadequações e apresenta repertório limitado de recursos coesivos; nível 3, articula as partes do texto, de forma “mediana”, com inadequações, e apresenta repertório pouco diversificado de recursos coesivos; nível 4, articula as partes do texto com “poucas inadequações” e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos; e nível 5, “articula bem” as partes do texto e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.

Em nossa investigação, pretendemos estabelecer critérios para a avaliação da continuidade, progressão, articulação de ideias e não contradição, considerando os mecanismos de articulação tópica, propostos por Pinheiro (2003), que descreveu, em um *corpus* diversificado de gêneros orais e escritos, mecanismos mais recorrentes através dos quais a articulação intra e intertópica se manifesta. Em seguida, propôs uma classificação para os mecanismos de articulação tópica: marcadores discursivos, formas referenciais, formulações metadiscursivas, perguntas e paráfrases. Mas também convocamos as modalidades de coesão apresentadas por Koch (1991), nomeadas de coesão referencial e a coesão sequencial para demonstrar como funcionam esses mecanismos de ligação entre (sub)tópicos.

Tendo em mente o cumprimento de nossos objetivos, não podemos nos limitar a critérios que levem em conta, exclusivamente, formas linguísticas na articulação tópica, conforme Pinheiro considerou. Associamos os mecanismos de articulação tópica às quatro condições que costumam ser apontadas como garantias de um texto coerente, visando ultrapassar as formas de expressão linguística.

Por essa razão, recorreremos aos estudos de Cavalcante *et al.* (2017) para iniciar esse diálogo teórico. Os autores refletem sobre a articulação das ideias, advinda da metarregra de “relação”, e afirmam que ela não cumpre a mesma função que a continuidade temática, derivada da metarregra de “repetição”.

Os autores afirmam que a justificativa para o estatuto divergente das duas metarregras de coerência citadas se baseia no fato de que a primeira é condição de ocorrência da segunda, ou seja, a articulação de ideias permite a continuidade temática. Segundo Cavalcante *et al.* (2017, p. 141), “só se pode falar de continuidade de um tópico central porque as ideias se articulam”. Compreendemos que a continuidade é condição para a progressão, mas para afirmarmos que condiciona também a articulação deveríamos proceder a uma investigação no sentido de verificar se a continuidade pode, ou não, se estabelecer sem articulação.

No que tange à progressão temática, os pesquisadores afirmam que um tópico somente pode progredir porque continua. Afirmam ainda que, se continua, o referido tópico precisa também progredir para que uma unidade de sentidos se configure. Logo, os dois fatores de coerência se condicionam mutuamente. Na articulação dos tópicos, é necessário não se contradizer para garantir a continuidade temática dos subtópicos que se articulam com os tópicos. Cavalcante *et al.* (2017)

ressaltam que nenhum desses fatores é preexistente ao texto, mas se constroem no momento da negociação dos sentidos.

Reforçamos a estreita relação existente entre a metarregra de progressão e a informatividade mencionada no momento em que tratamos dos princípios de textualidade propostos por Beaugrande e Dressler (1981). Retomamos o que nos diz Costa Val (2006, p. 30), que compreende informatividade como “a capacidade do texto de acrescentar ao conhecimento do receptor informações novas e inesperadas”. Assim, a relação entre essas duas categorias se dá na medida em que o texto, para ser informativo, deve apresentar imprevisibilidade e suficiência de dados.

A autora explica que, de um lado, avaliar imprevisibilidade é observar o grau de previsibilidade de um texto, a qual é medida em três ordens. Ocorrências de alta previsibilidade, como afirmações sobre o óbvio, clichês e estereótipos possuem baixa informatividade. Ocorrências que equilibram o original e o previsível são geralmente mais aceitáveis pelo receptor, portanto é onde ocorre o processamento do texto. E ocorrências que não figuram como alternativa para compreensão de um texto são rejeitados pelos receptores. De outro lado, avaliar suficiência de dados é examinar se o texto fornece, ao receptor, elementos indispensáveis a uma interpretação que corresponda às intenções do produtor.

Avaliar a informatividade para Costa Val (2006, p. 32-33) é

Medir o sucesso do texto em levar conhecimento ao receptor, configurando-se como ato de comunicação efetivo. Esse sucesso depende, em parte, da capacidade do discurso de acrescentar alguma coisa à experiência do receptor, no plano conceitual ou no plano da expressão (imprevisibilidade). De outra parte, resulta do equilíbrio entre o que o texto oferece e o que confia à participação de quem o interpreta (suficiência de dados).

A autora ainda esclarece que um texto informativo pode não ser de processamento imediato e demandar algum esforço de interpretação. Entretanto, é um texto que se mostra apto a engajar o receptor a conquistar a adesão dele, viabilizando, assim, o estabelecimento de uma comunicação efetiva.

Conforme verificamos, a metarregra de articulação se relaciona mais diretamente à coesão. Não estamos querendo dizer, todavia, que continuidade e progressão não estejam também relacionados à coesão, consideramos que ambas as metarregras se utilizam de processos coesivos explicitamente. Para Costa Val (2006, p. 27), no entanto, a articulação não recobre apenas as modalidades de coesão que foram discutidas, mas é responsável por identificar “a maneira como fatos e conceitos

apresentados no texto se encadeiam, como se organizam, que papéis exercem uns com relação aos outros, que valores assumem uns com relação aos outros”.

Marcuschi (2006) se opõe à proposta das metarregras de Charolles (1978) e não considera que a coerência seja um princípio de boa-formação, mas, sim, um princípio de acessibilidade. Portanto, o entendimento de Marcuschi (2006, p. 17) sobre a coerência é de “uma necessidade e uma condição da discursividade e não um simples produto de relações ou de atividades linguísticas e lógicas”. No entanto, quando Charolles afirma ser a coerência um “princípio de interpretabilidade do discurso”, contempla, em certa medida, o processo, não se limitando ao aspecto lógico-semântico, apesar de focalizá-lo com certo rigor. Para Marcuschi (2006), o texto não se dá como numa sequência de palavras e frases, mas acontece como um evento interativo que ocorre como um processo multifuncional e uma coprodução. Essa visão toma coerência e coesão sob uma perspectiva integrativa do fenômeno da construção da interpretação de um texto.

Em nossa pesquisa, concordamos com Cavalcante *et al.* (2017) quando defendem que a coesão seja concebida como o fator de articulação das ideias para a construção da coerência. Para os autores, coesão não está limitada a elos coesivos explícitos, mas é idealizada como um fator de articulação das ideias no processo interpretativo da coerência. Tendo em vista uma perspectiva textual-interativa, os mecanismos de articulação tópica presentes em Pinheiro (2003) são tomados, ao lado das modalidades de coesão presentes em Koch (1991) como mecanismos coesivos de articulação tópica.

Finalizamos esta seção apresentando uma configuração de caráter mais integrativo para as metarregras de coerência. Para nós, a continuidade e a progressão são “centrais”, no sentido de serem esses os fatores básicos para a construção dos sentidos e, conseqüentemente, da coerência. Acrescentamos que a articulação passa a assumir um plano mais em relação aos dois fatores elementares, na medida em que se constitui como um princípio mais amplo, que abarca a progressão e a continuidade, e a não contradição passa a ocupar um plano superior em relação às outras metarregras.

Conquanto estejamos propondo um redimensionamento das relações entre as metarregras, ressaltamos que esses quatro princípios são indispensáveis para a análise da construção da coerência em redações do Enem. Não atribuímos papel de destaque a

nenhuma delas isoladamente e acrescentamos que a nova configuração só faz sentido se todos os fatores forem considerados indissociavelmente.

Destacamos ainda que se as metarregras foram concebidas com base na tessitura semântica influenciada pela gramática de texto, a nosso ver, elas podem ser repensadas pela articulação com as concepções de tópico e com aspectos de uma dimensão contextual mais ampla, dentre os quais o gênero como prática discursiva tipificada figura como uma noção central. É essa articulação que tencionamos propor nesta tese, tomando como exemplo a redação do Enem.

Na próxima seção, enfatizamos os diferentes recursos para articular os (sub)tópicos de forma que eles continuem e progridam. Pinheiro (2003) faz uma primeira tentativa de apontar regularidades nesses diferentes expedientes articulatórios e propõe cinco tipos de mecanismos de articulação tópica os quais serão apresentados na próxima seção, em que passamos a apresentar a segunda base teórica importante de nossa investigação, o tópico discursivo a partir de suas duas propriedades, centralização e organicidade. Buscamos ainda demonstrar com razoável clareza como as características destacadas dessas duas propriedades se efetivam na articulação tópica, por meio dos mecanismos de articulação tópica definidos por Pinheiro, para a construção da coerência.

### 3. SEGUNDO PILAR: ARTICULAÇÃO TÓPICA E SEUS MECANISMOS

Neste capítulo, pretendemos refletir sobre a noção de tópico discursivo, a qual começou a despontar nas pesquisas do Grupo de Organização Textual-Interativa do Projeto de Gramática do Português Falado (PGPF)<sup>20</sup> em seus estudos iniciais sobre *Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado*, de Koch *et al.* (1990).

Tendo em vista que as pesquisas de Jubran *et al.* (1992; 2006) e de Pinheiro (2003), dentre outras, apresentam a noção de tópico por meio das propriedades tópicas, centração e organicidade, acreditamos que esse tema ainda carece de esclarecimentos no sentido de demonstrar como essas categorias são efetivamente percebidas para que se formem quadros tópicos, noção que indica um procedimento metodológico em que se aponta a organização tópica de um texto e que será oportunamente melhor abordada. Buscamos rediscutir, em razão disso, a propriedade de centração e de seus traços caracterizadores, concernência, relevância e pontualização, bem como refletir sobre a propriedade de organicidade em função de sua abrangência em dois planos, sequencial e hierárquico.

Salientamos também que essa reflexão é de inegável relevância no âmbito do ensino, uma vez que o exercício de análise da organização tópica pode favorecer aos estudantes o desenvolvimento da habilidade de reconhecer a organização de ideias nos textos, e a compreender os mecanismos articulatórios que viabilizam a continuidade e a progressão dos tópicos e subtópicos. Defendemos, portanto, que vale refletir sobre as aproximações das metarregras de coerência, as propriedades tópicas, a coesão e os mecanismos de articulação tópica propostos por Pinheiro (2003).

---

<sup>20</sup> Neste trabalho, utilizamos PGPF em referência ao Grupo de Organização Textual-Interativa do Projeto de Gramática do Português Falado, cujos membros são: Hudinilson Urbano, Ingedore Grunfeld Villaça Koch, Leonor

Lopes Fávero, Luiz Antônio Marcuschi, Luiz Carlos Travaglia, Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva, Maria do Carmo Oliveira Turchiari Santos, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade, Mercedes Sanfelice Risso, Zilda Gaspar Oliveira de Aquino e Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran.

### 3.1 Tópico discursivo

Diversos autores, como Brown e Yule (1983); Jubran *et al.* (1992); Jubran *et al.* (1992); Koch *et al.* (1990), abordam a noção de tópico discursivo no âmbito dos estudos linguísticos e a associam frequentemente ao “assunto” que está sendo tratado, ou seja, essa noção se relaciona ao tema que sintetiza um segmento discursivo. O tópico discursivo é uma noção teórica cuja concepção e aplicações analíticas colaboraram para o entendimento de muitos fenômenos textual-discursivos, dentre eles, o estabelecimento da coerência em textos conversacionais a partir da análise de sua organização tópica. Atualmente, todavia, o estudo do tópico discursivo não se restringe mais à análise de textos falados e passa a ser uma categoria tópica aplicável à análise também de textos escritos.

Conforme mencionamos, a noção de tópico discursivo surgiu no âmbito das pesquisas do PGPF, que envolveu, entre 1988 e 2002, cerca de cinquenta pesquisadores afiliados a quinze universidades brasileiras, que tinham como objetivo maior a elaboração de uma gramática de referência para o português culto falado no Brasil. Nos estudos do PGPF houve, pela primeira vez, referência a uma unidade discursiva que compreende um fragmento textual caracterizado pela *centração* em um determinado tema, com extensões variadas, “que vão desde o âmbito do enunciado, correspondendo aproximadamente ao conceito de período, do ponto de vista sintático, até um âmbito mais abrangente envolvendo porções maiores do texto” (KOCH *et al.* 1990, p. 146).

O estudo pioneiro do PGPF definiu a abordagem do tópico discursivo como categoria, visando atender a dois princípios com essa proposta. Primeiro, o de ser uma unidade discursiva diferente da frase, considerando fatores pragmático-contextuais intrínsecos às práticas comunicativas; e, segundo, o de ter critérios sólidos suficientes para ser identificada e delimitada enquanto tal, tornando-se, assim, um dado objetivo, de modo a não ser estudada como sinônimo de assunto.

Em linhas gerais, para o PGPF, o tópico discursivo é uma unidade abstrata e relacional, caracterizada pelas propriedades de *centração* e *organicidade*. Em vista disso, na apreensão do tópico discursivo de um texto, o analista deve atender tanto para o que concerne a este tópico, ou seja, a um “sobre o que se fala”, quanto para fatores linguísticos e pragmático-contextuais que operam em sua estruturação interna e em sua ocorrência no texto.



Merece destaque a propriedade da organicidade, pelo fato de o tópico discursivo ser uma noção gradiente, organizada hierarquicamente, uma vez que, no momento em que falamos ou escrevemos, distribuimos nosso texto numa organização temático-estrutural de camadas tópicas, em que as mais abrangentes contêm outras, por sua vez, mais específicas e particularizadas, de modo que o analista identifica, na materialidade linguística do texto, os segmentos tópicos, unidades textuais que atualizam as propriedades do tópico. Em nossa pesquisa, as propriedades do tópico serão reconhecidas não apenas na materialidade linguística, mas, sobretudo, pelas relações entre processos referenciais, assim como pela coesão sequencial.

A topicalidade é tomada como um princípio organizador do texto especialmente devido a sua natureza escalar, visto que, de modo global, o tópico se manifesta hierarquicamente em níveis mais ou menos particularizados. Jubran (1996) e Pinheiro (2003) privilegiam a análise do tópico por meio do quadro tópico, que seria configurável a partir da análise de segmentos textuais na linearidade do texto. Assim, a observação da linearidade permite a análise, em termos de continuidade, da relação de adjacência entre os tópicos, com abertura de um tópico subsequente somente quando o anterior é esgotado, mas também em termos de descontinuidade, caracterizada por uma perturbação da sequencialidade linear, causada ou por uma suspensão definitiva de um tópico, ou pela cisão do tópico, que passa a se apresentar em partes descontínuas (JUBRAN, 1993). O estudo de Jubran (2006) tem como ponto de partida os principais pontos que definem o tópico discursivo, e busca assinalar a operacionalidade da categoria tópica na particularização de estratégias de construção do texto. Não adotaremos essa visão de quadro tópico apreensível pela linearidade do contexto linguístico, porque tal procedimento analítico suporia uma noção de texto mais estrita e mais estrutural do que a adotada aqui.

Nos estudos iniciais do PGPF, havia referência a uma unidade discursiva que se relacionava a um fragmento textual. Tal unidade se caracterizava pela centração em um determinado tema, de diversas extensões, o qual se fazia presente desde o âmbito do enunciado até um âmbito mais abrangente que envolvia porções maiores do texto. Certamente, esta é uma das principais propriedades do tópico discursivo: a centração. Essa propriedade é imprescindível na concepção de tópico discursivo, na medida em que se apresenta como um critério concreto a partir do qual o tópico pode ser identificado e compreendido.

Jubran (2006, p. 33) reconhece que a conceituação dada ao tópico discursivo foi insatisfatória nos estudos seminais do PGPF, pois havia “uma precariedade na conceituação dessa unidade discursiva, visto que o significado vago e fluido da palavra tema não permitia a apreensão do que se estava entendendo por centração”. Outro fator inconsistente era a discussão sobre a extensão dessa unidade, que, do modo como foi feita, permaneceu difusa, porque não se apoiou em critérios precisos para o recorte da unidade textual.

No momento dos estudos embrionários acerca do tópico discursivo, ficou evidente, pela própria observação sobre a extensão e pela correlação da unidade com um “fragmento textual”, que havia um destaque dado à materialização linguística dessa unidade, sem que se estabelecesse previamente uma categoria analítica devidamente particularizada em suas propriedades, para alicerçar a identificação e delimitação de fragmentos textuais que realizassem as características de uma unidade discursiva.

Jubran (2006) afirma que, a partir da percepção da insuficiência conceitual de unidade discursiva, os autores empreenderam seus esforços na definição dessa unidade, já que operavam com a categoria de plano do texto e, portanto, deveriam necessariamente estabelecer categorias de estatuto textual, não previstas na descrição gramatical que recorta a frase como unidade de análise.

O PGPF considerou também que tais categorias deveriam pertencer ao enfoque pragmático da linguagem, concebido como interação social, o que levou os autores a afastarem a possibilidade de ser o “turno” a unidade de análise de texto falado, uma vez que os participantes de uma interação verbal integram um processo colaborativo na construção do texto. Assim sendo, um turno é produzido, de alguma forma, por referência ao anterior, gerando a expectativa do desencadeamento de um novo turno em resposta a um turno antecedente. Jubran (2006, p. 34), a este respeito, esclarece que:

relação de interdependência entre turnos é promovida pelo movimento de entrosamento entre os interlocutores, que procuram articular suas falas, mantendo-as, de forma coesa e coerente, em torno de um conjunto referencial que se projeta como foco da interação em dado momento do evento comunicativo.

Desse modo, segundo Jubran (2006, p. 34), os estudiosos do PGPF perceberam que era possível “postular uma unidade discursiva, não restrita ao turno, cujas particularidades estariam assentadas na integração de enunciados em um conjunto relevante de referentes e cujos limites seriam dados pela proeminência desse conjunto

em determinado ponto do texto”. Deste modo, conforme nos esclarece Jubran (2006, p. 34), a noção de tópico discursivo passou a ser compreendida como uma “categoria analítica abstrata, com a qual o analista opera, com base nas propriedades tópicas, para recortar segmentos textuais e descrever a organização tópica de um texto”.

Notamos que, no conceito de tópico apresentado, estão em correlação uma categoria abstrata, que seria o tópico discursivo, e uma categoria concreta, o segmento textual. Apresentamos um exemplo retirado do trabalho de Pinheiro (2013, p. 83), com vistas a demonstrar como se efetiva a relação entre tais categorias. Selecionamos um artigo de opinião, analisado pelo autor, de autoria do escritor Edson Nery da Fonseca, cujo título é *Doutores indoutos*, e subtítulo, *As universidades brasileiras valorizam mais os doutos indoutos do que os não doutores*.

#### Exemplo 01:

[1 No prólogo do segundo volume de seus *Diálogos*, São Gregório Magno escreve que ao desprezar os estudos literários iniciados em Roma, adotando a vida monástica, nosso pai São Bento preferia ser “doutamente ignorante e sabiamente insensato” (*scienter nescius et sapienter indoctus*). Reportava-se, evidentemente, à *douta ignorância* de que fala Santo Agostinho em carta à Proba. Mais tarde, Nicolau de Cusa definiu a expressão em seu livro de 1440 *De docta ignorantia*: “Nada podemos saber de Deus que, por ser infinito, está além de toda *proporção* com o finito, isto é, o homem”. Mas *douta ignorância* também se define, de modo genérico, como “a consciência dos limites do próprio saber”, como ensina Nicola Abbagnano em seu excelente *Dicionário de filosofia*.]<sup>21</sup>

[2 Lembrei-me disso ao ler a reportagem da revista *Veja* sobre as misérias da pós-graduação no Brasil. Quando o professor Newton Sucupira escreveu seu histórico e lúcido parecer a respeito do assunto, advertiu as universidades para o perigo que podia transformar a pós-graduação num fracasso: o de contaminar-se com a impostura do chamado ensino superior entre nós.

Como a voz do Batista, a de meu amigo Sucupira foi *vox clamantis in deserto*, porque as universidades não fizeram outra coisa senão abastardarem os graus de *mestre* e *doutor*. *Temos, aliás, no Brasil, a triste tradição de desmoralizar palavras que, no estrangeiro, são quase sagradas. Já me referi, neste jornal, ao que acontece com filósofo, historiador, antropólogo e sociólogo, títulos com os quais são brindados entre nós, simples professores de filosofia, história, antropologia e filosofia.*]

[3 Para que serve a pós-graduação? Para fazer com que as universidades sejam não apenas transmissoras, mas produtoras de cultura, contribuindo para o desenvolvimento da filosofia, da ciência, das letras e das artes.] [4 Exige-se do candidato ao grau de *mestre* que demonstre em sua dissertação o domínio de métodos, conhecimento da matéria e capacidade de sistematização. Mas a quem pretende o grau de *doutor* a exigência é que sua tese contenha uma contribuição original à área do conhecimento que se insere determinado tema.]

---

<sup>21</sup> Pinheiro (2003) demarca os segmentos tópicos por meio de colchetes enumerados.

[5 Vê-se pela reportagem aqui comentada que nas universidades brasileiras, com raras exceções, não acontece nada disso. Que as teses são verdadeiros bestialógicos, como a de um professor de filosofia do Recife, aprovada porque os examinadores queriam se ver livres dele (sic!).

Sabe-se também que depois de obterem o grau, os doutores não fazem mais pesquisas nem publicam. Mas ganham gratificações que tornam seus salários muito mais altos do que os dos simples bacharéis. Estes, coitados, continuam pesquisando, publicando e até integrando bancas examinadoras de teses de doutoramento.]

[6 As universidades valorizam mais os doutos indoutos do que os não doutores que pesquisam mesmo depois de aposentados por limite de idade, que integraram colegiados de pesquisa e pós-graduação e foram assessores de instituições nacionais e estrangeiras. Valorização do formal em detrimento do essencial. Desserviço ao desenvolvimento científico e humanístico. Traição aos objetivos da pós-graduação.]

**(Artigo de opinião)**

Conforme Pinheiro (2003), o processo de identificação do tópico discursivo guarda semelhanças com o procedimento de identificação do referente que é tópico frasal<sup>22</sup>, na medida em que em ambos os processos se procura saber *sobre o que se fala*. Segundo Pinheiro (2003, p. 81), a distinção entre os dois processos se dá pelo “fato de que, enquanto o tópico referencial<sup>23</sup> é codificado na frase, e, assim, concretamente audível ou visível, o tópico discursivo não é explicitamente codificado. Ele precisa ser apreendido e nomeado”.

Desse modo, a fim de descrever a organização tópica do artigo de opinião, Pinheiro identifica e nomeia três tópicos (categoria analítica abstrata) e, em seguida, recorta-o em seis segmentos (categoria analítica concreta), identificados pelos colchetes e pelos números. O autor afirma que, com base na categoria analítica de tópico discursivo, o texto pode ser recortado em seis segmentos. Nomeia o primeiro tópico de *Ideia de ‘Douta ignorância’*, ao qual corresponde o segmento 1; o segundo tópico é nomeado de *Funcionamento da pós-graduação no Brasil*, ao qual correspondem os segmentos de 2 a 5; por fim, o autor rotula de *Avaliação geral sobre a pós-graduação* o terceiro tópico, ao qual corresponde o segmento 6.

A noção de tópico com que lidamos neste trabalho é, todavia, tão pragmático-discursiva quanto semântica e não se prende somente a uma abstração dos segmentos tópicos presentes no texto.

---

<sup>22</sup> Termo postulado pela Escola de Praga que se refere à ideia central do parágrafo.

<sup>23</sup> Cabe-nos observar que o tópico referencial de que fala o autor não necessariamente está explicitado na frase. Na noção de referenciação com que se trabalha na LT atualmente, por vezes o tópico referencial passa por apreensão e nomeação em virtude de não estar restrito a formas de expressões linguísticas.

Percebemos claramente, até aqui, que a noção de tópico discursivo foi inicialmente formulada a partir das observações sobre a inter-relação entre turnos de fala e, por isso, a maior parte das análises que envolvem tópico discursivo se apoiou em textos conversacionais. Entretanto, Jubran (2006, p.34) observou que “desbastada desses indícios de conversação, a categoria tópica é aplicável à análise de textos de outros gêneros falados e também escritos”. Apoiamo-nos nessa reflexão encetada por Jubran para investigar, em redações do Enem, como as propriedades definidoras da noção de tópico discursivo podem se articular aos critérios de coerência.

Passamos a discutir como a noção de tópico discursivo foi descrita linguisticamente por Jubran *et al.* (1992) e por Pinheiro (2003) como categoria analítica. Discutimos o que foi adotado nesta pesquisa desta visão de tópico e de mecanismos de articulação tópica.

Jubran *et al.* (1992) e Pinheiro (2003) descrevem tópico discursivo a partir do que dizem Brown e Yule (1983, p. 73) sobre a ideia de tópico se basear nas representações do conteúdo que se organizam de forma hierárquica. O tópico pode ser entendido como “o assunto acerca do qual se está falando ou escrevendo” e depende de um processo colaborativo que envolve os membros do ato comunicativo. Desse modo, no trabalho de Jubran *et al.* (1992, p. 361) o tópico é descrito como categoria abstrata, primitiva, que se manifesta “na conversação, mediante enunciados formulados pelos interlocutores a respeito de um conjunto de referentes explícitos ou inferíveis, concernentes entre si e em relevância num determinado ponto da mensagem”. Os autores afirmam que o tópico compreende duas propriedades que o particularizam: a centração e a organicidade. A propriedade de centração possui as seguintes características:

- a) concernência: relação de interdependência semântica entre os enunciados - implicativa, associativa, exemplificativa ou de outra ordem - pela qual se dá sua integração no referido conjunto de referentes explícitos ou inferíveis;
- b) relevância: proeminência desse conjunto, decorrente da posição focal assumida pelos seus elementos;
- c) pontualização: localização desse conjunto, tido como focal, em determinado momento da mensagem. (JUBRAN *et al.*, 1992, p. 360)

No que tange à propriedade de organicidade, os autores a definem em termos de uma distribuição dos temas em quadros tópicos. Exemplificam-na considerando que, em uma única conversação, os participantes podem desenvolver diversificados assuntos, o que implica a observação de diversos tópicos; de modo semelhante, da conversação como um todo se pode observar uma dada organicidade,

que pode ser analisada, segundo Jubran *et al.* (1992), em dois níveis: no plano hierárquico e no plano sequencial.

Pinheiro (2003) critica o processo de delimitação do tópico, na medida em que a apreensão do tópico feita pelo analista não se encontra explicitamente presente no contexto. Esse fato desencadeia a crítica de que a delimitação de tópico é intuitiva e, conseqüentemente, apresenta dificuldades de operacionalização. Conforme o autor, a comunicação humana se desenvolve hipoteticamente em torno de um conteúdo, um assunto, mas nem sempre é simples identificá-lo. No entanto, consoante Pinheiro (2003, p.68), “os traços de concernência e relevância que precisam a centração, uma das características do tópico, segundo Jubran *et al.* (1992), apresentam-se como um critério concreto a partir do qual o tópico pode ser identificado e apreendido”.

Centração e organicidade são as principais características que particularizam a noção de tópico discursivo, definidas pelo PGPF, mas que, segundo Jubran (2006, p. 33), merecem “reconsiderações e complementações” em alguns pontos de suas especificações.

A pesquisadora destaca que o PGPF definiu em seus primeiros trabalhos as propriedades tópicas a fim de aprimorar a noção de tópico discursivo. Segundo Jubran (2006, p. 35), o estudo do PGPF considerou “fundamentalmente a referencialidade textual”, no processo de aprimoramento da noção de tópico. Como consequência, o tópico foi compreendido por Jubran *et al.* (1992, p. 361) como “um conjunto de referentes explícitos ou inferíveis concernentes entre si e em relevância num determinado ponto da mensagem”. Essa consideração, segundo a autora, delinea o tópico no sentido geral de “acerca de” que se fala e conduz a uma associação entre tópico e a função representativo-informacional da linguagem, em uma concepção mais convencional de referência.

Destacamos que a propriedade da centração pode ser associada com a função representativo-informacional da linguagem, de Halliday, na medida em que a noção de tópico se apoia em processos referenciais para se definir. A proposta de Jubran (2006) sobre a revisão dos traços abarcados pela centração surge da necessidade da autora em acrescentar considerações que contemplem, além da função representacional, também a função interacional., a qual se relaciona a uma abordagem textual-interativa do texto; Para sugerir a primeira reconsideração, a autora se distancia da concepção de tópico do PGPF e concebe

a função interacional de modo amplo, como inerente a todo e qualquer texto, já que o produtor de um texto, seja falado ou escrito, orienta suas escolhas linguístico-discursivas em função do interlocutor presente no intercâmbio oral ou pretendido no evento comunicativo realizado por meio da escrita.

Esse acréscimo permite nova interpretação para expressões como “interação verbal”, “processo interativo”, ambas usadas na explicação dos três traços da centração tópica. Por esse motivo, podemos abordar o texto dissertativo neste trabalho e, ainda assim, tratarmos da função interacional, antes relacionada a textos exclusivamente orais.

De acordo com Jubran (2006), os traços caracterizadores da centração, definidos sob a perspectiva textual-interativa, garantem à categoria de tópico discursivo critérios suficientes para o reconhecimento do estatuto tópico de um fragmento textual. O recorte de um texto em segmentos tópicos provém da aplicação de tais critérios à sua análise.

Segmentos tópicos são compreendidos como unidades textuais que materializam, na superfície linguística do texto, o princípio da centração. Para esse tipo de análise, portanto, são identificados, no contexto, segmentos de texto que se articulam ao tópico central. Jubran (2006, p. 36) afirma que “ficam assim particularizadas uma categoria analítica para a identificação e delimitação de unidades de natureza textual – o tópico discursivo, bem como uma unidade concreta de análise – o segmento tópico”.

Como dissemos, em nossa pesquisa, não usamos esse mesmo procedimento metodológico, uma vez que não propomos uma associação entre segmentos do cotexto e subtópicos. O princípio da centração foi analisado, em nossos dados, em função das relações entre processos referenciais em rede<sup>24</sup>. Desse modo, a propriedade de centração, a nosso ver tomada como a temática para a qual tudo no texto deve convergir, pode ser identificada através da referenciação.

Defendemos que esse fenômeno é o grande responsável por evidenciar o que é central no texto, já que expressões referenciais, mas não exclusivamente, possibilitam definir a direção para a qual converge o texto. A referenciação é um processo de natureza sociocognitivo-discursiva, que leva em consideração a construção de entidades a partir de pistas diversas do contexto. Usar a referenciação como modo de evidenciar as relações entre tópicos e subtópicos é não se prender, portanto, a relações semântico-pragmáticas dos temas abordados, mas considerar todo o conjunto de

---

<sup>24</sup> Esse conceito é abordado na tese intitulada *As redes referenciais na construção de notas jornalísticas*, 2018, de Janaica Gomes Matos.

conhecimentos compartilhados necessários para a interpretação dos referentes no texto e, conseqüentemente, para a confirmação da manutenção e da progressão dos (sub)tópicos.

Notamos, entretanto, que a explicitação do modo como tais critérios, bem como a organicidade, são aplicados para apreensão dos tópicos se mantém ausente em muitos trabalhos que se dedicam ao estudo do tópico. Consideramos essa constatação um desdobramento possível das investigações sobre o tópico. Em vista disso, nossa contribuição para esses estudos se garante na medida em que procuramos detalhar aqui como os traços da centração são efetivamente percebidos para que se formem os quadros tópicos.

Importa dizer ainda que, a fim de organizar a discussão, tratamos em um primeiro momento das características destacadas como traços da centração e, posteriormente, discutimos as características da organicidade, entretanto, reconhecemos que as propriedades tópicas são indissociáveis.

### **3.2.1 Propriedade tópica: centração**

Para melhor demonstrar como estamos aplicando a propriedade de centração a nossos dados, apresentamos o texto T14-2014<sup>25</sup>, que trata da questão da publicidade infantil, abordada na edição do Enem 2014.

Exemplo 02

**T14-2014**

#### **Publicidade infantil em questão no Brasil**

A publicidade direcionada ao público infantil pode ser discutida pelo aspecto da legalidade, por experiências em outros países e pelo processo de formação das crianças.

Em relação ao aspecto legal, o país ainda não possui leis que limitem esse tipo de publicidade. Entretanto com a aprovação da Resolução, em 2014, do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, em que torna abusivo certos tipos de propaganda direcionada ao público infantil, esse assunto ficou em evidência. Assim, existem pessoas favoráveis e outras, normalmente, empresários do setor, que são contrárias e alegam desconhecer a legitimidade dessa Resolução.

Além disso, considerando as experiências de outros países, não existe uma uniformização. Têm nações que proíbem de forma regulamentar em contrapartida existem outras as quais realizam apenas determinados controles, de forma a não permitirem uma publicidade que limite o pensar das crianças e dos adolescentes.

---

<sup>25</sup> Exemplo retirado do *corpus* desta pesquisa, identificado por meio de um código que se baseia na ordem em que está no Caderno de Redações, após a escolha dos textos, seguido da edição do Enem a que pertence. Por exemplo, o texto 14 foi o décimo quarto a ser selecionado para composição do *corpus* e pertence à edição do Enem de 2014. Eis, portanto, sua identificação: T14-2014. Esse procedimento foi adotado na identificação dos 27 textos que compõem o *corpus* desta pesquisa.



Acrescenta-se também, a questão da formação desse público, uma vez que no futuro esse público infantil será adulto e terá de fazer inúmeras escolhas e, certamente, terão pessoas procurando influenciar no seu processo decisório.

Portanto, competem aos pais e pessoas próximas prepararem suas crianças para se defenderem de qualquer instrumento de persuasão que interfira em suas escolhas.

### (Redação do Enem)

Compreendemos por centração o eixo em torno do qual o texto se organiza. Em vista disso, logo no título do texto temos acesso à introdução referencial, que é o termo que inaugura o referente<sup>26</sup>, marcada pela expressão “publicidade infantil”, que consideramos ser o eixo central do exemplo 2. Assim, propomos que o tópico central do texto seja *Publicidade infantil*, uma vez que é em torno dessa temática que o texto vai se desenvolver.

A respeito da nomenclatura “tópico central” no âmbito desta investigação, a nosso ver, ela é particularizada no gênero redação do Enem por ser monotópico. A redação do Enem se desenvolve em uma extensão de, no máximo, 30 linhas, sob um tempo também limitado e apresenta um tema predeterminado. Essa soma de fatores faz com que a redação do Enem seja monotópica, apresente somente um tópico, ao qual denominamos de tópico central.

Dando sequência ao estudo da centração, afirmamos que, a partir da expressão referencial “Publicidade infantil”, encontramos passagens, na extensão de todo o texto, de expressões que a ela estão associadas. Observamos, deste modo, a ocorrência de diferentes processos de retomadas anafóricas que estão a serviço da construção do tópico.

No primeiro parágrafo, destacamos que a expressão “publicidade direcionada ao público infantil no Brasil” retoma a expressão presente no título da redação “publicidade infantil”. Do mesmo modo, as expressões referenciais “certos tipos de propaganda<sup>27</sup> direcionadas ao público infantil” e “esse assunto”, no segundo parágrafo, convergem para o eixo de que falamos. No terceiro e quarto parágrafos, há ocorrência das expressões “publicidade”, “crianças e adolescentes”, “desse público” e “esse público infantil”, as quais também se relacionam à temática abordada no texto.

---

<sup>26</sup> A descrição sobre o fenômeno da referenciação e de processos referenciais será posteriormente discutida em mais detalhes.

<sup>27</sup> Preservamos, conforme consta no Caderno de Redações, a escrita dos textos que compõem nosso *corpus*, pois não temos como objetivo a correção de eventuais desvios gramaticais ou de convenção de escrita.

Por fim, no último parágrafo, a expressão referencial “crianças” também se liga ao eixo central do texto.

Consideramos tais remissões anafóricas como promotoras da centração, na medida em que abrangem, conforme Cavalcante *et al.* (2017, p. 132), “a ideia mais concernente, relevante e localizada ao longo de todo o texto, e que configura o tópico”. Observamos ainda que, no exemplo 2, o tópico *Publicidade infantil* apresenta graus de desdobramento, ou seja, o candidato analisa o tema sob diferentes perspectivas, daí ocorrem tópicos coconstituintes, que são os subtópicos, nos termos dos estudiosos do PGPF.

Apresentada nossa compreensão acerca da noção geral de centração, passemos a discutir seus traços caracterizadores: concernência, relevância e pontualização. No que tange à concernência, tomemos novamente o exemplo 2. Reconhecemos, antes de tudo, que, para o desenvolvimento dessa temática ou de qualquer outra, o candidato deve selecionar subtópicos que devem configurar como mais “concernentes” na elaboração da redação do Enem.

Assim, compreendemos concernência como a construção de um conjunto referencial, em torno dos subtópicos pré-selecionados pelo candidato, que converge para o eixo central do texto, ao mesmo tempo em que é um desdobramento dele, assinalado por uma relação de interdependência. Tal construção permite que o eixo central do texto se relacione por meio de interdependência semântica a argumentos pertinentes, que, por sua vez, possibilitam que a defesa do ponto de vista seja bem-sucedida.

O autor da redação em análise selecionou alguns subtópicos que foram ponderados como mais “concernentes” para o desenvolvimento da temática em questão. Assim, ele optou por construir sua argumentação pelo viés da legalidade, de experiências em outros países e do processo de formação das crianças. Os subtópicos escolhidos pelo candidato, a nosso ver, respeitam a ideia de concernência que o primeiro traço da propriedade de centração abriga, uma vez que a integração desses elementos, por meio de relações de interdependência não apenas semântica, mas principalmente referencial, define o eixo central do texto e converge para o objetivo de defender um ponto de vista.

Passemos à discussão do segundo traço da centração, relevância, tendo ainda como base o exemplo 2 para melhor discutirmos nosso ponto de vista. Os três subtópicos apontados como mais concernentes foram, conforme mencionamos,

*Legalidade, Experiências em outros países e Processo de formação das crianças.* Cada um dos argumentos é desenvolvido em um parágrafo diferente, exatamente em função de um novo conjunto de referentes que passa a ganhar *relevância* para o desenvolvimento argumentativo do texto.

Para efeito de ilustração, demonstramos como a categoria *relevância* pode ser evidenciada no desenvolvimento do texto em análise, em que o candidato aborda um aspecto da *Publicidade Infantil*, o da legalidade. Para isso, ele se vale de um conjunto de expressões que o ajudam a discutir o eixo central do texto, porém sob um enfoque específico, tais como “leis que limitem”, “aprovação da Resolução”, “Conselho Nacional da Criança e do Adolescente”, “abusivo”, “legitimidade dessa Resolução”.

Compreendemos que a extensão do conjunto referencial em função do subtópico mais concernente para o desenvolvimento de uma temática configura o traço de *relevância*, concepção adotada nesta pesquisa. Em vista disso, salientamos que no exemplo em análise, todas as expressões que destacamos pertencem ao novo conjunto referencial criado especificamente para tratar do tópico central *Publicidade infantil* sob o viés do primeiro subtópico concernente: legalidade. Nesse caso, a *relevância* é percebida exatamente pelo destaque dado a esse novo conjunto referencial, atestada por sua importância para a discussão engendrada pelo candidato.

Na continuidade da análise, observamos que o candidato aborda o tema “publicidade infantil” pelo viés de experiências em outros países; há novamente a construção de um novo conjunto referencial em função do argumento. O autor utiliza expressões tais como “uniformização” (sobre esse termo, inferimos que ele se refere a uma legislação única para todos os países), “nações”, “outras” (em referência a outras nações, em elipse), “determinados controles”, “publicidade que limite”.

No terceiro parágrafo do desenvolvimento, a abordagem do candidato se dá pelo viés da formação do público infantil. O candidato se valeu de expressões, tais como “formação desse público infantil”, “adulto”, “escolhas”, “processo decisório”. Notamos que o processo de construção do texto envolveu a seleção de três subtópicos concernentes à defesa do ponto de vista do autor. Notamos ainda que, para o desenvolvimento de cada um dos subtópicos, o autor se valeu de informações relevantes que embasassem sua argumentação, o que gerou um novo conjunto referencial para cada novo enfoque dado ao tema geral.

Observamos que a relevância de cada um dos subtópicos concernentes ao tópico central é a mesma, visto que cada subtópico foi desenvolvido em um parágrafo, com equilíbrio de relevância. Caso o candidato optasse por desenvolver o primeiro subtópico, *Legalidade*, em dois parágrafos, e os outros subtópicos em apenas um, afirmaríamos, então, que a relevância do primeiro subtópico, em relação ao demais, era superior. Isso poderia ocorrer, por exemplo, no caso de o candidato julgar que aquele subtópico é um argumento mais contundente para a discussão que pretendeu estabelecer.

Salientamos, em vista disso, que o segundo traço caracterizador da centração, a relevância, é compreendido exatamente como a proeminência desses elementos textuais na construção de conjuntos referenciais que são mobilizados em favor dos subtópicos tomados como mais concernentes pelos candidatos.

A pontualização, terceiro traço tradicionalmente atribuído à caracterização da centração, é definida por Jubran *et al.* (1992, p. 360) como a “localização desse conjunto, tido como focal, em determinado momento da mensagem” e, após algumas reconsiderações de Jubran (2006, p. 360), foi definido como a “localização desse conjunto em determinado ponto do texto, fundamentada na integração (concernência) e na proeminência (relevância) de seus elementos, instituídas com finalidades interacionais”.

A pontualização parece, portanto, estar mais presa a uma localização no cotexto linguístico e mais ligada a uma evidência formal. Por essa razão decidimos que a divisão da centração em três traços definidores não será necessária para a nossa abordagem de tópico. Justificamos nosso posicionamento, sobretudo, em vista da noção de referenciação com que lidamos na LT. Ao considerarmos a categoria pontualização do modo como foi concebida por Jubran *et al.* (1992) e Jubran (2006), no sentido de estar localizada em certo ponto do texto, estamos nos concentrando na forma, ou seja, no que está escrito.

Procuramos refletir, a partir daqui, sobre a “mudança de centração” ou “mudança tópica”, de que tratam os estudiosos do tópico. Segundo Lins (2006, p.127), “é possível detectar as mudanças tópicas a partir de nova centração, que, muitas vezes é percebida por uma substituição do conjunto de referentes”. *Cavalcante et al.* (2017) utilizam a nomenclatura “mudança de centração” ao observarem que um novo subtópico

se constitui. Mostramos o exemplo tratado pelos autores, a seguir, cujo tópicos é *Cidadania*.

Exemplo 03:

[A A cidadania esteve e está em permanente construção; é um referencial de conquista da humanidade, através daqueles que sempre buscam mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, e não se conformando frente às dominações, seja do próprio Estado ou de outras instituições.]

[B No Brasil ainda há muito que fazer em relação à questão da cidadania, apesar das extraordinárias conquistas dos direitos após o fim do regime militar (1964-1985). Mesmo assim, a cidadania está muito distante de muitos brasileiros, pois a conquista dos direitos políticos, sociais e civis não consegue ocultar o drama de milhões de pessoas em situação de miséria, altos índices de desemprego, da taxa significativa de analfabetos e semianalfabetos, sem falar do drama nacional das vítimas da violência particular e oficial.]

Cavalcante *et al.* (2017, p. 132) afirmam que, “no segmento B, ocorre uma evidente mudança de concentração em função de um novo conjunto de referentes que passam a ganhar relevância”. Refletindo sobre o que dizem os autores, questionamo-nos se, no exemplo, seria possível identificar ‘mudanças tópicas’, e ainda, se haveria ‘nova concentração’ a cada enfoque dado à temática central. No exemplo 2, cujo tópicos foi identificado como sendo *Publicidade infantil*, segundo Cavalcante *et al.* (2017), deveríamos considerar que houve “mudança de concentração” a cada novo subtópicos.

A concentração, para nós, é uma propriedade fundamental para se entender a metarregra de coerência que Charolles chamou de “repetição” e que Costa Val denominou de “continuidade”. Para Brown e Yule (1983), a extensão de um tópicos tem relação com a manutenção do tema e da relevância. Desse modo, para os autores, se a relação semântica entre enunciados fica evidenciada, detecta-se no texto continuidade tópicos. No exemplo 2, identificamos “manutenção do tema e da relevância”, o que configura continuidade tópicos. Identificamos também que há uma “substituição do conjunto de referentes” quando o candidato aborda o tema central sob distintos focos, ou seja, desenvolvendo subtópicos.

Com isso, estamos defendendo que, no exemplo em análise e, de um modo geral, em todas as redações do Enem, há somente uma concentração geral<sup>28</sup>. Não há nova concentração a cada perspectiva acerca da temática central. Compreendemos que o contexto de substituições de conjuntos referenciais marca um desdobramento do tópicos, no

---

<sup>28</sup> Esse é o motivo para propormos que o tópicos discursivo das redações do Enem seja identificado como tópicos central e, não como pode sugerir, que haveria um tópicos central em contraposição a outros “secundários”, por exemplo.

âmbito de uma continuidade tópica, e não instaura, portanto, uma nova centração do tópico central, senão apenas de subtópicos.

Neste ponto, evidenciamos a relação existente entre a propriedade de centração e a metarregra de continuidade. Para nós, a definição de centração se ampara no conceito de continuidade, na medida em que definimos o “eixo central” de um texto em função da observação, em seu desenvolvimento, de retomadas anafóricas que o constituem.

Estamos propondo, ainda, que a metarregra de coerência não contradição, como categoria mais ampla, deve ser considerada na relação que estabelecemos entre centração e continuidade, visto que a introdução de cadeias referenciais que confirmam a continuidade tópica não pode contradizer um elemento posto ou pressuposto por uma ocorrência anterior.

Em nossa investigação, consideramos que, dentre os mecanismos de articulação tópica presentes na proposta de Pinheiro (2003), o emprego de formas referenciais, conforme denominação do autor, e de paráfrases está diretamente relacionado aos conceitos de centração e de continuidade, segundo pretendemos demonstrar na seção de análise. Advogamos em favor dessa relação tendo em vista que os processos referenciais promovem a centração por meio de retomadas de elementos que estabelecem um “fio condutor textual”.

Em relação à paráfrase, postulada por Pinheiro (2003) como um dos mecanismos de articulação tópica, afirmamos que ela é imprescindível para a continuidade temática, na medida em que retoma conteúdos que apresentam equivalência semântica com conteúdos anteriormente apresentados. Vale ressaltar que tal reapresentação de conteúdo por meio de paráfrase, ocorre, segundo Koch e Elias (2016, p. 102) “sob formas estruturais distintas” e pode sofrer “algum tipo de alteração como reformulação, ajuste, desenvolvimento, síntese”. Por esse motivo, estamos pleiteando, nesta tese, que a paráfrase também promove a função da metarregra de progressão.

Nesse sentido, defendemos que, no gênero redação do Enem, a propriedade tópica de centração está a serviço do reconhecimento e da delimitação do tópico central, que, por sua vez, delimita a continuidade tópica. O imbricamento entre centração e continuidade se constitui como um dos critérios fundamentais para o estabelecimento da

coerência, visto que é possível analisar a continuidade dos tópicos iniciados em um texto e a maneira como essa continuidade se apresenta.

Discutidas algumas questões fundamentais em torno da contração, cabe-nos, agora, aprofundar a discussão acerca da segunda propriedade tópica: a organicidade. Iniciamos esta discussão amparados no que afirmam Jubran *et al.* (1992, p. 362) sobre a diferença essencial entre contração e organicidade. Ao passo que a primeira diz respeito ao conteúdo do tópico, ou seja, “aquilo de que se fala”, a segunda refere-se ao modo “como se fala”.

### **3.2.2 Propriedade tópica: organicidade**

Jubran *et al.* (1992) centraram seus esforços no sentido de definir a unidade discursiva designada de tópico discursivo em duas propriedades: contração e organicidade. Na discussão em 3.2.1 sobre contração, propomos uma redefinição dos traços da primeira propriedade tópica objetivando detalhar como eles são efetivamente apreendidos para que se formem quadros tópicos. Pretendemos proceder da mesma maneira com a segunda propriedade tópica, partindo do modo como foi concebida no âmbito do PGPF.

A organicidade, segundo Jubran *et al.* (1992), é manifestada por relações de interdependência tópica que se estabelecem simultaneamente em dois planos: no plano hierárquico e no plano linear. No plano hierárquico, no sentido vertical do quadro tópico, a organicidade expressa as dependências de super ou de subordenação entre tópicos, que se implicam pelo grau de abrangência com que são tratados na interlocução. No plano sequencial, no sentido horizontal do quadro tópico, a organicidade se manifesta de acordo com as articulações intertópicas, em termos de adjacência ou interposições de tópicos.

Chamamos atenção para o fato de que, originariamente em Jubran *et al.* (1992), a organicidade serviu somente à descrição das relações entre tópicos em textos conversacionais. Entretanto, Jubran (2006, p. 36) revisita a noção de tópico discursivo e apresenta complementações a alguns pontos da organicidade:

Além de defendermos a extensão do princípio de organicidade à constituição interna dos tópicos, uma vez que ele foi postulado apenas para as relações entre tópicos, registramos aqui a sua extensão à análise de textos escritos.

A pesquisadora pontua que as análises da organicidade se restringiram exclusivamente a textos orais, e defende que a análise da organicidade deve ser

ampliada também ao âmbito de textos escritos. Jubran (2006) acrescenta que tal princípio deve ser estendido a fim de que também compreenda as articulações intratópicas, aquelas que se dão no interior do segmento tópico.

A pertinência da observação da autora ao que se refere à extensão das análises também ao âmbito de textos escritos é de grande relevância para nossa investigação, na medida em que nos debruçamos, nesta pesquisa, sobre produções escritas. Conforme verificamos, a organicidade está diretamente relacionada à organização tópica de um texto. É por meio dela que é possível identificar e analisar as relações de superordenação e de subordinação dos tópicos. Conforme Koch (2002, p. 129), é “em função dela que podemos transitar nas articulações que um tópico tem com outros na sequência discursiva, bem como pelas relações hierárquicas entre tópicos mais ou menos abrangentes”.

Ressaltamos que, embora a organicidade diga respeito à organização tópica de segmentos tópicos distribuídos nos planos hierárquico e linear, o desdobramento dos segmentos em tópicos ou subtópicos perpassa necessariamente a contração em um tópico mais abrangente, o qual se divide em subtópicos coconstituintes, e estes, por sua vez, podem se subdividir sucessivamente no interior de cada subtópico coconstituente. Quanto às relações hierárquicas de tópicos e subtópicos, Jubran *et al.* (1992) mencionam o valor relacional que lhes é conferido, e explicam que um mesmo segmento tópico pode ocupar classificação, super ou subordinada, a depender do tipo de relação de dependência existente entre os dois níveis.

Nesse sentido, Bentes e Rio (2006) reforçam que o plano hierárquico se refere aos níveis de relação e estruturação dos tópicos que se implicam pelo grau de abrangência do assunto. As autoras acrescentam que as análises da organização tópica de um texto se baseiam nesse plano em termos da extensão do tópico, que pode apresentar graus de abrangência, bem como pode estar inter-relacionada a outros tópicos de qualquer extensão. Segundo as autoras, outro tipo de análise possível são as que tomam como ponto de partida um constituinte mínimo, o subtópico, e se estendem até porções maiores, os tópicos ou supertópicos. A partir de tais análises, é possível constituir o quadro tópico do texto.

Por outro lado, a organicidade também pode ser avaliada pelo plano sequencial. Jubran *et al.* (1992) afirmam que, nesse plano, as relações de



interdependência tópica são estabelecidas de acordo com as articulações intertópicas em termos de adjacência ou interposições de tópicos na linha do discurso do texto.

Bentes e Rio (2006) explicam que, no plano sequencial, a distribuição dos tópicos é analisada em termos de continuidade ou de descontinuidade. A continuidade decorre de uma organização sequencial dos tópicos em que a abertura de um ocorre após o fechamento do precedente. Já a descontinuidade decorre de uma perturbação sequencial linear, isto é, quando há introdução de um tópico antes de ser esgotado o precedente, sendo possível que ele retorne após inserções ou digressões, ou não retorne, o que configura um corte, segundo Fávero (2003). Os estudos de descontinuidade tópica foram muito produtivos em relação aos textos da oralidade.

Na esteira dos autores que se dedicam ao estudo das propriedades tópicas, ponderamos que o estudo de *Cavalcante et al.* (2017, p. 130) sumariza adequadamente nosso ponto de vista.

De modo geral, podemos caracterizar o tópico discursivo como um “fio unificado” que perpassa o texto como um todo, e refere-se também ao modo como o assunto é desenvolvido num contexto de enunciação socialmente definido. Nesse caso, é interessante pensar o tópico não apenas como sobre “o que” se fala, mas, principalmente, sobre “como” se trata determinado assunto.

Ponderamos que as considerações acerca da definição de organicidade destacadas por Jubran *et al.* (1992) e por estudiosos do tópico estão, em certa medida, bem colocadas. Observamos, no entanto, que os estudos relativos a essa propriedade tópica carecem de maiores esclarecimentos sobre o modo como as relações de dependência tópica, nos planos hierárquico e sequencial, são estabelecidas para explicar a organização tópica de um texto, via construção de quadros tópicos. A discussão que empreendemos acerca da primeira propriedade tópica, contração, poderá auxiliar na identificação da segunda, organicidade, por meio da análise de uma estrutura hierarquizada no texto, ordenada por graus de abrangência.

Pinheiro (2003, p. 66) afirma que não pretende “fazer uma apresentação aprofundada acerca da discussão que todos esses autores levantam sobre a questão que envolve o conceito de tópico”. Tendo em vista essa consideração, acreditamos que esta tese seja uma possibilidade de contribuição teórica para o estudo do tópico discursivo, na medida em que tais explicitações se configuram como essenciais à compreensão dos propósitos da organicidade e do conceito de tópico discursivo de um modo geral.

Visando discutir apropriadamente como o princípio de organicidade se distribui na construção dos quadros tópicos, prosseguimos com a discussão empreendida em torno da redefinição dos traços da centração realizada na seção anterior. Recorremos mais uma vez ao texto T14-2014, a respeito do qual fazemos as seguintes considerações: 1) o eixo em torno do qual o texto se organiza, ou seja, o seu tópico central, pode ser tomado como *Publicidade infantil*; 2) em relação ao desenvolvimento do tópico central, foi desdobrado em subtópicos, tendo em vista o traço de concernência; 3) em torno de cada subtópico se desenvolveu um conjunto referencial, tendo em vista o traço de relevância.

Vale ressaltar que as propriedades tópicas são indissociáveis, conforme dissemos, e, como consequência de tal reconhecimento, torna-se impossível tratar de uma sem considerar, necessariamente, a outra. Tomemos novamente o texto T14-2014 para nos debruçar sobre a propriedade de organicidade. Apontamos os segmentos tópicos que correspondem aos três subtópicos *Legalidade*, *Experiências em outros países e Formação das crianças*, bem como o subtópico *Responsabilidade de pais*, subordinado ao terceiro subtópico, identificados e discutidos quando tratamos de centração, para serem discutidos sob o viés do critério analítico denominado de organicidade.

#### T14-2014

##### Publicidade infantil em questão no Brasil

A publicidade direcionada ao público infantil pode ser discutida pelo aspecto da legalidade, por experiências em outros países e pelo processo de formação das crianças.

Em relação ao aspecto legal, o país ainda não possui leis que limitem esse tipo de publicidade. Entretanto com a aprovação da Resolução, em 2014, do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, em que torna abusivo certos tipos de propaganda direcionada ao público infantil, esse assunto ficou em evidência. Assim, existem pessoas favoráveis e outras, normalmente, empresários do setor, que são contrárias e alegam desconhecer a legitimidade dessa Resolução.

Além disso, considerando as experiências de outros países, não existe uma uniformização. Têm nações que proíbem de forma regulamentar em contrapartida existem outras as quais realizam apenas determinados controles, de forma a não permitirem uma publicidade que limite o pensar das crianças e dos adolescentes.

Acrescenta-se também, a questão da formação desse público, uma vez que no futuro esse público infantil será adulto e terá de fazer inúmeras escolhas e, certamente, terão pessoas procurando influenciar no seu processo decisório.

Portanto, competem aos pais e pessoas próximas prepararem suas crianças para se defenderem de qualquer instrumento de persuasão que interfira em suas escolhas.

(Redação do Enem)

De posse do conhecimento de que a análise da organicidade envolve uma série de nomenclaturas que identificam os níveis a que pertencem os segmentos tópicos, esclarecemos que essa propriedade é analisada em dois níveis, hierárquico e sequencial. Chegamos a esses níveis pela análise da centração em um tópico mais abrangente, o tópico central, e pela divisão interna em tópicos coconstituintes, os subtópicos de primeira ordem; e, possivelmente, por subdivisões sucessivas no interior de cada tópico coconstituente, os subtópicos de segunda ordem, os subtópicos de terceira ordem<sup>29</sup>, etc.

Em vista do que afirmamos na consideração 1) o eixo em torno do qual o texto se organiza, ou seja, o seu tópico central, pode ser tomado como *Publicidade infantil*”, reconhecemos que a definição do tópico central de um texto é o ponto de partida para a análise da organicidade em virtude de todo o quadro tópico ser originado a partir dele, o qual assume posição hierarquicamente superior na construção de um quadro tópico.

Definido que o início da análise da organicidade se dá por meio do nível hierárquico, e que o primeiro espaço a ser ocupado neste nível pertence ao tópico central, passamos para a análise do nível imediatamente inferior a ele, espaço reservado ao subtópico de 1ª ordem. Para tratar desse nível, retomamos a consideração 2) em relação ao desenvolvimento do tópico central, foi desdobrado em subtópicos, tendo em vista o traço de concernência”, a respeito da qual afirmamos que é o traço de concernência o responsável pela definição dos subtópicos de 1ª ordem que um texto apresenta.

Defendemos que é por meio da observação de um conjunto referencial, fenômeno que define o traço de concernência, que se pode definir um subtópico de 1ª ordem, logo, a quantidade de subtópicos de primeira ordem de um texto é proporcional à quantidade de conjuntos referenciais existentes. Cabe-nos observar que, no nível hierárquico em que está o subtópico de 1ª ordem, abre-se a oportunidade para análise do nível sequencial da organicidade, visto que é neste nível que podemos verificar a ocorrência de subtópicos coconstituintes. No plano sequencial do texto T14-2014, verificamos a existência de três subtópicos de 1ª ordem.

---

<sup>29</sup> A fim de evitar nomenclaturas que gerem flutuação nos níveis (supertópico, tópico, subtópico), julgamos pertinente adotar, nesta investigação, a nomenclatura de tópico central (percebido pela centração), e de subtópicos de primeira ordem, de segunda ordem etc.

Tomamos a terceira consideração 3) em torno de cada subtópico se desenvolveu um conjunto referencial, tendo em vista o traço de *relevância*, para propor que o traço de relevância assume um papel de destaque na divisão interna de subtópicos de 1ª ordem em subtópicos de 2ª ordem coconstituintes e, assim, sucessivamente. Tomamos este posicionamento com base no próprio conceito de relevância, redefinido, nesta pesquisa, como extensão do conjunto referencial em função do subtópico mais concernente para o desenvolvimento de uma temática.

Para melhor esclarecer nosso ponto de vista, analisamos o parágrafo de conclusão do texto T14-2014, em que o candidato do Enem deve, por exigência da Competência V, “elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos”. Para ser avaliado no nível 5 da Competência V, o candidato deve “elaborar muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto”. No caso em análise, o candidato relacionou sua proposta de intervenção ao tema, mas não a articulou à totalidade da discussão desenvolvida no texto, logo nem todos os subtópicos de 1ª ordem passaram por desdobramentos.

A proposta de intervenção está articulada somente ao terceiro subtópico de 1ª ordem *Formação do público infantil*. Fazemos essa afirmação com base no processo referencial anáfora indireta, visto que o candidato ressalta a participação dos “pais” e de “pessoas próximas” no sentido de prepararem as crianças a fim de que elas sejam suficientemente conscientes para se defenderem de “instrumentos de persuasão” e fazerem boas “escolhas”.

É interessante notar que não há um antecedente explícito no subtópico de 1ª ordem *Formação do público infantil* que sirva de âncora para retomada dos termos em destaque que foram retirados do parágrafo de conclusão. Entretanto, podemos afirmar que a expressão referencial “formação do público infantil” se associa por inferência às expressões “pais”, “pessoas próximas”, “escolhas” e “instrumento de persuasão”, que é antecedida pelo verbo “defender”, reforçando a ideia de que pais e pessoas próximas, ao atuarem como formadores do público infantil, acumulam a função de defensores, especialmente no que se refere à influência que propagandas exercem sobre crianças e adolescentes.

Essas associações evidenciam que o subtópico de 2ª ordem *Responsabilidade de pais* é um desdobramento do terceiro subtópico de 1ª ordem

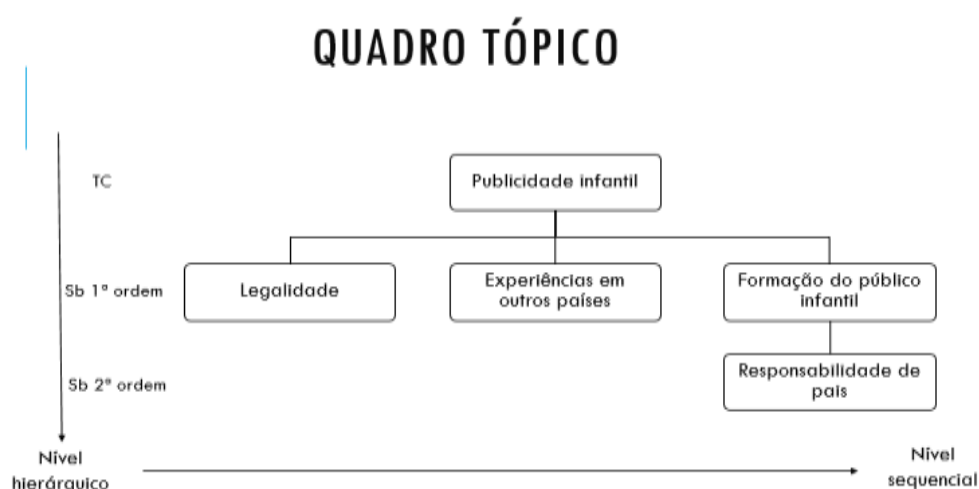
*Formação do público infantil* e, portanto, podemos afirmar que a proposta de intervenção do texto T14-2014 se articula a somente um dos subtópicos de 1ª ordem.

Compreendemos que o traço de relevância se relaciona com a extensão de um segmento tópico; desse modo, pensamos que, quanto mais o candidato desenvolver um subtópico de 1ª ordem, investindo na construção de um conjunto referencial que o auxilie em seu projeto de dizer, as chances de uma divisão interna do subtópico de 1ª ordem em subtópicos de 2ª ordem serão ampliadas. Além disso, se a um subtópico de 1ª ordem não são acrescentadas informações suficientes para o seu desenvolvimento, pensamos não ser possível o desdobramento deste subtópico. Por esse motivo, afirmamos que o traço de relevância é o principal responsável pelo desdobramento de subtópicos, seja de que ordem forem.

Não estamos querendo dizer com isso que o traço de relevância não esteja presente no nível em que se encontram os subtópicos de 1ª ordem, apenas que a sua divisão interna em subtópicos de 2ª ordem depende diretamente deste traço. No caso no T14-2014, observamos que o terceiro subtópico de 1ª ordem *Formação das crianças* comunga do mesmo conjunto referencial que o subtópico de 2ª ordem *Responsabilidade de pais*, ou seja, o traço de concernência é comum aos dois. Portanto, o que faz, a nosso ver, com que haja o desdobramento de um subtópico de 1ª ordem em um de 2ª é o traço da relevância.

Assinaladas essas considerações acerca da propriedade tópica denominada de organicidade, caracterizamos a organização tópica do exemplo 02 da seguinte maneira: a) o nível hierárquico é inaugurado pelo tópico central *Publicidade infantil*; b) em um nível imediatamente inferior, derivado da divisão interna do tópico central, há três subtópicos de 1ª ordem identificados como *Legalidade*, *Experiências em outros países* e *Formação das crianças*, definidos tendo em vista o traço de concernência. Esses três subtópicos inauguram o nível sequencial da organicidade tópica por serem coconstituintes e ocuparem paralelamente o mesmo nível hierárquico; c) o nível hierárquico ainda possui um terceiro nível, em que está o subtópico de segunda ordem *Responsabilidade de pais*, desdobramento do terceiro subtópico de 1ª ordem *Formação das crianças*. A Figura 2 representa a configuração do quadro tópico do texto T14-2014:

Figura 2. Quadro tópico do texto T14-2014



Chegamos a essa configuração de QT com base na consideração de referentes e de processos referenciais que identificam as unidades e subunidades, condição para a elaboração abstrata do QT e de seus elementos subordinantes e subordinados. No exemplo 02, identificamos o tópico pela recorrência de termos relacionados à introdução referencial “publicidade infantil”, mas também por um conjunto de outros referentes relativos a esse objeto de discurso, discutidos ao tratarmos de contração.

Assim, é possível dizer que a propriedade de contração, definida como o eixo para o qual tudo deve convergir, determina o tópico central do texto. Os subtópicos de primeira ordem, hierarquicamente subordinados ao tópico central, distribuem-se no plano sequencial e são definidos a partir da observação de um conjunto referencial que converge para o eixo central do texto e que ao mesmo tempo é derivado dele, ou seja, o traço denominado de concernência os determina. Já o traço de relevância determina a extensão desse conjunto referencial e, a nosso ver, diz respeito aos desdobramentos de subtópicos independentemente da ordem a que pertençam. No exemplo em apreço, cada subtópico foi desenvolvido em um parágrafo. O subtópico de segunda ordem é identificado seguindo o mesmo princípio, mas com a ressalva de que o conjunto referencial relativo a ele deriva de um subtópico ao qual está subordinado.

Salientamos que a organização tópica proposta para o T14-2014 fundamenta-se, em primeiro lugar, por meio dos referentes articulados em uma cadeia referencial que atualizam a propriedade de contração, pelos traços de concernência e

relevância e, em segundo lugar, por meio do uso de expressões referenciais. Para nós, a referenciação se constrói na relação sociocognitiva e discursiva entre os interlocutores, isto é, concebida em uma dimensão dinâmica e, por isso, sujeitos a evolução e transformação. Em vista disso, esse fenômeno não pode ser reduzido ao emprego de expressões referenciais.

Defendemos, nesta investigação, que a propriedade de organicidade se relaciona com a metarregra de progressão. Reconhecemos que a análise da progressão tópica, de modo igual, depende das relações de super e de subordinação que se estabelecem entre os elementos do texto e, em vista disso, justificamos o entrelaçamento proposto entre essas duas categorias.

A análise da organicidade diz respeito às relações de dependências de superordenação e de subordenação implicadas no grau de abrangência do assunto e depende, em certo grau, da progressão dos tópicos, visto que um texto não pode simplesmente repetir indefinidamente seu próprio assunto. É necessário que haja soma de ideias novas às que já vinham sendo tratadas para que seja possível estabelecer relações de interdependência entre elas. Por esse motivo, defendemos que a progressão tópica é condição para análise da organicidade.

Ressaltamos que, ao relacionarmos organicidade e progressão, temos em mente que a metarregra denominada de não contradição permeia esta relação, na medida em que precisamos observar se o modo como o tema progride através do modo como os subtópicos desenvolvem o tópico central, horizontal e verticalmente, no contexto sociodiscursivo em que se encontram, está em consonância com esse princípio no âmbito interno – respeitando princípios lógicos elementares–, e no âmbito externo – apresentando um mundo textual compatível com o mundo que o texto representa.

Expostas algumas reflexões sobre organicidade, sentimos necessidade de convocar duas subcategorias definidas como *alargamento* e *aprofundamento* que viabilizam a análise dessa propriedade, por meio do processo de desdobramento do tópico central, principal instrumento de avaliação da progressão do tópico. Passamos a explicitá-las e, em seguida, demonstramos sua aplicabilidade na análise das redações.

Definimos duas subcategorias nomeadas como *alargamento* e *aprofundamento* do tópico central com o propósito de avaliar a configuração da organicidade de um texto. Julgamos que a observação do processo de desdobramento do tópico central permite ao professor comprovar se há organicidade satisfatória ou

insatisfatória pelo modo como o tópico central permanece, ou não, ao longo do texto, e pelo modo como as informações apresentadas pelos candidatos garantem, ou não, uma progressão tópica satisfatória.

Selecionamos dois textos, T04-2013 e T08-2013, em que essas duas subcategorias podem ser explicitadas. Passemos à análise do primeiro, em que o candidato desenvolve a temática por meio do que estamos denominando de *alargamento*, isto é, a abordagem do tema é realizada a partir de uma perspectiva alargada de enfoques.

#### **T04-2013:**

A sociedade brasileira, a partir do ano de 2008, deparou-se com uma nova sistemática na relação entre o consumo de bebida alcoólica e a condução de veículos automotores. Naquele ano, concretizou-se o debate, que já estava ocorrendo no Brasil sobre a implementação da chamada Lei Seca. E, após cinco anos da implementação desta lei, os brasileiros se beneficiam de seus efeitos positivos alcançados.

É incontestável os efeitos benéficos dessa nova Lei. [1O número de acidentes com vítimas fatais reduziu consideravelmente. Não se vê mais com tanta frequência nos noticiários o desespero de famílias inteiras que perderam entes queridos vítimas de um motorista alcoolizado.] [2Houve também, uma redução no atendimento hospitalar de vítimas de trânsito, podendo, assim, o aparato hospitalar ser destinado a outros atendimentos.] [3No tocante aos gastos do Governo com o pagamento de seguros DPVAT, houve uma redução dos custos, favorecendo a ampliação nos investimentos em ações preventivas e em campanhas educativas.]

[4No entanto, pode se considerar que o maior benefício alcançado foi o de conscientização da sociedade brasileira. Cada vez mais cresce o número de motoristas que aprovam a Lei Seca. Nunca um tema tão importante foi debatido com a sociedade de forma tão transparente, desde crianças até idosos. Toda a sociedade foi envolvida observou-se campanhas educativas abrangendo todas as idades, nas escolas, no trânsito, nas empresas, enfim, todos foram envolvidos.] Da mesma forma que houve uma grande campanha preventiva e educativa, o Governo atuou com o mesmo vigor com aqueles que insistiam em desrespeitar a nova Lei.

Portanto, diante dos efeitos da implementação da Lei Seca no Brasil, ressalta-se, de forma positiva, a nova interpretação que a sociedade brasileira, cada dia mais consolidada, construiu de que bebida alcoólica e condução de veículos automotores não combinam.

Observamos, acerca do tema “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”, que os candidatos poderiam abordá-lo a partir de perspectivas variadas, já que os “efeitos” podem ser positivos, inesperados, negativos, etc. O autor da redação T04-2013 optou por orientar argumentativamente seu texto para a defesa dos *Efeitos benéficos da Lei Seca*, tópico central do texto, por meio da enumeração de quatro fatores considerados por ele, positivos, os quais foram observados após a



implementação da lei. Identificamos, com numerais, os trechos em que cada um deles aparece e constituem subtópicos de primeira ordem: 1) *Redução de mortes no trânsito*; 2) *Redução de acidentes de trânsito*; 3) *Redução de gastos pelo Governo*, e 4) *Conscientização da população brasileira*.

Percebemos que o candidato aponta os três primeiros efeitos positivos seguidos de comentários superficiais que tentam justificá-los. A *Redução de mortes no trânsito* é comprovada pela ausência, em noticiários, de famílias desesperadas, a *Redução de acidentes de trânsito* pode permitir que as vagas em hospitais, que seriam utilizadas pelas vítimas desses acidentes, tenham outra destinação, e a *Redução de gastos pelo Governo* abre espaço para investimentos em campanhas de prevenção. Apenas na apresentação do quarto fator positivo, *Conscientização da população brasileira*, há um maior investimento do candidato para discutir como se deu tal processo. Assim, o autor aponta que a Lei Seca tem sido cada vez mais aprovada pelos motoristas e tem sido debatida com a sociedade em diversos âmbitos.

Na conclusão, o candidato retoma a ideia central do texto, o caráter benéfico da implementação da Lei Seca, bem como o principal fator responsável pelos efeitos positivos da Lei, a conscientização da sociedade. Notamos que não há proposta de intervenção, talvez porque o candidato desenvolveu a temática focalizando exclusivamente os aspectos positivos e, por considerar a situação satisfatória, ficou sem ter o que “resolver”, por não ter problematizado o tema o bastante para isso.

Diante desta análise, ponderamos que, ao abordar a temática sob uma ampla variedade de vieses, o candidato pode incorrer na superficialidade da abordagem em virtude de não haver, por vezes, espaço, tempo ou mesmo habilidade para equilibrar as informações. O propósito do candidato de apontar os pontos positivos da implementação da Lei Seca envolveu a atribuição de pesos argumentativos diferentes a eles. Os três primeiros são importantes, mas o quarto se destaca, conforme indicação do próprio autor que, por esse motivo, merece mais atenção. Assim, o quadro tópico da redação em análise se configura da seguinte maneira:

Quadro 1. Quadro tópico da redação T04-2013



Fonte: Elaborada pela autora

Reforçamos que a subcategoria *alargamento* pode auxiliar na percepção de como as informações estão dispostas no nível sequencial do texto, na medida em que diz respeito à seleção da quantidade de subtópicos presentes em cada nível de desdobramento do tópico central. Na redação T04-2013, em apreço, o candidato apresentou quatro subtópicos de primeira ordem, dos quais apenas um foi desenvolvido a ponto de ocorrer um novo desdobramento do tópico central, fato que pode ser melhor explicado por meio da subcategoria denominada de aprofundamento, que passamos a explicar com base na redação T08-2013, apresentada a seguir:

T08-2013: Nenhuma gota a mais

[1 Os efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil já são expressivos estatisticamente, assim como em parte da população mais consciente, em sua conduta diária. [1.1 Toda mudança envolve tempo, educação e prática de cidadania para que a transformação almejada apresente-se sólida no futuro, principalmente numa democracia ainda jovem.

Em conformidade com os esperados avanços da educação no trânsito, é válida a exposição de mais artifícios que possam garantir, com eficiência, a premissa de que, “nenhuma gota a mais” será ingerida pela sociedade em se tratando de bebidas alcoólicas e direção ao volante.]

[1.1.1 Uma proposta imediata é o investimento maciço em alternativas de transporte urbano com conforto e rapidez nas grandes cidades,] [1.1.1.1 com promoções e incentivos ao uso, transformando os pontos de ônibus, estações de metrô e serviços de taxi, em pontos culturais e artísticos, para que os passageiros já ganhem entretenimento ao primeiro passo.]

Junto as ações educativas, as ações punitivas precisam manter o seu lugar, com leis severas, sem brechas para a impunidade. Para lembrar aos usuários de álcool, as suas consequências, um incentivo aos estabelecimentos comerciais para instalarem

bafômetros nos locais de venda, ampliaria o alerta para o perigo e promoveria o marketing para os próprios estabelecimentos.

Dessa forma, a Lei Seca poderá apresentar resultados mais ampliados, não apenas pela severidade, [1.1.1.1.1 mas principalmente como uma ação autoreguladora da sociedade, que cada vez mais consciente e educada, responderá de imediato à novas implementações de leis.

Observamos que o autor do texto T08-2013 parte do reconhecimento dos *Efeitos positivos da Lei Seca*, identificado como o tópico central, para em seguida afirmar que tais efeitos precisam ser solidificados na sociedade brasileira. Em vista disso, *Necessidade de consolidação dos efeitos da Lei Seca* foi identificado como o primeiro nível de desdobramento do tópico central, constituindo, portanto, um único subtópico de primeira ordem.

Destacamos aqui uma diferença importante entre a organização tópica das redações analisadas. Ao passo que o autor de T04-2013 aborda os efeitos benéficos da Lei Seca por meio do alargamento do tema, o autor de T08-2013 seleciona apenas um enfoque para a abordagem do tópico central, apontado como a necessidade de que os efeitos já alcançados com a implantação da Lei Seca sejam garantidos.

No texto T08-2013, observamos que o tópico central passa ainda por um segundo nível de desdobramento, em que o candidato apresenta as propostas para que as conquistas advindas da implantação da Lei Seca se estabeleçam 1) *Investimento no transporte público*, 2) *Ações punitivas* e 3) *Alerta aos usuários de álcool*, identificados como subtópicos de segunda ordem. Neste ponto, identificamos a subcategoria de alargamento já descrita e que, por isso, não vamos nos ater a ela.

Convém discutir que, ao abordar o primeiro subtópico de segunda ordem, *Investimento no transporte público*, em que sugere melhorias no transporte público, o candidato expõe o modo como elas podem ocorrer, por meio da execução de atividades artístico-culturais em estações e terminais de transporte público. Assim, o tópico central passa por mais uma etapa de divisão e instaura um subtópico de terceira ordem identificado como *Ações educativas*. O mesmo não se verifica no desenvolvimento dos outros subtópicos.

Na conclusão, contudo, o candidato retoma duas propostas indicadas por ele para garantir resultados ainda melhores do que os já verificados. O subtópico de segunda ordem *Ações punitivas* é retomado quando o candidato cita a “severidade” da Lei Seca, e o subtópico de terceira ordem *Ações educativas*, que já apresentou valor argumentativo maior no desenvolvimento da redação, recebe novamente uma atenção

especial quando é anunciado pela expressão “principalmente”, seguida de termos atribuídos à sociedade como “consciente” e “educada”. Em vista do que discutimos, demonstramos como se configura o quadro tópico da redação T08-2013.

Quadro 2. Quadro tópico da redação T08-2013



Fonte: elaborada pela autora

Buscamos demonstrar que a subcategoria aprofundamento diz respeito ao fenômeno que consiste em acrescentar informações que promovam o desdobramento do tópico central e, por esse motivo, defendemos que ela se relaciona à análise do nível hierárquico do texto. Na redação T08-2013, o tópico central passou por três níveis de desdobramento. Importa observar, contudo, que mais uma vez houve diferentes atribuições de valores argumentativos às informações selecionadas, o que resultou em um texto desequilibrado em sua organização tópica. Por um lado, informações bem discutidas e, por outro, superficiais.

Essas duas subcategorias nos auxiliam na apreensão dos níveis hierárquico e sequencial das redações do Enem em virtude de comporem critérios de análise do processo de desdobramento do tópico central. Em relação ao nível hierárquico, a subcategoria definida como *aprofundamento* nos auxilia na percepção de informações responsáveis pelo desdobramento do tópico central, definindo a subdivisão do tópico central em subtópicos de primeira ordem, segunda, terceira, etc. A subcategoria definida como *alargamento* do tópico central diz respeito à quantidade de subtópicos presentes em cada nível de desdobramento do tópico central, ou seja, quantos subtópicos de

primeira ordem, de segunda, de terceira, etc. estarão lado a lado na constituição do quadro tópico, auxiliando, desse modo, na análise do nível sequencial.

Conforme procuramos demonstrar em nossas análises, os mecanismos coesivos de articulação tópica conduzem a progressão e favorecem a análise da organicidade. Essa designação abriga as duas modalidades de coesão descritas minuciosamente por Koch (1991), coesão referencial e sequencial, bem como os mecanismos de articulação tópica propostos por Pinheiro (2003).

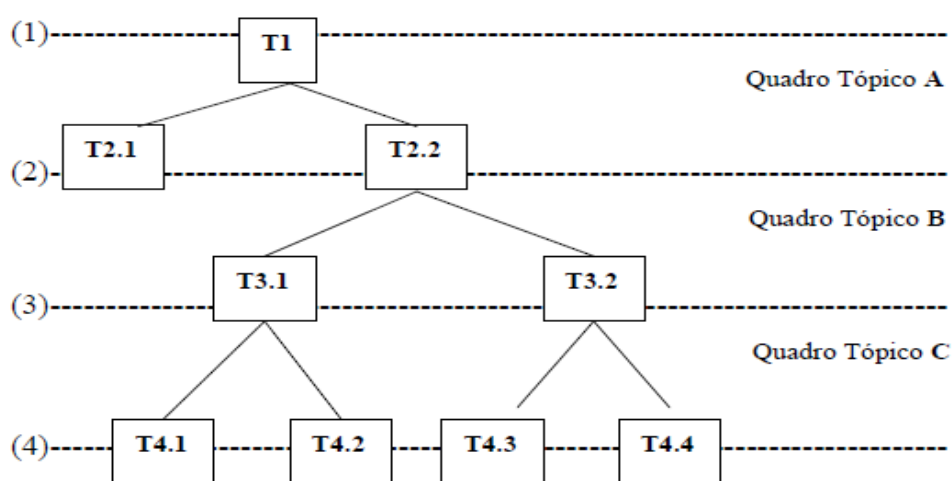
A reflexão aqui empreendida buscou redefinir as propriedades tópicas de modo a torná-las mais acessíveis do ponto de vista analítico, para colaborar com a organização tópica e construção do QT de um texto. A fim de melhor discutir o conceito de QT, esclarecemos que nos estudos relativos ao tópico discursivo, especificamente no que diz respeito à sua definição, Jubran *et al* (1992) relatam que as relações de interdependência que se efetuam entre os níveis hierárquicos de organização tópica dão origem a Quadros Tópicos (QT), os quais são definidos pelas características delineadas a seguir.

Em Rezende (2006), são delineados três modelos de QT, os quais apresentam o tópico em níveis, de certo modo, abrangentes e interdependentes entre si, os quais preveem uma organização hierárquica em camadas, de modo que a delimitação de fronteiras entre tópicos de níveis diferentes se dá segundo a extensão do assunto em foco.

Inicialmente, no modelo de QT proposto do Jubran *et al.* (1992), um quadro tópico apresenta a centração em um tópico mais abrangente, denominado supertópico (ST), que, por sua vez, recobre e delimita a porção de texto em que ele é focal. Em segundo lugar, dá-se a divisão interna em coconstituíntes, denominados subtópicos (SbT), os quais estão situados em uma mesma camada de organização tópica, na medida em que possuem igual valor de concernência relativamente ao ST que lhes é comum. Por fim, estão presentes no QT subdivisões sucessivas no interior de cada tópico coconstituínte, de forma que um tópico pode vir a ser ao mesmo tempo ST ou SbT, se mediar uma relação de interdependência entre dois níveis não imediatos.

Assim, para Jubran *et al* (1992), o QT pode ser compreendido como um recorte de análise, em que o analista focaliza sua atenção no plano hierárquico de organização tópica, com o objetivo de analisar unidades que, em virtude deste recorte, serão classificadas como supertópico ou subtópico no interior do QT estabelecido.

Figura 3. Plano hierárquico de organização tópica



Fonte: REZENDE (2006)

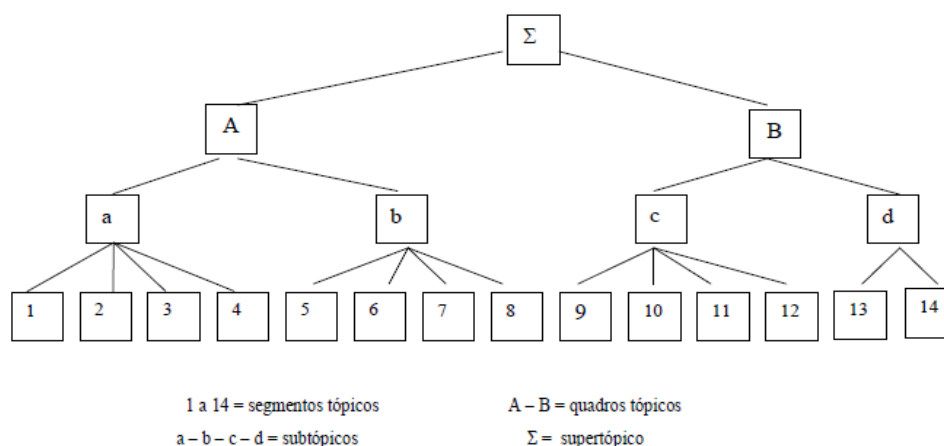
Para ilustrar o funcionamento do QT exemplificado na Figura 02, Rezende (2006) esclarece que, nos níveis (1) e (2), o tópico T1 funciona como supertópico em relação a T2.1 e T2.2, que, subordinados a ele, estão na condição de subtópicos, formando o quadro tópico A. O autor elucida a relação entre tópicos dos níveis (2) e (3), em que se tem o quadro tópico B, no qual T2.2 é o supertópico, e ao qual se ligam os subtópicos T3.1 e T3.2, este, por sua vez, se for relacionado aos subtópicos T4.3 e T4.4, é o supertópico do QT C.

O autor afirma que o QT, nesta perspectiva, é caracterizado em termos especificamente relacionais, pois trata-se de um procedimento metodológico do qual o analista se vale para apontar quais são os tópicos subordinadores e quais os subordinados. Rezende (2006) postula, entretanto, que este modelo não tem como propósito caracterizar o QT como um patamar da organização hierárquica tópica, mas como *locus* analítico que circunscreve tópicos de níveis diferentes, porém próximos.

Pinheiro (2003) reforça essa noção de que o QT constitui, assim como o tópico, uma noção abstrata e relacional, cujo estatuto concreto é determinado pelo nível de hierarquia selecionado pelo analista para operar na descrição de um *corpus*. Segundo o autor, é essa seleção que vai definir concretamente o QT tomado para análise em cada caso. Tendo em vista que cada tópico tem um valor relacional na linha de subordinações contínuas, o recorte de QT feito pelo analista fixará, conseqüentemente, em cada caso, a condição de supertópico ou subtópico.

O segundo modelo de QT está presente nos estudos de Koch (1992), em que a autora assegura que é possível a divisão de um texto em fragmentos recobertos por um mesmo tópico, explicitando que os fragmentos textuais, no momento em que são agrupados, constituem uma unidade de nível mais alto, os quais, em conjunto com outras de mesmo nível, constituem outra unidade em nível superior, e assim continuamente. Deste modo, Koch (1992) denomina os fragmentos de nível mais baixo de segmentos tópicos, e um conjunto de segmentos tópicos, por sua vez, formará um subtópico (SbT). Os subtópicos em conjunto constituirão um quadro tópico. A autora destaca que, havendo ainda um tópico superior que englobe vários tópicos, haverá um supertópico (ST). Para explicitar o modelo apresentado por Koch (2002), apresentamos a figura a seguir:

Figura 4. Organização hierárquica envolvendo supertópico



Fonte: REZENDE (2006)

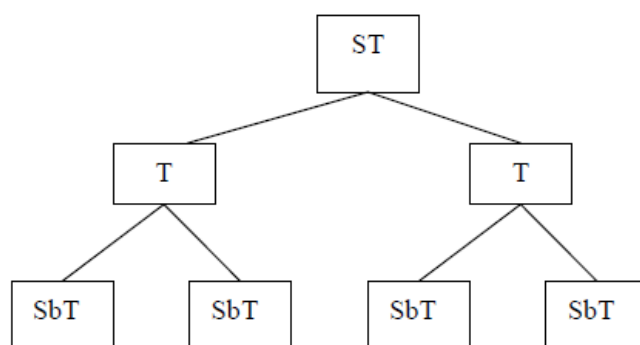
Na comparação entre os modelos de Jubran *et al.* (1992) e de Koch (1992), observamos que a diferença entre eles se evidencia na medida em que, para Koch (1992), o quadro tópico é definido como um nível de organização intermediária entre o tópico global do texto e outro nível mais específico de organização, o dos subtópicos. Ao passo que, para Jubran *et al.* (1992), é estritamente relacional. Nossa caracterização adere a uma visão de quadro tópico que recobre o tópico global do texto, tomado como tópico central nesta investigação. Desse modo, não tomamos partido por nenhuma das visões sobre QT anteriormente apresentadas.

Em conformidade com o que disseram Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), pensamos que essa abstração do quadro tópico e de seus elementos

subordinantes e subordinados só é possível pela consideração dos processos referenciais que identificam as unidades e subunidades. Não estamos restringindo essa identificação ao uso de expressões referenciais. Portanto, a visão de desenvolvimento do tópico que estamos assumindo precisa estar em consonância com a definição de processos referenciais que adotamos com base em Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014).

O terceiro modelo de QT é proposto por Fávero (2003) e compreende que a noção de verticalidade, tomada como a hierarquia tópica, refere-se às relações de interdependência que se estabelecem entre os subtópicos de acordo com a menor ou maior extensão do assunto sobre o qual se fala. Tais relações permitem dizer que há níveis na estruturação dos tópicos, indo, segundo ela, desde um constituinte mínimo, o subtópico (SbT), até porções maiores como tópicos (T) ou supertópicos (ST), constituindo um Quadro Tópico (QT), conforme se pode observar a seguir:

Figura 5. Quadro tópico



Fonte: REZENDE (2006).

O modelo proposto prevê, a exemplo de Koch (1992), um nível intermediário entre o subtópico e o supertópico, aqui denominado *tópico*. Mas, diferentemente de Jubran *et al.* (1992) e de Koch (1992), QT para Fávero, é compreendido como um panorama hierárquico geral, à disposição de todos os níveis tópicos.

Refletir sobre esses modelos de QT é importante na medida em que, para a formação de um QT, necessariamente há um exercício de demarcar as relações de interdependência entre os níveis hierárquicos de organização tópica a organização tópica de um texto. Nesse exercício, tradicionalmente são utilizadas terminologias tais como supertópico, tópico e subtópico, que, a nosso ver, devem ser revistas, em razão de



denotarem que os quadros tópicos só poderiam apresentar três camadas, uma superior, uma intermediária e uma inferior, como verificamos nos modelos discutidos até aqui.

Consideramos que a configuração de um QT pode ser mais complexa que os esquemas modelares apresentados. Em vista disso, avaliamos que seja mais pertinente para estabelecer a organização tópica de um texto utilizar as nomenclaturas tópico central, subtópico de primeira ordem, subtópico de segunda ordem, até as últimas camadas constituintes do texto.

Avaliar organização tópica de um texto é reconhecer como as ideias estão organizadas umas em relação às outras. Esse reconhecimento pode ocorrer por meio de mecanismos articulatórios que viabilizam a continuidade e a progressão dos tópicos e subtópicos. Nesse sentido, passamos a discutir os mecanismos de articulação tópica propostos por Pinheiro (2003), que dizem respeito ao modo como o tópico e os subtópicos se vinculam linguisticamente na materialidade do texto. A partir dessa explanação, pretendemos resenhar a proposta do autor sobre a identificação e delimitação de segmentos tópicos e dos procedimentos pelos quais esses segmentos se distribuem na linearidade do texto e se recobrem hierarquicamente.

### **3.2 Mecanismos coesivos de articulação tópica**

Nesta investigação, assumimos coesão como um princípio de articulação entre tópico e subtópicos no processo interpretativo da coerência. Como implicação, coesão e coerência são concebidas, segundo Cavalcante *et al.* (2017, p. 139) sob uma “perspectiva mais integrativa e holística, que pressupõe uma construção sempre multilinear na operação interpretativa da coerência”.

Julgamos procedente explicar que o entrecruzamento das metarregras de coerência, continuidade e progressão, com as propriedades tópicas, contração e organicidade, respectivamente, é mediado pela metarregra de articulação, compreendida como a própria coesão. Por esse motivo, afirmamos que são os mecanismos articulatórios que viabilizam a continuidade e a progressão do tópico e dos subtópicos. Enfatizamos o papel da metarregra não contradição, tendo em vista que ela perpassa todas as relações mencionadas.

Tendo em vista o papel fundamental da coesão no processo de construção da coerência, postulamos que tanto a proposta de Pinheiro (2003) quanto a proposta de Koch (1991) exercem o papel de articular, em primeiro lugar, o tópico central a seus

subtópicos, e os subtópicos entre si. Por esse motivo, ambas as abordagens passam a ser abrigadas, nesta investigação, sob a designação de mecanismos coesivos de articulação tópica.

Entretanto, convém discutir duas questões para adotarmos convenientemente esta denominação. A primeira concerne à falta de paralelismo entre os cinco mecanismos de articulação tópica propostos por Pinheiro, e a segunda diz respeito a uma reconsideração dessas duas propostas de modo que ultrapassem as formas de expressão linguística. Essas questões serão tratadas após uma breve exposição dos aspectos fundamentais da proposta de mecanismos de articulação tópica de Pinheiro (2003) e da proposta de modalidades de coesão presentes em Koch (1991).

### ***3.2.1 Mecanismos de articulação tópica***

A pesquisa empreendida por Pinheiro (2003) teve como ponto de partida a consideração do conceito de topicalidade, para constituir o tópico discursivo como categoria que possibilita a análise textual-interativa dos gêneros. O autor selecionou dez gêneros textuais, entre os prototípicos de fala e de escrita e os intermediários: carta pessoal, artigo de opinião, artigo científico, conversa espontânea, aula, palestra, entrevista falada e escrita e reportagem de televisão e de revista. Em seguida, descreveu os mecanismos mais recorrentes através dos quais a articulação intra e intertópica se manifestava. Além disso, discutiu os fatos formulativos e interacionais que se integram para a construção do texto.

Com base na observação dos fenômenos, propôs uma classificação para os mecanismos de articulação tópica: a) os marcadores discursivos, elementos responsáveis pela integração tópica e pela orientação do leitor para as partes que compõem o texto; b) as formas referenciais, que colaboram para a elaboração do sentido do texto, além de operar na condução tópica e na coerência; c) as formulações metadiscursivas, expressões que se dobram sobre o próprio discurso, exercendo a função de âncora no espaço discursivo para os enunciados de conteúdo informacional; d) as perguntas, que atuam na articulação tópica exercendo funções textual-interativas; e e) as paráfrases, que favorecem o aporte de um novo tópico, inserem informações novas dentro de um mesmo segmento tópico e destacam avaliação sobre o que diz o locutor.

Em seus estudos, Pinheiro (2003) descreveu a funcionalidade desses mecanismos no processo de formulação textual e na interação, a qual foi realizada a partir dos tipos de relações que se estabelecem entre os tópicos e entre os enunciados

intratópicas: sequenciação, retomada ou mudança. Apresentamos cada uma das categorias propostas por Pinheiro (2003) em seus aspectos gerais, iniciando pelos marcadores discursivos.

### 3.2.1.1 Marcadores discursivos

O primeiro mecanismo de articulação tópica identificado por Pinheiro (2003, p. 98) foi o que denominou de *marcadores discursivos*, concebidos como “elementos linguísticos a que se faz referências nos estudos sobre a ligação entre partes do texto”. O autor observou a utilização de marcadores discursivos em contextos de sequenciação, mudança e retomada do tópico após inserção parentética ou interrupção situacional.

Para ilustrar a sequenciação tópica, selecionamos, no exemplo 04, o fragmento de uma entrevista escrita analisado por Pinheiro (2003, p. 106) em que o marcador discursivo “e” é empregado na articulação dos tópicos *Novelas*, segmento 13, e *Programas para jovens*, segmento 14.

#### Exemplo 04

**VEJA** – [13 E o que acha das novelas?

**BUSSUNDA** - Eu sou roteirista desde criança, embora meus pais me proibissem de ler novela. Eles eram do Partido Comunista e eu não podia ler novela porque era coisa “de alienado”. Aí, eu lia escondido. Foi minha primeira rebeldia. As marcantes para mim foram *O Bem Amado* e *Saramandaia*. Agora estamos numa fase meio baixa das novelas. As do horário das 8 são um ótimo exemplo de que a teledramaturgia brasileira está burocrática. Elas se dividem em dois tipos: com sotaque baiano e sem sotaque baiano. Quando está no ar uma novela sem sotaque, o espectador pode esperar que a próxima vai ter sotaque. E o sotaque baiano é o refúgio dos canastrões. Com o sotaque, até eu ganho o Oscar.

**VEJA** – Como fã de novelas, o que acha das mexicanas apresentadas pelo SBT?

**BUSSUNDA** - A última que acompanhei foi *Carrossel*, que eu confesso que gostava, achava muito engraçada. Também vi uns pedaços de outra hilariante, em que a mulher usava um tapa-olho combinando com a cor do vestido. Mas nunca mais assisti. É engraçado um dia, no segundo já fica aborrecido. A Globo também concorreu com algumas novelas mexicanas faladas em português - e continua apresentando o gênero. Essa que está no ar no horário das 6, *Sonho Meu*, é a própria novela mexicana, parece até dublada.]

**VEJA** – [14 E os programas para os jovens são bons?

**BUSSUNDA** - O do Serginho Groisman é o único bom. Para concorrer com ele a Globo inventou o *Radical Chic* - uma maldade que fizeram com a Maria Paula. O *Radical Chic* parecia um vestibular para bobos, um Sexolândia para adolescentes, só que no Sexolândia do Faustão pelo menos vai gente famosa. A pobre da Maria Paula lá fazendo papel de Xuxa dos adolescentes.

(Entrevista escrita)

Para ilustrar o emprego de marcadores discursivos na mudança tópica, o autor analisa duas conversações espontâneas e uma palestra e conclui que o marcador

“agora” é o mais recorrente na articulação tópica em contexto de mudança. Além desse, aparecem outros, como “mas”, “bom”, “ainda”, “depois”, “já”.

Para ilustrar o emprego de marcadores discursivos na retomada após inserção parentética, o autor observou em conversações espontâneas que, após um desvio no tópico, foram utilizados marcadores como “e”, “e então” e “pois”. A retomada tópica também foi contemplada por Pinheiro em contexto de interrupção situacional motivada pelo toque de um telefone em um dos exemplos discutidos<sup>30</sup>.

### **3.2.1.2 Formas referenciais**

O segundo mecanismo de articulação tópica identificado por Pinheiro se caracteriza pelo emprego de formas referenciais. Desde já, esclarecemos que não tratamos exclusivamente do uso de expressões referenciais, mas, ancorados na proposta de Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), consideramos estratégias referenciais, as quais envolvem, basicamente, dois grandes processos de referenciação: a introdução e a anáfora (ambos os processos podem ser perpassados pela *dêixis*). Assim sendo, as constatações de Pinheiro sobre as formas referenciais como mecanismos de articulação tópica serão apenas um dos aspectos que envolvem a referenciação.

As análises da pesquisa de Pinheiro (2003) apontaram três tipos de processos de referenciação que promovem a articulação tópica: encadeamento de referentes vinculados a um contexto central, reiteração de um mesmo referente, e conferição de estatuto de referente a um conjunto de informações difundidas no contexto anterior.

O primeiro processo de referenciação citado como responsável por promover a articulação tópica é o encadeamento de referentes vinculados a um contexto central, que passa a ser tratado, no âmbito desta pesquisa, como anáfora indireta. Esse processo se refere ao emprego de referentes que conservam entre si inter-relação designada a partir de um determinado contexto textual-iterativo. A articulação de tópicos e de enunciados que compõem um segmento tópico em particular é estabelecida através do encadeamento desses referentes na superfície textual.

O processo referencial que consiste em estabelecer relações entre referentes distintos é denominado de anáfora indireta e não é reconhecível apenas pelo fato de haver expressões referenciais associadas. Esta vai ser a posição tomada neste trabalho.

---

<sup>30</sup> Optamos por não ilustrar a ocorrência dos mecanismos de articulação tópica propostos pelo autor que se manifestam em gêneros orais, pelo fato de trabalharmos aqui com gênero escrito.

No exemplo 05, Pinheiro (2003, p. 144) ilustra em um trecho de entrevista escrita a utilização de formas referenciais na articulação tópica.

#### Exemplo 05

**VEJA** –[4 Qual a maior fonte de inspiração da turma do Cassetta e Planeta?

**BUSSUNDA** - Estamos num fase muito boa. Os **políticos** têm colaborado muito, Brasília tem dado ótimas pautas. No ano passado, o ponto alto foi a **CPI da Corrupção** e o **João Alves** foi o patrono dos humoristas, mas saturou um pouco. Agora, estamos esperando o suicídio dele; afinal o político tem que honrar suas promessas. O **PC Farias** também ajudou bastante, porque, além de ser ladrão, é careca. Neste ano, os humoristas torcem pela **candidatura do Esperidião Amin** para a gente ficar quatro anos fazendo piadinha de careca. A gente vai poder até tirar férias e colocar uns iniciantes para fazer piadas no nosso lugar.

**VEJA** – O **governo Itamar Franco** não é bom de humor?

**BUSSUNDA** – No **governo Collor**, havia personagens muito fortes, que rendiam muita piada. O Itamar prestou um desserviço aos humoristas: montou um ministério de desconhecidos. Por causa de seu estilo centralizador, a gente está com um problema dentro do grupo *Cassetta e Planeta*. O Reinaldo, que interpreta o Devagar Franco, não era muito conhecido de o Itamar substituir o Collor. Agora, ficou muito famoso, é reconhecido nas ruas e está entrando em crise porque o Itamar vai sair do governo. Ele pretende até defender a possibilidade de reeleição do Itamar na revisão constitucional. O Itamar dá caldo em matéria de humor, mas, na época do Collor, da Zélia, nós fazíamos graça em cima do comportamento deles. Com o Itamar, a graça é em cima do que ele não faz.]

(Entrevista escrita)

Pinheiro evidencia, a partir da análise de seus dados, o fato de que a relação entre os referentes que operam na articulação tópica não provém de uma ligação semântica subjacente a eles. A seleção lexical é definida pelo tópico, o qual emerge, interacionalmente, no processo de produção do texto.

Esta constatação é de grande importância para a nossa pesquisa, que também concebe a abstração do tópico e dos subtópicos como algo que só se completa com as inferências dentro de cada contexto. Se o tópico se estabelece principalmente pela ligação entre processos referenciais, e a referenciação é uma construção negociada, então o tópico também o é, necessariamente. No momento em que o tópico é apresentado explicitamente, há o surgimento de um contexto em torno do qual os referentes são criados e em virtude do qual é possível se estabelecer o vínculo entre esses referentes.

A articulação tópica, conforme o autor, é promovida por essa atividade de referenciação. O autor destaca outra função dos encadeamentos referenciais, os quais, além de atuarem na sequenciação, atuam no processo de retomada tópica.

Quando o locutor emprega um referente vinculado ao contexto de um tópico suspenso, ele orienta o interlocutor para a retomada desse tópico. O autor recorre a Koch (2002) para explicar os movimentos de retroação e de prospecção na construção de um texto. A autora afirma que, por imperativos de ordem cognitivo-discursiva, os movimentos de avanço e recuo orientam a criação da tessitura textual.

Assim, para o autor, as atividades formulativas que garantem a progressão textual não se limitam a alguns tipos de recorrências, tais como reiteração de itens lexicais, paralelismos, paráfrases, recorrência de elementos fonológicos, de tempos verbais e de articuladores textuais, conforme Koch (2002) destaca, mas podem advir de formas referenciais, formadas por sintagmas nominais. Como dissemos, não nos ateremos somente ao exame de formas referenciais; isso seria incoerente com o pressuposto de que as unidades (sub)tópicas são depreendidas pela integração entre os marcadores de articulação tópica e as inferências incorporadas.

O segundo processo de referenciação, discutido por Pinheiro, que promove a articulação tópica é a reiteração de um mesmo referente, fundamentada na atividade de rerepresentar várias vezes um mesmo referente discursivo, com o objetivo de salientar a presença de um tópico. Quando o produtor do texto reitera um referente, ele prepara o interlocutor para o desenvolvimento dos tópicos ou para retomadas, quando há desvios. Este processo é tratado por Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) como anáfora direta ou correferencial, que contribui fundamentalmente para a continuidade tópica.

O exemplo 06 analisado por Pinheiro (2003, p. 160) apresenta contexto que integra os subtópicos, o que possibilita que a articulação seja realizada através do encadeamento de referentes vinculados ao contexto. Segundo Pinheiro, tal encadeamento ocorre entre os subtópicos *Poderes do sistema* (segmento 5), *Infrações previstas pelo sistema* (segmento 6) e *Penalidades previstas no sistema* (segmento 7): a articulação é realizada, respectivamente, através do emprego dos sintagmas nominais “as infrações” e “as multas”, que viabilizam a articulação entre os subtópicos, na medida em que se vincula ao contexto do sistema descrito no texto.

#### Exemplo 06

[4 No Brasil, o complicado sistema Seae-SDE-Cade (Secretaria de Acompanhamento Econômico do MF, Secretaria de Direito Econômico do Ministério MJ, e Cade) foi montado a pretexto de “defesa da concorrência”. Mas o que fez foi encobrir uma estapafúrdia combinação de objetivos de controle de preços e de intimidação das empresas privadas. No clima “antibusiness” da administração brasileira,

infiltrada de petistas, a soma de poderes dados ao Cade equivale à doação de um revólver a lunáticos de asilo...]

**[5 O monstrengo** tem poderes para meter o bedelho em “aumentos injustificados de preços” ou “imposição de preços excessivos”. Numa economia de mercado, quem julga os preços é o consumidor, e o único instrumento eficaz a respeito é a concorrência. E “preços excessivos” são criados pelo governo, via inflação. Transformado em autarquia caríssima, o Cade ganhou poderes inquisitoriais como: “Requisitar informações de quaisquer pessoas, órgãos, autoridades públicas ou privadas”, e ter submetidos “à sua apreciação os atos que possam de qualquer forma prejudicar a livre concorrência”.]

**[6 As infrações** são expressas, no melhor estilo totalitário, de forma genérica e vaga, repleta de adjetivos e advérbios sem conteúdo preciso: “Aumentar arbitrariamente os lucros”, ou “exercer de forma abusiva posição dominante”. O art. 20 da lei 8884 chega ao cúmulo de criar a figura da infração “independentemente de culpa”! Relacionam-se 24 tipos de infração, dos quais apenas oito têm algo a ver com a preservação da concorrência, propriamente dita. Um proíbe “exclusividade para divulgação de publicidade aos meios de comunicação de massa” (*como ficarão as nossas agências de publicidade?*). Há outras idiotices como: “Açambarcar ou impedir a exploração de direitos de propriedade industrial ou intelectual ou de tecnologia” (*lá se vai a Lei de Patentes!...*); “abandonar, fazer abandonar ou destruir lavouras ou plantações, sem justa causa comprovada” (*milhões de agricultores todos os anos teriam de dar explicações ao Cade, porque o preço caiu ou o financiamento do Governo não chegou a tempo...*); “vender injustificadamente mercadoria abaixo do preço de custo”; “interromper ou reduzir em grande escala a produção” ou “cassar parcial ou totalmente as atividades da empresa sem justa causa comprovada” (*o empresário que quiser mudar de ramo ou fechar o negócio tem de pedir licença e “comprovar” a “justa causa”, que naturalmente é definida pelo arbítrio do Cade!*) e “impor preços excessivos ou aumentar sem justa causa o preço do bem ou serviço”.]

**[7 As multas** são brutais; 1 a 30% do faturamento bruto no último exercício, mais 10 a 50% sobre o administrador direta ou indiretamente responsável. Além de outras penas, como a proibição de contratar com instituições financeiras oficiais e participar de licitações por prazo “não inferior a cinco anos”, transferência compulsória de patentes do infrator, não parcelamento de tributos, transferência do controle acionário, venda de ativos, cessação parcial de atividade ou qualquer outro ato ou providência necessários... (sic). A pena de morte seria supérflua...]

#### (Artigo de opinião)

Na sequência, passamos a apresentar o terceiro processo de referenciação que promove a articulação tópica: a conferência de estatuto de referente a um conjunto de informações difundidas no cotexto anterior. Trata-se de um conjunto de informações presentes no cotexto anterior que não apresentam, no universo discursivo, antecedentes pontualmente delimitáveis. No exemplo 07, Pinheiro (2003, p. 161) explicita o fenômeno e afirma que a expressão “tal arbítrio” sumariza toda a porção textual anterior.

#### Exemplo 07:

As multas são brutais; 1 a 30% do faturamento bruto no último exercício, mais 10 a 50% sobre o administrador direta ou indiretamente responsável. Além de outras penas, como a proibição de contratar com instituições financeiras oficiais e participar de licitações por prazo “não inferior a cinco anos”, transferência compulsória de patentes do infrator, não parcelamento de tributos, transferência do controle acionário, venda de ativos, cessação parcial de atividade ou qualquer outro ato ou providência necessários... (sic). A pena de morte seria supérflua...

**Tal arbítrio** gera graves incertezas para os investimentos produtivos e a gestão normal das empresas, aumentando o bestial “custo Brasil”, que está nos empurrando para fora do mercado internacional.

(Artigo de opinião)

Destacamos que o processo de conferição de estatuto de referente a um conjunto de informações difundidas no cotexto anterior consta, nos estudos de referenciação, como um encapsulamento por anáfora. Pinheiro (2003) defende que esse tipo de elaboração referencial, também ancorada no processo interacional, atua como mecanismo de articulação tópica, estabelecendo sequenciação e mudança.

#### 3.2.1.3 Formulações metadiscursivas

O terceiro mecanismo de articulação tópica identificado por Pinheiro (2003) se caracteriza pelo emprego de formulações metadiscursivas, assinaladas pela propriedade básica da autorreflexividade. São responsáveis por promover a união do que é dito com o ato de dizer, na medida em que referencia a atividade enunciativa que lhe dá origem, no corpo do texto.

Para o autor, as formulações metadiscursivas, a exemplo dos mecanismos de articulação tópica descritos nos itens anteriores, atuam em contextos de sequenciação, retomada e mudança de tópico. Selecionamos o exemplo 08, em que Pinheiro (2003, p. 180) ilustra a utilização de formulação metadiscursiva em contexto de sequenciação em um trecho de artigo científico.

#### Exemplo 08

Ao refletir sobre o tema “Aids e Sexualidade”, deparei-me com várias possibilidades de abordagem, todas igualmente interessantes e importantes para o conhecimento das relações entre a “epidemia do século” e a sexualidade humana. Poderia centralizar esta exposição nas implicações sociológicas provocadas pelo surgimento da Aids na alteração dos padrões ideológicos e nas condutas sexuais da população, desvendando os mecanismos que têm levado à estigmatização de certas minorias sociológicas identificadas como praticantes de comportamentos sexuais de risco, como os homossexuais masculinos, as pessoas promíscuas, as que vivem de prostituição, etc. Uma outra perspectiva sugerida pelo mesmo tema seria aprofundar as reações psicológicas provocadas por esta síndrome no comportamento sócio-sexual dos



indivíduos: em que medida o medo da contaminação pelo vírus da Aids, o HIV, tem modificado os hábitos sexuais da população em geral, provocando novas ansiedades ou neuroses coletivas, a "Aidsteria", sobretudo nos chamados grupos de risco, receosos não só da contaminação, mas também de terem seus "desvios" sexuais clandestinos tornados públicos no caso de virem a contrair tão estigmatizante doença. Cogitei ainda um terceiro enfoque para este mesmo tema, "Aids e Sexualidade": os efeitos econômicos desencadeados pela epidemia no universo da sexualidade. Poderia começar pelo nível macroeconômico, trazendo à baila a polêmica discussão sobre a paternidade do HIV: seria um vírus criado pelos laboratórios capitalistas, para dizimar populações indesejadas, e vender medicamentos para seu tratamento, ou tratar-se-ia de um vírus inventado pelo bloco comunista e disseminado secretamente pela KGB no Metrô de Nova York a fim de destruir o rival libertino? Ou então, deslocando a análise para a esfera microeconômica: que efeitos perversos a Aids vem provocando na indústria do sexo, com o fechamento ou drástica redução orçamentária dos motéis, saunas e das diferentes formas de prestação de serviços sexuais? Ou ainda: quais os efeitos desta epidemia mundial no mercado de preservativos, lubrificantes e demais produtos destinados ao novato "sexo sem risco"?

**Como se vê**, inúmeras alternativas teóricas ou empíricas se apresentam ao estudioso a partir deste único tema. Após refletir sobre estas três possibilidades de relacionar Aids e Sexualidade - a sociológica, a psicológica e a econômica – decidi concentrar minhas indagações num nível mais pragmático – ou profilático, se preferirem – perspectiva inquestionavelmente mais excitante que as anteriores. (...)

(Artigo científico)

Segundo Pinheiro, a expressão em destaque “como se vê” constitui uma formulação metadiscursiva em virtude de apresentar um comentário sobre o próprio discurso no qual está imersa. Para nós, a articulação do tópico se dá por meio da formulação “como se vê” em função de se referir à porção textual antecedente.

#### **3.2.1.4 Perguntas**

O quarto processo que promove a articulação tópica é definido pelo emprego de perguntas. Pinheiro (2003) esclarece que esse mecanismo é mais recorrente nos contextos de mudança e exerce a função de mobilizar a atenção dos interlocutores para o fim ou abertura de um tópico.

Nessa orientação de mudança, é o locutor quem aponta o novo tópico que deve ser desenvolvido. Em uma entrevista escrita, por exemplo, o autor analisa o fato de os tópicos serem articulados por meio de perguntas abertas, através das quais o entrevistador seleciona o tópico e orienta o entrevistado para a mudança.

Além das perguntas abertas, o autor verificou que as perguntas retóricas também atuam como mecanismo de articulação tópica. Nesses casos, o locutor tem a expectativa de que seu interlocutor específico compartilha previamente do

conhecimento que é apresentado. Selecionamos o exemplo 09, em que Pinheiro, (2003, p. 198) discute esse fenômeno.

#### Exemplo 09

**2** [Lembrei-me disso ao ler a reportagem da revista *Veja* sobre as misérias da pós-graduação no Brasil. Quando o professor Newton Sucupira escreveu seu histórico e lúcido parecer a respeito do assunto, advertiu as universidades para o perigo que podia transformar a pós-graduação num fracasso: o de contaminar-se com a impostura do chamado ensino superior entre nós.

Como a voz do Batista, a de meu amigo Sucupira foi *vox clamantis in deserto*, porque as universidades não fizeram outra coisa senão abastardarem os graus de *mestre e doutor*. Temos, aliás, no Brasil, a triste tradição de *desmoralizar palavras que, no estrangeiro, são quase sagradas*. Já me referi, neste jornal, ao que acontece com filósofo, historiador, antropólogo e sociólogo, títulos com os quais são brindados entre nós, simples professores de filosofia, história, antropologia e filosofia.]

**3** [Para que serve a pós-graduação? Para fazer com que as universidades sejam não apenas transmissoras, mas produtoras de cultura, contribuindo para o desenvolvimento da filosofia, da ciência, das letras e das artes.]

(Artigo de opinião)

Para Pinheiro (2003), a pergunta retórica “Para que serve a pós-graduação?” realiza a articulação entre os tópicos *Parecer de Newton Santos*, segmento 2, e *Princípios da Pós-graduação*, segmento 3.

#### 3.2.1.5 Paráfrase

O quinto e último processo que promove a articulação tópica apontado por Pinheiro se baseia no emprego de paráfrases. Conforme Hilgert (1999), a paráfrase consiste no estabelecimento de uma relação de equivalência de sentido entre um enunciado de origem e um enunciado reformulador. A relação é de equivalência semântica, uma vez que a paráfrase retoma, em alguma medida, a dimensão significativa do enunciado de origem. Para Hilgert (1999), ocorre um grau de equivalência semântica na relação parafrástica forte, se a paráfrase explicita os mesmos traços semânticos do enunciado de origem, denominado de matriz. Por outro lado, é fraca se os traços semânticos forem reduzidos.

Pinheiro explica que o emprego de paráfrases constitui mais um mecanismo de articulação tópica, identificado no *corpus* de sua pesquisa. Afirma que as autoparáfrases são as mais recorrentes e ocorrem em contextos de sequenciação e mudança tópica, articulando tópicos e enunciados e assinalando diferentes objetivos interacionais do produtor do texto. A autoparáfrase é empregada pelo locutor para

favorecer o aporte de um novo tópico, inserir informações novas dentro de um mesmo segmento tópico e destacar avaliação sobre o que ele enuncia, além de realizar o movimento textual articulador.

No exemplo 10, Pinheiro (2003, p. 183) aborda a ocorrência de uma paráfrase que prepara o leitor para a introdução de um novo subtópico, no movimento de articulação intertópica em um artigo científico, conforme apresentamos a seguir:

Exemplo 10

#### DESBLOQUEIO DO DISCURSO

(...)

Em resumo: malgrado a forte oposição dos setores mais moralistas de nossa sociedade, notadamente da CNBB, informações detalhadas sobre o sexo sem risco passaram a fazer parte integrante de todas campanhas contra a Aids tornando a sexualidade tema muito mais frequente de conversa e discurso do que no período da decantada estória da revolução sexual. Nunca se falou tanto de sexo como depois da Aids: nas prateleiras das livrarias os livros sobre sexo aumentam dia a dia; cursos e conferências sobre educação sexual tornaram-se moda; o sexo por telefone, ou através do computador ganha mais adeptos nos países mais modernos. Finalmente, a língua travada por tantos séculos, foi liberada. Somos contemporâneos da "desnefandização" da sexualidade: o que era proibido falar tornou-se tema de conversas, músicas, manchete dos jornais. Com a Aids, a scientia sexualis tornou-se objeto de consumo universal: falar abertamente sobre sexo faz parte da profilaxia da epidemia do século. Nos Estados Unidos, campanhas enfatizam a urgência de dialogar sobre sexualidade com todos os grupos, inclusive com as crianças e adolescentes: "Você está falando sobre Aids com as crianças?" é a frase de um broche (botton) muito distribuído na última Conferência Internacional de Aids em S. Francisco.

#### LIBERAÇÃO DO VISUAL

**Com o alastramento da Aids presenciamos não apenas um significativo incremento do discurso sobre a sexualidade**, como também uma gradativa exibição de imagens relacionadas ao sexo sem risco. A camisinha, até então escondida nas prateleiras das farmácias e nos recônditos das gavetas, passou a ser exposta em lugar de destaque dos supermercados. Cartazes, panfletos e filmetes oficiais passaram a mostrar o preservativo em sua nudez, fora da embalagem, manipulado como se fosse uma luva de proteção. Para ensinar como usá-lo, utilizaram-se primeiro objetos fálicos- a aeromoça que enfiava a camisinha no dedo, ou numa banana - o que levou os grandes empresários desta fruta a protestar na televisão norte-americana. Hoje, sobretudo nos países mais desenvolvidos, cartazes e folders mostram com todo realismo corpos dos entrelaçados e membros eretos protegidos pelo profilático, material destinado tanto às clientelas heteros quanto homossexuais. (...)

(Artigo científico)

O enunciado parafrástico, segundo Pinheiro, contempla toda a dimensão semântica da matriz, condensando-a, o que caracteriza uma paráfrase, do ponto de vista estrutural, redutora. Parafraseando o tópico anterior, o autor do texto o retoma como um aporte cujo objetivo é orientar a atenção do leitor para a introdução do tópico seguinte,

*Visualização do sexo*. O autor, em sua análise, afirma que, ao empregar, no enunciado parafrástico, a expressão “não apenas”, estabelece também a relação de adição entre os tópicos, ou seja, o tópico *Visualização do sexo* constitui mais um aspecto, que se soma ao tópico *Liberção do discurso*, acerca do tópico *Modificações de padrões e práticas sociais provocadas pela Aids*.

Em sua conclusão, Pinheiro destaca que os resultados da análise realizada promovem o entendimento da paráfrase como um mecanismo que faz parte de uma estratégia de construção do texto, a articulação tópica. A presença de paráfrases em textos escritos mostra que esse recurso não está relacionado a problemas na construção do texto e precisa ser reformulado, contrariando o que sugere Hilgert (1993). Para justificar seu ponto de vista, Pinheiro afirma que, se fosse verdadeira a conclusão de Hilgert (1993), não haveria paráfrases no texto escrito, uma vez que, na modalidade escrita, as marcas de planejamento linguístico não são perceptíveis.

Pinheiro (2003) acrescenta, por fim, que algumas propostas discutidas na análise sobre paráfrase vão ao encontro de diversos estudos como os de Hilgert (1993), Galembeck (1999) e Nogueira (1999), os quais abordaram a função interacional das paráfrases. Entretanto, Pinheiro se distancia de todos eles ao incluir a paráfrase no conjunto de recursos responsáveis pela articulação textual e a relação mútua que mostra haver entre as funções interacionais e as textuais, fato que contribui diretamente para um entendimento mais amplo dos processos de organização textual.

Descrevemos um apanhado do que foi a proposta de Pinheiro (2003) sobre os cinco mecanismos de articulação tópica, pautando-nos em seus aspectos mais gerais e, a seguir, retomamos a proposta de Koch (1991) sobre coesão para, em seguida, demonstrar como concebemos a relação entre elas.

### **3.2.2 Modalidades de coesão: referencial e sequencial**

Passamos a expor um breve panorama acerca das duas modalidades de coesão propostas por Koch (1991), com a finalidade de contextualizar como a coesão referencial e sequencial funcionam como mecanismos que articulam, em primeiro lugar, o tópico a seus subtópicos e, em segundo lugar, os subtópicos entre si.

A autora se fundamenta em Halliday e Hasan (1976), que distinguem cinco mecanismos de coesão - referência, substituição, elipse, conjunção, coesão lexical -, para propor duas grandes modalidades de coesão: a referencial e a sequencial. Esclarecemos, desde já, que não nos detivemos numa descrição minuciosa da proposta

de Koch (1991), mas temos por objetivo principal delinear como concebemos a coesão referencial e sequencial, ao lado dos mecanismos propostos por Pinheiro, como responsáveis, em grande medida, pela construção da coerência.

### **3.2.2.1 Coesão referencial**

O conceito de coesão referencial é apresentado por Koch (1991, p. 31) como aquele “em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro(s) elemento(s) nela presentes ou inferíveis a partir do universo textual”.

Koch (1991, p. 31) denomina o primeiro elemento de forma referencial e o segundo, referente textual, que “se constrói no desenrolar do texto, modificando-se a cada novo ‘nome’ que se lhe dê ou a cada nova ocorrência do mesmo ‘nome’. Isto é, o referente é algo que se (re)constrói textualmente”. A respeito da (re)ativação de referentes dentro do texto, pode ocorrer de forma anafórica, com remissão para trás, ou catafórica, com remissão para frente.

Os estudos sobre coerência referencial mantêm em comum uma preocupação com questões de cunho semântico, na medida em que partem do pressuposto de que sempre haveria identidade de referência entre a forma e o referente, fenômeno identificado como correferencialidade. No entanto, essa discussão já foi suplantada por teóricos que observaram que nem sempre há correspondência de categoria ou de função entre forma e referente.

Koch (1991) faz um levantamento das principais formas referenciais e as classifica em formas gramaticais e formas remissivas lexicais. Estas, além de fazerem referência a elementos no mundo “extralinguístico”, podem fornecer instruções de concordância em que se enquadram expressões ou grupos nominais definidos, nominalizações, expressões sinônimas e hiperônimos/indicadores de classe; ao passo que aquelas só fornecem instruções de conexão por meio, por exemplo, de concordância de gênero e de número, e são subclassificadas em presas e livres.

Formas gramaticais presas dizem respeito a artigos, pronomes adjetivos, numerais (cardinais e ordinais) que acompanham nomes, e formas gramaticais livres se referem a pronomes pessoais de 3ª pessoa, elipse, pronomes substantivos (demonstrativos, possessivos, indefinidos, interrogativos, relativos), numerais

(cardinais, ordinais, multiplicativos e fracionários), advérbios “pronominais”<sup>31</sup>, expressões adverbiais e formas verbais remissivas que substituem nomes.

### 3.2.2.2 Coesão sequencial

A segunda grande modalidade é denominada por Koch (1991, p. 53) como coesão sequencial e diz respeito “aos procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto (enunciados, partes de enunciados, parágrafos e mesmo sequências textuais), diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas, à medida que se faz o texto progredir”.

A pesquisadora afirma que o texto é composto de partes interdependentes, sendo necessário considerar cada uma delas para a compreensão das demais, e, segundo Koch (1991, p. 53), “esta interdependência é devida, em parte, aos diversos mecanismos de sequenciação existentes na língua”. A autora divide tais mecanismos em sequenciadores frásticos, que ocorrem sem procedimento de recorrência estrita, e parafrásticos, que apresentam recorrência.

Os sequenciadores parafrásticos participam da progressão do texto por meio de recorrência de termos (reiteração de um mesmo item lexical), de estruturas (paralelismos), de conteúdos semânticos (paráfrases), de recursos fonológicos (segmentais e/ou suprasegmentais), de tempo e de aspecto verbal.

Segundo Koch (1991, p. 62), os sequenciadores frásticos possuem esse estatuto em virtude de garantirem a “manutenção do tema, o estabelecimento de relações semânticas e/ou pragmáticas entre segmentos maiores ou menores do texto, ordenação e articulação das sequências textuais”.

O primeiro mecanismo de sequenciação frástica é nomeado de procedimento de manutenção temática, em que Koch (1991, p. 62) afirma que “a continuidade de sentidos do texto é garantida, em grande parte, pelo uso de termos pertencentes a um mesmo campo lexical”. O segundo mecanismo é denominado de progressão temática e diz respeito à organização e hierarquização das unidades semânticas de um texto. Koch (1991) retoma a perspectiva funcional e afirma que a estrutura textual pode se dar de cinco maneiras: 1) progressão temática linear, em que o rema do enunciado anterior passa a ser o tema do enunciado seguinte; 2) progressão

---

<sup>31</sup> A autora utiliza esse termo entre aspas em virtude de os advérbios “pronominais” fazerem remissão notadamente a grupos dotados do traço semântico [- animado], mas também podem remeter a grupos dotados do traço semântico [+ animado] quando, por exemplo, esses grupos possuírem o traço [+ localizável].

temática com um tema constante, em que novas informações são acrescentadas a um mesmo tema; 3) progressão com tema derivado, quando um tema gera derivados; 4) progressão por desenvolvimento de um rema subdividido, em que o rema é subdividido; e 5) progressão com salto temático, em que há omissão de um termo entre as sequências de progressão temática.

O terceiro sequenciador frástico é denominado de encadeamento. Esse mecanismo trata das relações semânticas e/ou discursivas que ocorrem entre as partes do texto. Podem ocorrer por justaposição, quando ocorre por meio de marcadores demarcatórios/sumarizadores, espaciais e conversacionais; e por conexão, quando ocorre por meio de relações lógico-semânticas (expressas por conectores que exprimem condicionalidade, causalidade, mediação, disjunção, temporalidade, conformidade e modo) e argumentativas (expressas por conjunção, disjunção argumentativa, contrajunção, explicação/justificativa, comprovação, conclusão, comparação, generalização, especificação/exemplificação, contraste e correção/redefinição).

Após apresentarmos cada uma das modalidades de coesão textual descritas minuciosamente por Koch (1991), passamos a explicar como as concebemos na relação com os mecanismos de articulação tópica de Pinheiro (2003) e de ambos com nossos objetivos nesta pesquisa.

### ***3.2.3 Mecanismos coesivos de articulação tópica no processo interpretativo da coerência***

Levando em consideração o panorama das abordagens de Pinheiro (2003) e de Koch (1991), pretendemos discutir sobre a falta de paralelismo entre os cinco mecanismos de articulação tópica propostos por Pinheiro, pois, a nosso ver, nem todos se configuram como elos coesivos. Além disso, nesta investigação, ampliamos a noção de formas referenciais para expressões referenciais, pelos motivos que expomos a seguir. Por fim, procuramos incluir as duas abordagens em uma dimensão que considere a coesão como um princípio de articulação entre tópico e subtópicos no processo de construção da coerência, que será entendido como compreendendo mecanismos coesivos de articulação tópica.

Como ponto de partida, observamos que o primeiro mecanismo de articulação tópica descrito por Pinheiro (2003), identificado como marcadores discursivos, aproxima-se, em grande medida, dos elos coesivos sequenciais. Na coesão sequencial, Koch (1991) descreve uma gama de procedimentos linguísticos que

estabelecem variados tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas à medida que o texto progride, característica compartilhada com marcadores discursivos. Em vista disso, aproximamos essas duas categorias e afirmamos que são grandes responsáveis pela articulação entre tópicos e subtópicos. Acrescentamos que ambas as categorias estão intrinsecamente relacionadas à metarregra de progressão e à propriedade tópica de organicidade.

Ressaltamos, desde já, que não temos como objetivo principal descrever as categorias que compõem o que, aqui, estamos chamando de mecanismos coesivos de articulação tópica, mas, sobretudo, explicar o modo como elas colaboram para que a coerência se instaure, por isso enfatizamos o papel que elas exercem na construção dos sentidos do texto.

As formas referenciais de que fala Pinheiro (2003) só são concernentes a uma das formas de manifestação dos processos referenciais, a anáfora direta. Ao abordarmos a propriedade tópica de centração, consideramos que a referenciação é a grande responsável por evidenciar o que é central no texto. Todavia, as formas referenciais, apenas elas, não dão conta dessa tarefa e, por isso, tomamos esse mecanismo e o ampliamos para processos referenciais, que considerem todas as pistas contextuais, envolvendo qualquer semiose, conforme descrevem Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014).

Tendo em vista que centração mantém estreita relação com referenciação e que essa relação tem papel fundamental em nossa pesquisa, não podemos ignorar a necessidade de uma discussão sobre esse fenômeno. Desse modo, fazemos uma breve exposição dos processos referenciais discutidos por Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), que abordam a referenciação em uma perspectiva sociocognitiva e discursiva.

Convém mencionar que os autores empreendem uma discussão concebendo referentes em uma dimensão dinâmica, ou seja, tomam os referentes como evolutivos e passíveis de transformação, modificados ou recategorizados ao longo do texto. A referenciação, contextualizada no âmbito dos mecanismos linguísticos de coesão estabelecidos inicialmente por Halliday e Hasan e retomados no Brasil por Koch (1991), é adotada em uma perspectiva discursiva no quadro dos processos sociocognitivos. O tratamento dado à referenciação desempenha papel determinante para ampliar o conceito de coesão em virtude de as expressões referenciais participarem ativamente da



construção da coerência textual e discursiva, posicionamento assumido também nesta investigação.

Desse modo, Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) descrevem e exemplificam os processos referenciais, os quais envolvem, basicamente, duas grandes categorias de referenciação: a introdução referencial e a anáfora. Ambos os processos podem ser atravessados pela *dêixis*. Em relação ao primeiro, introdução referencial, ocorre quando um referente (objeto de discurso) é apresentado no texto pela primeira vez. Essa estreia pode se dar a) quando uma expressão referencial<sup>32</sup> explicita o objeto de discurso; b) quando aponta para elementos da situação imediata do texto, constituindo, neste caso, um processo referencial dêitico; c) quando há utilização de informações visuais em textos verbo-visuais como charges. Dentre as funções atribuídas à introdução referencial, são destacadas introduzir um referente<sup>33</sup>, construir processos intertextuais e apresentar uma tese.

O segundo processo é nomeado de anáfora e se caracteriza por retomar um referente; tal retomada pode ser direta (correferencial) e indireta (não correferencial). Caso retome o mesmo referente, dá-se uma anáfora direta; caso explicita um referente pela primeira vez no cotexto, mas seja apresentado ao interlocutor como se lhe fosse conhecido, em função de outros elementos contextuais favorecerem essa identificação, dá-se uma anáfora indireta. Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014, p. 74) esclarecem que “a fronteira que delimita a separação entre uma anáfora direta e uma anáfora indireta é simplesmente o fato de esta última não retomar o mesmo referente, recategorizado ou não”.

A anáfora encapsuladora é caracterizada primordialmente por resumir porções contextuais. É classificada pelos autores como um subtipo da anáfora direta em razão de o referente já existir no texto no momento em que é encapsulado. Esse processo consiste em uma estratégia para resumir trechos textuais de variadas extensões, desde uma simples sentença até porções textuais maiores.

Delineado o quadro geral das características dos processos referenciais, passamos a exemplificá-los a seguir, de acordo com o seguinte código: **negrito**: introdução referencial; *itálico*: anáfora direta; sublinhado: anáfora indireta; e **fonte distinta**, anáfora encapsuladora.

---

<sup>32</sup> Tomada como manifestação linguística.

<sup>33</sup> O referente introduzido pode (ou não) ser retomado anafóricamente ao longo do texto. Em outras palavras, a introdução referencial pode servir para ancorar (ou não) futuras retomadas anafóricas.

## Exemplo 11

### **T07-2013<sup>34</sup>:**

Antes da implantação da **Lei Seca**, acidentes de trânsito causados pelo consumo de álcool eram frequentes. Contudo, com *sua* implantação, apesar de a porcentagem de acidentes ter diminuído, ainda são grandes as proporções de motoristas que se arriscam a dirigir embreagados nas noites das cidades.

O surgimento *dessa lei* era realmente necessário, levando em conta a realidade do trânsito brasileiro, onde grande parte dos acidentes e mortes são derivados do uso do álcool pelos motoristas. Com *ela*, muitos pararam de dirigir embreagados, pois, além de ter que pagar multas caso cheguem a ser pegos, podem perder a abilitação.

Entretanto, mesmo com essas severas punições, ainda há indivíduos que opitam por infringir a lei e se arriscar a dirigir bêbados. Atitude irresponsável que é justificada na maioria dos casos pela auto confiança destes, dizendo serem bons motoristas.

Portanto, diante **dessa situação**, é imprescindível a intervenção governamental por meio de fiscalizações diárias nas ruas das cidades, dando foco às proximidades de bares. Ademais, é necessário o apoio popular, não avisando aos infratores sobre a presença da polícia em locais estratégicos com o uso de programas, como o Waze. Além **disso**, é fundamental a divulgação de campanhas a favor da adoção do chamado “motorista da vez” pelo governo ou por ONG’s e promover o barateamento dos taxis, alternativa válida para evitar que pessoas dirijam alcooolizadas.

Não temos como objetivo analisar todas as ocorrências dos processos referenciais presentes na redação, mas preparar o terreno para as análises a seguir que se utilizam das expressões ora apresentadas. A respeito da introdução referencial “Lei Seca”, afirmamos que ela explicita o objeto de discurso, o que ocorre na primeira linha da redação. Mencionamos que esse processo pode ou não ancorar retomadas ao longo do texto desse mesmo referente, no exemplo 11 é um caso em que a expressão “Lei Seca” ancora inúmeras remissões, que, por sua vez, ocorrem direta e indiretamente.

As retomadas anafóricas podem se realizar por meio de diversas estruturas linguísticas quando se dão por expressões referenciais. No texto em análise, observamos retomadas por pronome possessivo “sua”, sintagma nominal parcialmente repetido “dessa lei” e “lei”, pronome substantivo “ela”. Esses exemplos retomam o mesmo referente que foi inaugurado no texto sob a designação de “Lei Seca”, portanto são incluídos no caso de anáfora direta.

As anáforas indiretas se localizam, a nosso ver, na metade do caminho entre inaugurar referentes novos e retomar o mesmo referente. Quando expressões como “trânsito”, “álcool”, “motoristas”, “embreagados”, “mortes”, “multas”, “abilitação”, “bêbados” e “fiscalizações” aparecem no texto pela primeira vez, somos instados a

---

<sup>34</sup> Não procedemos a nenhum tipo de correção desta redação e de nenhuma outra de nosso *corpus*.

classificá-las como introduções referenciais em virtude do seu “ineditismo”, o que não é plausível; de modo igual podemos querer dizer que retomam o referente “Lei Seca”, o que também não é possível.

Não é o fato de explicitar um objeto de discurso que caracteriza a anáfora indireta, mas a relação que se estabelece por associação entre o referente instaurado por ela e outros elementos contextuais que favorecerem essa identificação. É o que vemos no exemplo 11, em que, antes da aparição do conjunto referencial mencionado, já havia se falado em “Lei Seca”, expressão que promove uma espécie de abertura para o aparecimento das expressões elencadas. Talvez seja esse o motivo para tais expressões serem apresentadas ao interlocutor como se já fossem conhecidas.

A relação de anáfora indireta existente entre a introdução referencial “Lei Seca” e o conjunto referencial “trânsito”, “álcool”, “motoristas”, “embreagados”, “mortes”, “multas”, “abilitação”, “bêbados” e “fiscalizações” é um dos casos mais comuns em razão de as relações se estabelecerem metonimicamente. Na redação, é facilmente perceptível a relação que se estabelece entre Lei Seca e os elementos do conjunto referencial, sobretudo pela consideração de que locutor e interlocutor partilham dos conhecimentos de que Lei Seca diz respeito a uma intervenção do governo brasileiro que visa à diminuição de mortes no trânsito, por meio da fiscalização do consumo de álcool por motoristas, que, se flagrados embriagados, podem sofrer punições como multas e perda da habilitação.

No caso da anáfora encapsuladora, presente no início do parágrafo de conclusão, dizemos que a expressão “dessa situação” encapsula toda a porção textual que a antecede, a qual, embora não tenha sido citada antes da expressão encapsuladora, está disponível ao interlocutor.

Em função da discussão empreendida sobre expressões referenciais, cabe-nos salientar a relação que podemos estabelecer entre elas e elos coesivos referenciais descritos por Koch (1991), na medida em que se ocupam, sobremaneira, da retomada de referentes explicitados no cotexto. Reforçamos ainda a estreita relação que essas categorias mantêm com a propriedade da centração e com a metarregra de coerência continuidade.

Passamos a tratar do mecanismo de articulação tópica nomeado como formulações metadiscursivas, o qual parece perpassar as expressões referenciais, mas também a coesão referencial e sequencial, em virtude de todas essas categorias poderem

expressar autorreflexividade. Essa é a principal característica do metadiscurso, que, por inscrever o produto verbal na situação enunciativa que o instaura, estabelece-se como uma das evidências da integração entre enunciado e enunciação, ou seja, faz coincidir aquilo que é dito com o ato de dizer.

Em vista dessa constatação, dizemos que as formulações metadiscursivas desempenham um importante papel para o estabelecimento da coerência, sobretudo, no que se refere à metarregra de progressão dos tópicos e subtópicos, em virtude de estarem voltados para a formulação textual. Podem indicar o estatuto de um segmento textual em relação aos demais, podem ainda conferir a um segmento textual o estatuto de tópico pelo procedimento metadiscursivo da topicalização, dentre outras funções. Neste caso, a nomeação do tópico, conforme Risso e Jubran (1998, p. 08), “ganha teor de metadiscurso, porque enquadra, no âmbito do discurso, os elementos referenciados, ao fazer deles pontos de contração”, podendo estar também associado à metarregra de continuidade.

No que tange aos dois últimos mecanismos de articulação tópica - perguntas e paráfrases-, a nosso ver, concentram a maior disparidade de classificação. Aos anteriores, marcadores discursivos, formas referenciais e formulações metadiscursivas, propomos reconsiderações e aproximações com as modalidades de coesão de Koch (1991). Todavia, atribuímos aos mecanismos identificados como perguntas e paráfrases um outro *status* em virtude de não corresponderem, em nosso entendimento, a elos coesivos. Por esse motivo, é improcedente serem analisados no mesmo plano dos três primeiros mecanismos de articulação tópica.

Desse modo, afirmamos que as perguntas são equivalentes a formulações semânticas, com a característica de condensar e antecipar o que será dito, tendo uma função de organização de segmentos tópicos do texto. Verificamos que nos estudos de Pinheiro (2003, p. 144) há ocorrência de *perguntas* tanto em textos orais quanto escritos associadas à “função de apresentar e introduzir um tópico novo no discurso”. Entretanto, a nosso ver, essa estratégia de construção textual se associa à função formulativa de questões retóricas, em alguns casos, ou à função de antecipar o conteúdo a ser apresentado, em outros.

As paráfrases constituem um importante mecanismo para a construção textual, todavia não como elo coesivo. Koch (1997) aborda a paráfrase enquanto reformulação textual no âmbito do processamento do texto falado, todavia ponderamos

que essa classificação pode ser também aplicada a textos escritos, como é o caso das redações do Enem. Segundo a autora, o parafraseamento pode dar reforço à argumentação, ideia presente em Koch e Elias (2016, p. 102) quando afirmam que “a paráfrase chama a atenção do leitor não apenas para o conteúdo que está sendo alterado, mas, principalmente, para a alteração ocorrida e o objetivo que a justifica, aumentando as chances de êxito no empreendimento argumentativo”.

Defendemos que paráfrases são reformulações de subtópicos que continuam em virtude de anunciarem, sob um ângulo distinto, ideias apresentadas anteriormente. Tal pertinência se sustenta ainda em Jubran (2006, p. 38), que afirma que a paráfrase é uma “atividade de reformulação, por meio da qual novos enunciados modificam enunciados anteriores, que se constituem como matriz para a operação parafrástica”.

Além disso, as reformulações se relacionam com a propriedade de centração em virtude de haver, no estabelecimento de uma equivalência semântica entre a paráfrase e a matriz (Hilgert, 1999), relações de interdependência entre os enunciados que as materializam, integrando-os no conjunto referencial responsável pela centração tópica. Por esse motivo, Jubran (2006, p. 38) afirma que “a identificação de um procedimento parafrástico assenta-se, então, em relações de concernência entre matriz e paráfrase, firmadas no âmbito de um tópico discursivo”.

Acrescentamos que essas reformulações têm uma função de progressão, quando bem empregadas, pelo grau de informatividade que pode ser aumentado com elas, bem como têm uma função diretamente relacionada à argumentação, na medida em que o investimento no reforço de ideias busca levar o interlocutor a determinadas conclusões.

Tendo em vista um tratamento mais adequado das categorias de análise desta investigação, reconsideramos perguntas e paráfrases, classificadas por Pinheiro (2003), como mecanismos de articulação tópica, como construções formulativas e reformulativas de subtópicos.

Conforme demonstramos, a descrição de Pinheiro (2003) de cada um dos mecanismos foi feita a partir dos tipos de ligações que se estabelecem entre os tópicos e subtópicos e os enunciados intratópicos: sequenciação, retomada ou mudança. Para nós, o processo analítico que envolve a identificação do que é central em um texto, por meio da análise da continuidade tópica, e do modo como os elementos estão dispostos horizontal e verticalmente em um texto, por meio da análise da progressão,

considerando, em ambos os casos, os mecanismos de articulação tópica, é predominantemente marcado pela observação do modo como os elementos se articulam. Por esse motivo, concebemos a metarregra de coesão nomeada de articulação como o fator de articulação das ideias para a construção da coerência.

Julgamos necessário esclarecer, no entanto, que essa concepção não se dá tal como propuseram Halliday e Hasan (1976), uma vez que coesão, para os autores, é tomada como complemento indispensável à articulação dos sentidos essenciais do texto. Reiteramos que coesão seja idealizada como um fator de articulação das ideias no processo interpretativo da coerência que pode ocorrer, ou não, com uso de elos coesivos.

Feitas estas ponderações, encerramos este capítulo, em que também revisitamos a noção de tópico discursivo, redefinindo suas propriedades. Além disso, relacionamos a propriedade denominada de contração à metarregra de continuidade; à propriedade tópica organicidade relacionamos a metarregra de progressão; demonstramos que a metarregra de articulação recobre as duas relações empreendidas, além de observarmos que a metarregra nomeada de não contradição perpassa todas as relações tratadas.

Passamos a descrever, na seção seguinte, a contextualização do gênero redação com base na caracterização desse gênero por Oliveira (2016), em que apresentamos os aspectos externos e internos do gênero redação do Enem. Procuramos demonstrar a pertinência dessa perspectiva, ao passo que acrescentamos algumas observações que se coadunam com essa proposta.

#### **4. TERCEIRO PILAR: CONTEXTUALIZAÇÃO DO GÊNERO REDAÇÃO DO ENEM**

Assumimos como pressuposto, nesta pesquisa, que a redação do Enem é um gênero conforme descrito em Oliveira (2016). Em vista disso, discorreremos nesta seção sobre as características do gênero redação do Enem definidas pela autora em sua pesquisa sobre a caracterização desse gênero. Salientamos que, pelo fato de a consideração da redação do Enem como gênero ser recente nos estudos linguísticos, retomamos a proposta da autora com vistas a reafirmar a pertinência dessa perspectiva, ao passo que acrescentamos algumas observações que coadunam com essa proposta.

A necessidade de incluirmos este conteúdo na discussão sobre a construção da coerência na redação do Enem, advém da constatação de que as exigências do contexto social e as condições do Exame para a elaboração da redação, assim como a projeção de como a redação vai ser avaliada pelos corretores, repercutem diretamente sobre os modos como as relações de coerência e de coesão são estabelecidas.

Inicialmente, Oliveira (2016) se dedica à descrição de aspectos externos do gênero redação do Enem: a) condições de produção e de recepção da redação, b) aspectos do entorno social em que a redação acontece, e c) defesa da concepção de gênero como ação social. A esses aspectos, acrescentamos características do contexto sócio-histórico do gênero para compor o que denominamos, nesta investigação, de contexto amplo da redação do Enem.

Em seguida, ao que chamamos de contexto situacional do Enem, a autora se debruça sobre as seguintes características internas do gênero: a) elementos da enunciação: conteúdo temático, construção composicional e estilo, tomando por base Bakhtin (1997); b) papel dos interlocutores, a finalidade da enunciação e a esfera de circulação, baseando-se em Bakhtin (1997); c) estrutura composicional: o plano de texto e a sequência argumentativa, com base em Adam (1999; 2008); e d) concepção retórica: os tipos de acordo e as técnicas de argumentação, tomando por base Perelman; Olbrechts-Tyteca (2005).

#### **4.1 Contexto amplo do Enem**

À descrição dos aspectos externos do gênero redação do Enem empreendida por Oliveira (2016), associamos a exposição das condições sócio-históricas do gênero, com base em Garantizado Júnior (2015) para compor o que denominamos de contexto amplo da redação do Enem, em que apresentamos, além da caracterização dos contextos de produção, de circulação e de recepção - que foram atrelados ao conceito de efeito social, proposto por Bazerman (2011) no trabalho e Oliveira (2016), o contexto sócio-histórico a que o gênero pertence.

Reconhecemos a relevância de se considerar o contexto social e histórico em nossa pesquisa, na medida em que ele é responsável por condicionar a estruturação da redação do Enem por sofrer influência de questões de cunho social, político, científico, econômico, artístico e cultural que estão presentes na sociedade, a que necessariamente se alude no gênero.

Diferenciamos o contexto sócio-histórico do contexto de produção, circulação e de circulação pelo fato de estes corresponderem à descrição do que ocorre nos limites do exame, e aqueles, à realidade do país em relação à temática proposta na redação. Em 2013, por exemplo, o tema se voltou para os efeitos da implementação da Lei Seca, uma problemática de ordem social. Discutir o contexto sócio-histórico da redação do Enem é se debruçar sobre o mundo referido pelo candidato. Por exemplo, os altos índices de acidentes envolvendo motoristas alcoolizados é um exemplo do que buscamos incluir em uma contextualização sócio-histórica do gênero.

No âmbito do contexto de produção, primeiro aspecto apontado pela autora na definição do gênero redação do Enem, Oliveira (2016) destaca que ele ocorre em uma situação sociodiscursiva de um exame constituído de uma redação em Língua Portuguesa e de quatro provas objetivas, com quarenta e cinco questões de múltipla escolha cada uma. Na redação, exige-se dos candidatos a elaboração de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, que tenha necessariamente entre 08 e 30 linhas, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política, redigido segundo as normas escritas formais da Língua Portuguesa.

A redação do Enem se pauta, segundo Oliveira (2016), pelo modelo da tradicional redação escolar, especialmente por atender, em parte, ao tipo dissertativo, que se caracteriza pela presença de introdução, desenvolvimento e conclusão. Na



redação do Enem, o tipo textual a ser atendido é o dissertativo-argumentativo, em que o candidato deve posicionar-se acerca da temática selecionada em cada edição.

Com base na concepção de gênero como ação social de Miller (2009), Oliveira (2016) defende que o significado da ação humana de realizar a redação do Enem busca verificar produções textuais de estudantes que finalizaram o Ensino Médio, instigando a elaboração de um texto com argumentos e posicionamentos sobre uma situação social, científica, cultural e política.

Conforme Oliveira (2016), na abordagem das regularidades do gênero, Bazerman (2011) aponta alguns elementos de análise que ajudam a caracterizar a redação do Enem: regularidades aparentes em um conjunto de textos representativos de certo gênero, regularidades observáveis nos processos de produção e recepção dos textos e regularidades percebidas nos papéis sociais desempenhados por seus produtores e leitores.

No contexto de recepção da redação do Enem, segundo Oliveira (2016), o referido gênero possui como único tipo de leitor o corretor do texto (no caso do Enem, são dois avaliadores distintos). É a eles que se destina a redação, embora também possa chegar à mídia, às escolas, às mãos de pesquisadores, dentre outros. Por ter um leitor específico para a redação, o candidato, ao produzir seu texto, tem como foco construí-lo atendendo às exigências contempladas nas cinco competências. Para Oliveira (2016), o principal objetivo dos candidatos é o de produzir um texto que atenda à percepção dos corretores.

No que se refere aos aspectos do entorno social em que a redação acontece, Oliveira (2016) descreve o contexto de circulação e o contexto de recepção das redações. Em relação ao contexto de circulação, a autora o considera, em certa medida, restrito aos limites do exame. Como possui caráter avaliativo, o texto do candidato circula, inicialmente, apenas no interior do exame. Após ser redigido pelo candidato, passa para as etapas de correção pela equipe avaliadora, preservando-se a identidade de todos os candidatos. Entretanto, a autora reconhece que, após o processo de correção, eventualmente, as redações que obtiveram boas notas poderão ter uma ampla circulação ao serem noticiadas pela mídia e em sites que podem divulgá-las como “modelo” de um excelente texto. Além da divulgação midiática, as redações podem circular amplamente em escolas públicas e privadas e em cursinhos preparatórios para o Enem.

No que concerne à concepção de gênero como ação social, Oliveira (2016) defende a redação do Enem como um texto tipificado com ampla ação retórica e que adquire significado tanto na situação sociodiscursiva como no contexto social em que está inserida. A autora se baseia no primeiro aspecto de definição de gênero de Miller (2009, p.41), em que afirma ser uma “categoria convencional de discurso baseada na tipificação em grande escala da ação retórica”.

Em vista dessa definição, Oliveira (2016) afirma que a redação do Enem adquire significado, visto que uma de suas finalidades é verificar a produção textual de estudantes que finalizaram o ensino médio, instigando a elaboração de um texto com argumentos e posicionamento sobre uma situação social, científica, cultural e política.

A autora defende ainda que o gênero redação do Enem é uma ação social, por consistir em uma ação significativa e poder ser interpretável por meio de regras. Oliveira (2016) esclarece ainda que, antes de se constituir em gênero, conforme a proposta de hierarquia de sentido de Miller (2009), ele passa pela experiência da necessidade de sua existência. Em seguida, a língua formaliza essa experiência. Para isso, atribuímos à locução o fator comunicação entre o locutor e o interlocutor, porque todo texto é escrito para alguma finalidade de comunicação.

Por compreendermos que as condições de produção não se restringem às circunstâncias da comunicação imediata, acrescentamos aos aspectos do entorno social descritos pela autora, contexto de circulação e de recepção das redações, o contexto sócio-histórico da redação do Enem para compormos o contexto amplo. Em vista disso, partimos da afirmação de Garantizado Júnior (2015, p.107), de que “os elementos externos estão totalmente relacionados (e integrados) aos fatores discursivos e textuais de que a argumentação se vale para fazer com que o Locutor persuade seu auditório”, para justificar a imprescindível participação desse contexto na estrutura da redação do Enem.

Garantizado Júnior (2015) analisou o gênero sessão plenária, sobre o qual afirma que, no momento em que o locutor ocupa a tribuna, necessita estar ciente de diversos acontecimentos em que a sociedade está envolvida, tanto os de cunho político quanto os de cunho social. A par desses eventos, o parlamentar poderá usar tais fatos de maneira satisfatória em sua argumentação.

Reconhecemos que inúmeros gêneros de predominância argumentativa, dentre eles a redação do Enem, podem abordar questões de cunho social relacionadas ao

Brasil, o que torna indispensável ao locutor compreender aspectos sociais, culturais e políticos para embasar ideias e argumentos em seus textos. A redação do Enem é permeada de temas de ordem social, cultural, científica ou política da sociedade brasileira, como vislumbramos, por exemplo, nas provas das edições de 2013, 2014 e 2015, escolhidas para composição do *corpus* desta investigação: “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”, tema de 2013; “Publicidade infantil em questão no Brasil”, tema de 2014; e “A persistência da violência contra a mulher no Brasil”, tema de 2015.

Garantizado Júnior (2015, pp. 107-108) defende que

não podemos desconsiderar que o Locutor, quando profere seu texto, está inserido em uma realidade social e histórica que o faz usar estratégias argumentativas, segundo a época em que o texto será realizado. Não se pode deixar de considerar também que, muitas vezes, o texto pode ser usado em realidades históricas diferentes, com objetivos diferentes, o que nos possibilita considerar que um texto pode estar inserido em diferentes contextos históricos, caso o Locutor necessite dele para embasar uma estratégia argumentativa.

O autor reforça que a interferência do contexto sócio-histórico, com as nuances de uma época específica, é imprescindível para a argumentação. Observamos que, na redação do Enem, o locutor cita fatos externos ao texto, bem como recorre a conhecimentos compartilhados entre si e seu interlocutor para apresentar sua tese.

Compreendemos que a consideração dos contextos em estudos que envolvam a produção de textos é imprescindível, especialmente em relação ao Enem, exame de maior abrangência em nosso país, cuja situação de produção escrita requer que o candidato considere os dados do contexto para atender à proposta de redação. Embora seja oferecida, em alguma medida, uma base para a construção do texto, por meio dos textos motivadores, é imperativo que o candidato conheça bem as propriedades da situação comunicativa: onde e com quem vai se comunicar, e com que objetivos, para planejar o tratamento particular que dará ao tema da redação.

Para van Dijk (2012), os contextos consistem em esquemas de categorias compartilhadas, convencionais e dotadas de uma base cultural. Assim, a bagagem sociocognitiva do produtor também permite que ele elabore estratégias para produzir sentidos. De acordo com Perelman e Tyteca (1996), o locutor, para atingir a persuasão de seu público de maneira satisfatória, deve usar de uma série de estratégias argumentativas. No entanto, para que seus objetivos sejam realmente alcançados, muitas outras questões estão implícitas: como e onde ele foi produzido, em que situação, quem

o produziu, qual o auditório, quais os objetivos do locutor e qual a aceitação do auditório frente ao discurso produzido.

Consideramos que contexto e interação estão estreitamente relacionados às possibilidades de produzir sentidos, uma vez que a atividade linguística, de acordo com Koch e Cunha-Lima (2011, p. 283), “é algo que se faz com os outros, conjuntamente”. Desse modo, a interação é tomada por Morato (2011, p. 339) como “lugar e modo de funcionamento da linguagem em relação à maneira como o sentido é construído nas atividades textual-discursivas”.

Reconhecemos, em Oliveira (2016) e em Garantizado Júnior (2015), o compartilhamento da preocupação com a descrição do contexto amplificado. Nesse sentido, afirmamos que a importância dos aspectos sociais, culturais e históricos, ou seja, dos fatores externos ao texto, mas que são convocados no momento da produção da redação do Enem, reside no fato de agregarem informações que colaboram para o processo construção da coerência e da argumentação.

#### **4.2 Contexto situacional do Enem**

Dando continuidade à contextualização do gênero redação do Enem, passamos à descrição dos aspectos internos realizada por Oliveira (2016). A exposição da pesquisadora teve como ponto de partida as categorias de Bakhtin (1997), conteúdo temático, estilo e construção composicional, que foram articuladas a uma discussão em torno da estrutura-base de um gênero, incluindo considerações sobre o sistema retórico que compõe as redações. Os pressupostos bakhtinianos de gênero são também contemplados nesta pesquisa.

Inicialmente, Oliveira (2016) trata dos elementos da enunciação, tema, composição e estilo, e procura demonstrar que eles estão presentes no gênero em análise de modo singular. A autora compreende que o tema pertence a uma situação histórica concreta quando ele é relacionado a um índice de valor social. Nesse sentido, é possível afirmar que a redação do Enem expõe uma temática social de natureza interindividual em uma situação de uso real, inserida em um contexto histórico.

Acerca do segundo elemento, construção composicional, a pesquisadora constata que a redação do Enem possui estrutura composicional comum com a redação escolar dissertativa, mas apresenta aspectos argumentativos e uma peculiaridade que consiste na proposta de intervenção. Oliveira associa tal organização textual ao

protótipo da sequência argumentativa de Adam (1999; 2008) e apresenta redações com as macroproposições bem definidas, mesmo que a proposta de intervenção não esteja contemplada.

Ao analisar o terceiro elemento, estilo, Oliveira (2016, p. 108) observa recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais do gênero redação do Enem e chega à conclusão de que o estilo da redação do Enem “é, pois, o uso da norma escrita formal da língua em uma organização textual dissertativo-argumentativa” (evidentemente, que este estilo definido por Oliveira pode coincidir com uma vasta quantidade de outros gêneros). Segundo a autora, não consta no edital do Enem orientações sobre em que pessoa do discurso o texto deve ser escrito, entretanto, a autora identificou algumas redações escritas na primeira pessoa do plural que demonstravam mais indícios de autoria, embora a maioria tenha sido escrita na terceira pessoa do singular.

O papel dos interlocutores, a finalidade da enunciação e a esfera de circulação são outros parâmetros de análise utilizados por Oliveira (2016) para a caracterização interna do gênero redação do Enem. Com base em Bakhtin (1997), a autora observa que a redação do Enem delimita claramente o papel dos interlocutores, visto que é previsível, desde o momento em que o candidato se inscreve no exame, para quem a redação deve ser direcionada. Os interlocutores são, de um lado, o produtor do texto, o candidato, e, de outro, os receptores do texto, os corretores, ambos sabem da existência de um em relação ao outro e do papel que cada um deve desempenhar.

Neste contexto, a autora aborda a finalidade de enunciação, definida como o propósito específico de cada texto. Sabemos, todavia, que esse propósito, como afirma Swales (2004) não é um só, mas múltiplos. Oliveira afirma que, na redação do Enem, por exigência da proposta do exame, o candidato deve expressar um posicionamento crítico sobre o tema proposto, tendo como objetivo se posicionar, criticamente, sobre um assunto determinado pelo exame. A pesquisadora aborda outro termo utilizado por Bakhtin (1997), esfera de circulação, que corresponde ao contexto de redação escolar com caráter avaliativo de um exame.

Em seguida, Oliveira (2016) analisa a redação do Enem sob a ótica do plano composicional, em que avalia o plano de texto e o protótipo da sequência argumentativa. Já no plano discursivo, analisa a responsabilidade enunciativa e a situação sociodiscursiva que se referem às condições de produção e de recepção das

redações, além das imagens do auditório, para examinar alguns aspectos do *pathos* dos corretores das redações.

No que tange à estrutura composicional da redação do Enem, Oliveira (2016, p. 53) toma por base definição de Adam (2008)<sup>35</sup> sobre plano de texto para afirmar que “a redação do Enem pode ser compreendida como uma estrutura que apresenta um plano de texto próximo ao artigo de opinião, mas com características da redação escolar”. Embora reconheça que não seja essa a denominação mais adequada para a redação do Enem, visto que está inserida em um contexto de exame, possui número mínimo e máximo de linhas a serem escritas e pode se basear em textos motivadores, que integram a proposta de redação, que auxiliam no desenvolvimento do tema. Portanto, para a autora, a estrutura composicional desse texto constitui um novo gênero, uma vez que há critérios definidos para a construção desse texto e uma matriz de referência<sup>36</sup> que regula o processo de correção do gênero.

Dando continuidade ao exercício de caracterização da redação do Enem, Oliveira (2015) se apoia na concepção retórica estudada por Perelman; Olbrechts-Tyteca (2005) a partir das categorias de análise dos tipos de acordo e técnicas de argumentação, sobre as quais compreende que há uma tendência para a escolha do argumento a ser utilizado no texto conforme a classificação. Em suas análises, identifica a presença da categoria do tipo de acordo relativo ao real, que comporta fatos, verdades e presunções, e o tipo de acordo relativo ao preferível com valores, hierarquias e lugares. Sobre as técnicas de argumentação, Oliveira (2016) identifica argumentos quase lógicos, argumentos baseados na estrutura do real e argumentos que fundam a estrutura do real; não identificou, contudo, em nenhuma redação o grupo das dissociações de noções<sup>37</sup>.

Reconhecemos que a caracterização empreendida por Oliveira (2016) na defesa de que o gênero redação do Enem deve ser reconhecido como um gênero particularizado em relação a todos os outros é válida e bem-sucedida, no entanto, julgamos pertinente acrescentar a essa discussão a) os critérios de correção da redação do Enem aos quais os textos dos candidatos estão submetidos no exame e a que os corretores

---

<sup>35</sup> “Os textos são, de fato, estruturados de maneira muito flexível, e a importância dos planos de texto fixos ou ocasionais é preponderante. Na medida em que os agrupamentos de proposições não correspondem sempre a sequências completas, podemos dizer que o principal fator unificador da estrutura composicional é o plano de texto” (ADAM, 2008, p. 256).

<sup>36</sup> Matriz de Referência para Redação do Enem 2013 e 2014.

<sup>37</sup> A descrição dessas categorias está presente em Perelman; Olbrechts-Tyteca (2005).

lançam mão no momento de avaliá-los, b) o papel que a redação do Enem exerce na definição programática da educação básica, e c) a contextualização da proposta de redação calcada em textos motivadores configuradores de gêneros textuais variados.

Neste ponto, consideramos importante apresentar os critérios de correção da redação do Enem aos quais os textos dos candidatos estão submetidos no exame e a que os corretores lançam mão no momento de avaliá-los, visto que, na produção da redação do Enem, o contexto em que os candidatos estão envolvidos exige uma série de características fixas, rígidas e necessárias apresentadas pelo edital do exame. O candidato tem acesso à Matriz de Referência para a Redação do Enem, em que se detalham os critérios para que os corretores avaliem os textos. A nota máxima que um texto pode receber é 1.000, se forem bem observadas as cinco competências exigidas pela redação do Enem. Conforme consta no edital do Enem (2016, p. 77),

baseada nas cinco competências da Matriz de Referência para Redação, a proposta da Redação do Enem é elaborada de forma a possibilitar que os participantes, a partir de uma situação-problema e de subsídios oferecidos, realizem uma reflexão escrita sobre um tema de ordem política, social ou cultural, produzindo um texto dissertativo-argumentativo em prosa.

Embora a Matriz de Referência para Redação destaque os pontos a serem observados pelos candidatos para obtenção de pontuação satisfatória na redação, muitos incorrem em situações que levam à nota zero. No edital do Enem (2016), há a explicitação das razões para que os corretores atribuam essa nota, conforme apresentamos na sequência da discussão.

Segundo o Guia do Participante (2013), a estrutura do gênero redação do Enem corresponderia a tema, tese, argumentos e proposta de intervenção. Verificamos que, nas últimas edições do Enem, a proposta de redação tem seguido um padrão em sua formulação. Inicia-se com um comando fixo, em que há variação apenas do “tema” da redação, conforme a edição do exame. O exemplo, a seguir, foi transcrito da edição de 2014, cujo tema foi “Publicidade infantil em questão no Brasil”:

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema Publicidade infantil em questão no Brasil, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista. (ENEM, 2014, p. 02)

Além disso, a proposta de redação é composta por textos motivadores verbais e não verbais que podem subsidiar a argumentação dos candidatos. Destacamos

também que, na proposta, aparecem diversas instruções que reforçam os procedimentos a serem adotados pelos candidatos, ao mesmo tempo em que se apresentam as sanções para quem desrespeitar as orientações.

**INSTRUÇÕES:**

O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.

O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.

A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

**Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**

Tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”.

Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.

Apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos<sup>38</sup>.

Apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto. (ENEM, 2015, p. 02)

Cada uma das cinco competências contempladas na Matriz de Referência para Redação possui cinco níveis que vão de 0 a 200 pontos, que são observados pelos corretores na avaliação do texto com base no referido documento. No edital do Enem (2016, p. 19) consta que “a redação será corrigida por dois corretores de forma independente”; cada corretor atribuirá uma nota entre 0 (zero) e 200 (duzentos) pontos para cada uma das cinco competências; a nota total de cada corretor corresponde à soma das notas atribuídas a cada uma das competências. Para o exame, “existe discrepância entre dois corretores se suas notas totais diferirem por mais de 100 (cem) pontos ou se a diferença de suas notas em qualquer uma das competências for superior a 80 (oitenta) pontos” (EDITAL DO ENEM, 2015, p. 20).

A nota final da redação do participante, segundo o edital, será atribuída da seguinte forma: caso não haja discrepância entre os dois corretores, a nota final do participante será a média aritmética das notas totais atribuídas pelos dois corretores; caso haja discrepância entre os dois corretores, haverá recurso de ofício e a redação será corrigida, de forma independente, por um terceiro corretor; caso não haja discrepância entre o terceiro corretor e os outros dois corretores ou caso haja discrepância entre o terceiro corretor e apenas um dos corretores, a nota final do participante será a média aritmética entre as duas notas totais que mais se aproximarem, sendo descartada a outra nota.

---

<sup>38</sup> A partir do Enem 2018, essa sanção não mais acarretará nota zero.



Caso a nota total do terceiro corretor seja equidistante das notas totais atribuídas pelos outros dois corretores, a redação será corrigida por uma banca composta por três corretores, que atribuirá a nota final do participante, sendo descartadas as notas anteriores. Estes são, portanto, os interlocutores que dialogam com os produtores dos textos.

Acrescentamos à discussão dos critérios que balizam a correção do Enem a descrição das competências constitutivas da Matriz de Referência. Na Competência I, o candidato deve “Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa”, o que contempla a linguagem formal escrita, conforme os padrões da gramática normativa. Conforme mencionamos, o contexto situacional condiciona diretamente um dos aspectos mais salientes da redação: a formalidade. Para ser bem-sucedido nesta competência, o candidato deve apresentar excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita serão aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizem reincidência. Assim, a situação interfere diretamente na maneira como o texto deve ser produzido: no grau de formalidade, na variedade dialetal, no desenvolvimento de um tema específico, dentre outros.

Comumente, as Competência I e IV são avaliadas conjuntamente pelos corretores, visto que ambas mantêm relação com as estruturas linguísticas empregadas no texto. No entanto, salientamos que a primeira diz respeito a questões gramaticais (sintaxe, regência, concordância, pontuação, morfologia, colocação) e de convenções da escrita (envolvem o uso inadequado de letras e acentos gráficos). Ao passo que a Competência IV diz respeito ao entrelaçamento entre as partes do texto, à progressividade sintática, à sequenciação das ideias, à articulação entre os diversos segmentos textuais, o que, em princípio, corresponderia à concepção de coesão que estamos adotando (embora nem sempre a prática de correção priorize essa articulação e se concentre mais no emprego de elos coesivos).

Na Competência II, o candidato deve “Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa”. A Competência II apresenta dois aspectos que devem ser avaliados: a compreensão da proposta e a tipologia textual. No que tange à primeira, para a elaboração de uma redação dentro da temática solicitada, o candidato deve não só compreender o tema, como também

apresentar ideias pertinentes à defesa de seu ponto de vista. Ademais, nesta competência está prevista a aplicação de conceitos das várias áreas de conhecimento para o desenvolvimento do tema. Isso significa que o candidato precisa demonstrar não só que está atualizado sobre o que acontece no mundo, mas também que domina informações de diversas áreas do conhecimento (Literatura, História, Geografia etc.).

Consideramos que o gênero redação do Enem está totalmente condicionado ao contexto sócio-histórico em que os fatos da realidade brasileira se desenvolvem. Os textos dos candidatos são alicerçados, muitas vezes, nesses acontecimentos. Dessa maneira, a época em que os fatos ocorrem ou ocorreram no país, ou no mundo, embasa a argumentação dos candidatos e, por conseguinte, condiciona a escrita das redações. Os conceitos das várias áreas de conhecimento, que fazem parte do conhecimento de mundo do candidato, podem ter desdobramentos significativos nas redações, daí dizermos que não se pode analisar as redações sem que se volte um olhar muito atento ao contexto amplo que as cerca.

Em relação à tipologia textual, o texto dissertativo-argumentativo em prosa é mais do que uma mera exposição de ideias, exige a apresentação de uma tese, a defesa de um ponto de vista. O emprego exclusivo de outra tipologia levará à nota zero, no entanto o emprego de trechos em outras tipologias deve ser motivado pela argumentação desenvolvida. Para que o texto receba nota máxima nessa competência, o tema deve ser bem introduzido, desenvolvido em consonância com a introdução e finalizado com conclusões decorrentes da argumentação desenvolvida.

Na Competência III, espera-se do candidato a habilidade de “Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista”. O candidato receberá nota máxima nesta competência se apresentar informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista.

O primeiro aspecto que deve ser observado na avaliação desta competência é o último a ser citado na descrição: a defesa de um ponto de vista. A fim de explicá-la, destacamos que a Competência III engloba quatro habilidades indicadas como fundamentais para a elaboração dos argumentos: selecionar, relacionar, organizar e interpretar.

Sobre a primeira habilidade, selecionar, compreendemos que esse verbo diz respeito à diversidade de informações. Por diversidade, entendemos não só se essas

informações são numerosas, mas também se elas são selecionadas a partir de diferentes áreas de conhecimento. Os corretores avaliam, assim, se o participante é dotado de um repertório variado de informações. É a habilidade de selecionar pertinentemente tais ideias em favor de um ponto de vista que permite ao corretor observar se os argumentos da redação já foram apresentados nos textos motivadores ou se fazem parte de um repertório autoral do participante.

A segunda habilidade, relacionar, é intimamente ligada à hierarquização e à interpretação das informações, ao estabelecimento de nexos entre os argumentos. O candidato possui liberdade para selecionar as informações que julgar pertinentes para a defesa de seu ponto de vista. Essas informações, entretanto, só se constituirão em argumentos se estiverem devidamente interpretadas, estiverem hierarquizadas e estiverem conectadas entre si.

Acerca da terceira habilidade, organizar<sup>39</sup>, o corretor é o responsável por observar de que modo o participante estabelece uma hierarquia entre as informações selecionadas para a construção de cada um dos argumentos e também de que modo organiza os argumentos entre si. Para a defesa de uma ideia, há informações mais importantes e informações secundárias. É importante observar se o participante é capaz de construir uma hierarquia no texto que subordine os argumentos menos importantes àqueles que constituem o núcleo do eixo da argumentação. Os argumentos podem ser mais frágeis porque estão mais distantes do eixo central da argumentação, ou porque são “escada” para pontos mais impactantes, isto é, mais persuasivos. A organização do texto depende, portanto, de uma hierarquização adequada, e os movimentos argumentativos dessa organização estão estreitamente relacionados ao modo como os subtópicos, que derivam do tópico central da redação, são selecionados e hierarquizados para a construção da coerência.

Sobre a habilidade de interpretar, o que deve ser considerado é o contexto das informações selecionadas, pois não basta que sejam variadas, elas devem, também, ser interpretadas, isto é, devem ser devidamente contextualizadas em relação ao tema e ao ponto de vista defendido pelo participante, sob o risco de se revelarem aleatórias, caso não haja contextualização.

---

<sup>39</sup> Observamos que essa habilidade guarda relação com a organicidade na medida em que diz respeito à hierarquização dos argumentos.

Na Competência IV, o candidato deve “Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação”. Ele será bem-sucedido nesta competência se for capaz de articular bem as partes do texto e apresentar repertório diversificado de recursos coesivos em sua redação. A Competência IV focaliza a coesão, que se caracteriza pela articulação das ideias de um texto em um todo significativo. Por coesão se entendem a articulação, a ligação, a relação, os nexos que se estabelecem entre os elementos que constituem a tessitura textual. A coesão é tanto sintática, como também semântica, pois, em todas as situações, os mecanismos coesivos se baseiam em uma relação entre os significados de elementos do texto.

A coesão estabelece conexões, articulações, ligações, concatenando as ideias do tópico e subtópicos, e permite a progressão do texto em direção à comprovação da proposição que se visa defender. Isso significa dizer que a estrutura gramatical das frases trata de criar coesão entre os constituintes de um texto.

Na Competência V, o candidato deve “Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos”. O candidato receberá nota máxima nesta competência se elaborar muito bem a proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto. Embora essa última competência pareça ser avaliada de maneira independente das demais, é importante observar que a proposta de intervenção deve estar relacionada ao tema e articulada com a discussão desenvolvida.

Desse modo, sabendo de todas as normas que regulam seu projeto de dizer e consciente da importância da linguagem, do lugar de produção e do papel de seu interlocutor no processo em que está situado, o candidato poderá levantar hipóteses e projeções, planejar o texto, determinar estratégias de argumentação.

Nesse sentido, os contextos e a especificidade da interação entre os participantes interferem nas escolhas do produtor, tendo em vista seu desejo de atender a uma proposta de produção escrita. Portanto, quanto mais o candidato tiver conhecimento e mantiver presente em sua mente os aspectos contextuais do gênero, além da mútua influência que sofrem e exercem texto, contexto e sujeitos em interação, mais chances ele terá de adequar a sua ação para atender às expectativas da situação de produção escrita.


Além dos critérios apresentados sobre os aspectos da correção, julgamos pertinente abordar o papel que a redação do Enem possui na definição programática da

educação básica. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Língua Portuguesa (1998) propõem a utilização dos gêneros textuais como objeto de ensino para a prática de leitura e produção, e sugerem o lugar do texto oral e escrito como a concretização de um gênero. Desse modo, defendem os gêneros como fortes aliados no processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa.

A redação do Enem, no panorama da educação brasileira, tem importância inquestionável, visto que o Exame decide sobre a entrada dos estudantes no ensino superior, por isso adquiriu um *status* de destaque na configuração da educação brasileira. É justamente pelas questões sociais e políticas que envolvem o Enem que vemos sua interferência no ensino de redação em todos os níveis de ensino. Por essa razão, vislumbramos que a proposta analítica de articular coerência, coesão e tópico discursivo e de observar essa articulação na redação do Enem pode se constituir como uma alternativa interessante de como professores podem efetivamente abordar o gênero nas aulas de Língua Portuguesa.

Também nos debruçamos sobre a contextualização da proposta de redação calcada em textos motivadores correspondentes a gêneros textuais variados. Julgamos procedente fazer uma breve contextualização das três propostas de redação do Enem com as quais lidamos nesta investigação, tendo em vista que os textos motivadores que as embasam podem servir de referência para os textos dos candidatos. Assim iniciamos nossas considerações acerca da proposta de redação do Enem 2013, que teve como tema “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil” e apresentou quatro textos motivadores em sua composição, conforme mostramos.

Figura 6. Proposta de redação do Enem 2013

## PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Efeitos da Implantação da Lei Seca no Brasil”, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

**Qual o objetivo da “Lei Seca ao volante”?**

De acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), a utilização de bebidas alcoólicas é responsável por 30% dos acidentes de trânsito. E metade das mortes, segundo o Ministério da Saúde, está relacionada ao uso do álcool por motoristas. Diante deste cenário preocupante, a Lei 11.705/2008 surgiu com uma enorme missão: alertar a sociedade para os perigos do álcool associado à direção.

Para estancar a tendência de crescimento de mortes no trânsito, era necessária uma ação enérgica. E coube ao Governo Federal o primeiro passo, desde a proposta da nova legislação à aquisição de milhares de etilômetros. Mas para que todos ganhem, é indispensável a participação de estados, municípios e sociedade em geral. Porque para atingir o bem comum, o desafio deve ser de todos.

Disponível em: [www.dprf.gov.br](http://www.dprf.gov.br). Acesso em: 20 Jun. 2013.



Disponível em: [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br). Acesso em: 20 Jun. 2013.



Disponível em: [www.operacaolalei.seca.rj.gov.br](http://www.operacaolalei.seca.rj.gov.br). Acesso em: 20 Jun. 2013 (adaptado).

### Repulsão magnética a beber e dirigir

A lei da física que comprova que dois polos opostos se atraem em um campo magnético é um dos conceitos mais populares desse ramo do conhecimento. Tulpas de chope e bolachas de papelão não servem, em condições normais, como objetos de experimento para confirmar essa proposta. A ideia de uma agência de comunicação em Belo Horizonte foi bem simples. Ímãs foram inseridos em bolachas utilizadas para descansar os copos, de forma imperceptível para o consumidor. Em cada lado, há uma opção para o cliente: *dirigir* ou *chamar um táxi* depois de beber. Ao mesmo tempo, tulpas de chope também receberam pequenos pedaços de metal mascarados com uma pequena rodela de papel na base do copo. Durante um fim de semana, todas as bebidas servidas passaram a pregar uma peça no cliente. Ao tentar descansar seu copo com a opção *dirigir* virada para cima, os ímãs apresentavam a mesma polaridade e, portanto, causando repulsão, fazendo com que o descanso fugisse do copo; se estivesse virada mostrando o lado com o desenho de um táxi, ela rapidamente grudava na base do copo. A ideia surgiu da necessidade de passar a mensagem de uma forma leve e no exato momento do consumo.

Disponível em: [www.operacaolalei.seca.rj.gov.br](http://www.operacaolalei.seca.rj.gov.br). Acesso em: 20 Jun. 2013 (adaptado).

Fonte: Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM, 2013.

O primeiro apresenta um estudo da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), o qual relaciona o número de mortes no trânsito com a utilização de bebidas alcoólicas. Informa o número da lei, que ficou conhecida como Lei Seca, e sua função de alertar a sociedade para os riscos de combinar álcool e direção.

O segundo texto traz uma imagem de uma campanha do Governo Federal, em que há a imagem de um veículo colidindo em um copo de cerveja e o telefone de emergência da Polícia Rodoviária Federal, com os dizeres “Não deixe a bebida mudar seu destino” e “Dirigir é crime e pode dar cadeia”. O terceiro texto é um infográfico


intitulado “Lei Seca em números”, em que constam dados de uma pesquisa que indica a diminuição de atendimentos hospitalares, aprovação do uso do bafômetro, redução do número de acidentes e de vítimas fatais.

O quarto texto apresenta uma ação realizada em Belo Horizonte por uma agência de comunicação que tem como título “Repulsão magnética a beber e dirigir”, em que os usuários poderiam refletir sobre os riscos de combinar bebida e direção a partir de um experimento com ímãs colocados nos copos e nos porta-copos que se repeliam, ou não, em caso de apresentarem informações contrárias ou favoráveis a essa combinação.

Observamos, acerca da temática social proposta, que condiz com as características do Exame ao exigir do candidato uma reflexão sobre o principal efeito esperado pela nova legislação, ou seja, sobre a redução das mortes provocadas por acidentes de trânsito. Assim, o candidato é instado a elaborar um texto em que lance mão de seus conhecimentos prévios textuais, linguísticos, de experiências da prática vivida na escolarização básica e de sua bagagem sociocultural para proceder a essa elaboração.

Passamos a uma sucinta contextualização da proposta de redação da edição do Enem 2014, com base nos textos que a configuram.

Figura 7. Proposta de redação do Enem 2014




## PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Publicidade infantil em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

**TEXTO I**

A aprovação, em abril de 2014, de uma resolução que considera abusiva a publicidade infantil, emitida pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), deu início a um verdadeiro cabo de guerra envolvendo ONGs de defesa dos direitos das crianças e setores interessados na continuidade das propagandas dirigidas a esse público.

Elogiada por pais, ativistas e entidades, a resolução estabelece como abusiva toda propaganda dirigida à criança que tem “a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço” e que utilize aspectos como desenhos animados, bonecos, linguagem infantil, trilhas sonoras com temas infantis, oferta de prêmios, brindes ou artigos colecionáveis que tenham apelo às crianças.

Ainda há dúvidas, porém, sobre como será a aplicação prática da resolução. E associações de anunciantes, emissoras, revistas e de empresas de licenciamento e fabricantes de produtos infantis criticam a medida e dizem não reconhecer a legitimidade constitucional do Conanda para legislar sobre publicidade e para impor a resolução tanto às famílias quanto ao mercado publicitário. Além disso, defendem que a autorregulamentação pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) já seria uma forma de controlar e evitar abusos.

IDOETA, P. A.; BARBA, M. D. A publicidade infantil deve ser proibida? Disponível em: [www.bbc.co.uk](http://www.bbc.co.uk). Acesso em: 23 maio 2014 (adaptado).

**TEXTO II**

### A PUBLICIDADE PARA CRIANÇAS NO MUNDO



Fontes: OMS e Conar/2013  
Disponível em: [www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br). Acesso em: 24 jun. 2014 (adaptado).

**TEXTO III**

Precisamos preparar a criança, desde pequena, para receber as informações do mundo exterior, para compreender o que está por trás da divulgação de produtos. Só assim ela se tornará o consumidor do futuro, aquele capaz de saber o que, como e por que comprar, ciente de suas reais necessidades e consciente de suas responsabilidades consigo mesma e com o mundo.

SILVA, A. M. D.; VASCONCELOS, L. R. A criança e o marketing: informações essenciais para proteger as crianças dos apelos do marketing infantil. São Paulo: Summus, 2012 (adaptado).

Fonte: Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM, 2014.

A abordagem proposta diz respeito à discussão sobre a publicidade infantil e o questionamento sobre sua veiculação no Brasil. O tema proposto “Publicidade infantil em questão no Brasil” se pauta por uma questão social bastante relevante para a sociedade brasileira, embora possa configurar como uma temática pouco refletida pelos participantes. Em alguma medida, o tema integra a vida de todos eles ou por já terem sido expostos na infância à publicidade infantil, ou conviverem com crianças, ou, simplesmente porque têm contato com as mídias.



O primeiro texto motivador apresenta uma adaptação de uma matéria publicada no site da BBC intitulada “A publicidade infantil deve ser proibida?”, a qual aborda uma resolução emitida pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Tal resolução causou desentendimento entre ONGs de defesa dos direitos das crianças, que a elogiam, por um lado e, por outro, associações de anunciantes, emissoras, revistas e de empresas de licenciamento e fabricantes de produtos infantis que a criticam.


O segundo texto motivador traz subsídios para ampliar a reflexão, ao tratar de dados sobre como se dá a publicidade infantil em alguns países do mundo, desde a autorregulamentação do mercado (como no próprio caso do Brasil) até a proibição total de publicidade voltada a crianças, como no caso de países como a Noruega e a província do Québec (Canadá).

O terceiro texto, cuja fonte é um livro que discute a influência do marketing sobre a criança, traz um trecho que aponta para a vulnerabilidade da criança e o papel da educação na formação para um consumo consciente.

A partir do tema e da leitura dos textos I, II e III que compõem a proposta de redação, o candidato é levado a refletir e a se posicionar sobre o modo como o Brasil deve lidar com a veiculação de publicidade voltada a crianças.

Na edição de 2015, ano em que a redação teve como tema “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”, mais uma vez percebemos a proposta de uma discussão que se pauta por uma questão social bastante relevante para o contexto social brasileiro. O candidato pode amparar-se nos textos motivadores que consideram dimensões para a problemática levantada, conforme apresentamos.

Figura 8. Proposta de redação do Enem 2015.



### PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

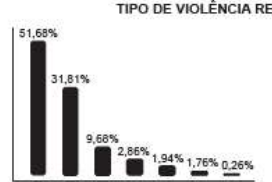
**TEXTO I**

Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país.

WALSELFSZ, J. J. Mapa da Violência 2012. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: [www.mapadaviolencia.org.br](http://www.mapadaviolencia.org.br). Acesso em: 8 jun. 2015.

**TEXTO II**

**TIPO DE VIOLÊNCIA RELATADA**



- (A) Violência física
- (B) Violência psicológica
- (C) Violência moral
- (D) Violência sexual
- (E) Violência patrimonial
- (F) Cárcere privado
- (G) Tráfico de pessoas

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Balanço 2014. Central de Atendimento à Mulher. Disque 180. Brasília, 2015. Disponível em: [www.spm.gov.br](http://www.spm.gov.br). Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

**TEXTO III**





Disponível em: [www.compromissoeatitude.org.br](http://www.compromissoeatitude.org.br). Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

**TEXTO IV**


**O IMPACTO EM NÚMEROS**

*Com base na Lei Maria da Penha, mais de 330 mil processos foram instaurados apenas nos juizados e varas especializados*


**332.216** processos que envolvem a Lei Maria da Penha chegaram, entre setembro de 2006 e março de 2011, aos 52 juizados e varas especializadas em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher existentes no País. O que resultou em:

-  **33,4%** de processos julgados
-  **9.715** prisões em flagrante
-  **1.577** prisões preventivas decretadas

Fontes: Conselho Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria de Políticas para as Mulheres

 **58** mulheres e **2.777** homens enquadrados na Lei Maria da Penha estavam presos no País em dezembro de 2010. Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul não constam desse levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional

 **237 mil** relatos de violência foram feitos ao Ligue 180, serviço telefônico da Secretaria de Políticas para as Mulheres

 **Sete** de cada **dez** vítimas que telefonaram para o Ligue 180 afirmaram ter sido agredidas pelos companheiros

Disponível em: [www.istoe.com.br](http://www.istoe.com.br). Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

Fonte: Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM, 2015.

Segundo o Inep, na prova de redação são avaliados aspectos relacionados às competências que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade. Os participantes devem defender uma tese, uma opinião, a respeito do tema proposto, apoiada em argumentos consistentes, estruturados de forma coerente e coesa, de modo a formar uma unidade textual.

Para isso, os candidatos podem ter como base os textos motivadores que, em 2015, foram quatro, sendo o primeiro um trecho do relatório do “Mapa da Violência 2012”, que sintetiza o número de homicídios de mulheres no Brasil no período de 1980 a 2010. Nesse intervalo de 30 anos, foram assassinadas mais de 92 mil mulheres, 43,7 mil na última década. Consta que o número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, o que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país.

No segundo texto, são apresentados subsídios que promovem a reflexão sobre a violência contra a mulher. Em forma de tabela, há um balanço dos tipos de violência relatadas por mulheres ao longo do ano de 2014, fornecido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres: 51,68% das mulheres relataram ter sofrido violência física; 31,81% foram vítimas de violência psicológica; 9,68% de violência moral; 2,86% de violência sexual; 1,94% de violência patrimonial; 1,76% de cárcere privado e 0,26% foi vítima de tráfico de pessoas.

No terceiro texto, um cartaz sobre campanha contra o feminicídio, com a frase “Femicídio basta” em meio à palma de uma mão remetendo a um alvo, provavelmente em referência ao alto índice de violência contra mulheres, as quais seriam o alvo, mas também como um pedido de combate a esse tipo de violência.

Por fim, no quarto texto, um infográfico adaptado da revista “Isto é” apresenta informações em números referentes ao impacto da Lei Maria da Penha, com base em dados fornecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria de Políticas para as Mulheres. De acordo com o infográfico, mais de 330 mil processos foram instaurados apenas nos 52 juizados e varas especializados Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher existentes no País, entre setembro de 2006 e março de 2011, o que resultou em 33,4% de processos julgados; 9.715 prisões em flagrante e 1.577 prisões preventivas decretadas.

Além disso, 58 mulheres e 2.777 homens enquadrados na Lei Maria da Penha estavam presos no País em dezembro de 2010, com exceção de estados como Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul que não constam nesse levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional. O texto informa que 237 mil relatos de violência foram feitos ao Ligue 180, serviço telefônico da Secretaria de Políticas para as Mulheres, e que sete entre dez vítimas que telefonaram para o Ligue 180 afirmaram ter sido agredidas pelos companheiros.

Nesta edição do Enem, observamos uma diferença em relação aos anos anteriores no que concerne ao posicionamento dos candidatos, pois, ao contrário das edições de 2013, em que a Lei Seca poderia ser questionada pelos candidatos na aplicação, eficiência, etc., e de 2014, em que o tema da publicidade infantil permitia aos candidatos posicionar-se a favor ou contra propagandas direcionadas a crianças pelas mais diversificadas razões, na edição de 2015, só há um tipo de posicionamento em relação ao tema: contrário à violência.

Defender a violência a qualquer pessoa é se colocar na contramão dos direitos humanos, e do próprio edital do exame. Assim, tanto nos argumentos utilizados para defender a tese como nas propostas de solução que venham a fazer, os candidatos têm que contemplar os direitos humanos, já que propor qualquer violência física, verbal ou psicológica à mulher ou a quem quer que seja é indefensável.

Cabe registrar mais uma diferença em relação a essa edição do Enem no que diz respeito à facilidade dos candidatos para desenvolverem o tema. Provavelmente essa situação reflita a realidade de violência envolvendo mulheres vivenciada por vários candidatos e, por isso, eles apresentaram mais argumentos e maior desenvoltura na abordagem do tema.

Para nós, a presença de gêneros textuais distintos na composição da proposta de redação valoriza o que preconizam os PCNs (1998, p. 23) de ser “necessário contemplar, nas atividades de ensino, a diversidade de textos e gêneros”. Além disso, exige do candidato a habilidade de compreender que textos pertencentes a diferentes gêneros são organizados de diferentes formas. Encontramos nos PCNs (1998, p. 24) que

A compreensão oral e escrita, bem como a produção oral e escrita de textos pertencentes a diversos gêneros, supõem o desenvolvimento de diversas capacidades que devem ser enfocadas nas situações de ensino. É preciso abandonar a crença na existência de um gênero prototípico que permitiria ensinar todos os gêneros em circulação social.

Estamos enfatizando, no âmbito desta pesquisa, o papel de destaque conferido ao gênero redação do Enem e sua influência nas aulas de Língua Portuguesa e de Redação. Entretanto, reconhecemos que atribuir a esse gênero todo o oxigênio do Ensino Médio (ou mesmo do Ensino Fundamental) vai na contramão do que os documentos orientam para o estudo da Língua Portuguesa e respalda um movimento reducionista do ensino.

Pensamos que as reflexões empreendidas sobre as relações entre coerência, coesão e tópico discursivo podem servir para o estudo de outros gêneros textuais, e não exclusivamente à redação do Enem, o que amplia a produtividade deste trabalho.

Passamos a expor, na próxima seção, os aspectos metodológicos utilizados em nossa pesquisa, seguidos da análise do entrecruzamento das metarregras de coerência – continuidade, progressão, não contradição e articulação – com as propriedades que definem o tópico discursivo – centração e organicidade, permeados pelos aspectos contextuais das redações do Enem.

## **5. ENTRECruzAMENTO DAS METARREGRAS DE COERÊNCIA COM AS PROPRIEDADES DO TÓPICO DISCURSIVO E COM COESÃO EM REDAÇÕES DO ENEM**

Neste último capítulo, apresentamos a discussão dos resultados da análise do *corpus* de nossa pesquisa. Em nosso percurso analítico, assumimos como pressuposto que a concepção de coerência pode ser analisada em relação às metarregras propostas por Charolles (1978), aos princípios de textualidade de Beaugrande (1997), às propriedades do tópico discursivo, de Jubran *et al.* (1992), a alguns dos mecanismos de articulação tópica, de Pinheiro (2003) e à coesão textual, de Halliday e Hasan (1976) e Koch (1991).

Com amparo nesses pressupostos, estabelecemos relações entre essas noções, que concernem todas à construção dos sentidos do texto, aplicamos essas relações à análise do modo como a coerência poderia ser mais efetivamente avaliada em redações do Enem, tendo em vista aspectos (con)textuais envolvidos nas práticas discursivas associadas a esse gênero.

Apresentamos, na primeira seção deste capítulo, os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta e a análise dos dados, que compreendem a constituição do *corpus*, as categorias analíticas que propusemos ao longo da fundamentação teórica e os procedimentos de análise utilizados nesta investigação. Na segunda seção, discutimos os resultados de nossas análises acerca da avaliação da coerência em redações do Enem.

### **5.1 Aspectos metodológicos**

#### **5.1.1 Constituição do corpus**

O *corpus* de nossa pesquisa é composto por redações do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Maior exame do Brasil, criado em 1998, O Enem é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação do Brasil. Inicialmente, seus resultados foram utilizados unicamente para avaliar a qualidade da educação nacional,

entretanto teve uma segunda versão iniciada a partir de 2009, com reformulação do estilo do exame<sup>40</sup>.

O Enem, realizado anualmente e aplicado em dois dias<sup>41</sup>, é constituído por uma prova de redação e por 180 questões objetivas divididas em quatro grandes áreas: Ciências da Natureza e suas tecnologias, que inclui Química, Física, Biologia, Energia e Preservação Ambiental; Ciências Humanas e suas tecnologias, que inclui História, Sociologia, Geografia e Filosofia; Linguagens e Códigos, que inclui Português, Literatura, Artes, Educação Física e Línguas (Espanhol e Inglês), e Matemática, que inclui comparações numéricas, sistemas de medidas, álgebra, interpretação de gráficos e tabelas, entre outros.

Selecionamos o gênero redação do Enem para uma demonstração de como se dá concretamente a relação teórica entre as noções concernentes à construção dos sentidos do texto, tendo em vista dois principais motivos. O primeiro se baseia na especificidade desse gênero em relação aos demais gêneros da ordem do argumentar<sup>42</sup>, tais como artigo de opinião, editorial, resenha, dentre outros. A redação do Enem é elaborada essencialmente para ser corrigida nos moldes em que se dá a corrigir. Esta é a razão pela qual temos demonstrado como as condições de produção e de recepção do gênero influenciam os modos de desenvolver a coerência em função da proposta de organização argumentativa imposta pelo Exame.

Esclarecemos que a avaliação pela qual passa a redação do Enem pressupõe um tipo de correção específica, formal, que envolve a constituição, pelo INEP, de equipes que passam por formação para se apropriarem dos critérios previamente estabelecidos exclusivamente para a correção desses textos. Esta é uma das peculiaridades das condições de produção e de recepção desse gênero, além de uma série de especificidades de seu contexto amplo e situacional, descritos no capítulo 04 - “Terceiro pilar: contextualização do gênero redação do Enem”.

Para exemplificarmos apenas uma das possíveis influências desse tipo específico de correção sobre a produção dos textos analisados, lembramos o fato de o candidato saber

---

<sup>40</sup> A primeira alteração no Exame foi a ampliação do número de questões e, em virtude disso, o Enem passou a ocorrer em dois dias. Outra mudança importante foi a utilização desse instrumento como acesso ao ensino superior pelas universidades federais, a partir de quatro possibilidades: 1) como fase única; 2) como primeira fase; 3) combinado com o vestibular da instituição; 4) como fase única para as vagas remanescentes do vestibular.

<sup>41</sup> Até 2016, o Enem foi aplicado em dois dias consecutivos, sábado e domingo, mas, a partir de 2017, a aplicação do Exame passou a ocorrer em dois domingos consecutivos.

<sup>42</sup> Nomenclatura utilizada com base na proposta de agrupamentos de gênero de Schneuwly & Dolz (2004).

que é avaliado de maneira excessivamente normativa pelo uso “diversificado” de elos coesivos na Competência IV. Tomar ciência desse tipo de cobrança pode repercutir no modo de o candidato se preocupar em evidenciar mais os mecanismos de articulação entre (sub)tópicos, marcando cotextualmente o que supõe serem relações de oposição, adição, conclusão, etc. Essa preocupação também pode redundar num uso diversificado, porém inapropriado, de formas coesivas, para atender a esse critério avaliativo. Compreendemos que essa exigência específica do Enem em relação à Competência IV, por exemplo, somada às contingências do exame, determina um modo diferente de elaborar textos pertencentes a esse gênero, que condiciona um tipo de construção da coerência também específico.

O segundo motivo para seleção desse gênero é que acreditamos que o exercício de análise da organização tópica de um texto, nas escolas, pode beneficiar professores da educação básica, assim como estudantes e candidatos do Enem. Essa motivação ganha maior relevo com a possibilidade de podermos contribuir para o desenvolvimento da habilidade de organização de ideias nos textos e compreensão do papel dos mecanismos articulatórios que viabilizam a continuidade e a progressão dos tópicos e subtópicos. Além disso, pensamos que as reflexões empreendidas aqui podem colaborar para que os candidatos evitem contradições internas e externas em seus textos, minimizando possíveis problemas de coerência.

Em termos metodológicos, procedemos à coleta de dados inicialmente selecionando o período compreendido entre 2013 e 2015 para, em seguida, solicitarmos utilização dos textos do Caderno de treinamento de corretores das referidas edições ao INEP, junto à Coordenação-geral de Instrumentos e Medidas – CGIM, cuja sede se encontra em Brasília – DF. Os Cadernos de treinamento de corretores do Enem contêm textos avaliados com comentários que justificam a atribuição de um ou outro nível a cada uma das cinco competências contempladas no Enem, os quais servem para embasar a formação dos corretores que atuam nas equipes de correção das redações.

Nos Cadernos, há desde redações que obtiveram nota zero, por se encaixarem em uma das situações que levam a essa nota, até redações nota 1.000. Dentre a variedade disponível neles, recortamos para nosso *corpus* textos avaliados com notas entre 720 e 1000. Nesta investigação, não temos como foco de estudo avaliar a norma padrão da Língua Portuguesa, por esse motivo não selecionamos textos abaixo da média (500), o que justificaria uma comparação entre textos mal e bem avaliados no

Enem. Assim, decidimos trabalhar com textos que receberam acima de 700. Da edição de 2013, coletamos oito textos; de 2014, nove textos e de 2015, dez, perfazendo o total de 27 redações. Buscamos contemplar variadas conformações de quadros tópicos (QT) nos textos utilizados na seção de análise, em vista disso, trazemos três exemplares de cada edição com a maior variedade possível na configuração dos QT.

Concedida a autorização dos textos pelo INEP, passamos ao procedimento de digitação dos 27 exemplares que compõem nosso *corpus*. Nesta etapa, mantivemos a escrita das redações conforme foi originalmente elaborada e atribuímos uma etiqueta a cada um dos textos. Identificamos as redações pela inicial maiúscula de texto “T”, pela numeração de 01 a 27, respeitando a ordem de apresentação nos respectivos Cadernos a que pertencem e, por fim, pela indicação anual das edições a que pertencem, 2013, 2014 e 2015. Por exemplo, a redação identificada como T14-2015 foi a décima quarta redação a ser coletada e foi retirada do Caderno da edição de 2015.

Os textos selecionados abordam diferentes temáticas, mas sempre são voltadas para questões sociais de nosso país, conforme verificamos: na edição de 2013, o tema do exame foi “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”; em 2014, “Publicidade infantil em questão no Brasil”; e em 2015, “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”.

### **5.1.2 *Categorias de análise***

Definimos as categorias escolhidas para investigar a construção da coerência em redações do Enem e, a seguir, apresentamos uma sumária descrição acerca de cada uma delas.

Quadro 3. Categorias de análise

<p><b>1. Categorias das metarregras de coerência</b></p> <p>Continuidade</p> <p>Progressão</p> <p>Articulação</p> <p>Não contradição</p>
--



## **2. Categorias do tópic discursivo**

Centração

Organicidade

*Alargamento*

*Aprofundamento*

## **3. Categorias dos mecanismos coesivos de articulação tópica**

Coesão referencial (processos referenciais de introdução, anáfora e dêixis)

Coesão sequencial (tais como conectores lógico-semânticos, marcadores discursivos e formulações metadiscursivas)

Fonte: Elaborada pela autora

Quanto às categorias das metarregras de coerência propostas por Charolles (1978) e retomadas, no Brasil, por Costa Val (2006), salientamos que elas são geralmente apontadas como fatores concretos que podem avaliar a coerência de um texto. Nesta pesquisa, elas são redimensionadas a partir de sua conjugação com as propriedades de centração e de organicidade do tópic discursivo e com a coesão. Além disso, reconfiguramos os *status* que as metarregras passam a ocupar na avaliação da coerência. Alçamos a continuidade e a progressão a um patamar mais “elevado”, pois consideramos serem esses os fatores básicos de coerência que permitem a articulação com todos os demais critérios. A categoria de continuidade sinaliza para a permanência de elementos ao longo do desenvolvimento de um texto, conferindo-lhe unidade. A categoria de progressão demanda o acréscimo de significados e de referentes que fazem os sentidos do texto progredirem.

É pela *continuidade* temática e pela *progressão* que todos os elementos entram em *articulação* (a terceira metarregra de coerência) e se tornam coesos. A *articulação* abrange as duas metarregras anteriores, na medida em que é responsável por determinar se e como as ideias apresentadas em um texto estão encadeadas. Mas, ao mesmo tempo em que a *articulação* perpassa os critérios de *continuidade* e de *progressão*, que tornam coesas as macrounidades dos textos, ela também pontua as

relações microtextuais, ou as ligações entre unidades menores dentro de um texto. Por esse modo de pensar, estamos considerando a coesão como uma das metarregras de coerência. A não contradição, para nós, é uma condição para que as metarregras aconteçam a contento. Ela pode perturbar a continuidade e a progressão, comprometendo as ligações semântico-pragmáticas do texto ou a adequação entre os elementos cotextuais e os conhecimentos de mundo.

Quanto às categorias do tópico discursivo propostas por Jubran *et al.* (1992) e Jubran (2006), *centração* e *organicidade*, são examinadas a partir de uma redefinição desenvolvida nesta investigação, tendo em vista a operacionalização dessas propriedades para construção do quadro tópico aqui redimensionado. A categoria de *centração* evidencia o eixo em torno do qual tudo no texto deve convergir, e a evidencição disso se dá por meio da análise de dois traços denominados de *concernência* e *relevância*<sup>43</sup>. A *concernência* é definida como a construção de conjunto referencial que converge para o eixo central do texto, ao mesmo tempo em que é um desdobramento dele, assinalada por uma relação de interdependência. O traço de *relevância* é definido como o destaque dado ao conjunto referencial em decorrência de sua importância para a discussão desenvolvida pelo candidato. Esse traço pode ser avaliado pela extensão do conjunto referencial e pela inter-relação que os objetos de discurso mantêm.

A categoria de *organicidade* é responsável pelas relações de interdependência de superordenação e de subordenação dos (sub)tópicos ao longo do texto. Buscamos demonstrar essas relações a partir do modo como se dá o desdobramento do tópico central, considerado como ponto de partida para a análise dessa propriedade, por ser o primeiro nível hierárquico na configuração do quadro tópico.

Assim, o desdobramento do tópico central inaugura o segundo nível hierárquico, onde se encontram subtópicos de primeira ordem que, se passarem por novo processo de desdobramento, inauguram um terceiro nível hierárquico e instauram subtópicos de segunda ordem e, assim, consecutivamente. Convém lembrar que, a cada desdobramento do tópico central em níveis hierárquicos, observamos também a distribuição das informações no nível sequencial.

---

<sup>43</sup> Lembramos que o traço de *pontualização* não foi considerado em nossa investigação por parecer prender-se a uma localização cotextual e restringir-se a evidência formal.

Conforme demonstramos em 3.2.2, sobre a propriedade de organicidade, essa categoria se apoia na redefinição dos traços da centração para ser analisada. O traço de concernência define os subtópicos de primeira ordem, na medida em que evidencia o primeiro nível de desdobramento do tópico central a partir da observação de um conjunto referencial construído para a abordagem do tema. O traço de relevância, por sua vez, evidencia um segundo nível de desdobramento do tópico central em virtude da extensão do conjunto referencial. Podemos concluir, em vista disso, que a categoria denominada de organicidade avalia o processo de desdobramento do tópico central pela observação do nível hierárquico e sequencial.

Esses dois níveis, responsáveis pela organização tópica de um texto, podem dispor de diferentes configurações em virtude de estarem condicionados ao processo de escrita individual dos candidatos. Para melhor apreendermos as variadas conformações de organização tópica presentes nos textos, elencamos duas “subcategorias” que nos auxiliam a perceber melhor como se dá o processo de desdobramento do tópico central: alargamento e aprofundamento.

Dizemos que o alargamento do tópico central, em seu primeiro nível de desdobramento, corresponde à quantidade de subtópicos de primeira ordem selecionados pelo candidato para tratar do tema da redação; em seu segundo nível de desdobramento, corresponde à quantidade de subtópicos de segunda ordem, e assim por diante. Destacamos que a ocorrência da subcategoria denominada de alargamento é independente do nível de desdobramento do tópico central e, por esse motivo, defendemos que serve como parâmetro de análise do nível sequencial.

A subcategoria identificada como aprofundamento diz respeito ao fenômeno que consiste em acrescentar informações que promovam o desdobramento do tópico central, e por esse motivo, defendemos que ela se relaciona à análise do nível hierárquico do texto.

Quanto às categorias dos mecanismos coesivos de articulação tópica, formadas pela coesão referencial e sequencial definidas por Koch (1991), que incluem os mecanismos de articulação tópica identificados como formas referenciais (que, nesta pesquisa, foi redefinida para processos referenciais), marcadores discursivos e formulações metadiscursivas, propostos por Pinheiro (2003), são responsáveis pela articulação entre tópico e subtópicos nas redações e colaboram para o processo interpretativo da coerência.

Enfatizamos nossa decisão em não considerarmos paráfrases e perguntas como mecanismos coesivos, mas sim, como construções formulativas e reformulativas de subtópicos.

### **5.1.3 Procedimentos de análise**

Apresentadas as categorias de análise, indicamos a partir de agora os procedimentos em que buscamos relacioná-las, levando em consideração o contexto de produção e de avaliação do Enem. Propomos o entrecruzamento das metarregras de coerência com as propriedades do tópico discursivo, mediado pelo que denominamos, aqui, de mecanismos coesivos de articulação tópica, tendo em vista nosso principal objetivo nesta pesquisa, o de redimensionar os critérios que avaliam a coerência.

Essa articulação amplia a abordagem da coerência em virtude de contemplá-la não apenas por meio de aspectos de textualidade, como continuidade, progressão, não contradição e articulação, mas por abordá-la em conjunto com as propriedades do tópico discursivo, centração e organicidade, e com seus mecanismos de articulação, sem perder de vista também aspectos pragmático-discursivos envolvidos nas práticas discursivas do gênero redação do Enem.

De modo a viabilizar a análise, fizeram-se imprescindíveis dois grandes procedimentos analíticos, os quais são separados em etapas de análise para operacionalização do que pretendemos demonstrar. Esclarecemos que ambas são consideradas conjuntamente para o estudo do fenômeno da coerência, pois todos os critérios de análise que elegemos e articulamos atendem a um princípio maior de unidade textual de coerência e de conclusibilidade na comunicação.

#### **Procedimento de análise I**

Em um primeiro momento, com o objetivo de propor critérios de avaliação da coerência textual, estabelecemos relações entre as categorias *continuidade*, condição indispensável para a coerência textual em razão de se referir a uma unidade no decorrer de um texto, e *centração*, condição essencial para a delimitação do tópico central e, conseqüentemente, da continuidade.

Buscamos evidenciar essa relação, em nossos dados, por meio da observação da *coesão referencial* e dos *processos referenciais*, categorias decisivas para comprovar a continuidade do tópico por meio da introdução, identificação, preservação e retomada de referentes textuais.

A propriedade de centração, tomada como a temática para a qual tudo no texto deve convergir, pode ser identificada através da referenciação, grande responsável por evidenciar o que é central no texto e por estabelecer sua continuidade. Cabe-nos analisar também, nesta etapa, os problemas com as quebras de continuidade tópica presentes nas redações.

Destacamos que as condições de produção da redação do Enem se refletem nos textos, na medida em que o Exame determina previamente sobre a temática a ser abordada pelos candidatos, ou seja, eles não são livres para criar textos com base em um assunto de sua própria escolha, mas tudo está contingenciado por um tema<sup>44</sup> comum a todos os concorrentes do Exame.

Segundo o Guia do Participante (2013), o candidato deve defender uma tese, uma opinião acerca do tema proposto, apoiada em argumentos coerentes e coesos que compõem uma unidade textual. Assim, defendemos que a centração em um único tópico delimitado por cada candidato precisa ocorrer, necessariamente, para a construção da coerência em um gênero desta natureza. Além disso, podemos afirmar que, na redação do Enem, a centração advém (quase que) completamente do tema preterdeterminado pelo Exame.

Portanto, a propriedade de centração termina por constituir um critério de grande relevância, diferentemente do que pode acontecer com outros gêneros, por exemplo a conversação espontânea, para os quais a centração não precisa estar concentrada em um único tópico.

Reforçamos que a análise realizada nesta etapa poderá auxiliar professores na orientação e avaliação da Competência III da Matriz de referência para a redação do Enem, visto que é nela em que o candidato é avaliado em relação à apresentação de informações, fatos e opiniões *não* ou *pouco* ou *relacionadas* ao tema.

## **Procedimento de análise II**

Em um segundo momento, propomos o entrecruzamento da categoria *progressão*, concebida como uma contribuição semântica constantemente renovada ao longo do desenvolvimento de um texto, com a categoria *organicidade*, definida pelas relações de superordenação e de subordinação do tópico e de subtópicos implicadas na organização tópica de um texto.

---

<sup>44</sup> Tema de ordem social, científica, cultural ou política brasileira, conforme reiteramos no capítulo 4.

Esclarecemos que não estamos tentando fazer equivalerem as noções de progressão e de organicidade, já que as duas se definem por critérios diferentes; estamos apenas argumentando em favor da articulação entre as duas noções, pois uma organização hierárquica adequada dos subtópicos, promovendo a articulação das informações e dos argumentos, contribui bastante para evidenciar a progressão temática de um texto.

Evidenciamos o entrelaçamento dessas duas categorias, na medida em que a organicidade é a principal responsável por demonstrar a progressão do tópico discursivo em virtude de explicitar como se dá a articulação dos níveis de desdobramento do tópico central por meio da análise da informatividade e dos acréscimos intertextuais.

Nesta etapa, defendemos que a categoria *coesão sequencial*, relativa às relações lógico-semânticas e às ligações entre unidades textuais maiores que as proposições, podem ser explicitadas ou não por conectivos, por *formulações metadiscursivas* e por *marcadores discursivos*. Quando utilizadas, tais construções são as principais responsáveis por evidenciar a articulação entre tópico e subtópicos nas redações e, portanto, colaboram para demonstrar ao leitor a progressão do tópico. Além disso, nesta etapa tratamos também dos problemas de má progressão e de má organicidade tópica, sobretudo por meio da observação do uso inapropriado desses mecanismos coesivos de articulação tópica.

Ressaltamos que as categorias *progressão* e *organicidade*, embora isso não seja dito, estão contempladas na Competência II do Enem, na medida em que os candidatos devem desenvolver o tema dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa, atendendo à estrutura com proposição, argumentação e conclusão. Desse modo, o candidato não pode apenas apresentar um ponto de vista, mas também defendê-lo, construindo uma argumentação baseada na articulação de ideias que estejam a serviço da defesa da tese. Verificamos, assim, as condições de produção refletidas nos textos especificamente em cada etapa de análise.

No processo de acrescentar novas ideias às que já estavam sendo desenvolvidas no texto, incluímos a análise da metarregra *não contradição*, que determina que o mundo textual não deve contradizer o mundo que o texto pretende representar. Enfatizamos, portanto, que o respeito a essa metarregra é fundamental para a coerência do texto neste gênero e, por esse motivo, o candidato deve atentar para a veracidade e a procedência dos fatos a que recorre para construir sua argumentação. A

avaliação da não contradição no âmbito externo, ou seja, na correspondência entre o mundo textual e o mundo por ele representado se dá na Competência III, responsável pela seleção de informações (verdadeiras) que se relacionam ao tema.

A não contradição também pode ser observada no âmbito interno do texto, visto que os elementos semânticos selecionados para progressão textual não podem vir a contradizer um conteúdo posto ou pressuposto por uma ocorrência anterior. Pode ser observada ainda quando os mecanismos coesivos não expressam adequadamente as relações pretendidas, o que auxilia o professor na avaliação da Competência IV, responsável por verificar o uso dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação, além de ajudá-lo na observação dos problemas relacionados à má progressão textual e à má organicidade. Portanto, por abranger contradições internas e externas ao texto, a metarregra de não contradição compreende todas as outras.

Convém destacar uma peculiaridade do gênero redação do Enem, que consiste na elaboração de proposta de intervenção para o problema abordado que respeite os direitos humanos<sup>45</sup> exigida na Competência V. Lembramos dessa condição, especialmente nesta etapa, porque o candidato não pode negligenciar a exigência de retomar os argumentos selecionados para fazerem o sentido do texto progredir e conduzi-los à proposta de intervenção.

Destacamos, entretanto, que essa particularidade do Enem se relaciona também ao Procedimento de análise I, em virtude de o candidato ter que manter o(s) conjunto(s) referencial(is) relativo(s) ao(s) subtópicos para propor intervenções que busquem solucionar as problemáticas levantadas no desenvolvimento do texto.

Julgamos procedente salientar que procedemos à análise da categoria das metarregras de coerência denominada de *articulação* no âmbito das duas etapas de análise descritas. Essa opção metodológica é tributária do fato de essa categoria perpassar as relações estabelecidas em ambos os procedimentos analíticos, na medida em que nos permite verificar o processo de construção da coerência, por um lado, no processo de continuidade do tópico pela centração em um tema e, por outro, no processo de progressão do tópico pelo acréscimo de informações e no encadeamento entre elas.

Em decorrência dessa percepção, relacionamos os mecanismos coesivos de articulação tópica às propriedades do tópico discursivo da seguinte maneira: no

---

<sup>45</sup> Constantes nos tratados internacionais de direitos humanos e na Constituição da República Federativa do Brasil (direitos fundamentais), tais como os direitos à vida, à integridade, à liberdade, à intimidade.

Procedimento de análise I, relacionamos coesão referencial, pelos processos referenciais, à propriedade de centração (o que não significa dizer que outros aspectos coesivos não colaboram para a centração) e, no Procedimento de análise II, relacionamos coesão sequencial, por conectivos, marcadores discursivos e formulações metadiscursivas, à propriedade de organicidade.

No âmbito da redação do Enem, observamos que o uso de mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação é avaliado na Competência IV. Vislumbramos que a análise da coesão textual em relação com as propriedades tópicas de centração e de organicidade pode auxiliar os professores na avaliação da articulação entre as ideias para a construção da coerência.

Salientamos que, nesta investigação, todas as estratégias para manter os (sub)tópicos e para fazê-los progredir são vinculados ao contexto social de produção e de recepção das redações do Enem. Assim sendo, além da verificação dos mecanismos coesivos de articulação tópica na análise da continuidade e da progressão do tópico, tecemos comentários analíticos sobre as práticas sociais e discursivas envolvidas na construção da coerência desses textos.

Essas condições de produção e de recepção têm especial importância em nossa pesquisa, uma vez que os candidatos estão em uma situação de exame, que exige o atendimento a certos pré-requisitos tais como o tempo do candidato para a elaboração da redação, com duração de 5 horas e 30 minutos, que deve ser dividido entre a resolução de 45 questões da prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, 45 questões da prova de Matemática e suas Tecnologias, além da própria redação<sup>46</sup>.

A administração do tempo para a realização das provas se constitui como um fator que pode interferir nas condições psicológicas dos candidatos. A elaboração da redação se dá no segundo dia de realização das provas, após os candidatos terem sido submetidos, no primeiro dia de exame, à resolução de 45 questões de Ciências Humanas e suas tecnologias e outras 45 de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, com duração de 4 horas e 30 minutos, e terem sido confrontados com diversas situações que, por vezes, podem afetar os candidatos como, por exemplo, a recorrente falta de infraestrutura adequada em termos de silêncio, iluminação, acessibilidade, etc. Soma-se

---

<sup>46</sup> No Enem de 2017, a ordem das provas foi alterada: no primeiro domingo, foram aplicadas as provas de Linguagens, Ciências Humanas e Redação, com 5h30 de duração; no segundo domingo, foram aplicadas as provas de Matemática e Ciências da Natureza, com 4h30 de duração.

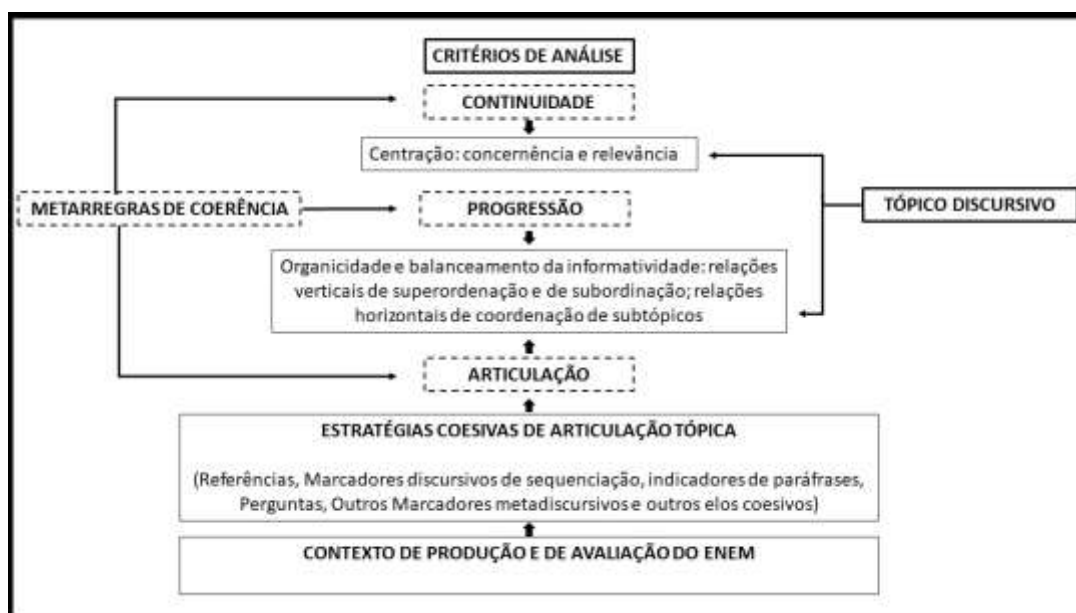


a essas circunstâncias de desgaste físico e psicológico por que passam os candidatos a pressão de um exame que pode barrar o ingresso no ensino superior.

Além da situação de exame em si, destacamos também que os critérios de avaliação, previamente determinados e amplamente divulgados para os produtores e receptores das redações, também impõem restrições à elaboração das redações. O modo como os candidatos são avaliados se baseia nas cinco competências que regulam a matriz de correção da redação do Enem, fato que interfere diretamente nas decisões sobre a organização do texto e sobre certos modos de articular os subtópicos ao tópico central, uma vez que os candidatos são direcionados a evidenciar para o interlocutor o tópico central do texto, que deve manter relação direta com o tema proposto pelo exame, fazer menção a algumas informações dos textos motivadores, bem como adicionar informações que façam o sentido e a referência do texto progredirem. Além disso, o tópico central também deve evoluir para uma proposta de intervenção final.

Estabelecidas as coordenadas principais para o tratamento dos dados, apresentamos um quadro resumitivo dos procedimentos metodológicos adotados nesta investigação, seguido dos devidos esclarecimentos:

Figura 9. Proposta de análise



Fonte: Elaborada pela autora

a) a categoria analítica das metarregras de coerência nomeada de *continuidade* se relaciona à categoria analítica do tópico discursivo *centração*, que, por

sua vez, relaciona-se às categorias de mecanismos coesivos de articulação tópica *coesão referencial e processos referenciais*;

b) a categoria analítica das metarregras de coerência nomeada de *progressão* se relaciona à categoria analítica do tópico discursivo *organicidade*, que, por sua vez, relaciona-se às categorias de mecanismos coesivos de articulação tópica *coesão sequencial* (conectivos, marcadores discursivos e formulações metadiscursivas);

c) consideramos que categoria analítica das metarregras de coerência nomeada de *articulação* recobre as relações descritas nos itens a) e b), por permitir verificarmos se/como ocorre o a manutenção temática e o encadeamento de ideias. Essa categoria analítica pode ocorrer via mecanismos coesivos de articulação tópica, que englobam, salvaguardadas as considerações em relação a elas, os conectivos propostos por Koch (1992) e os mecanismos de articulação tópica propostos por Pinheiro (2003), porém não precisa ser necessariamente explicitada por mecanismos linguísticos;

d) todos esses fatores são analisados pressupondo as condições de realização do Exame e de avaliação das redações do Enem.

A partir do exposto, passamos a conduzir uma discussão a respeito da construção da coerência em redações do Enem, por meio de uma interpretação qualitativa para os dados encontrados. A reflexão que propomos leva em consideração as categorias apresentadas em 5.1.2 e os procedimentos de análise descritos nesta seção.

## **5.2 Resultados e discussão**

Nesta seção, a fim de introduzir adequadamente nossas reflexões sobre a avaliação dos critérios de textualidade que definem a coerência em redações do Enem, selecionamos algumas redações representativas dos fenômenos recorrentes em todo o *corpus*, as quais são apresentadas por blocos relacionados às edições do Enem 2013, 2014 e 2015, tendo em vista as temáticas abordadas.

Com vistas a atender ao Procedimento de análise I, focalizamos, inicialmente, a avaliação da continuidade do tópico central – ao mesmo tempo em que avaliamos falhas com relação a essa categoria – e propomos critérios que comprovem ambas as ocorrências por meio da contração e dos mecanismos coesivos de articulação tópica *coesão referencial e processos referenciais*.

De modo a observar a descrição do Procedimento de análise II, focalizamos, em seguida, a avaliação da *progressão* do tópico central – e infrações a esse requisito –,

por meio da observação de como se dá a estratégia de desenvolvimento do tópico central via organicidade e mecanismos coesivos de articulação tópica. Com o objetivo de fornecer critérios que evidenciem a progressão do tópico, tecemos algumas considerações acerca de duas subcategorias definidas como *aprofundamento* e *alargamento*, que podem indicar o processo de desdobramento do tópico central em subtópicos e, assim, contribuir para análise da organicidade.

Concomitantemente aos dois procedimentos anteriores, focalizamos a avaliação da articulação entre tópico central e subtópicos e dos subtópicos entre si – bem como os problemas relativos a essa articulação, buscando evidenciar o processo de encadeamento entre as informações acrescentadas e as já presentes no texto e o papel de cada uma delas na configuração global do texto. Nesse momento, propomos critérios que justifiquem se a articulação realizada pelo candidato contribui efetivamente, ou não, para a construção da coerência. Enfatizamos que, no processo de avaliação de cada um dos critérios mencionados, atentamos para possíveis contradições internas e externas ao texto que comprometam, em alguma medida, o sentido. Focalizamos, assim, a não contradição.

Uma vez que nos interessa analisar o fenômeno da coerência sob uma perspectiva ampliada, optamos por apresentar as redações em sua íntegra no decorrer desta seção, de maneira a discutir, de modo integrativo, sobre as manifestações das categorias elencadas no processo de construção da coerência, considerando, evidentemente, os aspectos pragmático-discursivos envolvidos nesses textos.

### **5.2.1 *Análise da coerência em redações do Enem 2013***

Para preservarmos a opção metodológica de avaliar a construção da coerência de modo integrativo, apresentamos primeiro o texto para, em seguida, iniciarmos a discussão pretendida. No universo de 27 redações analisadas, contemplamos neste capítulo três exemplares de cada edição do Enem, com o objetivo de demonstrar concretamente as relações teóricas que buscamos estabelecer.

#### **A. Análise da redação T01-2013**

##### **Lei seca, efeitos e desafios.**

Apesar das estatísticas mostrarem uma diminuição das mortes no trânsito após a promulgação da lei seca no país, para mim não fica claro que este fator se deva exclusivamente ao efeito da implantação da mesma pois, apesar de positivo, o número

ainda é pequeno. Com o aumento das facilidades para se comprar um carro o crescimento do número de veículos nas ruas tem subido vertiginosamente a cada ano.

Outro fator é que com isso aumentou o número de motoristas jovens nas ruas que segundo as estatísticas são responsáveis pela maioria dos flagrantes de motorista embriagados ao volante. Esse fator aliado a enorme campanha publicitária cada vez mais agressiva da indústria de bebidas torna esse desafio ainda mais difícil de enfrentar. O governo precisa ter coragem de enfrentar o lobi das indústrias cervejeiras criando leis que limitem sua publicidade e comercialização.

Creio que uma outra solução seria aumentar de 1 para 3 anos o tempo de habilitação provisória fazendo com que o jovem de 18 anos ao tirar sua habilitação só venha adquirir a permanente aos 21. Além disso, precisamos de uma profunda reforma no nosso judiciário para que a impunidade não continue sendo a maior aliada dos maus motoristas, especialmente os mais ricos.

Para avaliarmos a continuidade do tópico central desta redação e das que seguem, temos que definir o eixo em torno do qual tudo no texto deve convergir. O Enem predetermina o tema - assim como um aspecto específico desse tema - a ser desenvolvido pelos candidatos, restando pouca margem para desvios de abordagens. Na edição de 2013, não é suficiente a elaboração de um texto sobre Lei Seca, faz-se necessária também a focalização no aspecto específico dos efeitos de sua implantação para não configurar o que o Exame denomina de tangenciamento ao tema.

Assim, o tópico central advém quase que completamente do tema da redação. O primeiro passo no sentido de determiná-lo é observar ao longo do texto a retomada anafórica de referentes que promovem a contração do texto. No texto T01-2013, já encontramos no título “Lei seca, efeitos e desafios” as ideias que, supostamente, serão o foco do texto. Entretanto, o efeito a que o candidato faz menção no primeiro parágrafo, “uma diminuição das mortes no trânsito após a promulgação da lei seca no país”, não é mais retomado explicitamente, ao passo que a argumentação de todo o texto se dá em torno dos *Desafios da Lei Seca*, identificado como o tópico central.

A introdução referencial “Lei seca”, presente no título, é retomada somente no primeiro parágrafo pelas anáforas diretas “lei seca” e “da mesma”, e a introdução referencial “desafios” é retomada apenas no segundo parágrafo pela anáfora direta “esse desafio”. Contudo, há diversas anáforas indiretas que se relacionam às expressões que estão na base do tópico central, como por exemplo, “mortes no trânsito”, “crescimento do número de veículos nas ruas”, “motorista embriagados ao volante”, “impunidade”, que nos ajudam a determiná-lo.

Definimos *Desafios da Lei Seca* como o tópico central de T01-2013, não somente pela explicitação das expressões referenciais ao longo do texto, mas também pela exposição dos motivos que impedem resultados ainda melhores após a implantação da Lei Seca, o que configura a descrição dos desafios enfrentados pela Lei. Cada um desses desafios envolveu a escolha de argumentos ponderados como mais “concernentes” para abordar a temática em questão.

A análise da centração, por meio de seus traços caracterizadores *concernência* e *relevância*, permite-nos avaliar com maior segurança a continuidade do tópico. A análise do traço de concernência nos ajuda a definir, dentro do universo textual, partes textuais menores que se relacionam ao eixo central por meio da observação de conjuntos referenciais, e o traço de relevância, por sua vez, ajuda-nos a verificar a extensão desses conjuntos.

O autor de T01-2013 optou por abordar o tema da Lei Seca especificamente por um aspecto, o de seus desafios. Assim, a argumentação é voltada para a explicação dos fatores que justificam o ponto de vista de que a Lei Seca apresenta resultados ainda tímidos devido a dois principais motivos: *Facilidade no financiamento de veículos* e *Campanhas midiáticas*. Denominamos esses dois fatores de subtópicos.

O traço de concernência é observado essencialmente por meio dos processos referenciais que designam, por sua vez, conjuntos referenciais responsáveis pela delimitação dos subtópicos. Em torno do primeiro subtópico *Facilidade no financiamento de veículos*, observamos a construção de um conjunto referencial em que há expressões como “aumento”, “facilidades”, “comprar um carro”, “crescimento”, “número de veículos”. Em torno do segundo, *Campanhas midiáticas*, destacamos expressões como, por exemplo, “campanha publicitária”, “agressiva”, “indústria de bebida”, “enfrentar”.

O traço de relevância é observado por meio da extensão desses conjuntos e reflete o grau de importância de determinado conjunto referencial para a argumentação do texto. Em T01-2013, o candidato amplia o conjunto referencial do subtópico *Facilidade no financiamento de veículos* de modo a colaborar para a argumentação de que esse fator leva a um aumento também no número de condutores jovens por meio de uma série de pistas, dentre elas as expressões “número”, “motoristas jovens”, “estatísticas”, “flagrantes”, “motorista embriagados ao volante”.

Além disso, no último parágrafo, o conjunto referencial é retomado explicitamente pela expressão “jovem” e ampliado como proposta de intervenção, em que o candidato sugere maior rigor na legislação de trânsito com o aumento do tempo para aquisição da habilitação.

O subtópico *Campanhas midiáticas*, o outro viés escolhido como concernente para tratar do tema, diz respeito à influência da publicidade de bebidas que dificulta os efeitos esperados após a implantação da Lei Seca. Em termos de relevância, notamos que o conjunto referencial desse subtópico é ampliado pelo candidato, contudo, não com o papel de colaborar para a argumentação a exemplo do subtópico anterior. É, todavia, ampliado como proposta de intervenção, em que sugere ação do Governo para limitar publicidade e comercialização de bebidas.

Em vista do exposto, analisamos a continuidade do tópico central por meio da observação de um conjunto referencial mais amplo definido pelo traço de concernência em torno de cada subtópico, no interior do qual pode haver a construção de novos conjuntos, condicionados pelo traço de relevância.

Notamos uma infração na continuidade do tópico central do texto T01-2013 no momento em que o candidato apresenta a proposta de intervenção para o problema da “impunidade”, que não foi discutido no decorrer do texto para comprovar ou justificar a necessidade de uma profunda reforma do judiciário. Essa falha na continuidade repercute na avaliação da Competência V, em que o candidato deve articular sua proposta de intervenção com a discussão desenvolvida do texto.

Podemos dizer que a análise da centração do texto T01-2013 no eixo *Desafios da Lei Seca* não dependeu exclusivamente da explicitação de expressões referenciais que garantem a continuidade do tópico central, mas de uma gama de fatores contextuais como, por exemplo, o tema predeterminado pelo Exame, que permite, em certa medida, ao candidato não explicitar repetidas vezes expressões que estão na base do tópico central, na enumeração dos desafios ainda enfrentados pela Lei Seca que justificam tímidos resultados após sua implementação, etc.

Com vistas à observação do que consta no Procedimento de análise II, passamos avaliar a progressão do tópico central da redação T01-2013, por meio da observação da segunda propriedade definidora do tópico discursivo *organicidade*, responsável por evidenciar o modo como se dá a progressão temática de um texto. Essa

etapa de análise permite ao professor avaliar com mais segurança a Competência II do Enem, que trata do desenvolvimento do tema.

A análise da organicidade envolve a observação dos níveis hierárquico e sequencial, e objetiva propor um quadro tópico (QT) que reflita a organização tópica dos textos. Partimos da definição do tópico central (TC), identificado como *Desafios da Lei Seca*, que assume posição hierarquicamente superior na construção do QT. Definido o TC, passamos a observar o seu processo de desdobramento<sup>47</sup> em um segundo nível hierárquico, no interior do qual se estabelece o primeiro nível sequencial. Na redação T01-2013, esse espaço é ocupado por dois subtópicos de primeira ordem - *Facilidade no financiamento de veículos* e *Campanhas midiáticas* -, tendo em vista a observação de conjuntos referenciais que nos permitiram identificá-los.

Buscamos demonstrar que a subcategoria aprofundamento diz respeito ao fenômeno que consiste em acrescentar informações que promovam o desdobramento do tópico central e, por esse motivo, defendemos que ela se relaciona à análise do nível hierárquico do texto. Em vista disso, dizemos que o autor de T01-2013 optou pelo aprofundamento do TC a partir desses dois subtópicos que passam a ocupar o nível hierárquico imediatamente inferior ao TC, portanto, o segundo nível.

Afirmamos que há coincidência do segundo nível hierárquico com o primeiro nível sequencial, em que a subcategoria alargamento nos auxilia na percepção de como as informações estão dispostas no nível sequencial do texto, na medida em que diz respeito à seleção da quantidade de subtópicos presentes em cada nível de desdobramento do tópico central.

Neste ponto, gostaríamos de refletir sobre uma infração à metarregra de progressão localizada na introdução do texto T01-2013, em que o candidato afirma: “Apesar das estatísticas mostrarem uma diminuição das mortes no trânsito após a promulgação da lei seca no país, para mim não fica claro que este fator se deva exclusivamente ao efeito da implantação da mesma pois, apesar de positivo, o número ainda é pequeno”. No momento em que o candidato se questiona sobre o fato de a diminuição de mortes no trânsito ser decorrência exclusiva da implantação da Lei Seca, o uso de “exclusivamente” gera a interpretação de que há outros fatores que contribuem para os

---

<sup>47</sup> O nível de desdobramento do tópico central define a ordem do subtópico, por exemplo, do primeiro nível de divisão resultam subtópicos de primeira ordem, do segundo nível de divisão resultam subtópicos de segunda ordem, etc.

resultados estatísticos que indicam essa diminuição. Ora, se o candidato afirma que os resultados da Lei Seca contam com “reforços”, ele nos direciona à expectativa de que os efeitos da Lei sejam ainda mais consistentes, entretanto não é o que verificamos quando o candidato explica que “apesar de positivo, o número ainda é pequeno”.

A incompatibilidade entre a expectativa gerada e o que, de fato, é apresentado, ultrapassa esse trecho e segue por todo o texto, tendo em vista que o candidato desenvolve sua argumentação apontando os fatores que inibem melhores resultados, o que nos levou a definir o TC como *Desafios da Lei Seca*.

No subtópico *Facilidade no financiamento de veículos*, chamado de subtópico de primeira ordem em virtude de ser resultado do primeiro nível de desdobramento do TC, observamos que o candidato aponta o primeiro desafio à Lei como a facilidade para se adquirir veículos. Entretanto, por meio da afirmação “com o aumento das facilidades para se comprar um carro o crescimento do número de veículos nas ruas tem subido vertiginosamente a cada ano”, iniciada pela preposição “com” que introduz as informações, não fica clara a ideia de que o aumento na venda de carros se configura como um desafio à Lei Seca.

Somente quando o candidato desenvolve sua argumentação por meio do acréscimo de informações que promovem o aprofundamento do subtópico *Facilidade no financiamento de veículos* em um outro identificado como *Motoristas Jovens*, é possível compreendermos que o aumento de automóveis nas ruas se configura como um desafio à Lei Seca em virtude de esses carros serem conduzidos por motoristas jovens que, segundo o candidato, são “maioria nos flagrantes de motorista embriagados ao volante”.

Apesar de o subtópico *Motoristas Jovens* ser introduzido pela expressão “outro fator”, sugerindo a adição de um subtópico no nível sequencial ao lado de *Facilidade no financiamento de veículos*, observamos por meio do elemento coesivo “com isso”, que *Facilidade no financiamento de veículos* é apontado como o fator determinante para o aumento do número de motoristas jovens nas ruas, assinalando o aprofundamento no nível hierárquico e não o alargamento no plano sequencial.

O segundo subtópico de primeira ordem identificado como *Campanhas midiáticas* é outro aspecto que se configura, na concepção do autor de T01-2013, como um desafio à Lei Seca. Retoma o primeiro desafio da Lei Seca por meio do elemento



coesivo “esse fator”, para acrescentar o segundo, que é introduzido pela expressão “aliado”, deixando clara a ideia de que esses dois fatores estão conjugados.

Observamos que o subtópico *Campanhas midiáticas* é aprofundado pelo acréscimo de informações que coincidem com a proposta de intervenção identificada como subtópico *Limitação da publicidade*. Nele, o candidato cita a influência que campanhas publicitárias de bebidas exercem sobre os avanços da Lei Seca e propõe que o Governo legisle contra publicidades agressivas quanto ao abuso do uso de bebidas alcoólicas. Assim, os subtópicos *Motoristas jovens* e *Limitação da publicidade* instauram o terceiro nível hierárquico.

No último parágrafo, observamos que o subtópico *Motoristas jovens* passou por aprofundamento e deu origem ao subtópico de terceira ordem *Extensão do tempo para habilitação*, em que o candidato sugere alteração do tempo necessário para que os condutores migrem da habilitação provisória para a permanente. O candidato se vale da expressão “outra solução” para acrescentar as informações que constituem o subtópico. O referente “jovem” marca o compartilhamento do conjunto referencial construído em torno do subtópico *Motoristas jovens* e, por tratar de uma proposta que busca solucionar a problemática nele apontada, observamos a subordinação do subtópico *Extensão do tempo para habilitação*, que constitui o quarto nível hierárquico.

Observamos que o fato de o candidato ter investido no aprofundamento do subtópico *Facilidade no financiamento de veículos* mantém relação com a consideração desse subtópico como argumento mais forte para comprovar sua tese de que a Lei Seca ainda enfrenta desafios que a impedem de obter resultados mais satisfatórios. Tendo em vista a discussão empreendida acerca do texto T01-2013, propomos a seguinte organização tópica.

Quadro 4. Quadro tópico da redação T01-2013



Fonte: Elaborada pela autora

Esta redação apresenta como eixo central *Desafios da Lei Seca*, o qual passou por três níveis de desdobramentos. Da primeira divisão, resultaram dois subtópicos de primeira ordem, identificados por conjuntos referenciais que se relacionam à *Facilidade no financiamento de veículos* e *Campanhas midiáticas*, que, por sua vez, dividiram-se em subtópicos de segunda ordem *Motoristas jovens* e *Limitação da Publicidade*, dos quais apenas *Motoristas jovens* passou por nova divisão, resultando no subtópico de terceira ordem *Extensão do tempo para habilitação*.

Notamos que o candidato se utiliza de expressões que marcam uma rede referencial capaz de estabelecer a contração do texto. Entretanto, apresenta uma ruptura na continuidade do tópico central na conclusão de seu texto. Identificamos uma contradição interna na apresentação das informações ao longo do texto, visto que o candidato deu a entender que apresentaria informações que se constituíssem como subsídios para diminuição das mortes no trânsito, todavia, o candidato apresentou fatores que agravam ainda mais as estatísticas de mortes.

Observamos que os subtópicos selecionados para tratar dos desafios da Lei Seca dão um passo à frente em relação aos textos motivadores e estão, no geral, bem articulados, apesar de um deslize na falta de conexão com a proposta de intervenção para a impunidade, que não manteve relação com os argumentos apresentados ao longo do texto.

Para dar sequência ao entrecruzamento das metarregras de coerência, com as propriedades do tópico discursivo e com os mecanismos coesivos de articulação tópica, passemos à análise de mais uma redação da edição do Enem 2013.

#### B. Análise da redação T02-2013

O Brasil foi alvo nos meios midiáticos por muito tempo devido ao alto índice de mortes causadas por acidentes nas estradas, motivo o qual, levou o Governo Federal a agir rapidamente. Após diversas pesquisas realizadas por empresas e instituições, criou-se a Lei Seca com o objetivo de diminuir os acidentes no tráfego brasileiro a partir do controle do índice de álcool no organismo dos motoristas.

O efeito da medida se intensificou ao longo do tempo desde sua criação. A diminuição das mortes nas estradas, das vítimas não-fatais e até mesmo de atendimento hospitalares são exemplos desse processo.

□ com reciprocidade, a tecnologia interferiu, beneficemente, no tráfego brasileiro com o aperfeiçoamento dos bafômetros e a com a criação de meios alternativos como auxílio para a eficaz resolução da lei. O investimento gradual em tecnologia no Brasil vem trazendo esses efeitos em prol da sociedade, promovendo, inclusive nos meios de comunicação, os cuidados que o motorista deve possuir no trânsito, assim como, a conscientização sobre os efeitos do álcool para com o cérebro e sua consequência.

A Lei Seca foi aprimorada a partir de fiscalizações mais rígidas por parte do policiamento ~~juntamente~~ juntamente com o aumento tarifário no descumprimento da lei. A continuação do uso de tecnologias cada vez mais avançadas tanto para ~~advertir~~ advertir os motoristas nos meios de comunicação quanto para aumentar a eficácia das fiscalizações trata-se de uma proposta para continuar reduzindo o índice de acidentes nas estradas brasileiras.

Para avaliarmos convenientemente a continuidade do texto T02-2013, contemplada no primeiro procedimento de análise, observamos a apresentação de uma série de expressões que estabelecem a centração em um eixo que nos permite definir o TC. A introdução referencial presente no primeiro parágrafo “Lei Seca” é retomada por meio das anáforas diretas “medida”, “sua”, no segundo parágrafo, “lei”, no terceiro, e “Lei Seca” e “lei” no último parágrafo, assim como se relaciona a diversas anáforas indiretas. Essas retomadas, anafóricas, promovem a *centração*, que abrange, exatamente, a ideia mais concernente e relevante que configura o TC, definido como *Lei Seca*.

Observando o traço de concernência, verificamos que o autor de T02-2013 optou por abordar o tema da Lei Seca a partir das *Motivações para implementação* e do *Papel da Tecnologia*. Nesta pesquisa, demonstramos que a concernência é percebida por meio dos processos referenciais. Desse modo, notamos, em torno do primeiro

aspecto selecionado pelo candidato para abordagem do tema, o subtópico *Motivações para implementação*, expressões referenciais tais como “motivo”, “criou”, “pesquisas realizadas”, “objetivo”. Essas expressões atualizam o traço de concernência, visto que convergem para o eixo central ao mesmo tempo em que se configuram como um desdobramento dele.

O segundo viés selecionado pelo candidato é o *Papel da tecnologia* na melhoria do tráfego brasileiro, em torno do qual verificamos a construção de um conjunto referencial formado pelas expressões “aperfeiçoamento”, “tecnologia”, “aprimorada”, “investimento” e “eficaz”.

Passamos à análise do traço de relevância, tomado como a extensão do conjunto referencial em função do subtópico mais concernente para o desenvolvimento de uma temática. Diferentemente do tratamento dado ao primeiro subtópico, *Motivação para implementação*, o candidato confere maior destaque ao conjunto referencial em que discute o papel da tecnologia no processo de diminuição de acidentes, que passa a ser demonstrado no âmbito da *Fiscalização* e da *Conscientização de motoristas*, subtópicos que atualizam o traço de relevância em virtude de possuírem maior extensão.

A respeito do subtópico identificado como *Fiscalização*, o candidato utiliza expressões tais como “aperfeiçoamento dos bafômetros”, “criação de meios alternativos” e “eficaz aplicação da lei”. Sabemos que a observação do eixo central do texto, dos conjuntos referenciais que dele derivam e para o qual convergem e da extensão desses conjuntos, diz respeito à análise da continuidade. Em vista disso, apontamos um caso de infração a essa metarregra no interior do subtópico *Fiscalização*, quando o candidato inclui “o aumento tarifário no descumprimento da lei” como um dos fatores que serviram para o aprimoramento da Lei. Não há, no decorrer do texto, âncoras que nos permitam relacionar o aumento dos valores a nenhuma porção textual, fato que constitui uma descontinuidade, interrompendo a fluidez do raciocínio do interlocutor.

O subtópico identificado como *Conscientização de motoristas* é o outro âmbito em que o candidato reflete sobre o papel da tecnologia na diminuição dos índices de acidentes de trânsito. O candidato constrói um conjunto referencial com expressões tais como “cuidados”, “motorista” e “conscientização”.

Na conclusão do texto T02-2013, deparamo-nos com uma situação recorrente no conjunto de textos de nosso *corpus*. O subtópico que constitui a proposta

de intervenção mantém relação simultaneamente com dois anteriores. No subtópico definido como *Permanência do uso de tecnologia*, o candidato faz referência ao subtópico *Fiscalização* por meio da expressão anafórica “fiscalizações”, e ao subtópico *Conscientização da sociedade* “adverter motoristas”.

A retomada de mais de um subtópico na proposta de intervenção é determinante para boa avaliação na Competência V, visto que o candidato deve elaborar sua proposta não apenas relacionada ao tema ou ao assunto, mas, sobretudo, articulada com a discussão desenvolvida do texto.

Passamos à análise do que descrevemos no segundo procedimento analítico, em que avaliamos a progressão do TC. Em T02-2013, o primeiro nível hierárquico é ocupado pelo TC *Lei Seca*, o qual passa por desdobramento e apresenta como resultado dois subtópicos coconstituintes *Motivações para implantação* e *Papel da tecnologia*, que se localizam lado a lado no plano sequencial do segundo nível hierárquico.

Julgamos válida a intenção do candidato em contextualizar o cenário que impulsionou a implementação da Lei Seca no subtópico *Motivações para implantação*, contudo o nível de informatividade na abordagem do tema por meio dessa ótica é superficial quando o candidato afirma que “após diversas pesquisas realizadas por empresas e instituições” a Lei Seca foi instituída, sem mencionar que pesquisas, que empresas e que instituições seriam essas.

O candidato sinaliza para uma contextualização da implementação por meio da expressão temporal “após”, assim como assinala o intuito da Lei por meio da expressão de finalidade “com o objetivo de”, mas a utilização de mecanismos coesivos não proporciona uma abordagem satisfatória do tema. Além disso, sem acréscimo de informações, não é possível verificar o aprofundamento do tópico e, por esse motivo, o referido subtópico não passa por desdobramento.

Na abordagem dos aspectos que motivaram a implementação da Lei, o candidato infringe a metarregra de não contradição ao considerar que a principal causa para “o Governo Federal agir rapidamente” é o fato de o Brasil ter sido “alvo nos meios midiáticos por muito tempo devido ao alto índice de mortes causadas por acidentes nas estradas”. Essa afirmação é incompatível com a realidade em virtude de denotar que a implantação da Lei Seca se deu em decorrência da divulgação de tais índices pela mídia e não do fato de haver condutores que põem em risco a segurança de inúmeras pessoas, inclusive a sua própria, ao conduzirem sob efeito de álcool.

Ainda com relação ao subtópico *Motivações para implantação*, mais especificamente no trecho “diminuição das mortes nas estradas, das vítimas não-fatais e até mesmo de atendimento hospitalares”, sobrepomos uma outra informação que se refere ao fato de os dados apontados pelo candidato terem sido claramente copiados do texto III da proposta de redação. Julgamos problemática a decisão do Enem em orientar os candidatos, na proposta de redação, que redijam seus textos “a partir da leitura dos textos motivadores seguintes”<sup>48</sup>, tendo em vista que são punidos em caso de “cópia de trechos dos textos motivadores”<sup>49</sup>. Esse procedimento sugere que os candidatos até podem recorrer aos textos disponibilizados para desenvolver seus textos, entretanto, é mais seguro não fazê-lo. A não ser que eles sejam treinados para fazerem boas paráfrases.

O outro subtópico selecionado para tratar do tema é denominado de *Papel da tecnologia* que, por sua vez, apresenta uma maior informatividade que permite seu aprofundamento em dois subtópicos coconstituintes, *Fiscalização*, que é introduzido pela conjunção aditiva “e”, e *Conscientização da sociedade*, os quais se encontram lado a lado no nível sequencial do terceiro nível hierárquico. Interessante notar que, apesar de haver maior contribuição semântica no tratamento desse subtópico, o candidato o desenvolve de modo superficial quando cita, por exemplo, “a criação de meios alternativos” para reforçar a fiscalização sem, entretanto, mencionar quais seriam esses meios.

Esclarecemos que, nesta investigação, a análise da progressão do tópico e dos demais aspectos da coerência não serve para responder se a aplicação das metarregras nos textos dos candidatos é satisfatória ou insatisfatória, porque todos sabem que é limitada<sup>50</sup>, salvo raras exceções, mas para tentar propor critérios que comprovem essa limitação e que tentem, em alguma medida, justificar o porquê de tais limitações.

Nesse sentido, ponderamos que as discontinuidades e progressões insuficientes e insatisfatórias recorrentes no conjunto de textos analisados se devem, em

---

<sup>48</sup> Consta no início do comando fixo da proposta de redação das edições analisadas, em que há variação apenas do “tema” da redação, conforme a edição do exame.

<sup>49</sup> Consta na Matriz de referência, na descrição do nível II da Competência II.

<sup>50</sup> Trazemos os dados quantitativos a título de exemplificação do que estamos afirmando: dentre mais de cinco milhões de redações corrigidas na edição do Enem 2013, apenas 481 redações foram avaliadas com nota mil, enquanto que mais de 100.000 receberam nota 0, indicando que as deficiências em relação à escrita dos candidatos são consideráveis.

Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2014/04/07/confira-exemplos-de-redacoes-nota-1000-do-enem-2013.htm>. Acessado em 15 de abr. de 2017.

grande medida, às condições de produção. A redação do Enem é um gênero que é praticado impositivamente, tendo em vista que é o único meio de acesso a várias universidades e de distribuição de ingresso em programas de bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior. Além disso, a redação do Enem é realizada de maneira artificial em virtude das restrições e das prescrições em torno de sua prática.

Para além da interferência das condições de produção, especificamente na progressão do tópico, retomamos a discussão de Costa Val (2006) sobre o fator de textualidade definido de informatividade, responsável por medir, por meio dos critérios de imprevisibilidade e de suficiência de dados, o sucesso do texto em levar conhecimento ao interlocutor, configurando-se como ato de comunicação efetivo.

Consideramos que a imprevisibilidade nos 27 textos analisados é mínima em virtude de o Enem condicionar o tema sobre o qual os candidatos devem escrever. Notamos que os textos motivadores são frequentemente aludidos, como é o caso da redação T02-2013 em análise, porque os candidatos que pouco dominam certos conhecimentos socioculturais não possuem condições estabelecer relações intertextuais e apresentar informações a partir de um diversificado repertório sociocultural.

Sobre a suficiência de dados, notamos que a falta de esclarecimentos dos candidatos sobre os referentes a que aludem em seus textos, por exemplo em T02-2013, quais empresas e instituições realizaram pesquisas e quais meios alternativos foram criados para auxiliar nas fiscalizações, não é ocorrência isolada. Em diversos textos, nada há que informe ao interlocutor os objetos aos quais os candidatos se referem.

Na sequência da análise da progressão do texto T02-2013, observamos que os subtópicos *Fiscalização* e *Conscientização da sociedade* passam por aprofundamento ao serem retomados no último parágrafo, pelo subtópico *Permanência do uso de tecnologia*, que estabelece o quarto nível hierárquico do texto.

Observamos, no texto anterior, T01-2013, bem como em outros textos que, para cada subtópico apresentado no desenvolvimento do texto, havia um subtópico correspondente na proposta de intervenção. Entretanto, a proposta de intervenção deste texto T02-2013 mantém uma característica representativa do *corpus* de nossa pesquisa em virtude de um único subtópico da proposta de intervenção retomar, ao mesmo tempo, dois subtópicos apresentados na discussão do tema.

Passamos a tratar de uma ocorrência particular deste texto T02-2013, que diz respeito ao fato de o subtópico *Fiscalização* ser formado por dois segmentos que

estão alocados distantes um do outro. Delimitamos o início deste subtópico na abertura do terceiro parágrafo: “E com reciprocidade, a tecnologia interferiu, beneficamente, no tráfego brasileiro com o aperfeiçoamento dos bafômetros e com a criação de meios alternativos como auxílio para a eficaz resolução da lei”. Neste ponto, o candidato passa a abordar o subtópico *Conscientização de motoristas* e volta a tratar de *Fiscalização* no início do último parágrafo: “A Lei Seca foi aprimorada a partir de fiscalizações mais rígidas por parte do policiamento juntamente com o aumento tarifário no descumprimento da lei”.

Assim, notamos que há partes de segmentos ao longo do texto que pertencem ao subtópico *Fiscalização*, mas estão alocados distantes um do outro, denotando sua aparente “fragmentação”. Sobre esse fenômeno, Bentes e Rio (2006) explicam que, no plano sequencial, a distribuição dos tópicos é analisada em termos de continuidade ou de descontinuidade.

A continuidade decorre de uma organização sequencial de tópicos, em que a abertura de um ocorre após o fechamento do precedente. Já a descontinuidade decorre de uma perturbação sequencial linear, isto é, quando há introdução de um tópico antes de ser esgotado o precedente, sendo possível que ele retorne após inserções ou digressões, ou não retorne, o que configura um corte, segundo Fávero (2003).

Esclarecemos, todavia, que a descontinuidade, na redação T02-2013, ocorre no nível dos subtópicos, visto que o eixo central não foi interrompido. Dizemos ainda que o subtópico *Fiscalização* já havia sido esgotado quando houve a introdução do subtópico seguinte. Tendo em mente as particularidades do gênero redação do Enem, utilizamos a explicação de continuidade e de descontinuidade discutidas por Bentes e Rio (2006), para evidenciar a distribuição dos subtópicos na organização tópica das redações, e não para relacioná-las à infração à metarregra de continuidade.

No processo de elaboração do T02-2013, a articulação entre tópico central e subtópicos pode ser verificada principalmente em virtude do processo de referenciação, em que referentes são apresentados e retomados direta ou indiretamente ao longo do texto. Falta a presença efetiva de marcadores coesivos entre as frases, períodos e parágrafos. Há, na tessitura textual, relações que estabelecemos por inferência à custa de algum esforço, como demonstramos na discussão sobre “o efeito” da Lei Seca ter sido apresentado como informação dada, ao passo que não havia sido mencionado. A possibilidade desse processamento veio a seguir, com a exemplificação do efeito.

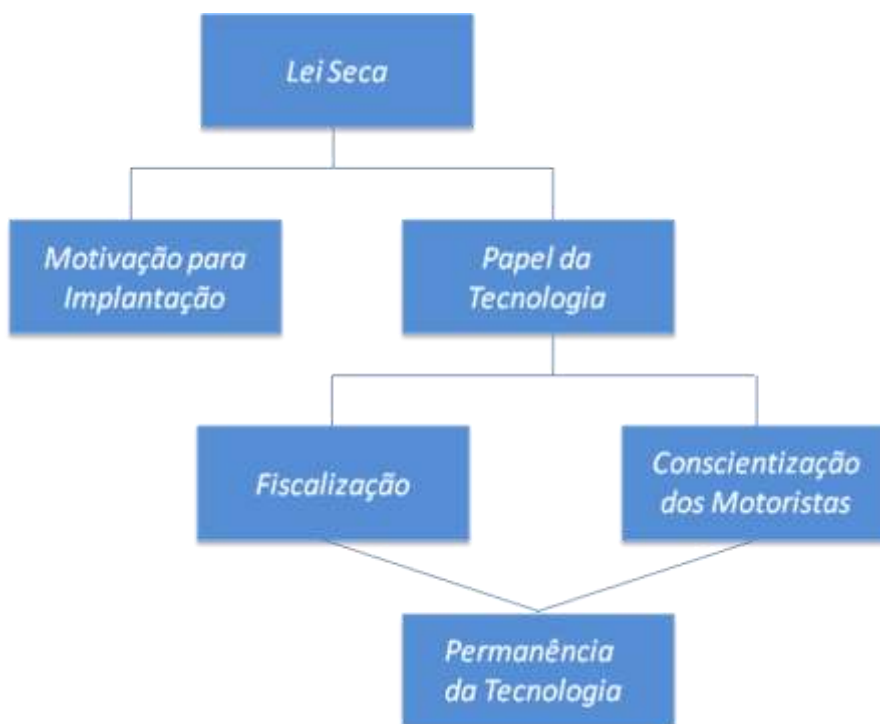


A hierarquia entre os subtópicos *Motivações para implantação* e *Papel da tecnologia* para o desenvolvimento do texto não foi sinalizada pelo candidato, cabendo-nos construí-la por meio do traço de relevância, pela observação da extensão do conjunto referencial, bem como da subcategoria de aprofundamento, pela observação do acréscimo de informações suficientes para promover seu desdobramento.

Na conclusão, observamos a retomada de dois subtópicos para compor a proposta de intervenção, a qual é assinalada por uma formulação metadiscursiva “trata-se de uma proposta”. A expressão “uma proposta” aponta o momento de processamento verbal a que o segmento textual pertence, por esse motivo a identificamos como uma formulação metadiscursiva, explicitando a montagem do texto e articulando o subtópico *Permanência do uso de tecnologia* aos dois anteriores *Fiscalização* e *Conscientização da sociedade*, que são assinalados por meio das expressões “tanto/quanto”

Em vista do que discutimos, propomos a seguinte configuração de quadro tópico para o texto T02-2013:

Quadro 5. Quadro tópico da redação T02-2013



Fonte: Elaborada pela autora

Esta redação apresenta como tópico central *Lei Seca*, o qual passou por três níveis de desdobramentos. Da primeira divisão resultaram dois subtópicos de primeira ordem, identificados como *Motivações para implantação* e *Papel da tecnologia*. Este,

por sua vez, dividiu-se em dois subtópicos de segunda ordem *Fiscalização e Conscientização de motoristas*, que foram retomados pelo subtópico de terceira ordem *Permanência da tecnologia*.

Passamos à análise da construção da coerência na terceira redação pertencente à edição de 2013.

### C. Análise da redação T05-2013

A aprovação da Lei 11.705/2008 popularmente conhecida como Lei Seca, acarretou relevantes resultados desde seus primeiros momentos de vigência. A análise estatística de acidentes e vítimas decorrentes da combinação de bebidas alcoólicas e direção indica significativos avanços, com cada vez menos fatalidades. Porém, uma análise ideológica dessa legislação evidencia o que esta representa: a moral sendo privilegiada em detrimento de uma construção de noção ética por e para os cidadãos.

Não apenas no Brasil, a moral, na forma de lei, é utilizada quando a ética não é praticada na comunidade. O resultado prático dessa distorção é um indivíduo deixando de fazer algo não porque reconhece ser errado, mas porque teme a punição que receberá, tornando indispensáveis códigos penais mais longos. Falta uma consciência das liberdades individuais, cujas limitações levam a uma melhor compreensão de cidadania, assim englobando diversas esferas da vida pública: o respeito ao próximo, o bom uso dos bens públicos, e, indubitavelmente, a responsabilidade quando em convivência social.

Uma possível correção desses fatos baseia-se nas interações sociais como veículos de costumes e culturas. A conscientização através de campanhas publicitárias é pouco eficaz, pois tenta modificar valores já presentes na mentalidade do homem desde sua juventude. Comparativamente, a outorgação da Lei Áurea trouxe resultados imediatos assim como a Lei Seca e suas campanhas, mas hoje, mais de um século depois, o preconceito étnico ainda é uma das mais recorrentes problemáticas, cujos efeitos não superados pelas leis.

Para que algo tão simples quanto o Certo e o Errado seja mais facilmente entendido pela população, é necessária uma mudança profunda na cultura da sociedade. O primeiro passo nesse rumo é evolução do processo educativo, tanto doméstico quanto acadêmico, para que a construção da Pessoa seja tão valorizada quanto a do intelecto. Uma intervenção deve ser feita durante a formação do jovem, definindo desde já seus valores e caráter. Até que se perceba isso, continuaremos solucionando problemas simples na base do castigo, em vez de chegarmos a um nível em que as pessoas não façam o mal pura e simplesmente porque é errado.

Analisamos a continuidade da redação T05-2013 conforme descrevemos no procedimento analítico I, a partir da observação de expressões ao longo do texto responsáveis por determinar a centração do texto. Verificamos, no primeiro parágrafo, a introdução referencial “Lei 11.705/2008”, identificação legal da Lei Seca, que é retomada pelas anáforas diretas “Lei Seca”, “seus”, “dessa legislação”, “esta” e “Lei Seca” no decorrer do texto.

Além do processo referencial identificado como anáfora direta, há ao longo do desenvolvimento do texto, expressões denominadas de anáforas indiretas que, embora não retomem o mesmo referente “Lei Seca”, remetem a ele em virtude das associações que podemos estabelecer por inferência. São exemplos dessas expressões “acidentes”, “vítimas”, “bebidas alcoólicas”, “direção”, “fatalidades”, “punição”, “códigos penais”, “consciência”, “cidadania”, “mentalidade”, “processo educativo”, “castigo”, todas em maior ou menor medida se relacionam à Lei Seca.

Do ponto de vista discursivo, observamos que a informação ativada (Lei Seca) foi mantida mediante estratégias anafóricas (pronominais, nominais, sintagmáticas) o que manteve o tópico em andamento. Assim, os referentes destacados constroem o tópico central de T05-2013. Destacamos, contudo, que algumas dessas expressões se relacionam ao referente Lei Seca em virtude de o contexto de produção em que se encontram permitir, visto que no âmbito do Enem, o candidato deve refletir sobre a problemática proposta e, obrigatoriamente, sugerir soluções que serão avaliadas na Competência V.

Desse modo, a situacionalidade é determinante para estabelecermos relações, por exemplo, entre Lei Seca e “conscientização”, “mentalidade”, “processo educativo” que, em outros contextos, talvez não mantivessem ligação. Relações como essas passam, necessariamente, pela colaboração do interlocutor por meio de um trabalho sociocognitivo que as constrói em função do estabelecimento da coerência.

Enfatizamos que o princípio de centração é analisado em função das relações entre os processos referenciais em rede presentes em T05-2013, cujo tópico central foi definido como *Lei Seca*. A partir dessa constatação, passamos a observar os dois traços da centração, concernência e relevância, que nos auxiliam a definir os subtópicos a partir de construções de conjuntos referenciais e de sua extensão.

No primeiro parágrafo, o candidato sinaliza para uma *Análise estatística* e para uma *Análise ideológica* da Lei Seca, dois subtópicos selecionados para abordagem do tema. Em torno do subtópico *Análise estatística*, observamos a construção de um conjunto referencial formado pelas expressões “relevantes resultados”, “vigência”, “análise estatística”, “significativos avanços”, “menos fatalidades”, em que o candidato reconhece os benefícios da implantação da Lei.

A extensão dos conjuntos referenciais mantém direta relação com a importância que lhes é conferida, tendo em vista o propósito argumentativo do

candidato. Assim, ele menciona a análise estatística como pano de fundo para o que quer, de fato, aprofundar, a análise ideológica.

O segundo conjunto referencial é construído em torno do subtópico *Análise ideológica*, formado pelas expressões “análise ideológica”, “legislação”, “moral”, “noção ética”, “cidadãos”, “distorção”, “indivíduo”. O conjunto referencial construído para tratar desse subtópico é ampliado e nos permite identificar mais um subtópico, denominado de *Moral x Ética*, em que o candidato discute as implicações “dessa distorção” entre moral e ética, anáfora encapsuladora que se refere ao trecho “não apenas no Brasil, a moral, na forma de lei, é utilizada quando a ética não é praticada na comunidade”, colaborando para continuidade do subtópico, ao mesmo tempo em que aponta para sua progressão ao apresentar o “resultado” desse problema.

O recorte temático realizado pelo autor deste texto é o que mais se distancia dos textos motivadores dentre os textos que compõem nosso *corpus*, evidenciando “marcas de autoria”, avaliada na Competência III. Reforçamos, assim, a discussão de que a seleção de argumentos plausíveis e pertinentes à discussão desenvolvida determina a orientação argumentativa do texto.

Na sequência da análise da metarregra de continuidade, observamos que o conjunto referencial construído em torno do subtópico *Moral x Ética* continua por meio de expressões como “consciência”, “limitações”, “compreensão de cidadania”, “vida pública”, “convivência social”, utilizadas para tratar do subtópico *Falta de consciência da sociedade*.

No terceiro parágrafo, identificamos o início da proposta de intervenção - “uma possível correção desses fatos baseia-se nas interações sociais como veículos de costumes e culturas”. Esse segmento está alocado distante dos demais que formam o subtópico *Conscientização por meio de mudança cultural*.

O conjunto referencial que identifica este subtópico infringe a metarregra de continuidade porque é iniciado, outro subtópico é desenvolvido, e só então, é retomado. Diferentemente do que ocorreu na redação T02-2013, em que identificamos a descontinuidade de um subtópico que já havia sido finalizado quando foi retomado na proposta de intervenção, na redação T05-2013, o subtópico *Conscientização por meio de profunda mudança cultural* estava ainda em estágio inicial quando houve a introdução do subtópico *Dificuldades do processo de conscientização*. A natureza da

descontinuidade presente em T02-2013 e T05-2013 é distinta, sendo que, na última, configura infração à metarregra de continuidade.

O candidato suspende a proposta de intervenção, a qual é retomada no último parágrafo e constrói um conjunto referencial em torno do subtópico *Dificuldades do processo de conscientização*, que pode ser verificado pelo conjunto referencial formado a partir das expressões “conscientização”, “campanhas”, “pouco eficaz”, “valores”, “mentalidade”, “juventude”, “problemáticas”, “efeitos não superados”.

O candidato dá continuidade à sua proposta de intervenção sugerindo que a “população” compreenderá facilmente os conceitos de “certo” e “errado” por meio de uma “mudança profunda na cultura da sociedade”, expressões que identificam o subtópico *Conscientização por meio de mudança cultural*. Essa proposta envolve ainda a construção de um conjunto referencial em torno do subtópico *Processo educativo*, verificado pelas expressões referenciais em rede “processo educativo”, “doméstico”, “acadêmico”, “construção da Pessoa”, “(construção, em elipse) do intelecto”, “formação do jovem”, “valores”, “caráter”.

Até aqui, realizamos o procedimento de análise da metarregra de continuidade por meio da observação da propriedade tópica de contração e de seus traços caracterizadores, concernência e relevância, atualizados especialmente por expressões referenciais em rede. Passamos, agora, ao procedimento de análise da metarregra de progressão por meio da propriedade tópica de organicidade, especialmente verificada pela observação do processo de desdobramento do tópico central em subtópicos a serem distribuídos hierarquicamente e sequencialmente.

A contração do texto T05-2013 revelou o tópico central *Lei Seca* que inaugura o primeiro nível hierárquico do quadro tópico. Observamos um primeiro nível de desdobramento do qual resultaram dois subtópicos de primeira ordem identificados como *Análise estatística* e *Análise ideológica*. Assim, podemos dizer que houve alargamento do tópico central em dois subtópicos coconstituintes que estão na linha sequencial do segundo nível hierárquico. A extensão dos subtópicos diverge em função do peso argumentativo que o candidato lhes atribui, tendo em vista que o subtópico *Análise estatística* é tomado como ponto de partida para a discussão empreendida sobre *Análise ideológica* da Lei Seca e não progride.

Após reconhecer os avanços que a Lei Seca apresenta no subtópico *Análise estatística*, o candidato introduz o subtópico *Análise ideológica* por meio do mecanismo

coesivo “porém”, o qual antecipa ao interlocutor que os resultados positivos citados na análise estatística serão problematizados na análise ideológica. O marcador de contração contrapõe os enunciados de orientações argumentativas diferentes e marca a prevalência do enunciado introduzido por ele.

De fato, a sinalização sugerida a partir do sequenciador, “porém” se concretiza na abordagem do candidato sobre a análise ideológica da Lei Seca, marcando a articulação dos subtópicos a partir de uma relação de adversidade. Salientamos, em vista disso, que a análise da metarregra de articulação nos permite demonstrar que os mecanismos coesivos de articulação tópica conduzem a progressão e favorecem a análise da organicidade.

No interior do subtópico *Análise ideológica* são acrescentadas informações que reforçam o ponto de vista do candidato sobre os resultados da Lei Seca. Nesse processo, ele expressa que “não apenas no Brasil, a moral, na forma de lei, é utilizada quando a ética não é praticada na comunidade”, gerando a expectativa do acréscimo de outra informação que apontasse para a mesma conclusão, a qual seria provavelmente iniciada pela conjunção aditiva “mas também” ou por uma equivalente. Acrescentamos mentalmente essa informação que complementa o sentido de que “não apenas no Brasil, mas também em outros países” ocorre a situação descrita pelo candidato.

O acréscimo de informações ao subtópico *Análise ideológica* é responsável pelo seu aprofundamento no subtópico definido como *Moral x Ética*, em que o candidato discute esses conceitos pelo viés legal, afirmando que a moralidade na lei não é automaticamente transformada em moral social, o que pode ser um obstáculo na aplicação da Lei Seca. Na soma das informações, o candidato marca oposição entre os argumentos, validando aquele que é introduzido pela conjunção adversativa “mas”, conforme observamos no trecho “um indivíduo deixando de fazer algo não porque reconhece ser errado, mas porque teme a punição que receberá”.

Ainda sobre esse trecho, em que o candidato descreve o comportamento de um indivíduo sem consciência, observamos que os referentes de “punição” e de “algo” não foram explicitados pelo candidato, mas pelo contexto situacional, é possível inferir que a punição a ser aplicada se relaciona ao descumprimento da Lei Seca, e que o “algo” a que o candidato se refere diz respeito à combinação de bebidas alcoólicas e direção.

No processo de análise da coerência das redações do Enem, reafirmamos que é essencialmente na interação que se constrói o sentido, sendo decisiva a situação de produção e de recepção, que autoriza determinadas inferências as quais exigem a participação ativa do interlocutor para apreendê-las, a partir de “indicações marcadas na superfície do texto e de um vasto conjunto de conhecimentos compartilhados (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO E BRITO (2014, p. 21).

Na sequência do texto, a descrição da falta de consciência dos indivíduos iniciada no subtópico *Moral x Ética* é ampliada pelo candidato, que passa a abordar o problema da falta de consciência em uma perspectiva social. O aprofundamento dessa discussão instaura o subtópico *Falta de conscientização da sociedade*, localizado no quarto nível hierárquico.

A respeito deste subtópico, refletimos sobre o trecho “falta uma consciência das liberdades individuais, cujas limitações levam a uma melhor compreensão de cidadania”. A princípio, pode parecer contraditória a afirmação de que a cidadania pode ser melhor compreendida quando a consciência das liberdades individuais é limitada, visto que a compreensão de cidadania exige uma conscientização ampla que ultrapasse, inclusive, o domínio das liberdades individuais citado pelo candidato. Entretanto, a provável contradição se desfaz a partir da compreensão de que a liberdade de um indivíduo precisa ser limitada para que não ultrapasse o espaço de liberdade do outro e, assim, seja possível o exercício da cidadania. Assim, evidenciamos que “o vasto conjunto de conhecimentos compartilhados” entre os interlocutores é imprescindível para a construção da coerência.

Na continuidade do trecho mencionado, o candidato introduz uma enumeração daquilo que a “compreensão de cidadania” poderia acarretar na vida da sociedade (o respeito ao próximo, o bom uso dos bens públicos, e, indubitavelmente, a responsabilidade quando em convivência social) a qual é iniciada pela conjunção conclusiva “assim”. O uso desse mecanismo coesivo articula dois enunciados no interior do subtópico, o primeiro manifesta o argumento e o segundo manifesta a opinião do candidato. Reforçamos essa afirmação tendo em vista que, na enumeração de fatores, o candidato expressa sua avaliação a respeito do que está sendo dito ao utilizar o articulador modalizador “indubitavelmente”.

A argumentação presente no subtópico *Falta de conscientização da sociedade* é voltada para a defesa do ponto de vista de que as ações dos indivíduos se

baseiam no medo das punições da Lei Seca e não na consciência sobre os perigos de dirigirem sob efeito de álcool. O candidato segue na discussão sobre consciência, abordada a partir de outra ótica, e acrescenta informações que promovem o aprofundamento do subtópico *Falta de conscientização da sociedade*, instaurando o subtópico *Dificuldades do processo de conscientização*, que ocupa o quinto nível hierárquico.

Nele, o candidato aborda os obstáculos para conscientização da sociedade, apontando a ineficácia de campanhas publicitárias nesse processo. O início desse subtópico é marcado por uma relação de causa e efeito entre as informações, conforme verificamos no trecho “a conscientização através de campanhas publicitárias é pouco eficaz, pois tenta modificar valores já presentes na mentalidade do homem desde sua juventude”. Notamos que o fato de o homem possuir valores estabelecidos desde sua juventude encerra a justificativa para o fato de campanhas serem ineficientes no processo de conscientização.

A complexidade desse processo é também discutida a partir de uma dupla comparação presente no trecho “comparativamente, a outorgação da Lei Áurea trouxe resultados imediatos assim como a Lei Seca e suas campanhas, mas hoje, mais de um século depois, o preconceito étnico ainda é uma das mais recorrentes problemáticas, cujos efeitos não superados pelas leis”. A primeira comparação se dá entre a ineficiência de campanhas publicitárias no processo de conscientização e a Lei Áurea, e a segunda, entre Lei Áurea e Lei Seca.

A apreensão da primeira comparação é possível tendo em vista que todo o trecho iniciado pelo mecanismo de formulação metadiscursiva “comparativamente”, em que o candidato explicita o modo como o segmento deve ser verificado pelo interlocutor por meio dessa expressão, serve para reforçar o argumento de que campanhas são ineficazes. Se a Lei Áurea não foi eficaz para conscientizar a população sobre um problema social, campanhas publicitárias tampouco o serão.

A comparação que se dá entre Lei Áurea e Lei Seca é assinalada pelo mecanismo “assim como”, por meio do qual o candidato as articula argumentando que ambas se assemelham a curto prazo em virtude de terem sido eficientes, semelhança que pode perdurar longo prazo. Entretanto, caso permaneça a similaridade, será pela ineficiência, pois o candidato constrói uma relação temporal entre as duas leis que, conforme sabemos, são de épocas distintas, a partir de uma série de expressões como,



por exemplo, “hoje”, “mais de um século depois” e “ainda”, para introduzir o argumento que comprova a ineficiência da Lei Áurea.

A discussão empreendida no subtópico *Dificuldades do processo de conscientização* passa por aprofundamento e fundamenta a proposta de intervenção que instaura o subtópico *Conscientização por meio de profunda mudança cultural*, o qual ocupa o sexto nível hierárquico da organização tópica do texto T05-2013

A primeira sugestão apresentada diz respeito às “interações sociais como veículos de costumes e culturas”, como “uma possível correção desses fatos”. Salientamos que a articulação entre a proposta de intervenção e os subtópicos *Moral x Ética* e *Falta de conscientização da sociedade* é realizada por meio da expressão anafórica “desses fatos”, que retoma, por meio de encapsulamento, a discussão empreendida sobre a distorção dos conceitos de moral e de ética, bem como sobre a falta de conscientização.

Na continuidade da proposta, o candidato menciona o trecho “para que algo tão simples quanto o Certo e o Errado seja mais facilmente entendido pela população, é necessária uma mudança profunda na cultura da sociedade”, em que explicita a finalidade visada no enunciado introduzido pelo articulador “para que” e, no outro, o meio para que seja atingida.

No detalhamento da proposta, o candidato apresenta uma alternativa para que se efetive a mudança cultural, a qual é introduzida pelo mecanismo voltado para a organização textual “primeiro passo”. Esse articulador é responsável por introduzir o subtópico *Processo educacional*, que resulta do aprofundamento do subtópico *Conscientização por meio de profunda mudança cultural* e ocupa o sétimo nível hierárquico deste texto.

Conforme o autor de T05-2013, o processo educativo deve ocorrer no âmbito doméstico e acadêmico, envolvendo a família e as instituições de ensino na mudança cultural. Ao detalhar sua proposta de intervenção, o candidato comete uma infração à metarregra de não contradição quando menciona que “uma intervenção deve ser feita durante a formação do jovem, definindo desde já seus valores e caráter”, enquanto que, no subtópico *Dificuldades do processo de conscientização*, justifica a baixa eficácia de campanhas publicitárias no processo de conscientização da sociedade pela tentativa “de modificar valores já presentes na mentalidade do homem desde sua juventude”.

Desse modo, ficamos sem saber, de fato, qual o ponto de vista do candidato sobre o processo de conscientização durante a juventude, já que em um momento parece ser possível e, em outro, não. O desrespeito à não contradição, neste caso, ocorre a nível interno, pois, no processo de desenvolvimento do texto, foram introduzidos elementos semânticos contraditórios a um conteúdo posto por uma ocorrência anterior.

Para finalizar a proposta de intervenção, o candidato encapsula a descrição de como o processo educativo deve ocorrer ao utilizar a anáfora encapsuladora “isso”, no trecho “até que se perceba isso continuaremos solucionando problemas simples na base do castigo, em vez de chegarmos a um nível em que as pessoas não façam o mal pura e simplesmente porque é errado”.

Em vista do que discutimos a respeito do texto T05-2013, propomos que sua organização tópica seja considerada como demonstramos a seguir:

Quadro 6. Quadro tópico da redação T05-2013



Fonte: Elaborada pela autora

Foi por meio da análise da organicidade que avaliamos o processo de desdobramento do tópico central. A fim de viabilizá-la, em seus níveis hierárquico e sequencial, propusemos as subcategorias *aprofundamento* e *alargamento*. Por meio da observação dessas subcategorias, afirmamos que a redação T05-2013 apresenta sete níveis hierárquicos em sua organização tópica.

O tópico central desta redação, *Lei Seca*, passou por seis níveis de desdobramento. No primeiro, o tema foi abordado sob dois vieses e, por isso dizemos que houve alargamento do tópico central em dois subtópicos coconstituintes, *Análise Estatística* e *Análise ideológica*, o que significa dizer que estão lado a lado no nível sequencial do segundo nível hierárquico. O subtópico *Análise Estatística* serviu especificamente para ser contrastado pelo subtópico *Análise ideológica*, a partir do qual efetivamente o candidato desenvolve seu texto.

No texto T05-2013, a configuração da organicidade é particularizada, dentre as demais redações de nosso *corpus*, pela ocorrência de apenas um subtópico a partir do terceiro nível hierárquico. Essa conformação de organização tópica atualiza a subcategoria denominada de *aprofundamento* definida pelo acréscimo de informações que promovem o desdobramento do tópico central e, por esse motivo, defendemos que ela se relaciona à análise do nível hierárquico do texto.

No terceiro nível de desdobramento do tópico central, o candidato discute sobre distorção de conceitos no subtópico de terceira ordem *Moral x Ética*. No quarto nível, o candidato reflete sobre a ausência de consciência dos indivíduos em relação à Lei Seca no subtópico de quarta ordem *Falta de conscientização da sociedade*.

No quinto nível hierárquico da redação T05-2013, o candidato aborda os motivos que dificultam o processo de conscientização dos indivíduos no subtópico de quinta ordem definido como *Dificuldades do processo de conscientização*. Da discussão acerca de tais dificuldades, resulta o subtópico de sexta ordem *Conscientização por meio de mudança cultural*, o qual é detalhado e instaura, no sétimo nível hierárquico, o subtópico de sétima ordem *Processo educativo*.

Passamos à análise de mais um bloco de textos presentes no Caderno de Redações da edição do Enem 2014.

### **5.2.2 Análise da coerência em redações do Enem 2014**

Dando continuidade à análise da construção da coerência em redações do Enem 2014, apresentamos, a seguir, a primeira redação.

#### **A. Análise da redação T10-2014**

A publicidade infantil no Brasil é algo que foi sempre aceito, afinal, produtos que são direcionados a crianças só serão vendidos se houver uma propaganda que desperte o interesse delas. (1)Entretanto, esse tipo de publicidade pode gerar um certo desconforto no ambiente familiar, já que na infância ainda há muita ingenuidade, o que torna as crianças facilmente manipuláveis. (2)Dessa forma a autoridade dos pais é comprometida, considerando que seus filhos podem estar sendo manipulados.

(1a)Os comerciantes infantis, na hora de ~~anunciar~~ anunciarem seus produtos, muitas vezes exageram na propaganda, o que cria falsa expectativa na criança. (2a)Além disso, publicidade possui grande poder de persuasão, o que não agrada aos pais, pois pode colocar os filhos contra eles.

Não obstante, é importante que desde cedo as crianças saibam como as informações são passadas ao mundo, é bom que criem malícia e aprendam que nem sempre é possível confiar em anúncios publicitários.

Portanto, como proposta de intervenção, ~~sugere~~ sugere-se que os pais fiquem atentos às ~~transm~~ transmissões de propagandas direcionadas aos seus ~~fil~~ filhos e expliquem a eles exatamente como funciona o produto ou o serviço que está sendo ~~anúnci~~ anunciado, isso impedirá que o anúncio manipule a criança.

Para avaliarmos oportunamente a continuidade do TC da redação T10-2014, é necessário buscar, ao longo do texto, referentes que nos permitam estabelecer o eixo central. Tais referentes se estabilizam ou se desestabilizam, em parte, pela utilização de expressões, tais como “publicidade infantil”, “propaganda”, “interesse”, “ingenuidade”, “manipuláveis”, “pais”, “filhos”, “manipulados”, “poder de persuasão”, “anúncios publicitários”, ao longo de todo o texto. Em vista disso, definimos como TC de T10-2014 *Poder de persuasão da publicidade infantil*. É para o entorno desse eixo que todas as informações convergem.

Logo na introdução, o candidato reconhece que o sucesso da venda de produtos direcionados a crianças depende do poder que a propaganda tem de despertar o interesse delas. De certo modo, podemos compreender que as propagandas são bem-sucedidas, tendo em vista o trecho “A publicidade infantil no Brasil é algo que foi sempre aceito”, em que o candidato atesta ser essa prática comum em nosso país.

Para abordar a publicidade infantil sob essa ótica, o candidato seleciona um subtópico eleito como mais concernente para sua discussão em que busca demonstrar as consequências da persuasão apontada. Identificamos este subtópico como *Manipulação das crianças* por meio do conjunto referencial formado por inúmeras âncoras no contexto e por retomadas na forma de expressões tais como “crianças”, “infância”, “ingenuidade”, “manipuláveis”, “falsa expectativa”.

O autor de T10-2013 confere grande relevância a esse subtópico e amplia o conjunto referencial por meio dos “autoridade dos pais”, “comprometida”, “não agrada

aos pais”, “filhos contra eles”, a partir do qual definimos o subtópico *Riscos à autoridade dos pais*, que resulta da manipulação apontada.

Nesta primeira etapa, que envolve a análise da continuidade do TC, observamos uma intercalação dos conjuntos referenciais que tratam da *Manipulação das crianças* e dos *Riscos à autoridade dos pais*. Sentimos necessidade de sinalizar no texto T10-2013, por meio de (1), (2), (1a) e (2a), os segmentos que correspondem ao primeiro subtópico e ao segundo.

A análise desse fenômeno atesta a importância de considerarmos as metarregras de continuidade e de progressão conjuntamente para apreensão da organização tópica de textos como T10-2014, uma vez que observamos a manutenção de referentes nos dois subtópicos, mas até que ponto a intercalação de conjuntos referenciais interfere na compreensão global do texto só será percebida a partir da análise da progressão do TC, que contemplaremos logo mais.

O traço de relevância nos auxilia a perceber um maior investimento na ampliação do conjunto referencial do subtópico *Manipulação das crianças*, em que o candidato utiliza “importante”, “crianças”, “informações”, “aprendam”, “anúncios publicitários”, para salientar a importância de as crianças aprenderem que nem sempre aquilo que as propagandas veiculam é confiável. Em vista disso, identificamos o subtópico *Conscientização das crianças*.

Relacionamos mais um conjunto referencial ao subtópico *Manipulação das crianças* por meio de confirmações de expressões como “pais”, “atentos”, “transmissões de propagandas”, “filhos”, “anúncio”, que nos permitem identificar o subtópico *Controle à exposição*. Esclarecemos que o traço de relevância é observado por meio da extensão desses conjuntos e reflete o grau de importância de determinado conjunto referencial para a argumentação do texto. Isso nos leva a afirmar que o subtópico *Manipulação das crianças* concentra considerável importância para abordagem do tema.

Passamos, a partir de agora, à observação do que consta no Procedimento de análise II, que diz respeito à análise da progressão do tópico. Conforme demonstramos, amparamo-nos na análise da segunda propriedade que define o tópico discursivo, *organicidade*, para avaliar a progressão do TC, que, neste texto T10-2014, corresponde a *Poder de persuasão da publicidade infantil*.

No trecho que corresponde à introdução, “A publicidade infantil no Brasil é algo que foi sempre aceito, afinal, produtos que são direcionados a crianças só serão vendidos se houver uma propaganda que desperte o interesse delas”. O candidato reconhece que a veiculação de propagandas destinadas a crianças é uma prática corriqueira no país em virtude de condicionar a venda de “produtos que são direcionados a crianças” por meio do conector que expressa condicionalidade “se”.

Em seguida, o candidato optou por aprofundar o TC em um subtópico de segunda ordem identificado como *Manipulação das crianças*, em que contrapõe os enunciados por meio da conjunção “entretanto”, que indica adversidade, e argumenta que não é por haver a veiculação constante de publicidade infantil no Brasil que se caracterize como uma prática isenta de problemáticas.

Neste subtópico, que corresponde ao segmento: “Entretanto, esse tipo de publicidade pode gerar um certo desconforto no ambiente familiar, já que na infância ainda há muita ingenuidade, o que torna as crianças facilmente manipuláveis”, o candidato aborda a principal consequência do poder de persuasão da publicidade infantil *Manipulação das crianças*, responsável por desencadear outra problemática que compromete a autoridade dos pais dando origem ao subtópico de terceira ordem *Riscos à autoridade dos pais*.

Mas ainda com relação ao segmento mencionado, o candidato afirma que as propagandas podem causar indisposição no “ambiente familiar”, expressão que remete aos subtópicos *Manipulação das crianças* e *Riscos à autoridade dos pais*, em razão de sabermos que o “desconforto no ambiente familiar” pode se dar em decorrência da manipulação e pode afetar a autoridade dos pais. Optamos por enquadrar este segmento no subtópico *Manipulação das crianças* em razão das informações acrescentadas na sequência do segmento.

O subtópico identificado como *Riscos à autoridade dos pais* é um aspecto que se configura, na concepção do autor de T10-2013, como uma consequência da manipulação exercida sobre crianças por parte da publicidade infantil. O trecho “Dessa forma a autoridade dos pais é comprometida, considerando que seus filhos podem estar sendo manipulados” é introduzido pelo articulador conclusivo “dessa forma”, denotando a subordinação desse subtópico ao *Manipulação das crianças*.

A apresentação do argumento com valor conclusivo neste texto serve para justificar o posicionamento do candidato em relação à influência de propagandas infantis sobre crianças, tratadas no enunciado anterior.

Mencionamos a “intercalação” de conjuntos referenciais que correspondem aos subtópicos quando avaliamos a continuidade. Contudo, somente no momento da análise da progressão, via organicidade, teremos condições de avaliar se casos como esses configuram infração à metarregra de continuidade e, conseqüentemente, à de progressão.

No segundo parágrafo de T10-2014, o candidato acrescenta informações relacionadas ao subtópico *Manipulação das crianças*, conforme lemos no trecho “Os comerciantes infantis, na hora de anunciarem seus produtos, muitas vezes exageram na propaganda, o que cria falsa expectativa na criança”. Notamos que esse segmento não apresenta marcadores de articulação capazes de estabelecer relação com os enunciados anteriores, implicando articulação insatisfatória.

É pelo uso de anafóricos que afirmamos que o segmento mencionado pertence ao conjunto referencial que trata da *Manipulação das crianças*. Não encontramos razões que justifiquem a fragmentação dos segmentos, uma vez que não indica retomada de referentes para investir em uma proposta de intervenção, por exemplo, nem outra situação. Caso idêntico ocorre com o outro segmento deste parágrafo.

No trecho “Além disso, publicidade possui grande poder de persuasão, o que não agrada aos pais, pois pode colocar os filhos contra eles”, o candidato retoma anaforicamente o momento em que discute sobre a autoridade dos pais. O marcador coesivo “além disso” expressa a ligação entre o enunciado por ele introduzido e o anterior, os quais, somados, apontam para a mesma conclusão.

Retornamos, neste ponto, ao que Bentes e Rio (2006) explicam sobre a distribuição de segmentos distantes um do outro para formar subtópicos. Na redação em análise, observamos que houve descontinuidade na organização sequencial dos subtópicos *Manipulação das crianças* e *Riscos à autoridade dos pais*, visto que o segmento (2), conforme foi sinalizado no texto, foi introduzido sem que (1) fosse esgotado, situação verificada também entre (1a) e (2a).

Assim, dizemos que não há infração à metarregra de continuidade, em razão de os segmentos (1), (2), (1a) e (2a) não se desvincularem do TC do texto. Todavia, não

podemos dizer o mesmo em relação à metarregra de progressão, visto que o candidato não orienta a relação que busca estabelecer entre o segmento (1a) e os demais, assim como a intercalação verificada interrompe a fluidez resultando em uma porção textual fragmentada.

Damos sequência à análise da progressão do TC na redação T10-2014, observando o terceiro parágrafo, em que percebemos o aprofundamento do subtópico de terceira ordem *Manipulação das crianças* em um subtópico de quarta ordem identificado como *Conscientização das crianças*. Nele, o candidato reflete sobre a importância de as crianças aprenderem a “filtrar” as informações veiculadas por anúncios publicitários e pelo mundo de modo geral.

O segmento que corresponde a esse subtópico é introduzido apropriadamente pela locução conjuntiva com valor adversativo “não obstante”. A nosso ver, a totalidade do que o autor discute neste ponto do texto marca o argumento que deve prevalecer sobre toda a problemática apresentada e desenvolvida nos parágrafos anteriores. Assim, subentendemos que o trecho “Não obstante, é importante que desde cedo as crianças saibam como as informações são passadas ao mundo, é bom que criem malícia e aprendam que nem sempre é possível confiar em anúncios publicitários” diz respeito ao início da proposta de intervenção.

Notamos que a expressão “não obstante” introduz o que, em tese, deveria suplantar as consequências do que o candidato discute sobre a publicidade servir para manipulação das crianças, mas o que observamos, de fato, é uma proposta pouco abrangente, por não indicar os agentes que poderiam auxiliar na execução das propostas enumeradas, e que vai na contramão de uma formação responsável, conforme observamos em “é bom que criem malícia”. Apontamos, em vista disso, uma infração à metarregra de não contradição, pois crianças com pensamento crítico é diferente de crianças com malícia.

Até aqui, observamos que os subtópicos *Riscos à autoridade dos pais* e *Conscientização das crianças* estão no terceiro nível hierárquico e lado a lado no plano sequencial, indicando que o autor de T10-2014 abordou a manipulação mencionada sob dois vieses. Desse modo, afirmamos que houve alargamento no terceiro nível hierárquico em dois subtópicos constituintes.

No último parágrafo, observamos que o subtópico *Conscientização das crianças* passou por aprofundamento e deu origem ao subtópico de quarta ordem

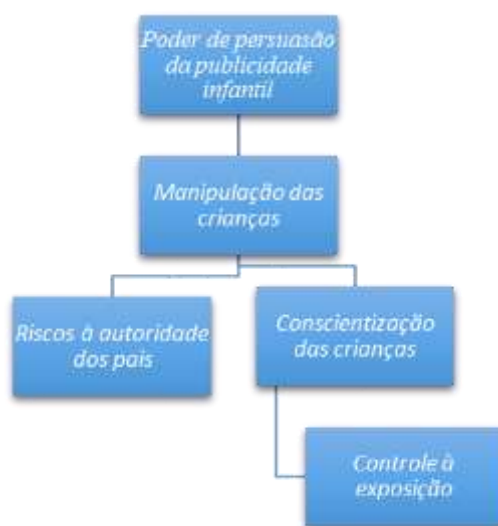


*Controle à exposição*, em que o candidato amplia a proposta de intervenção voltada para a orientação de que os pais esclareçam seus filhos sobre o funcionamento do produto ou serviço anunciado e que tenham atenção ao conteúdo a que são expostos.

O candidato introduz esse segmento por meio do articulador com valor conclusivo “portanto”, que explicita o propósito a ser alcançado. Ainda explicita o estatuto desse segmento em relação ao demais por meio da expressão “proposta de intervenção”.

Destacamos que o aprofundamento do subtópico *Conscientização das crianças*, em detrimento do aprofundamento do subtópico *Riscos à autoridade dos pais*, denota que esse aspecto proporciona uma defesa mais consistente do seu ponto de vista que gira em torno dos efeitos do poder de persuasão de propagandas voltadas para o público infantil. Tendo em vista a discussão empreendida, propomos a seguinte organização tópica para o texto T10-2014.

Quadro 7. Quadro tópico da redação T10-2014



Fonte: Elaborada pela autora

No texto T10-2014, identificamos o eixo central *Poder de persuasão da publicidade infantil*, o qual ocupa o primeiro nível hierárquico no QT e passou por três níveis de desdobramento. Da primeira divisão resultou um subtópico de primeira ordem, identificado como *Manipulação das crianças*, que ocupa o segundo nível hierárquico. Da segunda divisão resultaram dois subtópicos de segunda ordem coconstituintes *Riscos à autoridade dos pais* e *Conscientização das crianças*, que ocupam o terceiro nível hierárquico. E, por fim, da terceira divisão do TC resultou o subtópico de terceira ordem identificado como *Controle à exposição*, que ocupa o quarto nível hierárquico.

Passamos à análise da construção da coerência em mais um texto da edição de 2014 do Enem.

#### B. Análise da redação T13-2014

Hodiernamente, o marketing voltado para o público infantil exerce um papel fundamental para a manutenção de setores chave na economia. A alteração dos parâmetros atualmente utilizados para a regulamentação de ações de publicidade voltadas para crianças, não é a solução. É necessário conscientizar os pais frente às demandas impostas por seus filhos, em relação ao consumo.

Diversos setores da indústria, desde brinquedos a alimentos, praticam ações voltadas ao público infantil. Em caso de alteração do atual cenário de divulgação desses produtos, é de se esperar que o volume de vendas desse setor sofra uma queda significativa. Considerando a atual conjectura do cenário econômico brasileiro, perder o apoio de qualquer setor industrial, significa reduzir o volume de investimentos. E atualmente o governo não pode correr esse risco.

Tentar regulamentar a publicidade para crianças, aos moldes de países como Canadá e Noruega, é delegar ao governo o papel dos pais de decidir o que as crianças devem, ou não, assistir. Buscar soluções deste porte, baseando-se em modelos utilizados em outros países, é fugir da realidade, tentando implementar soluções que não levam em consideração os problemas brasileiros.

A chave para manter o atual apoio do grupo de investidores do setor infantil, e na outra ponta da balança filtrar o volume de informação veiculada para as crianças, é tornar a ~~autorregulação~~ autorregulamentação verdadeiramente efetiva, como maior presença do governo em diálogos com o setor.

Defendemos, no âmbito deste trabalho, que a metarregra de continuidade se relaciona à primeira propriedade definidora do tópico discursivo, centração, para avaliação da continuidade do TC em redações do Enem. Em vista disso, apoiamos-nos nos traços que definem a centração, concernência e relevância, para dar início a essa análise.

A redefinição de centração como o eixo para o qual tudo no texto converge, orienta a necessária existência de elementos integrados na formação de uma unidade textual. Assim, observamos no decorrer da redação T13-2014, expressões como “marketing”, “público infantil”, “economia”, “crianças”, “consumo”, “setores da indústria”, “volume de vendas”, “cenário econômico brasileiro”, “setor industrial”, “volume de investimentos”, “publicidade”, “investidores”, “setor infantil”, que nos levam a definir o TC de T13-2014 como *Importância econômica da publicidade infantil*.

A ideia de concernência está presente na escolha do subtópico selecionado pelo candidato para abordar o TC e é analisada a partir da construção de um conjunto

referencial. Na introdução, observamos expressões como “marketing”, “alteração dos parâmetros”, “regulamentação” e “ações de publicidade” que nos ajudam a identificar o subtópico *Modificações na regulamentação*, em que o candidato trata do papel de destaque da publicidade infantil para a economia brasileira a partir do ponto de vista de que alteração nos parâmetros para regulamentação das ações publicitárias para crianças não se configura em solução para as questões relacionadas ao consumo.

É sob essa ótica que o candidato desenvolve sua argumentação, ampliando o conjunto referencial identificado por meio das expressões referenciais “alteração” e “cenário de divulgação” que se referem às *Modificações na regulamentação*, para tratar dos *Prejuízos à economia*, por meio das expressões “setores da indústria”, “público infantil”, “volume de vendas”, “queda”, “cenário econômico brasileiro”, “redução do volume de investimentos”.

Salientamos que a ampliação do conjunto referencial atualiza o traço de relevância, definido como o destaque dado a esse novo conjunto referencial, atestada por sua importância para a discussão engendrada pelo candidato.

Notamos a ampliação do conjunto referencial construído para tratar das *Modificações na regulamentação*, pela presença do referente “regulamentar”, em que o autor de T13-2014 critica a regulamentação por meio das expressões “publicidade infantil”, “moldes de países”, “Canadá e Noruega”, “modelos utilizados em outros países”, “fugir da realidade”, “problemas brasileiros”, responsáveis pela instauração do subtópico *Críticas às modificações na regulamentação*.

Na conclusão do texto, o candidato retoma os subtópicos *Prejuízos à economia* e *Críticas às modificações na regulamentação*, ao elaborar proposta de intervenção relacionada à discussão desenvolvida, com sugestão de articulação do “governo” com os “investidores do setor infantil” para que a “autorregulamentação” seja “efetiva”, expressões que dão origem ao subtópico *Participação do governo e dos pais*.

Refletimos sobre o que afirma Brown e Yule (1983) sobre a extensão de um tópico manter relação com a manutenção do tema e da relevância. Em nossas análises, substituímos o termo “tópico” por “subtópico” dada a particularidade da redação do Enem possuir um único tópico, sendo classificada como monotópica.

Refletimos ainda sobre o fato de haver, na ampliação do conjunto referencial, uma substituição do conjunto de referentes, visto que a recorrência de

elementos nos permite detectar a continuidade do tópico, ao passo que novos referentes acrescentados a um determinado nos permitem detectar a progressão tópica, assinalando, portanto, um desdobramento do tópico, no âmbito de uma continuidade tópica.

A análise do acréscimo de informações que promovem o desdobramento do TC é observada na etapa dedicada à avaliação da progressão do TC, que se apoia na propriedade de organicidade.

A centração do texto T13-2014 foi definida como sendo *Importância econômica da publicidade infantil* e, durante todo o texto, percebemos associação entre a regulamentação da publicidade infantil pelo governo e prejuízos no mercado de investidores no setor infantil. O candidato defende o ponto de vista de que a regulamentação da publicidade infantil não é mais efetiva do que a conscientização dos pais no acompanhamento das crianças no que concerne ao consumo.

O primeiro desdobramento do TC dá origem ao subtópico de primeira ordem, definido como *Modificações na regulamentação*, que ocupa o segundo nível hierárquico. No primeiro enunciado desse subtópico, o candidato reconhece o papel decisivo da publicidade infantil na economia brasileira; no segundo enunciado, argumenta que a regulamentação das propagandas direcionadas ao público infantil “não é a solução”, mas interrompe a frase sem explicitar para que problema a regulamentação não seria solução. Construimos sociocognitivamente o referente problema, apoiados no terceiro enunciado, em que o candidato salienta o papel dos pais na orientação dos filhos no que tange ao consumo.

Assim, é possível deprendermos que “A alteração dos parâmetros atualmente utilizados para a regulamentação de ações de publicidade voltadas para crianças, não é a solução” para a questão do consumo de produtos e serviços pelo público infantil. Destacamos que a compreensão fica comprometida neste trecho, não apenas pela falta de explicitação apontada, mas também pela falta de um articulador que evidencie a relação entre enunciados pretendida pelo candidato.

Identificamos que o trecho “É necessário conscientizar os pais frente às demandas impostas por seus filhos, em relação ao consumo” pertence à proposta de intervenção. Discutimos a importância desse enunciado no local onde aparece em função de auxiliar-nos no processo de compreensão de todo o primeiro parágrafo. Assim, não julgamos que constitua infração à metarregra de progressão uma vez que

está relacionada à discussão desenvolvida naquele segmento do texto. Além disso, a proposta de intervenção pode ser diluída ao longo da argumentação e não necessariamente precisa estar localizada no parágrafo de conclusão do texto.

As informações acrescentadas no decorrer do texto promovem o aprofundamento do subtópico *Modificações na regulamentação* em dois outros coconstituintes identificados como *Prejuízos à economia* e *Críticas às modificações na regulamentação* que correspondem ao alargamento do subtópico ao qual se subordinam. Estão localizados na linha sequencial do terceiro nível hierárquico do QT da redação T13-2014.

No subtópico *Prejuízos à economia*, que corresponde ao segundo parágrafo do texto, o candidato reflete sobre as consequências diretas “da alteração do atual cenário de divulgação desses produtos” que corresponderia a uma queda no volume de vendas. A anáfora encapsuladora “desses produtos” encapsula brinquedos, alimentos e tudo aquilo que é produzido pelos “diversos setores da indústria” que “praticam ações voltadas ao público infantil”, presentes no enunciado anterior.

A articulação no interior dos subtópicos é fundamental para compreensão global de um texto, tendo em vista que a coerência macroestrutural só se estabelece apoiada na coerência microestrutural.

Ainda com relação aos *Prejuízos à economia*, observamos uma argumentação que avança em defesa do ponto de vista, na medida em que o candidato menciona que a alteração no modo de acontecer da publicidade provocaria queda no “volume de vendas” que, por sua vez, provocaria diminuição no “volume de investimentos” realizado por empresas voltadas para o público infantil. As informações estão bem articuladas e orientadas para a conclusão de que tais alterações são negativas.

No texto T13-2014, o candidato desenvolve o subtópico *Modificações na regulamentação* por meio do detalhamento do seu caráter negativo e, na sequência, critica tais alterações por meio do acréscimo de informações que instauram o subtópico *Críticas às modificações na regulamentação*.

O candidato se vale de informações presentes nos textos motivadores e cita países como Canadá e Noruega, para argumentar que o modelo de regulamentação para a publicidade infantil no Brasil não pode se espelhar no dos países citados. O candidato reforça que basear-se em “modelos utilizados em outros países é fugir da realidade, tentando implementar soluções que não levam em consideração os problemas

brasileiros”. Inferimos que “problemas brasileiros” se referem à “atual conjectura do cenário econômico brasileiro”, denotando o uso de uma expressão anafórica.

Destacamos, nesse trecho, uma infração à metarregra de não contradição, na medida em que o candidato identifica semelhança total entre a regulamentação do Brasil que, segundo o texto motivador I da proposta de redação do Enem 2014:

estabelece como abusiva toda propaganda dirigida à criança que tem “a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço” e que utilize aspectos como desenhos animados, bonecos, linguagem infantil, trilhas sonoras com temas infantis, oferta de prêmios, brindes ou artigos colecionáveis que tenham apelo às crianças.

E a existente na Noruega e no Canadá, onde “não é permitido nenhum tipo de publicidade para crianças”. Fato que não confere com a realidade, já que a regulamentação brasileira considera a publicidade infantil como abusiva, ao passo que as regulamentações norueguesa e canadense consideram como proibida a publicidade infantil.

Os dois subtópicos instaurados para tratar das modificações na regulamentação possuem extensão equilibrada, pois foram desenvolvidos em um parágrafo cada um, indicando que o peso argumentativo a eles atribuído pelo candidato é o mesmo.

Essa observação perpassa todo o texto em virtude de os subtópicos *Prejuízos à economia* e *Críticas às modificações na regulamentação* serem aprofundados no último parágrafo, em que o candidato desenvolve a proposta de intervenção por meio de informações que constituem o subtópico *Participação do governo e dos pais*.

Na conclusão, o candidato menciona a proposta de intervenção de modo metafórico, ao descrevê-la em termos de “chave”. A seguir, cita o “apoio do grupo de investidores do setor infantil”, que se relaciona ao subtópico *Prejuízos à economia*, e cita “o volume de informação veiculada para as crianças”, que se relaciona com a proibição regulamentada em alguns países e com a consideração de serem abusivas em nosso país, tratada no subtópico *Críticas às modificações na regulamentação*. Ressaltamos que o nome do subtópico inclui “pais” por termos identificado um segmento na introdução do texto em que o candidato inicia sua proposta de intervenção.

Em vista do que discutimos a respeito do texto T13-2014, propomos que sua organização tópica seja considerada como demonstramos a seguir:

Quadro 8. Quadro tópico da redação T13-2014



Fonte: Elaborada pela autora

A redação apresenta como eixo central *Importância econômica da publicidade infantil*, definido como o TC e ocupa o primeiro nível hierárquico do QT. O TC passou por três níveis de desdobramentos. Da primeira divisão, resultou o subtópico de primeira ordem definido como *Modificações na regulamentação*, que ocupa o segundo nível hierárquico e passou por aprofundamento e deu origem aos subtópicos de segunda ordem *Prejuízos à economia* e *Críticas às modificações na regulamentação*.

Esses dois subtópicos correspondem ao alargamento da perspectiva das transformações na regulamentação e estão localizadas lado a lado na linha sequencial do terceiro nível hierárquico do QT. Ambos passam por nova divisão, resultando no subtópico de terceira ordem *Participação do governo e dos pais*, que ocupa o quarto nível hierárquico e corresponde à proposta de intervenção.

Passamos à análise de mais uma redação da edição do Enem 2014.

### C. Análise da redação T17-2014

A publicidade infantil tem sido assunto em voga no Brasil e polariza as opiniões quanto à sua proibição ou à sua livre veiculação. No ~~início~~ início deste ano, o cartunista Maurício de Souza, por exemplo, posicionou-se a favor das ~~prop~~ propagandas e foi alvo de críticas. Apesar da autorregulamentação proposta, este tipo de comercial deve ser rígido e limitado por leis nacionais.

Desde seu primórdio, a imprensa tem grande influência sobre a mente do brasileiro, tem-se como exemplo o DIP, que trouxe ao ex-presidente Getúlio Vargas popularidade dantesca. No imaginário da criança, a persuasão da mídia é ainda maior,

além de terem poucos conceitos formados, os petizes adotam a televisão como figura de autoridade que dita seu comportamento frente à ausência dos pais em seus cotidianos.

A incitação ao consumo infantil exacerbado não condiz com realidade econômica brasileira, grande maioria dos petizes é ludibriada pelas propagandas e não tem condições para manter o que elas propõem. Ademais, outro problema que atinge a criança é a obesidade, fruto de propagandas que fazem barganha entre a compra de alimentos calóricos e brinquedos como brinde.

Conforme o filósofo Immanuel Kant, o ser humano é aquilo que a educação faz dele, logo, não se deve deixar que a criança seja educada pela televisão e torne-se consumista. Cabe ao Estado interferir com legislação contra a publicidade abusiva; aos pais, alocar mais atenção aos petizes; à mídia, a subordinação a uma possível lei ou mitigar a apelação em seus anúncios retratando os produtos de maneira neutra e, às escolas, brinquedotecas que endossem o compartilhamento de brinquedos, amenizando o individualismo e palestras que alertem sobre alimentação saudável e as condições sociais e econômicas que não podem consumir exacerbadamente, a fim de conscientizar as crianças.

A continuidade da redação T17-2014 é avaliada a partir da observação de expressões ao longo do texto responsáveis por determinar a centração do texto. No primeiro parágrafo, o candidato expressa a introdução referencial “publicidade infantil” que inaugura o referente responsável por ancorar outros no decorrer de todo o texto como, por exemplo, “assunto”, “sua”, “propagandas”, “comercial”, “imprensa”, “criança”, “petizes”, “mídia”, “televisão”, “consumo infantil”, “propagandas”, “brinquedos”, “publicidade abusiva”, “mídia”, “anúncios”, dentre outros.

Os termos destacados estão associados à introdução referencial “publicidade infantil” por guardarem com ela algum tipo de relação e são retomados por meio de diferentes processos de retomada anafórica.

Assim, quando o candidato afirma, por exemplo, que são polarizados os pontos de vista quanto à “sua” livre circulação, o interlocutor identifica que o pronome “sua” se refere à mesma entidade que foi introduzida pela expressão referencial “publicidade infantil”, fenômeno que assinala o processo referencial identificado como anáfora direta.

Refletimos sobre outro exemplo de retomada anafórica do referente “publicidade infantil” pela expressão “publicidade abusiva” presente no último parágrafo da redação, que marca uma anáfora indireta. Nesse processo, a associação entre os referentes aponta uma clara mudança de perspectiva desde sua introdução, a qual mantém relação com o projeto de dizer do candidato. Portanto, a referenciação constitui um processo dinâmico em que referentes podem ser introduzidos e depois modificados, fenômeno diz respeito à continuidade do TC, mas também à sua



progressão em virtude de haver uma renovação de ideias na recategorização de referentes.

No âmbito das retomadas anafóricas, chamamos atenção para a repetição lexical, estratégia<sup>51</sup> disponibilizada pela língua para assegurar a continuidade do tópico. Esse recurso, por vezes, pode ser mal interpretado pelos corretores, especialmente pela curta extensão da redação do Enem. Em vista disso, o avaliador tem o papel decisivo de definir em que medida as repetições são pertinentes e contribuem para a construção da coerência, considerando a linha argumentativa do texto.

Conforme demonstramos, há expressões ao longo da extensão de todo o texto que nos auxiliam a definir o TC de T17-2014 como *Publicidade infantil*. A partir dessa identificação, avaliamos a centração por meio do traço de concernência, responsável pela análise construção de conjuntos referenciais que estabelecem os subtópicos a partir dos quais o tema da redação será desenvolvido, e do traço de relevância, responsável pela análise da extensão do conjunto referencial em função do subtópico mais concernente para o desenvolvimento do tema.

No primeiro parágrafo de T17-2014, identificamos um conjunto referencial por meio das expressões “publicidade infantil”, que é retomado anaforicamente por “sua”, “propagandas”, “este tipo de comercial”, em que o candidato aborda a proibição ou a livre circulação de anúncios voltados para crianças. Os referentes estão totalmente relacionados ao TC, entretanto a discussão iniciada sob o aspecto específico da polarização de opiniões não continua nos parágrafos seguintes.

No segundo parágrafo, observamos a construção de um conjunto referencial confirmado e recategorizado aos poucos como, por exemplo, pelas expressões “imprensa”, “grande influência”, “persuasão da mídia”, “figura de autoridade”, “comportamento”, a partir do qual depreendemos o subtópico *Influência da Mídia*, em que o candidato reflete sobre o poder de persuasão da mídia sobre a formação das crianças.

Definimos o traço de relevância como o destaque dado ao conjunto referencial em decorrência de sua importância para a discussão desenvolvida pelo candidato. Em vista disso, observamos que o subtópico *Influência da Mídia* é abordado sob dois aspectos, o do *Consumo* e o da *Alimentação*.

---

<sup>51</sup> Charolles (1978) descreve os recursos pronominalizações, definitivizações e referenciações dêiticas contextuais, substituições lexicais, recuperações pressuposicionais e retomadas de inferência.

No conjunto referencial construído em torno do subtópico definido como *Consumo*, primeiro viés sob o qual a influência da mídia foi abordada, destacamos as expressões “incitação”, “consumo infantil”, “petizes”, “ludibriada”, “propagandas”. E no conjunto referencial construído em torno do subtópico definido como *Alimentação*, segundo aspecto, o candidato utiliza as expressões “criança”, “obesidade”, “propagandas”, “compra”, “alimentos calóricos”, presentes no terceiro parágrafo.

O conjunto referencial do subtópico *Consumo* é ampliado, no último parágrafo, por meio das expressões “educação”, “criança”, “televisão”, “consumista”, “Estado”, “publicidade abusiva”, “pais”, “atenção”, em que o candidato aborda a participação do Estado e de pais no subtópico definido como *Combate ao consumismo*.

O modo como esse combate deve ser realizado, na visão do autor de T17-2014, é discutido por meio da apresentação das ações que a mídia e a escola podem desenvolver frente a essa situação. Os referentes pontuados por expressões como “mídia”, “apelação”, “anúncios”, “produtos” e “neutra” instauram o subtópico *Papel da mídia*; e os referentes de “escolas”, “compartilhamento de brinquedos”, “consumir”, “conscientizar” e “crianças” instauram o subtópico *Papel da escola*.

Em ambos os subtópicos verificamos a ampliação do conjunto referencial para tratar da questão do consumismo, que, por sua vez, foi ampliado de um anterior, construído para tratar da influência da mídia no comportamento das crianças.

Destacamos que, na Competência III, o candidato é bem avaliado quando demonstra, dentre outras habilidades, saber selecionar informações que, além de diversificadas, devem pertencer a diferentes áreas de conhecimento. Esse processo de escolha se relaciona com a seleção de subtópicos, a partir dos quais o candidato iniciaXX começa a definir a orientação argumentativa de seu texto, que, por sua vez, é complementada pelo desenvolvimento pertinente de cada um deles.

A partir deste ponto, avaliamos a progressão do TC na redação T17-2014, conforme consta no Procedimento de análise II de nossa investigação. A organicidade é a categoria em que nos amparamos para essa etapa analítica, tendo em vista seu papel de evidenciar o modo como se dá a progressão temática de um texto. Defendemos que a observação do desenvolvimento dos subtópicos seja avaliada na Competência II do Enem, já que é nessa Competência que se exige o satisfatório desenvolvimento temático.

O passo inicial para avaliação da organicidade é a determinação do TC, que inaugura o QT ao ocupar o primeiro nível hierárquico. O TC que corresponde à redação T17-2014 é *Publicidade infantil*. O passo seguinte consiste na observação do seu processo de desdobramento em níveis hierárquicos subsequentes pelo acréscimo de informações.

Deparamo-nos com uma situação específica neste texto, em razão de observarmos que a continuidade referencial não garante a continuidade tópica. Justificamos essa afirmação tendo em vista que os referentes presentes no primeiro parágrafo, tais como “publicidade infantil”, “propagandas”, “autorregulamentação” e “este tipo de comercial” iniciam uma cadeia referencial que mantém relação com o TC, bem como perpassa os demais parágrafos, assinalando a continuidade referencial, entretanto, observamos que isso não é suficiente para garantir que a parte inicial do texto T17-2014 compartilhe da unidade textual.

No trecho inicial da redação, o candidato faz uma alusão ao primeiro texto motivador da proposta de redação relacionado ao desentendimento entre setores envolvidos nos anúncios e ONGs de defesa dos direitos das crianças. Introduce o tema da publicidade infantil sob a perspectiva de sua indefinição, afirmando que “(a publicidade infantil, em elipse) polariza as opiniões quanto à sua proibição ou à sua livre veiculação”. A seguir, o autor de T17-2014 exemplifica que Maurício de Sousa, reconhecido cartunista e criador da “Turma da Mônica”, foi criticado por ter se manifestado a favor de propagandas.

Nenhum desses aspectos continua ao longo do texto, tampouco servem como “pano de fundo” ou “ponto de partida” para o desenvolvimento da temática. A falta de relação entre a polaridade de opiniões mencionada, assim como o fato de Maurício de Sousa ter sido criticado ao emitir sua opinião e os subtópicos efetivamente desenvolvidos no texto caracteriza falha na metarregra de progressão.

No segundo parágrafo, percebemos informações que efetivamente participam da unidade textual e fazem o sentido do texto progredir. Assim, temos em T17-2014, o primeiro nível hierárquico ocupado pelo TC *Publicidade infantil*, que é aprofundado e origina o subtópico de primeira ordem *Influência da mídia*.

Para o desenvolvimento desse subtópico, o candidato mobiliza um elemento de conhecimento mais amplo, como é o caso do DIP<sup>52</sup>, órgão que exerceu papel coercitivo na liberdade de pensamento e expressão durante o governo de Getúlio Vargas, para introduzir seu ponto de vista a respeito da influência que órgãos de publicidade infantil exercem sobre as crianças. Notamos que esse segmento foi introduzido pelo articulador “desde” que marca uma relação de temporalidade, indicando que a influência da mídia é anterior ao momento da escrita da redação.

A reflexão abordada no subtópico *Influência da mídia* se relaciona ao fato histórico aludido, na medida em que compreendemos a afirmação do candidato de que “no imaginário da criança, a persuasão da mídia é ainda maior” na comparação com a persuasão “sobre a mente do brasileiro”.

Nesta investigação, defendemos a análise dos princípios de informatividade e acréscimos intertextuais como principais responsáveis pela progressão do tópico discursivo e os relacionamos à orientação argumentativa dos textos. Como podemos perceber, a relação intertextual que se estabelece entre órgãos de publicidade em épocas e contextos distintos contribui para a progressão do subtópico de primeira ordem *Influência da mídia*.

O candidato promove aprofundamento deste subtópico ao abordar a influência que a mídia exerce sobre o comportamento das crianças, especificamente no que tange ao consumo e à alimentação, instaurando os subtópicos de segunda ordem *Consumo e Alimentação*.

No subtópico *Consumo*, a influência da mídia é abordada no âmbito da incitação ao consumo infantil, em que o candidato argumenta que propagandas ludibriam as crianças por induzi-las ao consumo de algo a que não podem ter acesso por limitação econômica. Não há, neste segmento, articuladores que indiquem sua subordinação ao segmento anterior. Mas, no subtópico *Alimentação*, em que o candidato aborda a influência midiática sobre a alimentação das crianças, argumentando que a associação entre a venda de alimentos é a causa da obesidade, notamos a presença

---

<sup>52</sup> Departamento Nacional de Propaganda, criado por Getúlio Vargas, em 1939, para executar serviços de propaganda dos estabelecimentos da administração pública. Responsável por dirigir homenagens a Vargas, constituiu-se como o principal instrumento de promoção do chefe do governo e de seus interesses. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP>. Acesso em 16/09/2017.

do articulador “ademais”, que expressa a adição de uma ideia que aponta para a mesma conclusão de influência da mídia.

Compreendemos que a incitação ao consumo é um primeiro fator que sofre influência da mídia, pela indicação de que a alimentação é um segundo fator por meio da expressão “outro problema”.

Destacamos que esses dois subtópicos estão localizados no terceiro nível hierárquico, e correspondem ao alargamento do subtópico *Influência da mídia* em função de determinar a quantidade de subtópicos selecionados pelo candidato para tratar desse aspecto específico da redação. Conforme defendemos nesta investigação, a subcategoria denominada de alargamento independe do nível de desdobramento do tópico central e, em vista dessa observação, defendemos que serve como parâmetro de análise do nível sequencial. Mas o critério de alargamento não basta para fazer o texto ater-se a um TC previamente exigido.

No último parágrafo, o candidato aprofunda o subtópico *Consumo* e passa a expor a proposta de intervenção no subtópico de terceira ordem, por corresponder ao terceiro nível de desdobramento do TC, definido como *Combate ao consumismo*. No trecho inicial, notamos mais uma ocorrência do princípio de intertextualidade, quando o candidato recorre a uma citação indireta do filósofo Immanuel Kant para apoiar nela sua argumentação. Defendemos, nesta tese, que esse tipo de ocorrência se relaciona à orientação argumentativa do texto e que costuma ser utilizado pelo locutor como argumento de autoridade.

Verificamos que, no segmento “Conforme o filósofo Immanuel Kant, o ser humano é aquilo que a educação faz dele, logo, não se deve deixar que a criança seja educada pela televisão e torne-se consumista”, o articulador “conforme” expressa uma conexão entre os enunciados, indicando consonância entre as afirmações.

Neste ponto, fazemos uma observação especificamente sobre a exigência da Competência II do Enem para que o candidato aplique conceitos de várias áreas do conhecimento para desenvolver o tema. A nosso ver, essa orientação induz muitos candidatos a recorrerem a diversificados domínios de conhecimento, como neste texto, à História, Filosofia, para darem uma satisfação ao corretor de que cumpriram essa exigência, prescindindo, em muitos casos, da articulação com a argumentação desenvolvida no texto. Essa inadequação da citação que não serve de argumento eficaz

para o desenvolvimento argumentativo é apenas na Competência III da Matriz de Referência para correções da redação do Enem.

Dando sequência à análise da redação T17-2014, observamos que o candidato promove aprofundamento do subtópico identificado como *Combate ao consumismo* ao detalhar sua proposta de intervenção nos subtópicos de quarta ordem *Papel da mídia e Papel da escola*.

Nos subtópicos identificados, o candidato delinea a viabilização de ações que envolvem a participação dos diversos agentes da sociedade: a mídia, diminuindo a apelação, colocando neutralidade em relação aos produtos expostos e escolas, incentivando o compartilhamento dos brinquedos, em detrimento do individualismo. A conclusão desse segmento se dá por meio da expressão “a fim de”, em que o autor de T17-2014 expressa o objetivo a ser alcançado.

Os subtópicos *Papel da mídia e Papel da escola* estão no quinto nível hierárquico, e correspondem ao alargamento do subtópico *Combate ao consumismo*, no qual incluímos o segmento em que cita o papel do Estado, intervindo com a criação de legislação contra publicação, e dos pais, auxiliando na conscientização das reais necessidades de consumo de propagandas infantis abusivas.

Essa decisão se deu em virtude de a extensão do conjunto referencial construído em torno de *Combate ao consumismo* não ter sido suficiente para instaurar um subtópico de quarta ordem que contemplasse o papel do Estado ou de pais no enfrentamento ao consumismo.

A partir das observações referentes ao texto T17-2014, promovemos que seu quadro tópico seja estruturado da seguinte maneira:

Quadro 9. Quadro Tópico da redação T17-2014



Fonte: Elaborada pela autora

Esta redação apresenta como eixo central *Publicidade infantil*, o qual passou por quatro níveis de desdobramentos. Da primeira divisão, resultou um subtópico de primeira ordem, identificado por um conjunto referencial que se relaciona à *Influência da mídia*, localizado no segundo nível hierárquico. No desenvolvimento do texto, ele foi aprofundado em dois subtópicos de terceira ordem identificados como *Consumo* e *Alimentação*, localizados no terceiro nível hierárquico. Além disso, correspondem ao alargamento do subtópico ao qual se subordinam em virtude de constituírem dois aspectos específicos para o tratamento da influência da mídia.

No quarto nível hierárquico, notamos o subtópico de terceira ordem *Combate ao consumismo*, resultado do aprofundamento do subtópico *Consumo*. No quinto nível, estão localizados os subtópicos *Papel da mídia* e *Papel da escola*, responsáveis pelo delineamento da proposta de intervenção.

De modo geral, trata-se de um texto bem estruturado e que progride de forma harmônica. Há uma variedade significativa de recursos coesivos como pronomes, palavras de mesmo campo lexical e conectivos que foram usados com propriedade, o que revela domínio dos recursos coesivos na articulação dos subtópicos identificados em T17-2014, que continuam e progridem.

Por esse motivo, afirmamos que a articulação é condição precípua para que as metarregras de continuidade e progressão aconteçam no texto, visto que só é possível

reconhecer a continuidade de um tópico central porque as ideias se articulam. Continuamos analisando a construção da coerência a partir da observação das categorias elencadas nesta pesquisa, em redações da edição de 2015 do Enem.

### **5.2.3 Análise da coerência em redações do Enem 2015**

Prosseguimos com a análise das redações em que avaliamos a construção da coerência por meio do exame da continuidade e da progressão do tópico discursivo, relativas à edição de 2015.

#### **A. Análise da redação T19-2015**

A opressão às mulheres é algo visível na sociedade brasileira, tanto em casos mais leves, como a má distribuição das tarefas ~~domestica~~ domésticas, como em casos mais violentos de estupro e homicídio, por exemplo. Tal situação está presente por diversos motivos, entre eles a objetificação da mulher, a imoralização da população e o consentimento dos mais próximos.

O sexo feminino, há muito tempo, é tido como objeto de desejo para muitos ~~homens~~ homens. Pornografia, prostituição, abuso e assédio sexual; estes são apenas alguns casos observáveis. As mulheres não são vistas como pessoas, são vistas como pedaços de ~~carne~~ carne.

O decaimento moral dos indivíduos é fonte de diversos males. Atitudes como violentar e matar se tornaram banais, o que paulatinamente vai diminuindo a empatia entre as pessoas. Ações negativas não devem ser tratadas com neutralidade.

A violência contra a mulher não é, muitas vezes, remediada ~~peço~~ pelas pessoas mais próximas da vítima como vizinhos, amigos, e até familiares. O medo de uma reação é crescente em situações de violência doméstica, por exemplo. Embora o conflito direto seja desaconselhado, os envolvidos devem procurar ajuda e denunciar. Crimes como esse não podem passar despercebidos.

Ainda persiste, portanto, a violência contra o gênero feminino no Brasil. Para que o cenário atual seja modificado, é preciso uma maior conscientização das pessoas, seguida de uma mudança de atitude. A mídia deve ser acionada para tal, tanto em campanhas educacionais quanto em reportagens e artigos jornalísticos que abordem o assunto.

Dizemos, nesta investigação, que a continuidade em redações do Enem tem como condição essencial a contração, analisada por meio dos traços de concernência e relevância. Essas duas categorias são analisadas à luz de mecanismos coesivos de articulação tópica definidos como processos referenciais e coesão referencial, a partir das quais demonstramos como conjuntos referenciais são construídos em torno de subtópicos e como eles são ampliados ao longo da redação.



Em T19-2015, identificamos ao longo de todo o texto expressões que sinalizam para o tópico central definido como *Motivações para opressão às mulheres*. Dentre elas, destacamos “opressão às mulheres”, “diversos motivos”, “objetificação da mulher”, “imoralização da população”, “consentimento dos mais próximos”, “objeto de desejo”, “decaimento moral dos indivíduos”, “violência contra a mulher”, “medo”, “violência doméstica”, “crimes”, “violência contra o gênero feminino”.

É a observação de tais expressões referenciais distribuídas no decorrer da redação que nos permite identificar um eixo central em torno do qual as ideias se fixam. Na introdução, o candidato reflete sobre a violência contra as mulheres no trecho “*A opressão às mulheres é algo visível na sociedade brasileira, tanto que em casos mais leves, como a má distribuição das tarefas domésticas, como em casos mais violentos de estupro e homicídio, por exemplo*”.

No trecho a seguir, “tal situação está presente por diversos motivos, entre eles a objetificação da mulher, a imoralização da população e o consentimento dos mais próximos”, a anáfora encapsuladora “tal situação” retoma a expressão mais ampla “opressão às mulheres”, assim como a exemplificação de “casos mais leves” e de “casos mais violentos” mencionados e se constitui como uma estratégia para que o tópico continue.

Na sequência, o candidato amplia o conjunto referencial construído para tratar das causas da violência contra a mulher, afirmando que é recorrente no Brasil devido a três principais fatores que constituem três subtópicos identificados como *Objetificação da mulher*, *Imoralização da população* e *Consentimento dos mais próximos*. O conjunto referencial observado em torno de cada um dos subtópicos advém do investimento argumentativo de demonstrar como cada um desses motivos é percebido.

No subtópico *Objetificação da mulher*, o candidato descreve a primeira causa que leva à opressão de mulheres, em que identificamos a construção de um conjunto referencial em que as seguintes expressões ajudam os referentes a evoluírem: “sexo feminino”, “objeto de desejo”, “pornografia”, “prostituição”, “abuso e assédio sexual”, “mulheres”, “pedaços de carne”.

O subtópico *Imoralização da população* é constituído por referentes formalizados por expressões referenciais como “decaimento moral dos indivíduos”, “males”, “violentar e matar”, “pessoas”, “ações negativas”. A nosso ver, as expressões

referenciais destacadas se relacionam mais com o assunto geral “violência” do que propriamente com o tema “violência contra a mulher”. Contudo, estabelecemos a relação entre esses campos com base no caráter sociocognitivo e discursivo da coerência.

A dimensão sociocognitiva e discursiva é percebida pelo esforço *cognitivo* do interlocutor que se apoia nas pistas textuais que se integram aos conhecimentos compartilhados e, por isso, históricos, para colaborar para a construção da coerência. Alcançamos o entendimento de que o decaimento moral dos indivíduos gera a violência de um modo geral e também a violência contra a mulher, com base em um vasto conjunto de conhecimentos compartilhados em relação ao contexto social brasileiro.

Por fim, o subtópico *Consentimento dos mais próximos* é composto por referentes manifestos pelas expressões “violência contra a mulher”, “vizinhos”, “amigos”, “familiares”, “medo”, “reação”, “situações de violência doméstica”, “crimes”, e converge para o eixo central na medida em que se constitui como o terceiro fator apontado como a causa da violência contra a mulher.

Relacionamos o traço de concernência aos subtópicos que figuram como os mais atinentes ao desenvolvimento do tema proposto pela redação do Enem. Desse modo, enfatizamos que a seleção das perspectivas a partir das quais o tema será abordado se relaciona com a defesa do ponto de vista. O autor optou por construir sua argumentação pelos vieses apontados, que, para nós, correspondem à ideia de concernência, o primeiro traço por meio do qual a propriedade de centração se define.

No que diz respeito ao segundo traço definidor da centração, a *relevância*, notamos que os subtópicos são desenvolvidos cada um em um parágrafo diferente, assinalando um novo conjunto de referentes, que passa a ganhar relevância para o desenvolvimento argumentativo do texto.

Convém destacar que o segmento em que o candidato apresenta sua proposta de intervenção corresponde ao subtópico *Conscientização por meio da mídia*, o qual mantém relação com todos os subtópicos anteriores, haja vista que a mídia pode colaborar para uma “conscientização” que promova mudança de atitude de todas as pessoas que tratam a mulher como objeto, que possuem uma decadência moral e que não agem diante de situações de violência contra a mulher.

Em torno deste subtópico, identificamos não a construção de um novo conjunto referencial, mas a retomada e ampliação dos que já haviam sido construídos

nos parágrafos anteriores, tendo em vista que o trecho “violência contra o gênero feminino no Brasil” diz respeito aos três fatores principais que ocasionam agressões contra mulheres.

Portanto, o subtópico *Conscientização por meio da mídia*, formado pelos referentes das expressões “violência contra o gênero feminino”, “conscientização”, “mudança de atitude”, “mídia”, “campanhas educacionais”, retoma o conjunto de subtópicos concernentes ao tópico central, evidenciando que a relevância de cada um deles é a mesma em virtude de haver equilíbrio de relevância no processo de desenvolvimento dos conjuntos referenciais.

Após refletirmos sobre a análise da continuidade do tópico discursivo, cabe-nos discutir sobre a progressão tópica da redação T19-2015. A esse respeito, valemos da propriedade tópica *organicidade*, examinada por meio dos níveis hierárquico e sequencial que são avaliados com o auxílio de duas subcategorias denominadas de *aprofundamento e alargamento*.

Defendemos que a progressão em redações do Enem é conduzida por mecanismos coesivos de articulação tópica que favorecem a análise da organicidade e dizem respeito aos marcadores discursivos, às formulações metadiscursivas e à modalidade de coesão sequencial. Esses articuladores nos auxiliam na avaliação de como se dá o balanceamento da informatividade, que pode contemplar relações intertextuais.

Dito isso, o ponto de partida para a análise da organicidade em virtude de todo o quadro tópico de T19-2015 a ser originado é a definição do TC, identificado como *Motivações para opressão às mulheres* com amparo da propriedade de centração. Após definição do TC, passamos à análise do seu processo de desdobramento pela observação do nível imediatamente inferior a ele, espaço reservado aos subtópicos que ocupam o segundo nível hierárquico, os quais correspondem à *Objetificação da mulher*, *Imoralização da população* e ao *Consentimento dos mais próximos*.

Destacamos que o acréscimo de informações pode constituir subtópicos que ocuparão tanto níveis hierárquicos distintos, pelo alargamento do TC, quanto o mesmo nível hierárquico, pelo aprofundamento do TC. A decisão do espaço cabível a cada um dos subtópicos se ampara na observação do papel que cada segmento exerce na organização global do texto.

Se um conjunto referencial instaurar na redação um enfoque específico da temática abordada, dizemos que se relaciona ao alargamento do TC. Se, por outro lado, comenta um aspecto já introduzido no texto, refere-se ao aprofundamento do TC. Ressaltamos que, no processo de análise, as subcategorias estão mutuamente implicadas em virtude de terem uma origem comum: o acréscimo de informações.

Em T19-2015, por exemplo, os subtópicos identificados se localizam lado a lado no segundo nível hierárquico, em virtude de consistem em enfoques específicos para a existência de opressão às mulheres. Em vista disso, o acréscimo de informações e de referentes não leva, neste caso, ao aprofundamento do TC, mas, sobretudo, a seu alargamento. Essa subcategoria nos auxilia na percepção de como as informações estão dispostas no nível sequencial do texto, visto que diz respeito à seleção da quantidade de subtópicos presentes em cada nível de desdobramento do tópico central.

Relacionamos a quantidade de subtópicos de primeira ordem de um texto ao número de conjuntos referenciais construídos para desenvolvimento da temática. Assim, segundo o candidato, a violência contra a mulher decorre do modo como parece dos homens vê o corpo feminino, do decaimento moral dos indivíduos e da omissão das pessoas próximas às mulheres vítimas de violência.

Na introdução, o candidato reflete sobre a opressão às mulheres e demarca o espaço onde essa situação pode ser verificada, “na sociedade brasileira”. A seguir, exemplifica casos de violência, por meio de uma graduação das agressões de leves a graves, “má distribuição das tarefas domésticas” e “estupro e homicídio”. A especificação de que se vale o candidato é assinalada por meio das expressões “como” e “por exemplo”, com vistas a particularizar o alcance do termo “opressão”, que poderia ser compreendido em termos mais gerais sem essa exemplificação.

O candidato se refere ao trecho em que delimita o termo opressão por meio da expressão anafórica “tal situação”, para afirmar que essa ocorrência está presente *na sociedade brasileira*, em elipse, por diversos motivos, e destaca três principais, que são introduzidos pela expressão “entre eles”.

A respeito do subtópico *Objetificação da mulher*, o candidato demarca uma relação de temporalidade construída para indicar a *persistência* da violência contra a mulher no que concerne ao modo como é vista por muitos homens por meio da expressão “há muito tempo”.

A seguir, procede a uma enumeração formada pelos termos “pornografia, prostituição, abuso e assédio sexual”, os quais são apontados pelo pronome demonstrativo “estes” como “apenas alguns casos observáveis”. Finaliza o subtópico com o trecho “as mulheres não são vistas como pessoas, são vistas como pedaços de carne”, em que estabelece uma relação comparativa entre “pedaços de carne”, expressão compreendida em termos de *objeto*, e mulheres.

Em relação ao subtópico *Imoralização da população*, observamos uma infração à metarregra de progressão, tendo em vista que não houve uma hierarquização satisfatória das informações selecionadas. No primeiro parágrafo, o candidato aponta uma causa efetiva para casos de violência contra a mulher, ao passo que, no segundo parágrafo, o trecho seguinte representa uma espécie motivação para o modo como parcela dos homens veem as mulheres, ou seja, como objeto: “o decaimento moral dos indivíduos é fonte de diversos males. Atitudes como violentar e matar se tornaram banais, o que paulatinamente vai diminuindo a empatia entre as pessoas”. Além disso, também motiva a passividade no comportamento de quem convive com mulheres vítimas de violência. Entretanto, essa relação não é explicitada no texto e, por esse motivo, indicamos que houve falha na metarregra de progressão.

No trecho final desse segmento, “ações negativas não devem ser tratadas com neutralidade”, elabora-se uma proposta de intervenção, ainda que vaga, em virtude de não haver explicitação de que ações negativas seriam essas, nem explicitação das implicações de tais ações não serem tratadas com neutralidade.

No subtópico *Consentimento de pessoas próximas*, notamos um retorno ao eixo central do texto. Entre os enunciados que compõem o segmento ao qual o subtópico corresponde, inferimos uma relação de causalidade, haja vista que a segunda oração busca justificar a primeira: “a violência contra a mulher não é, muitas vezes, remediada pelas pessoas mais próximas da vítima como vizinhos, amigos, e até familiares. O medo de uma reação é crescente em situações de violência doméstica, por exemplo”. Como vemos, o medo é apontado como a causa para que os mais próximos das vítimas não tomem iniciativa de denunciar os agressores.

O subtópico *Conscientização por meio da mídia* corresponde à proposta de intervenção e está localizado no terceiro nível hierárquico. É introduzido pelo elo coesivo sequencial “embora”, que assinala um contraste entre argumentos no trecho

“embora o conflito direto seja desaconselhado, os envolvidos devem procurar ajuda e denunciar”.

No último parágrafo, em que o candidato continua apresentando a proposta de intervenção, há uma relação de temporalidade construída para indicar a *persistência* da violência contra a mulher por meio do elo “ainda”, no trecho “ainda persiste, portanto, a violência contra o gênero feminino no Brasil”. Além disso, explicita uma relação de conclusão ao introduzir um enunciado com valor conclusivo por meio do mecanismo coesivo “portanto”.

Compreendemos que esse subtópico abriga os subtópicos *Objetificação da mulher*, *Imoralização da população* e *Consentimento dos mais próximos*, desenvolvidos no texto. A proposta de intervenção é voltada para a questão da persistência da violência contra a mulher, com proposta de modificação do cenário atual, por meio de ações midiáticas que envolvam campanhas educacionais, reportagens e artigos jornalísticos.

Defendemos que a proposta está articulada ao tema, embora reconheçamos que faltou um maior detalhamento no modo de atuação da mídia, bem como no de outros agentes no combate à violência contra mulheres, o que daria profundidade ao desenvolvimento tópico e tornaria mais eficaz a progressão temática.

Feitas essas considerações acerca da análise da continuidade e da progressão do tópico discursivo, caracterizamos o QT do texto T19-2015 da seguinte maneira:

Quadro 10. Quadro tópico da redação T19-2015



Fonte: Elaborada pela autora

O quadro tópico, em seu primeiro nível hierárquico, é inaugurado pelo TC *Motivações para opressão às mulheres*. No segundo nível hierárquico, resultado do processo de desdobramento do TC, estão três subtópicos de primeira ordem identificados como *Objetificação da mulher*, *Imoralização da população* e *Consentimento dos mais próximos*. Esses subtópicos inauguram o nível sequencial da organicidade tópica por serem coconstituintes e ocuparem paralelamente o mesmo nível hierárquico, indicando que a temática da violência contra a mulher foi abordada sob três perspectivas.

Salientamos a dificuldade de se abordar a temática proposta pelo Enem sob distintas perspectivas, tendo em vista que o candidato pode incidir na fragmentação da abordagem por falta, seja de espaço, de tempo ou mesmo de habilidade para distribuir as informações ao longo do texto.

Observamos exatamente isso nesta investigação: as redações que apresentam um QT com uma ampliada abordagem da temática não são capazes de desenvolver subtópicos que efetivamente explicitem as relações que buscar demonstrar.

A redação T19-2015 apresenta, em seu terceiro nível hierárquico, o subtópico *Conscientização por meio da mídia*, resultado do aprofundamento dos três subtópicos que constituem as causas, segundo o candidato, para a persistência da violência contra mulheres.

A seguir, passamos ao exame da construção da coerência em mais uma redação do Enem da edição de 2015.

#### B. Análise da redação T25-2015

Em 2013, o Senado Federal criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para avaliar o cumprimento da Lei Maria da Penha nos Estados brasileiros. O resultado foi pouco animador. Uma década após a promulgação da Lei, diversas medidas que ela preconiza – como a criação de abrigos para as vítimas de violência – caminhavam de forma precária na maioria dos Estados. Porém, o que ficou ~~viden~~ evidente no relatório final da Comissão é que o traço cultural machista que orienta a conduta dos agressores está presente também nas instituições que deveriam zelar pelo cumprimento da lei.

Um exemplo são os reiterados relatos de que os agentes das delegacias que recebem as vítimas de violência muitas vezes desestimulam a denúncia e chegam ao ponto de insinuar que a vítima deu causa à agressão. Em alguns Estados, a construção de delegacias especializadas, como manda a referida lei, está fora da lista de prioridades. O argumento oferecido é que a mulher não merece tratamento diferenciado das vítimas de outros tipos de violência.

Também no Judiciário, a visão de que a agressão à mulher é fato de menor relevância orienta condutas como a demora na criação de varas especializadas em

violência doméstica. O mais grave, contudo, é o desrespeito a decisões ~~jurisprudenciais~~ jurisprudenciais segundo as quais, a partir da denúncia de um crime de violência doméstica, o Estado dirija ações que façam as instituições envolvidas na aplicação da lei reverem seus valores culturais. Sem isso, as mulheres continuarão sendo vítimas de dupla violência: a primeira, cometida por seus agressores, a segunda, cometida por um Estado que não se esforça para protegê-las.

O exame da continuidade tópica, contemplada no Procedimento de análise I, diz respeito à observação de expressões, na extensão de todo o texto, que estão associadas a um eixo que define a centração. Na redação T25-2015, destacamos a ocorrência de diferentes processos de retomadas anafóricas que estão a serviço da construção do TC.

As expressões “Comissão Parlamentar de Inquérito”<sup>53</sup>, “avaliar”, “cumprimento da Lei Maria da Penha”, “resultados”, “promulgação da Lei”, “relatório final da Comissão”, “cumprimento da lei”, “vítimas de violência”, “violência doméstica”, “desrespeito a decisões jurisprudenciais” e “instituições envolvidas na aplicação da lei”, ajudam a construir as ligações referenciais ao longo do texto e a confirmar o TC, definido como sendo *Avaliação da Lei Maria da Penha*.

Compreendemos que essas retomadas promovem a centração por representarem a ideia mais concernente e relevante para a abordagem da temática proposta. Os traços definidores da centração nos auxiliam a perceber a construção de conjuntos referenciais, de variadas extensões, que se relacionam ao TC por dele serem um desdobramento ao mesmo tempo em que para ele convergem.

A seleção de perspectivas a partir das quais o candidato discute o TC, agencia a construção de conjuntos referenciais que correspondem aos subtópicos. Na redação T25-2015, o TC *Avaliação da Lei Maria da Penha* é abordado sob um ponto de vista, o da *Precariedade na aplicação da Lei*, em torno do qual identificamos as expressões “cumprimento da Lei Maria da Penha”, “diversas medidas”, “a criação de abrigos para as vítimas de violência”, “forma precária”. A partir da constatação dos problemas que a Lei enfrenta, o candidato discute esses desafios sob a perspectiva do *Machismo institucional*, em que observamos a construção de conjunto referencial formado pelas expressões referenciais “traço cultural machista”, “conduta dos agressores”, “instituições”, “cumprimento da lei”.

Na sequência da análise da continuidade do tópico central, notamos a ampliação do conjunto referencial construído para tratar do machismo cultural que se

---

<sup>53</sup> Identificada pelas iniciais CPI.



instalou nas instituições. A extensão se relaciona com a importância do conjunto referencial para a justificação do ponto de vista que se quer defender. Assim, a discussão do subtópico *Machismo institucional* instaura três subtópicos que indicam as consequências dessa situação: *Desestímulo à denúncia*, *Ausência de atendimento especializado* e *Descumprimento da Lei*.

Em torno do primeiro subtópico, *Desestímulo à denúncia*, destacamos as expressões “relatos”, “agentes das delegacias”, “vítimas de violência”, “denúncia”; do segundo subtópico, *Ausência de atendimento especializado*, observamos as expressões “construção de delegacias especializadas”, “fora da lista de prioridades”, “demora”, “criação de varas especializadas em violência doméstica”, e do terceiro, *Descumprimento da Lei*, identificamos as expressões referenciais “desrespeito a decisões jurisprudenciais”, “denúncia”, “crime de violência”, “Estado”, “ações”, “instituições envolvidas na aplicação da lei”.

O conjunto referencial construído em torno do terceiro subtópico é ampliado pelas expressões “mulheres”, “vítimas de dupla violência”, “agressores”, “Estado” e origina o subtópico *Dupla violência contra a mulher*, em que o candidato descreve as consequências do desrespeito à Lei Maria da Penha.

Salientamos que a relevância do subtópico *Precariedade na aplicação da Lei*, concernente ao tópico central, é completa, visto que foi apresentado um conjunto referencial na introdução do texto que se estendeu até a conclusão, indicando o argumento mais contundente para a discussão estabelecida.

A partir deste ponto, passamos a analisar a progressão tópica da redação T25-2014, respeitando o que o Procedimento de análise II de nossa investigação contempla. Partimos para o detalhamento do processo de desdobramento do tópico central em subtópicos a serem distribuídos hierárquica e sequencialmente.

Nesta pesquisa, consideramos que o princípio de informatividade é um dos principais responsáveis pela progressão do tópico discursivo e está intrinsecamente relacionado à orientação argumentativa das redações. Em T25-2015, ao TC identificado como *Avaliação da Lei Maria da Penha* são acrescentadas informações que promovem o desdobramento do TC em um subtópico de primeira ordem identificado como *Precariedade na aplicação da Lei*, que está no segundo nível de hierárquico.

Destacamos que o desdobramento do TC é mais facilmente percebido, em T25-2015, pela observação da subcategoria denominada de *aprofundamento*, pois o TC é desenvolvido sob um único viés.

No subtópico *Precariedade na aplicação da Lei*, o candidato desenvolve a avaliação da Lei Maria da Penha a partir de informações que contextualizam a avaliação por que passou a aplicação da Lei com a criação de uma CPI. O candidato indica marcadores temporais como “em 2013” e “uma década após”, para assinalar a época em que se deu a avaliação. Além de indicar uma relação de exemplificação em “como a criação de abrigos para as vítimas de violência”, em que o candidato especifica a expressão “diversas medidas” previstas pela Lei Maria da Penha.

Na sequência, o candidato acrescenta ideias que promovem o aprofundamento do subtópico *Precariedade na aplicação da Lei*, denominado de *Machismo institucional*, localizado no terceiro nível hierárquico. Encontramos, neste subtópico, um investimento argumentativo para defender que há comportamentos machistas nas instituições que deveriam zelar pela segurança das mulheres. Justificamos nosso posicionamento pelo que observamos desde a introdução do segmento, assinalada pelo marcador coesivo “porém”, que define uma relação de adversidade, evidenciando uma novidade em relação ao subtópico anterior.

Subordinamos esse segmento ao anterior pela afirmação de que foi o “relatório final da Comissão” o responsável por evidenciar que o “traço cultural machista que orienta a conduta dos agressores está presente também nas instituições”.

A seguir, o candidato prossegue com reflexão acerca do machismo institucional pelo acréscimo de informações. Recorremos, neste momento, à subcategoria denominada de *alargamento* para afirmar que a discussão sobre o machismo se dá a partir de uma perspectiva expandida de enfoques. Cada uma delas diz respeito a um subtópico particular que se localiza na linha sequencial do quarto nível hierárquico da redação T25-2015. São eles: *Desestímulo à denúncia*, *Ausência de atendimento especializado* e *Descumprimento da Lei*.

O subtópico *Desestímulo à denúncia* é iniciado pela expressão “um exemplo”, demonstrando coesão referencial entre os segmentos. No subtópico *Ausência de atendimento especializado*, o candidato introduz a realidade da falta de tratamento diferenciado às vítimas, argumentando que isso se deve ao fato de que “em alguns

Estados” e “também no judiciário” muitos julgam que a mulher não merece tratamento especializado.

As expressões em destaque assinalam uma relação de conjunção por ligarem enunciados que contêm ideias que apontam para o mesmo percurso argumentativo, o de salientar que ambos comungam da ideia de que mulheres vítimas de violência não devem receber tratamento especial em delegacias “como manda a referida lei”. Já nesse trecho destacado, observamos uma relação de conformidade entre enunciados.

No subtópico *Descumprimento da Lei*, o candidato avalia que o desrespeito a decisões jurisprudenciais é o problema mais grave. Ele utiliza o marcador “contudo” para asseverar que essa informação deve ser compreendida como mais forte para sua argumentação. Como prova disso, observamos que este foi o único dos três subtópicos selecionados para abordagem do tema do machismo nas instituições que recebeu aprofundamento.

Conforme o candidato, o descumprimento da Lei Maria da Penha marca uma segunda violência contra mulheres que foram vitimadas primeiramente por seus agressores. Essa ideia instaura o subtópico *Dupla violência contra a mulher*, localizado no quinto nível hierárquico.

Esse subtópico corresponde ao segmento “sem isso, as mulheres continuarão sendo vítimas de dupla violência: a primeira, cometida por seus agressores, a segunda, cometida por um Estado que não se esforça para protegê-las”, em cuja introdução observamos a anáfora encapsuladora “isso”, que marca a subordinação deste trecho ao anterior. Além disso, destacamos a presença de marcadores discursivos “a primeira” e “a segunda”, que servem para organizar o texto em uma sucessão de enunciados que se complementam.

Para concluir a análise da progressão do tópico, destacamos que o candidato seleciona as informações em defesa do ponto de vista de que a cultura machista, presente na cultura dos agressores de mulheres, perpassa também as instituições que devem zelar pelo cumprimento da lei Maria da Penha. O percurso argumentativo em favor do ponto de vista que busca defender contou com a distribuição de argumentos ao longo de todo o texto, levando em consideração o propósito comunicativo mencionado.

A nosso ver, em T25-2015, não há proposta de intervenção, visto que o trecho “o Estado dirija ações que façam as instituições envolvidas na aplicação da lei reverem seus valores culturais” constitui a descrição do que seria o desrespeito a

decisões jurisprudenciais. Esse fato compromete uma avaliação satisfatória na Competência V, que avalia exclusivamente a elaboração de proposta de intervenção.

No Enem, a Competência V solicita explicitamente que o participante apresente uma proposta de intervenção que tenha como objetivo oferecer soluções para o problema focalizado, com respeito aos direitos humanos. A fim de atender a essa solicitação, é necessário que o candidato proponha ações práticas em diversos níveis. Desse modo, na Competência V, a redação deve ser avaliada sob dois focos: o respeito aos direitos humanos e a proposta de intervenção social.

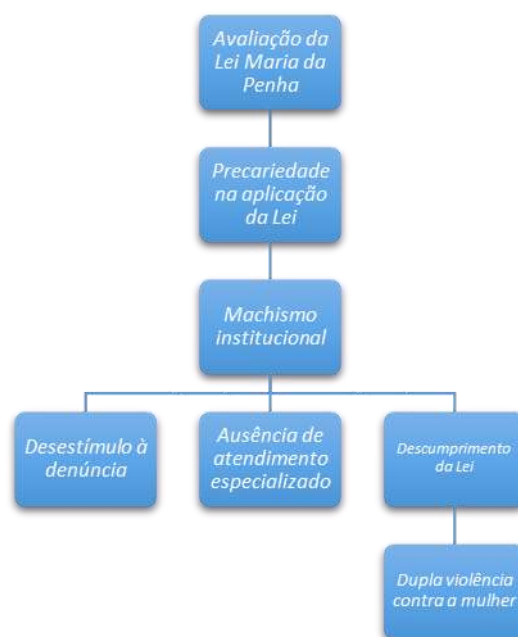
A nota para esta Competência é concedida de acordo com a objetividade, a clareza, a abrangência, a fundamentação, a argumentação e a plausibilidade das ações sugeridas. Em vista disso, propostas vagas, superficiais, pouco abrangentes, confusas, pouco plausíveis e pouco relacionadas ao tema ou ao assunto vão perdendo pontos de acordo com uma escala de qualidades que vai da inexistência de proposta e da proposta vaga, precária ou relacionada apenas ao assunto até uma proposta detalhada, muito bem fundamentada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto pelo participante.

Diante disso, observamos que a proposta de redação do Enem é avaliada de forma integrada, com base nas cinco Competências presentes na Matriz de Referência para Redação. Não é eficiente apresentar um repertório sociocultural produtivo, boa escrita, e deixar de atender à solicitação de uma proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. De modo igual, essa observação se aplica às demais Competências.

Além disso, ressaltamos que, na Competência V, a avaliação recai especialmente sobre a sujeição da proposta de intervenção ao tema e à discussão desenvolvida no texto, visto que a proposta elaborada deve apresentar soluções para o problema abordado na redação, e não para problemas alheios ao tema ou à discussão desenvolvida. Assim, para atender plenamente às exigências da Competência V, o candidato necessariamente precisa observar o conteúdo do nível 5 dessa Competência: “Elabora muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto”.

Em vista do que discutimos a respeito do texto T05-2013, propomos que sua organização tópica seja considerada como demonstramos a seguir:

Quadro 11. Quadro tópico da redação T25-2015



Fonte: Elaborada pela autora

Esta redação apresenta como TC *Avaliação da Lei Maria da Penha*, o qual passou por quatro níveis de desdobramentos, avaliados a partir da observação da categoria denominada de organicidade. A temática sobre a avaliação da Lei foi abordada sob o ponto de vista da *Precariedade na aplicação da Lei*, presente no segundo nível hierárquico, passou por aprofundamento e instaurou o subtópico *Machismo institucional*, terceiro nível hierárquico.

O subtópico *Precariedade na aplicação da Lei* serviu para contextualizar os resultados pouco eficientes que a Lei Maria da Penha apresenta após uma década de sua promulgação, sendo que o subtópico *Machismo institucional* foi assinalado como a principal evidência dos maus resultados.

Em vista disso, observamos que *Machismo institucional* passa por aprofundamento, e instaura, no quarto nível hierárquico, os subtópicos *Desestímulo à denúncia*, *Ausência de atendimento especializado* e *Descumprimento da Lei*, que correspondem ao alargamento do subtópico ao qual se subordinam. O quinto e último nível hierárquico da redação T25-2015 resulta do aprofundamento do subtópico *Descumprimento da Lei* e foi definido como *Dupla violência contra a mulher*.

Damos continuidade, em mais um texto da edição do Enem 2015, à análise da continuidade e da progressão do tópico, que nos auxiliam na avaliação de como a coerência se constrói.

### C. Análise da redação T27-2015

A mulher brasileira é encarada por parte da sociedade como submissa ao ~~hom~~ homem. A posição empregada à mulher pela parcela machista dos brasileiros gera inúmeros casos de violência contra a mulher, problema persistente no Brasil. O descaso das autoridades e a visão defendida das mulheres pela mídia reforçam esse quadro problemático no país.

A sociedade brasileira, apesar de ~~extremamente~~ ~~dir~~ ser extremamente diversificada, trata a mulher como objeto. A maioria das propagandas de bebidas alcoólicas no país retratam mulheres em trajes de banho mínimos, além de ~~expô-las~~ ~~as~~ expor como prêmios para os homens consumidores de álcool, propagando essa dinâmica de objetificação da mulher no Brasil, ao passo em que a diversidade cultural é exaltada na mídia.

Ao se objetificar uma pessoa, cria-se uma rotina interpessoal de dono a servo, semelhante à escravidão. Essa rotina existe no Brasil como violência contra a mulher, ~~A sociedade emprega juízo de valor~~ mostrando que parte da sociedade herdou valores patriarcais de épocas passadas e os emprega atualmente. A educação familiar pode não ser suficiente para reverter esse quadro quando o exemplo dado às crianças é o de um pai que agride a mãe, assim como um senhor de engenho chicoteava seus escravos, isentos de culpa e punição.

As emissoras brasileiras de televisão, grandes formadoras de opinião e cultura do Brasil, apresentam dificuldade para desassociar a figura feminina de valores conservadores. As novelas de grande audiência apresentam personagens femininas em cargos considerados inferiores por parte da sociedade, ou em posições submissas a homens, como secretárias de executivos ricos, representações que causam preconceito e machismo na sociedade, pois não há preocupação suficiente de órgãos governamentais com a personificação da mulher na mídia ~~e seus~~, quadro que praticamente reitera a violência contra ela.

As escolas brasileiras devem, em associação com o governo, promover um modelo de educação no qual haja a ~~desassociação~~ conscientização das crianças em relação à igualdade de gêneros na sociedade, desassociando cores, brinquedos e cargos de gênero. A mídia deve ser submetida à agências reguladoras de conteúdo, a fim de não retratar a violência contra a mulher como algo rotineiro, difundindo com estas mudanças, valores positivos. A mudança mais relevante no Brasil deve ser a do Estado, o qual necessita de impor penas mais duras ~~aos~~ quem agride mulheres e efetuar fiscalizações nacionais e de crime.

No âmbito da análise da continuidade do TC, procedimento descrito no primeiro passo analítico, buscamos, amparados no fenômeno da referenciação definir a centração dos textos, compreendida como o eixo em torno do qual as ideias se organizam. A referenciação permite a observação de expressões referenciais que determinam a direção para a qual se encaminha o texto e, para nós, constitui-se como o principal responsável por evidenciar o que é central em redações do Enem.

Em vista disso, observamos expressões referenciais ao longo de toda a extensão do texto, tais como “mulher brasileira”, “submissa”, “visão defendida das

mulheres pela mídia”, “propagandas de bebidas alcoólicas”, “mulheres em trajes de banho mínimos”, “objetificação da mulher”, “emissoras brasileiras de televisão”, “novelas de grande audiência”, “personagens femininas”, “cargos considerados inferiores”, “posições submissas”, “mulher na mídia”, “agências reguladoras de conteúdo”, “violência contra a mulher”, que entrelaçam os referentes em rede e nos levam a depreender *Representação da mulher pela mídia* como TC deste texto.

Refletimos sobre o verbo “selecionar”, primeiro a ser citado no detalhamento da Competência III da Matriz de Referência para a Redação do Enem “Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista”. É um verbo que diz respeito à diversidade de informações, que abarca não só o fato de estas serem, ou não, numerosas, mas também se elas são selecionadas a partir de diferentes áreas do conhecimento.

Avalia-se, com esse aspecto da Competência III, se o candidato é dotado de um repertório variado de informações. Para o Enem, é a habilidade de selecionar que permite observar se os argumentos da redação já foram apresentados nos textos motivadores ou se fazem parte de um repertório autoral.

As redações cuja seleção de argumentos relacionados ao tema extrapole os textos motivadores e bem observe os outros verbos avaliados nessa Competência, por meio do grau de organização e da relação estabelecida entre as informações recebe avaliação satisfatória. Não basta o candidato reproduzir as informações e os argumentos já apresentados nos textos motivadores, uma vez que não ultrapassará os níveis mais baixos nesta Competência.

Temos demonstrado, em nossas análises, que a “seleção de argumentos” mencionada na Competência III se relaciona ao traço de concernência, em razão de o desenvolvimento do tema da redação partir, necessariamente, da seleção de subtópicos que devem figurar como mais “concernentes” na elaboração da redação do Enem.

Na introdução da redação T27-2015, o candidato aborda a temática proposta pelo Enem, apontando o machismo como o fator determinante para casos de violência contra a mulher que, a seu ver, persistem devido a dois fatores, ao descaso das autoridades e ao modo como a mídia apresenta a figura feminina.

Dentre as ideias expressas, a representação da mulher pela mídia perpassa toda a extensão do texto, observados pela seleção de dois subtópicos, *Objetificação feminina* e *Inferiorização feminina*, para abordar a temática, ao passo que “o descaso

das autoridades” não se desenvolve, é apenas retomado timidamente na abordagem do segundo subtópico efetivamente desenvolvido.

Em vista disso, apontamos falha na metarregra de continuidade em virtude de o candidato lançar ideias na introdução que supostamente mantêm o mesmo *status* no desenvolvimento da redação, entretanto essa expectativa não se confirma. O fato de o candidato ter atribuído maior relevância à visão da mulher defendida pela mídia, ideia plenamente desenvolvida, enquanto que o descaso de autoridades competentes foi apenas comentado, demonstra falta de planejamento da escrita que afeta também a progressão do tópico discursivo.

O candidato julgou como mais relevante para defesa do seu ponto de vista, de que o machismo gera violência, a abordagem da mulher defendida pela mídia. Assim, observamos a construção de um conjunto referencial em torno dos subtópicos pré-selecionados pelo candidato.

Em torno de *Objetificação feminina*, destacamos as expressões “mulher”, “objeto”, “propagandas de bebidas alcoólicas”, “mulheres”, “prêmios para os homens”, “objetificação da mulher”. Esse subtópico é marcado, no início e no final, pela questão da diversidade cultural, que, apesar de estar presente na sociedade brasileira e ser exaltada pela mídia, não impede que a mulher seja tratada como objeto.

Para nós, esse fragmento se apresenta falha na continuidade do tópico, haja vista que não é imediata a compreensão de que há um descompasso entre a aceitação da diversidade cultural e o respeito às mulheres. Na verdade, realizamos um esforço para articular os fatos selecionados para abordagem do tema que extrapola o que efetivamente o texto apresenta. Claramente, essa falha na continuidade repercute na progressão em virtude da ausência de mecanismos coesivos de articulação que poderiam sanar esse problema.

Na sequência, o candidato amplia esse conjunto referencial para tratar das implicações de se objetificar a mulher e instaura o subtópico identificado como *Consequências da objetificação*, por meio dos referentes de objetificação de uma pessoa”, “dono”, “servo”, “escravidão”, “violência contra a mulher”, “valores patriarcais”, por meio dos quais afirma que parte da sociedade brasileira adota, hoje em dia, em relação às mulheres, o mesmo comportamento que senhores de engenho adotavam em relação aos escravos, o de tratá-los como objetos e não como pessoas.



O segundo subtópico, *Inferiorização feminina*, é constituído pelos referentes confirmados pelas expressões “emissoras brasileiras de televisão”, “valores conservadores”, “novelas de grande audiência”, “personagens femininas”, “cargos considerados inferiores”, “posições submissas”, “mulher na mídia”, em que o candidato reflete sobre a inferioridade da mulher em relação ao homem na mídia, especialmente na atribuição de papéis de menor importância às mulheres em novelas.

No trecho final desse segmento, o candidato comenta uma ideia lançada no início do texto sobre o descaso das autoridades, afirmando que “não há preocupação suficiente de órgãos governamentais com a personificação da mulher na mídia, quadro que praticamente reitera a violência contra ela”. Notamos que a extensão desse conjunto referencial está em desequilíbrio com o criado para tratar da visão da mídia a respeito das mulheres. Isso se dá em função do subtópico mais concernente para o desenvolvimento de uma temática. Entretanto, reforça a descontinuidade identificada.

Em nossas reflexões sobre a categoria *centração* no gênero específico com que trabalhamos aqui, defendemos a existência de apenas uma centração geral em todas as redações do Enem, a partir da qual são selecionados subtópicos tendo em vista o traço de concernência, os quais são desenvolvidos com base no traço de relevância.

Desse modo, no momento em que há substituições de conjuntos referenciais ao longo do desenvolvimento, estamos diante do processo de desdobramento do tópico central, no âmbito de uma continuidade tópica, que instaura apenas subtópicos, e não nova centração, como pode ocorrer com outros gêneros mais extensos.

Na sequência da análise da continuidade tópica da redação T27-2015, observamos, no parágrafo de conclusão, que o candidato apresenta a proposta de intervenção no subtópico *Ações de combate à violência contra a mulher*, em que aponta o *Papel da escola*, o *Papel da mídia* e o *Papel do Estado* na busca por mudanças no cenário descrito.

O subtópico *Papel da escola* é formado pelos referentes manifestos pelas expressões “escolas”, “educação”, “conscientização”, “igualdade de gêneros”; o subtópico *Papel da mídia* é assinalado pelas expressões referenciais “mídia”, “mudanças”, “violência contra a mulher”, “valores positivos” e o subtópico identificado como *Papel do Estado* apresenta, em sua constituição, os referentes de “mudança mais relevante”, “Estado”, “penas mais duras”, “fiscalizações”.

Até aqui, esforçamo-nos para demonstrar como é possível reconhecer a continuidade tópica em T27-2015. De agora em diante, nosso esforço se volta para a configuração da progressão tópica, analisada com auxílio da segunda propriedade do tópico discursivo, a organicidade.

Temos como foco aqui promover uma articulação entre as categorias *progressão* e *organicidade*, em razão de compreendermos que uma organização hierárquica adequada dos subtópicos, a partir da qual se observa a articulação das informações e dos argumentos, é responsável por revelar a progressão tópica de um texto.

Ao final desta etapa analítica, a qual é atravessada pela anterior, propomos um QT em que visualizamos a organização tópica desta redação. Para isso, buscamos demonstrar as relações de interdependência de superordenação e de subordenação dos subtópicos ao longo do texto, a partir da observação do modo como se dá o desdobramento do TC.

Considerado como ponto de partida para a análise da propriedade *organicidade*, o TC de T27-2015 foi definido como *Representação da mulher pela mídia*, pelo fato de haver na extensão de todo o texto elementos de recorrência escrita que apontam para esse eixo.

No parágrafo de introdução, o candidato faz afirmações que direcionam o interlocutor para o que será apresentado nos parágrafos seguintes. Assinala que “a mulher brasileira é encarada por parte da sociedade como submissa ao homem”, denotando que não é a totalidade dos brasileiros que a consideram subjugada, mas “parte da sociedade”.

Na sequência, o candidato especifica que se refere à “parcela machista dos brasileiros” no trecho “a posição empregada à mulher pela parcela machista dos brasileiros gera inúmeros casos de violência contra a mulher, problema persistente no Brasil”, enquadrando totalmente sua discussão no tema da Persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira.

Além disso, no trecho final do segmento, acrescenta dois agravantes para “esse quadro problemático no país”, expressão que retoma e recategoriza o cenário de violência contra a mulher brasileira mencionado na porção de texto anterior: “o descaso das autoridades e a visão defendida das mulheres pela mídia”.

As ideias de “submissão” e “machismo” estão presentes em toda a argumentação do candidato na abordagem da “visão defendida das mulheres pela mídia”, eixo em torno do qual o texto se fixa. O “descaso das autoridades”, por sua vez, não recebe investimento suficiente para que continue ou progrida nesta redação, conforme demonstramos a seguir.

No segundo parágrafo, o acréscimo de informações instaura o subtópico *Objetificação feminina*, que se localiza no segundo nível hierárquico do QT de T27-2015. Esse subtópico apresenta, em sua introdução, um problema pontual na relação entre as informações. No trecho, “a sociedade brasileira, apesar de ser extremamente diversificada, trata a mulher como objeto”, o candidato declara que a característica da sociedade brasileira, a de possuir diversidade, não impede que a mulher seja tratada como objeto, contudo a falta de articulação entre as ideias não explicita o que de fato o candidato almeja dizer, fato que caracteriza infração à metarregra de progressão.

Na continuação desse parágrafo, efetivamente a questão da representação da mulher pela mídia passa a ser desenvolvida, quando o candidato especifica que “a maioria das propagandas de bebidas alcoólicas no país retratam mulheres em trajes de banho mínimos, além de as expor como prêmios para os homens consumidores de álcool”.

Observamos, neste trecho, que os referentes de “submissão” e “machismo” perpassam a mídia no modo como expõe as mulheres, “em trajes mínimos”, e com a imputação do valor de “prêmios para os homens”, porção textual introduzida pelo elo sequencial “além de”, que indica conjunção de ideias que apontam para uma mesma direção argumentativa, a de reforço da “dinâmica de objetificação da mulher no Brasil”.

No final deste subtópico, mais uma vez percebemos que o candidato incorre em falha na progressão, ao insistir na ideia da diversidade na passagem “ao passo em que a diversidade cultural é exaltada na mídia”. Inferimos que o intuito do candidato é defender que a mídia não é coerente com o que defende ao valorizar a diversidade cultural e desvalorizar a mulher, mas essa interpretação não é explicitada no texto.

Na observação do processo de desdobramento do TC, observamos que, no terceiro parágrafo, o candidato acrescenta informações ao conteúdo que já vinha sendo desenvolvido no subtópico *Objetificação feminina*, ao instaurar o subtópico *Consequências da objetificação da mulher*, que colabora para o aprofundamento do subtópico anterior e passa a ocupar o terceiro nível hierárquico do QT.

Na introdução deste subtópico, o candidato marca uma relação de temporalidade no trecho “ao se objetificar uma pessoa”, responsável por sinalizar que o enunciado a ser introduzido, indicando as consequências do tratamento conferido à mulher como objeto, é posterior ao fato descrito no anterior, que descreve o modo como isso é percebido.

Esclarecemos que a interpretação de que as informações que compõem este subtópico indicam consequências se ampara na dimensão sociocognitiva da coerência, visto que o candidato não expressa que tem como intenção discuti-las, mas a captamos por meio de esforços cognitivos com base nas indicações deixadas na superfície do texto, dentre elas destacamos a comparação entre mulher e escravo.

A estratégia de comparação é utilizada para apontar as consequências de tratar a mulher como objeto. No trecho, “ao se objetificar uma pessoa, cria-se uma rotina interpessoal de dono a servo, semelhante à escravidão”; o candidato estabelece uma relação entre um termo comparante, “mulher”, e um termo comparado, “escravo”. E continua seu raciocínio afirmando que “essa rotina existe no Brasil como violência contra a mulher, mostrando que parte da sociedade herdou valores patriarcais de épocas passadas e os emprega atualmente”. O termo “como” estabelece a relação comparativa entre as ideias, tendo em vista defender que a mulher, rotineiramente, é escravizada por ser considerada uma posse, um prêmio, um objeto.

Ainda com o propósito de apresentar as *Consequências da objetificação da mulher*, o candidato prossegue sua reflexão afirmando que formação familiar é ineficiente para reverter “esse quadro”, expressão que encapsula a rotina de violência contra a mulher expressa no enunciado anterior, diante do argumento de que o “exemplo dado às crianças é o de um pai que agride a mãe, assim como um senhor de engenho chicoteava seus escravos, isentos de culpa e punição”, trecho em que mais uma vez recorre à comparação por meio do articulador “como”.

Além disso, identificamos neste subtópico a possível origem para comportamentos de desvalorização da mulher, haja vista que o candidato os descreve desde o momento de formação de crianças que convivem com a rotina de violência no interior de suas casas entre seus pais.

Passamos à análise da progressão, ressaltando que o quarto parágrafo corresponde ao subtópico *Inferiorização feminina*, subordinado ao TC e localizado, portanto, no segundo nível hierárquico. Nele, o candidato exemplifica que as emissoras

de televisão, por meio de suas novelas de grande audiência, “apresentam personagens femininas em cargos considerados inferiores por parte da sociedade, ou em posições submissas a homens, como secretárias de executivos ricos, representações que causam preconceito e machismo na sociedade.

Mais uma vez nos deparamos, neste subtópico, com a ideia de “submissão” e “machismo”, na abordagem do tema sob a perspectiva da inferiorização da mulher na mídia. A exemplificação dos cargos inferiores e de posições submissas a homens no trecho “como secretárias de executivos ricos” é marcada por meio do mecanismo coesivo “como”. Segundo o candidato, essas são “representações que causam preconceito e machismo na sociedade”.

Identificamos, neste ponto, uma infração à metarregra de não contradição em virtude de o candidato apresentar o machismo como causa da violência contra a mulher no trecho “a posição empregada à mulher pela parcela machista dos brasileiros gera inúmeros casos de violência”, enquanto que no subtópico *Inferiorização feminina* são as “representações – inferiorizadas – que causam preconceito e machismo na sociedade”.

No trecho final deste subtópico, o candidato retoma “o descaso das autoridades”, mencionado no parágrafo introdutório, afirmando que o fato de a mulher ser retratada com inferioridade pela mídia se deve à ausência de “preocupação suficiente de órgãos governamentais com a personificação da mulher na mídia”.

Convém destacar que “personificação” se opõe a “objetificação”, assim, seria mais adequado para o percurso argumentativo empreendido pelo candidato ter citado essa informação no subtópico em que trata da *Objetificação feminina* e não no subtópico em que aborda a *Inferiorização feminina*.

Por fim, no último parágrafo da redação T27-2015, em que o candidato apresenta sua proposta de intervenção, identificamos o subtópico *Ações de combate à violência*. Defendemos que esse subtópico mantém relação com os dois anteriores, na medida em que apresenta sugestões detalhadas de combate à objetificação e inferiorização da mulher e, por esse motivo, localiza-se no quarto nível hierárquico.

Este subtópico se desenvolve por meio do detalhamento das ações cabíveis à escola, à mídia e ao Estado, que instauram os subtópicos coconstituintes *Papel da escola*, *Papel da mídia* e *Papel do Estado*, localizados no quinto nível hierárquico, lado

a lado na linha sequencial por corresponderem ao alargamento do subtópico ao qual se subordinam.

O *Papel da escola*, segundo o candidato, é o de oferecer uma educação pautada na “conscientização das crianças em relação à igualdade de gêneros na sociedade”. Na estruturação interna desse subtópico, identificamos a presença de uma formulação textual “em relação a”, responsável por introduzir o foco das ações da escola, a igualdade de gêneros.

No subtópico *Papel da mídia*, o candidato defende que ela seja controlada por “agências reguladoras de conteúdo, a fim de não retratar a violência contra a mulher”. Neste segmento, há uma relação de finalidade expressa pelo articulador “a fim de”, responsável por apresentar um enunciado que explicita o meio, a submissão de conteúdos midiáticos a agências reguladoras, para atingir o propósito, a não veiculação pela mídia da “violência contra a mulher como algo rotineiro, difundindo com estas mudanças, valores positivos”.

Na descrição dos papéis de cada entidade, as ações cabíveis ao Estado, expostas no subtópico *Papel do Estado*, “impor penas mais duras a quem agride mulheres e efetuar fiscalizações nacionais e de crimes contra a mulher”, são apontadas pelo candidato como as mais relevantes pelo candidato, subtópico introduzido pelo segmento “a mudança mais relevante”.

Tendo em vista a análise empreendida a respeito da continuidade e progressão tópica desta redação, propomos a seguinte configuração para o QT do texto T27-2014.

Quadro 12. Quadro tópico da redação T27-2015<sup>54</sup>



Fonte: Elaborada pela autora

A redação apresenta como TC *Representação da mulher pela mídia*, o qual passou por quatro níveis de desdobramentos, avaliados a partir da observação da categoria denominada de organicidade. O tema da redação do Enem 2015, “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”, foi abordada sob dois aspectos específicos, o da *Objetificação feminina* e o da *Inferiorização feminina*, que correspondem ao alargamento do tópico central em dois subtópicos de primeira ordem, por resultarem do primeiro desdobramento do TC.

Dessas duas perspectivas, apenas o subtópico definido como *Objetificação feminina* passou por aprofundamento, dando origem ao subtópico de segunda ordem *Consequências da objetificação da mulher*, que configura o subtópico ao qual se subordina como mais relevante para o desenvolvimento do texto, dada a sua extensão.

No quarto nível hierárquico, localiza-se o subtópico de terceira ordem *Ações de combate à violência*, em que o candidato detalha o *Papel da escola*, *Papel da mídia* e *Papel do Estado*, subtópicos de quarta ordem, que, por sua vez, localizam-se no quinto nível hierárquico.

Com as considerações sobre a redação T27-2015, finalizamos a análise da coerência em redações do Enem, edições de 2013, 2014 e 2015. Esperamos ter redimensionado este conceito, que é caro à Linguística Textual, ao relacionar

metarregras de coerência às propriedades do tópico, mas sem perder de foco o contexto situacional e amplo da realização desse gênero, que foi considerado a partir dos fatores de textualidade largamente conhecidos.

Nas considerações finais, que seguem, retomamos o caminho percorrido até aqui, apresentando constatações sobre as articulações teóricas que propomos e sobre as conclusões resultantes da análise empírica das redações, além sinalizar as questões teóricas que podem ser redimensionadas a partir deste trabalho.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, tivemos como objetivo redimensionar os fatores que definem a coerência, tendo em vista aspectos pragmático-discursivos e semânticos das noções de tópico discursivo e de estratégias de articulação tópica, a partir da análise de redações do Enem. Para alcançá-lo, constituímos um percurso que priorizou a retomada do conceito de coerência, presente nos estudos de diversos autores, tais como van Dijk (1977) e sua perspectiva cognitivista de coerência; Charolles (1978) e sua proposta das metarregras de coerência, que foi retomada por Costa Val; Beaugrande e Dressler (1981), assim como Beaugrande (1991), e sua compreensão de coerência como continuidade de sentidos; Marcuschi (2006) e sua concepção mais ampla para o fenômeno da coerência, que não se estabelece apenas na relação pertinente imediata entre enunciados; Koch e Travaglia (2008) e sua análise do fenômeno da coerência como um princípio de interpretabilidade textual; e a de Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), que defendem uma visão sociocognitivo-discursiva da coerência.

Dentre as concepções revisitadas, destacamos a proposta de Beaugrande e Dressler (1981) e situamos os sete fatores de textualidade em uma perspectiva sociocognitivo-discursiva com que lida a Linguística Textual do Brasil. Deste modo, concebemos a coerência redefinida como a própria razão de ser de um texto e tomamos os fatores de textualidade denominados de coesão, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade, todos redimensionados, como subservientes a ela.

Relacionamos os fatores intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade às condições de produção e de recepção das redações do Enem – *corpus* selecionado para emprendermos nossas análises, uma vez que não figuram diretamente como critérios de avaliação, mas apenas indiretamente condicionando a própria reconstrução da coerência. Defendemos que os fatores definidos como informatividade e intertextualidade são fundamentais para análise da coerência, especificamente com relação à progressão de um tema, ou tópico central de um texto.

Demos destaque também à proposta das metarregras de coerência – continuidade, progressão, articulação e não contradição –, na medida em que constituem os parâmetros que avaliam as redações do Enem.

A reorganização dos “papéis” das metarregras na avaliação da coerência figurou como uma questão teórica importante, uma vez que as metarregras de coerência nomeadas de continuidade e de progressão temática não são critérios que apenas se relacionam à coerência, mas, articuladas por estratégias coesivas, constituem a própria coerência. Concebemos a metarregra de coesão nomeada de articulação como o fator de articulação das ideias para a construção da coerência e alçamos a metarregra de não contradição a um *status* diferente em relação às outras três, tendo em vista que, ao lidar com subentendidos e com representações de mundo, a não contradição perpassa todas as metarregras de coerência.

Na revisão da literatura, aceitamos a caracterização do caráter sociocognitivo de coerência presente no trabalho de Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014, p. 23), tomada como uma “construção sociocognitiva, manifestada na interação e dependente do contexto”, mas avançamos por acrescentarmos a essa concepção, uma visão também discursiva desta unidade de sentido, que contempla todas as imbricações contextuais de uma noção de enunciação em sentido amplo.

Avançamos também no ponto seguinte de nosso percurso teórico, aos incluirmos uma nova caracterização das propriedades do tópico discursivo – centração e organicidade – categoria analítica proposta por Jubran *et al.* (1992). Fomos motivados pela necessidade de apreender como as características destacadas dessas duas propriedades se efetivam na articulação dos sub(tópicos) em redações do Enem.

Assim, redefinimos o conceito de centração como eixo em torno do qual tudo no texto deve convergir. O primeiro traço caracterizador da centração – concernência – foi redefinido como a construção de conjunto referencial que converge para o eixo central do texto, ao mesmo tempo em que é um desdobramento dele; dá-se nisso uma relação de interdependência. O segundo traço caracterizador da centração – relevância – foi redefinido como o destaque dado ao conjunto referencial em decorrência de sua importância para a discussão engendrada pelo candidato.

O conceito de organicidade, segunda propriedade tópica, foi redefinido como a relação de interdependência de superordenação e de subordenação dos (sub)tópicos ao longo do texto. Para uma exposição mais adequada da distribuição dos subtópicos nos níveis sequencial e hierárquico, propusemos duas subcategorias denominadas de *alargamento* e de *aprofundamento*. Defendemos a noção de *alargamento* nos auxilia no momento em que a abordagem do tema é realizada a partir

de uma perspectiva expandida de enfoques, e que a noção de aprofundamento nos auxilia quando a abordagem do tema é realizada a partir de um desdobramento mais vertical do enfoque.

A rediscussão das propriedades do tópico discurso motivou a relação que vislumbramos entre os mecanismos de articulação tópica propostos por Pinheiro (2003) às duas modalidades de coesão sequencial e referencial presentes em Koch (1991), por compreendermos que essas duas propostas, por nós designadas de *mecanismos coesivos de articulação tópica*, atuam na articulação entre tópicos e subtópicos no processo interpretativo da coerência.

O entrecruzamento das metarregras de coerência com as propriedades tópicas se configura como o avanço mais significativo que trazemos aos estudos da coerência e ao ensino de redação, tendo em vista que, no âmbito da Linguística Textual, as metarregras de coerência e a descrição do tópico discursivo e seus mecanismos de articulação sempre foram tratados isoladamente. Assim, estabelecemos as relações teóricas privilegiando as metarregras de Charolles, que foram relacionadas com as propriedades do tópico discursivo, mediadas pelo que denominamos mecanismos coesivos de articulação tópica.

Inicialmente, relacionamos a metarregra de *continuidade*, tomada como condição indispensável para que a coerência textual se estabeleça, uma vez que diz respeito à presença de uma unidade no decorrer de um texto, com a propriedade de *centração*, condição essencial para a delimitação do tópico central. E, em seguida, relacionamos a metarregra de *progressão*, concebida como uma contribuição semântica constantemente renovada ao longo do desenvolvimento de um texto, com a propriedade de *organicidade*, definida pelas relações de superordenação e de subordinação do tópico e de subtópicos implicadas na organização tópica de um texto.

Após apontar como concebemos a relação entre as propostas teóricas, partimos para a análise das redações, de tal modo a reforçar as aproximações sugeridas e dar destaque a alguns princípios que só podem ser efetivamente tratados a partir dos dados, como, por exemplo, a descrição da natureza sociocognitivo-discursiva da coerência.

Selecionamos três redações de cada edição do Enem como amostra, em que procuramos demonstrar que a relação entre continuidade e centração é tributária da referenciação, principal responsável por evidenciar o eixo central de um texto e por

determinar sua continuidade, por meio da *coesão referencial* e dos *processos referenciais*, e que a progressão e a organicidade são evidenciadas por meio da observação da *coesão sequencial*, relativa às relações lógico-semânticas e às ligações entre unidades textuais maiores que as proposições, podem ser explicitadas ou não por conectivos, por *formulações metadiscursivas* e por *marcadores discursivos*.

Assim, comprovamos nossas hipóteses gerais que pressupunham que a análise da coerência no gênero redação do Enem deve ser avaliada em sentido amplo, isto é, em articulação com a noção de coesão e de tópico discursivo, ponderando aspectos pragmático-discursivos envolvidos nas práticas discursivas do gênero redação do Enem; e que não se deve conceber uma noção de coerência circunscrita às conexões internas, por isso, os critérios semântico-pragmáticos de continuidade e progressão do tópico e os critérios coesivos de articulação tópica devem estar imbricados às condições de produção e de recepção de um texto.

Todo o investimento teórico e analítico que esta investigação encerra se constitui como espaço para desdobramento de pesquisas futuras, em que se investiguem os entrecruzamentos aqui propostos em outros gêneros, por exemplo; vislumbramos a relação que se pode estabelecer entre as propriedades do tópico discursivo e orientação argumentativa de um texto; relação entre intertextualidade, informatividade e progressão tópica no desenvolvimento da argumentação; relação entre argumentação, tópico/ organização tópica e paragrafação [cognitivamente concebida].

## REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. **Linguistique textuelle**: des genres de discours aux textes. 1. ed. Paris: Nathan, 1992. 208 p.

ADAM, J. M. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 376 p.

ALENCAR, E. N. **O tópico discursivo nas dissertações de alunos do ensino médio**. 2009. 118 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2006.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 230 p.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEAUGRANDE, R. **New foundations for a science of text and discourse**: cognition, communication, and the freedom of access to knowledge and society. 1. ed. Norwood, New Jersey: Ablex, 1997. 670 p.

BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. **Introduction to text linguistics**. 1. ed. London: Longman, 1981. 286 p.

BENTES, A.C.; RIO, V. Razão e rima: reflexões em torno da organização tópica de um rap paulista. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v.48, n. 1, fev. 2006. p. 115 - 124.

BROWN, G.; YULE, G. **Discourse analysis**. Cambridge: Cambridge University, 1983.

CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.

CAVALCANTE *et al.* Tópico discursivo e transversalidade de temas no ensino de língua portuguesa. *In*: MARQUESI, S. C; PAULIUKONIS, A. L.; ELIAS, V. M. (Org.). **Linguística Textual e Ensino**. São Paulo: Contexto, 2017.

CHAROLLES, M. Introdução aos problemas da coerência dos textos. Tradução Paulo Otoni. *In*: GALVES, C.; ORLANDI, E. P.; OTONI, P. (Org.). **O texto: escrita e leitura**. Campinas: Pontes, 1978, p. 39-85.

COSTA VAL, M. da G. **Redação e textualidade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 133 p.

CUSTÓDIO FILHO; V.; CAVALCANTE, M. M. Revisitando o estatuto do texto.

**Revista do Gelne**, Fortaleza, v. 12, n. 2, 2010. p. 56-71.

BRASIL. Ministério da Educação. **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)**, 2013.

Disponível em:

<[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/provas/2013/caderno\\_enem2013\\_dom\\_amarelo.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2013/caderno_enem2013_dom_amarelo.pdf)>. Acessado em: 25 de abr. 2017.

FÁVERO, L. L., ANDRADE, M. L. C.V., AQUINO, Zilda G. O. **Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna**. 4. ed. . São Paulo : Cortez, 2003. 128 p.

GALEMBECK, P. de T. Marcas da subjetividade e intersubjetividade em textos conversacionais. In: PRETI, D. (Org.). **Interação na fala e na escrita**. 1. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1993.

GARANTIZADO JÚNIOR, J. O. S. **Preliminares para a definição da coerência/coesão**. 2011. 191 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2011.

GARANTIZADO JÚNIOR, J. O. S. **Estudo da argumentação sob uma perspectiva textual e retórica**. 2015. 292 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2015.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Cohesion in English**. 1. ed. London: Longman, 1976. 374 p.

HILGERT, J. G. Procedimentos de reformulação: a paráfrase. In: DINO PRETI (Org.). **Análise de textos orais**. 1. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1993 p. 103-27.

JUBRAN, C. C. A. S. *et al.* Organização tópica da conversação. In: ILARI, R. (Org.). **Gramática do português falado**. 1. ed. v. 2. Campinas/SP: UNICAMP, São Paulo: FAPESP, 1992. 438 p.

JUBRAN, C. C. A. S. Inserção: um fenômeno de descontinuidade na organização tópica. In: CASTILHO, A. T. (Org.). **Gramática do português falado**. 1. ed. v. 3. Campinas: Editora da UNICAMP, São Paulo: FAPESP, 1996. 438 p.

JUBRAN, C. C. A. S. Revisitando a noção de tópico discursivo. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v.48, n. 1, p. 33-41, fev. 2006.

KOCH, I. G. V. Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado. In: CASTILHO, A. T. (Org.). **Gramática do português falado**. v. 1: A ordem. Campinas: Ed. da Unicamp, FAPESP, 1990, p. 143-184.

- KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 1991. 80 p.
- KOCH, I. G. V. **Inter-ação pela linguagem**. 1. ed. São Paulo: Contexto 1992. 116 p.
- KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 1997, 124 p
- KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Escrever e argumentar**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. 240 p.
- KOCH, I, V; BENTES, A, C; CAVALCANTE, M, M. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 168 p.
- KOCH, I. V.; CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 251-300.
- KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 1992.
- KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. 17. ed., São Paulo: Contexto, 2008.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Tradução: Freda Indursky. Campinas: Pontes; Ed. da Unicamp, 1987. 200 p.
- MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto: o que é e como se faz?**. 1. ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983. 96 p.
- MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais: o que são e como se constituem**. 1. ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- MARCUSCHI, L. A. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 48, n. 1, p. 33-41, fev. 2006.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296 p.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção de objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. *In: CAVALCANTE, M. M. et al (Org.). Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

MILLER, C. R. **Estudos sobre o gênero textual, agência e tecnologia**. 1. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009. 232 p.

MORATO, E. M. O interacionismo no campo linguístico. *In: MUSSALIM, F., BENTES, A. C. (Org.) Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. v 3. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 480 p.

NOGUEIRA, M. T. **A aposição não-restritiva em textos do português contemporâneo escritos no Brasil**. 1999. 240 f. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara, Araraquara/SP, 1999.

OLIVEIRA, F. C. C. **Um estudo sobre a caracterização do gênero redação do Enem**. 2016. 167 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2016.

PERELMAN, C. OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de argumentação: a nova retórica**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 658 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>>. Acessado em: 5 de ago. 2017.

PINHEIRO, C. L. **Integração de fatos formulativos e interacionais na construção do texto: um estudo a partir da topicalidade**. 2003. 223 f. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Estadual Paulista, campus de Assis, Assis, 2003.

REZENDE, C. L. O tópico discursivo em questão: considerações teóricas e análise de uma narrativa literária. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 48, 2006, p. 71-84.

RISSO, M.; JUBRAN, C. **O discurso autorreflexivo: processamento metadiscursivo no texto**. São Paulo: DELTA, v. 14, 1998, p. 227-242.

SWALES, J. M. **Research Genres: Exploration and Applications**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 314 p.

VAN DIJK, T. A. Gramáticas textuais e estruturas narrativas. *In: CHABROL, C. (Org.). Semiótica narrativa e textual*. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 196-229.



VAN DIJK, T. A. **La ciencia del texto: um enfoque interdisciplinario**. 3. ed. Barcelona / Buenos Aires: Ediciones Paidós, 1978. 309 p.

VAN DIJK, T. A. **La noticia como discurso**: comprensión, estructura y producción de la información. 1. ed. Barcelona: Paidós, 1990. 285 p.

VAN DIJK, T. A. **Cognição, discurso e interação**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 1992. 208 p.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto. 2012. 330 p.

VAN DIJK, T. A.; KINTSCH, W. **Strategies of discourse comprehension**. 1. ed. Nova York: Academic Press. 1983. 389 p.

## **ANEXOS: TRANSCRIÇÃO DAS REDAÇÕES DO ENEM 2013**

### **ENEM 2013**

#### **T01-2013: Lei seca, efeitos e desafios.**

Apesar das estatísticas mostrarem uma diminuição das mortes no trânsito após a promulgação da lei seca no país, para mim não fica claro que este fator se deva exclusivamente ao efeito da implantação da mesma pois, apesar de positivo, o número ainda é pequeno. Com o aumento das facilidades para se comprar um carro o crescimento do número de veículos nas ruas tem subido vertiginosamente a cada ano.

Outro fator é que com isso aumentou o número de motoristas jovens nas ruas que segundo as estatísticas são responsáveis pela maioria dos flagrantes de motorista embriagados ao volante. Esse fator aliado a enorme campanha publicitária cada vez mais agressiva da indústria de bebidas torna esse desafio ainda mais difícil de enfrentar. O governo precisa ter coragem de enfrentar o lobi das indústrias cervejeiras criando leis que limitem sua publicidade e comercialização.

Creio que uma outra solução seria aumentar de 1 para 3 anos o tempo de habilitação provisória fazendo com que o jovem de 18 anos ao tirar sua habilitação só venha adquirir a permanente aos 21. Além disso, precisamos de uma profunda reforma no nosso judiciário para que a impunidade não continue sendo a maior aliada dos maus motoristas, especialmente os mais ricos.

### **T02-2013:**

O Brasil foi alvo nos meios midiáticos por muito tempo devido ao alto índice de mortes causadas por acidentes nas estradas, motivo o qual, levou o Governo Federal a agir rapidamente. Após diversas pesquisas realizadas por empresas e instituições, criou-se a Lei Seca com o objetivo de diminuir os acidentes no tráfego brasileiro a partir do controle do índice de álcool no organismo dos motoristas.

O efeito da medida se intensificou ao longo do tempo desde sua criação. A diminuição das mortes nas estradas, das vítimas não-fatais e até mesmo de atendimento hospitalares são exemplos desse processo.

E com reciprocidade, a tecnologia interferiu, benéficamente, no tráfego brasileiro com o aperfeiçoamento dos bafômetros e a criação de meios alternativos como auxílio para a eficaz resolução da lei. O investimento gradual em tecnologia no Brasil vem trazendo esses efeitos em prol da sociedade, promovendo, inclusive nos meios de comunicação, os cuidados que o motorista deve possuir no trânsito, assim como, a conscientização sobre os efeitos do álcool para com o cérebro e sua consequência.

A Lei Seca foi aprimorada a partir de fiscalizações mais rígidas por parte do policiamento ~~juntamente~~ juntamente com o aumento tarifário no descumprimento da lei. A continuação do uso de tecnologias cada vez mais avançadas tanto para ~~advertir~~ advertir os motoristas nos meios de comunicação quanto para aumentar a eficácia das fiscalizações trata-se de uma proposta para continuar reduzindo o índice de acidentes nas estradas brasileiras.

### **T03-2013:**

A imprudência de motoristas alcoolizados no tráfego brasileiro causou mortes e gerou uma preocupação alarmante na população. Diante dessa situação, o governo aprovou a Lei Seca. De cunho autoritário e intolerante, a lei visa a resultados imediatos, porém é apenas um passo para conscientizar a população.

O Código de Trânsito foi reformulado em 1997 para ser mais rígido, e a auto escola passou a ser obrigatória. Naquela época, o objetivo era ensinar aos futuros motoristas como ser o melhor cidadão, como dirigir e como proceder numa situação de acidente. Contudo, a auto escola virou um empreendimento lucrativo. As empresas responsáveis em ensinar dão duas semanas de aula teórica ou um intensivo de 3 dias, para que os alunos logo possam ter as aulas práticas. Como em 14 - ou 3 - dias a cidadania, a legislação e os primeiros socorros são ensinados adequadamente? As 45 horas destinadas a ~~prática~~-teoria transmitem o ~~sentim~~ sentimento de saber apenas para a prova, e não para o trânsito, pois de maneira tranquila uma sociedade deveria aprender a agir, reformulando conceitos, corrigindo o que é errado. Não deveria ser surpresa presenciar adultos bêbados dirigindo se a atenção disponibilizada para a cidadania não é suficiente.

Além disso, a Lei Seca é uma solução temporária. A diminuição de acidentes, mortes e casos nos hospitais é reflexo do medo de as pessoas terem suas ~~em~~ habilitações cassadas, de pagarem a cara multa de mais de mil reais e de terem o veículo apreendido. É por pressão, não por respeito que as pessoas estão deixando de beber e, logo após, dirigir. Será mesmo o correto? Um jovem, nos EUA, bebeu, dirigiu e atropelou um senhor, que morreu. O jovem se confessou e postou um vídeo para que outros não cometam o mesmo erro dele. Ele irá passar mais de 6 anos na cadeia e demonstra a consequência de uma irresponsabilidade.

Portanto, é necessário que o governo promova campanhas de conscientização da sociedade sobre os riscos de se dirigir. A auto escola deve ser vista como uma oportunidade de se transmitir a noção de coletivo, de se ensinar a cidadania, e não como uma maneira rápida de ~~er~~-se obter lucro. Dessa forma, os adultos responsáveis pelo curso de uma nação poderão progredir para um ato pleno de respeito.

#### **T04-2013:**

A sociedade brasileira, a partir do ano de 2008, deparou-se com uma nova sistemática na relação entre o consumo de bebida alcóolica e a condução de veículos automotores. Naquele ano, concretizou-se o debate, que já estava ocorrendo no Brasil sobre a implementação da chamada Lei Seca. E, após cinco anos da implementação desta lei, os brasileiros se beneficiam de seus efeitos positivos alcançados.

É incontestável os efeitos benéficos dessa nova Lei. O número de acidentes com vítimas fatais reduziu consideravelmente. Não se vê mais com tanta frequência nos noticiários o desespero de famílias inteiras que perderam entes queridos vítimas de um motorista alcoolizado. Houve também, uma redução no atendimento hospitalar de vítimas de trânsito, podendo, assim, o aparato hospitalar ser destinado a outros atendimentos. No tocante aos gastos do Governo com o pagamento de seguros DPVAT, houve uma redução dos custos, favorecendo a ampliação nos investimentos em ações preventivas e em campanhas educativas.

No entanto, pode se considerar que o maior benefício alcançado foi o de conscientização da sociedade brasileira. Cada vez mais cresce o número de motoristas que aprovam a Lei Seca. Nunca um tema tão importante foi debatido com a sociedade de forma tão transparente, desde crianças até idosos. Toda a sociedade foi envolvida observou-se campanhas educativas abrangendo todas as idades, nas escolas, no trânsito, nas empresas, enfim, todos foram envolvidos. Da mesma forma que houve uma grande campanha preventiva e educativa, o Governo atuou com o mesmo vigor com aqueles que insistiam em desrespeitar a nova Lei.

Portanto, diante dos efeitos da implementação da Lei Seca no Brasil, ressalta-se, de forma positiva, a nova interpretação que a sociedade brasileira, cada dia mais consolidada, construiu de que bebida alcóolica e condução de veículos automotores não combinam.

### **T05-2013:**

A aprovação da Lei 11.705/2008 popularmente conhecida como Lei Seca, acarretou relevantes resultados desde seus primeiros momentos de vigência. A análise estatística de acidentes e vítimas decorrentes da combinação de bebidas alcoólicas e direção indica significativos avanços, com cada vez menos fatalidades. Porém, uma análise ideológica dessa legislação evidencia o que esta representa: a moral sendo privilegiada em detrimento de uma construção de noção ética por e para os cidadãos.

Não apenas no Brasil, a moral, na forma de lei, é utilizada quando a ética não é praticada na comunidade. O resultado prático dessa distorção é um indivíduo deixando de fazer algo não porque reconhece ser errado, mas porque teme a punição que receberá, tornando indispensáveis códigos penais mais longos. Falta uma consciência das liberdades individuais, cujas limitações levam a uma melhor compreensão de cidadania, assim englobando diversas esferas da vida pública: o respeito ao próximo, o bom uso dos bens públicos, e, indubitavelmente, a responsabilidade quando em convivência social.

Uma possível correção desses fatos baseia-se nas interações sociais como veículos de costumes e culturas. A conscientização através de campanhas publicitárias é pouco eficaz, pois tenta modificar valores já presentes na mentalidade do homem desde sua juventude. Comparativamente, a outorgação da Lei Áurea trouxe resultados imediatos assim como a Lei Seca e suas campanhas, mas hoje, mais de um século depois, o preconceito étnico ainda é uma das mais recorrentes problemáticas, cujos efeitos não superados pelas leis.

Para que algo tão simples quanto o Certo e o Errado seja mais facilmente entendido pela população, é necessária uma mudança profunda na cultura da sociedade. O primeiro passo nesse rumo é evolução do processo educativo, tanto doméstico quanto acadêmico, para que a construção da Pessoa seja tão valorizada quanto a do intelecto. Uma intervenção deve ser feita durante a formação do jovem, definindo desde já seus valores e caráter. Até que se perceba isso, continuaremos solucionando problemas simples na base do castigo, em vez de chegarmos a um nível em que as pessoas não façam o mal pura e simplesmente porque é errado.

### **T06-2013:**

Estabelecida em 2008, com a finalidade de coibir, regular e punir aqueles que misturam álcool e direção, a Lei Seca completa 5 anos de sucesso de seu objetivo principal. Por outro lado a Lei trouxe uma influência social no que diz respeito ao lazer e diversão do brasileiro. A vida noturna de muitos é (~~prejudicada~~) prejudicada pela falta de apoio ao transporte dos boêmios no trajeto de volta para casa.

Não é segredo que a boemia está presente na vida dos brasileiros e que o transporte é realizado em sua maioria por carros particulares. Mas como bem (~~sabemos~~) se sabe a mistura bebida e volante não combina e está agora sendo fiscalizada fortemente. Diante deste cenário o brasileiro se encontra em uma situação incômoda, uma vez que o transporte público não funciona no período da madrugada.

Além da falta de transporte público de qualidade, existe o medo e a insegurança ao se optar por ônibus ou metrô. A situação chegou ao ponto em que os donos de bares e boates sentiram uma diminuição tão grande no fluxo de clientes que tiveram que optar por alugar um transporte privado para levar seus clientes para casa. Um conforto a mais, mas também um custo a mais.

O alto preço dos táxis e transportes caros também entram no caminho. A necessidade de sair e se divertir é então suprimida pela falta de condição financeira e principalmente pela falta de apoio do governo. Tal necessidade passa a ficar em segundo plano para os boêmios e passa a ser de uma preocupação social a uma preocupação econômica.

A solução aqui não é acabar com a Lei Seca e voltar a ter um grande número de mortos por Brasília e pelo Brasil devido à imprudências, mas sim o governo estabelecer políticas (~~concretas~~) concretas de melhorias do transporte público fornecendo para a população a tranquila possibilidade de diversão e entretenimento sem se preocupar com a mistura: bebida e direção.

### **T07-2013:**

Antes da implantação da Lei Seca, acidentes de trânsito causados pelo consumo de álcool eram frequentes. Contudo, com sua implantação, apesar de a porcentagem de acidentes ter diminuído, ainda são grandes as proporções de motoristas que se arriscam a dirigir embriagados nas noites das cidades.

O surgimento dessa lei era realmente necessário, levando em conta a realidade do trânsito brasileiro, onde grande parte dos acidentes e mortes são derivados do uso do álcool pelos motoristas. Com ela, muitos pararam de dirigir embriagados, pois, além de ter que pagar multas caso cheguem a ser pegos, podem perder a habilitação.

Entretanto, mesmo com essas severas punições, ainda há indivíduos que optam por infringir a lei e se arriscar a dirigir bêbados. Atitude irresponsável que é justificada na maioria dos casos pela auto confiança destes, dizendo serem bons motoristas.

Portanto, diante dessa situação, é imprescindível a intervenção governamental por meio de fiscalizações diárias nas ruas das cidades, dando foco às proximidades de bares. Ademais, é necessário o apoio popular, não avisando aos infratores sobre a presença da polícia em locais estratégicos com o uso de programas, como o Waze. Além disso, é fundamental a divulgação de campanhas a favor da adoção do chamado “motorista da vez” pelo governo ou por ONG’s e promover o barateamento dos taxis, alternativa válida para evitar que pessoas dirijam alcoolizadas.



### **T08-2013: Nenhuma gota a mais**

Os efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil já são expressivos estatisticamente, assim como em parte da população mais consciente, em sua conduta diária. Toda mudança envolve tempo, educação e prática de cidadania para que a transformação almejada apresente-se sólida no futuro, principalmente numa democracia ainda jovem.

Em conformidade com os esperados avanços da educação no trânsito, é válida a exposição de mais artifícios que possam garantir, com eficiência, a premissa de que, “nenhuma gota a mais” será ingerida pela sociedade em se tratando de bebidas alcoólicas e direção ao volante.

Uma proposta imediata é o investimento maciço em alternativas de transporte urbano com conforto e rapidez nas grandes cidades, com promoções e incentivos ao uso, transformando os pontos de ônibus, estações de metrô e serviços de taxi, em pontos culturais e artísticos, para que os passageiros já ganhem entretenimento ao primeiro passo.

Junto as ações educativas, as ações punitivas precisam manter o seu lugar, com leis severas, sem brechas para a impunidade. Para lembrar aos usuários de álcool, as suas consequências, um incentivo aos estabelecimentos comerciais para instalarem bafômetros nos locais de venda, ampliaria o alerta para o perigo e promoveria o marketing para os próprios estabelecimentos.

Dessa forma, a Lei Seca poderá apresentar resultados mais ampliados, não apenas pela severidade, mas principalmente como uma ação autoreguladora da sociedade, que cada vez mais consciente e educada, responderá de imediato à novas implementações de leis.

## TRANSCRIÇÃO DAS REDAÇÕES DO ENEM 2014

### ENEM 2014

#### T09-2014:

A publicidade voltada para as faixas etárias mais jovens é um tema que merece ser amplamente discutido na sociedade brasileira. A tendência a proibição desta prática que vem ocorrendo em vários países, de certa forma pode ser prejudicial a formação das crianças, no que diz respeito ao saber lidar com o consumo.

Ao meu ver, a publicidade de artigos infantis, voltado para as crianças não é o cerne do problema do consumismo ao qual a sociedade vem se submetendo. O ~~prop~~ problema é a forma como os adultos lidam com esse mesmo consumismo.

Neste ponto, não entendo como certo a proibição da propaganda, porém penso, que deve haver uma regulação por meio de leis para que não haja exageros por parte da indústria publicitária. Para tal, sendo necessário um diálogo entre a sociedade, o governo e a indústria para que sejam traçadas diretrizes coerentes para a regulação desse tipo de propaganda.

Destarte, com esse diálogo todos saem ganhando, vez que a indústria publicitária poderá continuar exercer sua função e nossas crianças estarem resguardadas de uma publicidade apelativa, cabendo aos adultos a orientação quanto a necessidade ou não de determinado objeto no qual as crianças foram estimuladas à consumir.

### **T10-2014:**

A publicidade infantil no Brasil é algo que foi sempre aceito, afinal, produtos que são direcionados a crianças só serão vendidos se houver uma propaganda que desperte o interesse delas. Entretanto, esse tipo de publicidade pode gerar um certo desconforto no ambiente familiar, já que na infância ainda há muita ingenuidade, o que torna as crianças facilmente manipuláveis. Dessa forma a autoridade dos pais é comprometida, considerando que seus filhos podem estar sendo manipulados.

Os comerciantes infantis, na hora de ~~anunciar~~ anunciarem seus produtos, muitas vezes exageram na propaganda, o que cria falsa expectativa na criança. Além disso, publicidade possui grande poder de persuasão, o que não agrada aos pais, pois pode colocar os filhos contra eles.

Não obstante, é importante que desde cedo as crianças saibam como as informações são passadas ao mundo, é bom que criem malícia e aprendam que nem sempre é possível confiar em anúncios publicitários.

Portanto, como proposta de intervenção, ~~sugeres~~ sugere-se que os pais fiquem atentos às ~~tr transm~~ transmissões de propagandas direcionadas aos seus ~~fil~~ filhos e expliquem a eles exatamente como funciona o produto ou o serviço que está sendo ~~anúncio~~ anunciado, isso impedirá que o anúncio manipule a criança.

### **T11-2014:**

Diante de um mundo globalizado, no qual propagandas voltadas para o consumo são comuns, a publicidade relacionada a crianças torna-se um grande desafio. Assim, canais televisivos infantis trazem mensagem a esse público. Ele, porém, está indefeso ~~em~~ devido a falta de normas que regulamentem esse tipo de prática no Brasil.

Canais de televisão voltados ao público mirim apresentam, nos intervalos de desenhos animados, mensagens diretas que promovem o consumo. São exemplos as empresas “Nickelodeon” e “Cartoon Network”, que favorecem a influência desse público para que comprem brinquedos e alimentos não-saudáveis como doces industrializados. Essas propagandas, no entanto, vêm acompanhadas de personagens indefesos e cativantes como o Mickey. Dessa forma, o objetivo de atrair atenção de crianças para induzi-las às compras é alcançado.

Além disso, não há leis de regulamentação ou de proibição de certos conteúdos publicitários no país. Logo, o governo não estabelece limites a empresas televisivas e permite que suas programações sejam definidas por elas mesmas, sem grandes restrições. Esse problema, contudo, é de grande importância, pois influencia futuros adultos e cidadãos, que, na verdade, devem ser ensinados quanto ao que é necessário comprar ou não.

O desafio de se proteger o público infantil, portanto, pode ser resolvido com a participação efetiva dos pais na supervisão do que é transmitido ao seus filhos. Outrossim, seria de grande resultado se fossem criadas leis para coibir propagandas abusivas e que permitissem apenas conteúdos que promovessem a prática de esportes e uma alimentação saudável. Para uma maior efetivação dessas normas, seria importante a parceria com ONGs, e, assim, a proteção desse grupo seria bem sucedida.

### **T12-2014:**

Propaganda e publicidade estão a todo momento à nossa volta, de tal forma que se torna algo comum e aceitável as pessoas serem bombardeadas por elas. Afinal, elas são essenciais ao modelo capitalismo vigente. Entretanto, essa publicidade desenfreada é extremamente prejudicial às crianças. Tamanho é o prejuízo e sua dificuldade de evitá-la que se tornou imperativo a proibição da publicidade infantil.

O primeiro motivo que leva a essa decisão radical é o fato de que crianças são altamente influenciáveis. Essa influência não é só devido a famosos, reais ou não, aparecerem e induzirem o(a) garoto(a) a comprar o produto. Mas também por todas as estratégias de marketing, que se tornam ainda mais efetivas nas crianças: efeitos de iluminação, de cores, digitais, bem como o teatro, sorrisos, piadas, etc. Usando destas artimanhas, torna-se extremamente fácil fisgá-las.

Outro fator preocupante da publicidade infantil consiste na falta de habilidade da criança de julgar o que está vendo. Por serem muito novos nem sempre sabem os parâmetros para julgar algo. Poder-se-ia mostrar uma animação de algum animal comendo alegremente um sanduíche de aspecto bonito, mas claramente gorduroso, oleoso, cheio de carboidratos e aditivos tais quais corantes, etc. e o(a) menino(a) o desejaria sem perceber como tal alimento é venenoso. Aliás, nem adiantaria explicar o porquê de não ser bom para a saúde que ela não entenderia nada.

Não bastasse isso tudo, a criança não possui a capacidade de discernir o que está acontecendo com ela. Ela nem percebe que está sendo usada e enganada. Sem falar que feito um bom trabalho nessa idade, não é difícil criar uma certa dependência e uma determinada linha de produtos, ou pior, ditar o estilo de vida.

Logo, torna-se imprescindível a proibição da publicidade infantil, visto que é impossível os pais lidarem com esse bombardeio. E pelas razões acima citadas, que torna-se fácil enquadrar a publicidade infantil como um abuso de incapacitados, no caso, de menores.

### **T13-2014:**

Hodiernamente, o marketing voltado para o público infantil exerce um papel fundamental para a manutenção de setores chave na economia. A alteração dos parâmetros atualmente utilizados para a regulamentação de ações de publicidade voltadas para crianças, não é a solução. É necessário conscientizar os pais frente às demandas impostas por seus filhos, em relação ao consumo.

Diversos setores da indústria, desde brinquedos a alimentos, praticam ações voltadas ao público infantil. Em caso de alteração do atual cenário de divulgação desses produtos, é de se esperar que o volume de vendas desse setor sofra uma queda significativa. Considerando a atual conjectura do cenário econômico brasileiro, perder o apoio de qualquer setor industrial, significa reduzir o volume de investimentos. E atualmente o governo não pode correr esse risco.

Tentar regulamentar a publicidade para crianças, aos moldes de países como Canadá e Noruega, é delegar ao governo o papel dos pais de decidir o que as crianças devem, ou não, assistir. Buscar soluções deste porte, baseando-se em modelos utilizados em outros países, é fugir da realidade, tentando implementar soluções que não levam em consideração os problemas brasileiros.

A chave para manter o atual apoio do grupo de investidores do setor infantil, e na outra ponta da balança filtrar o volume de informação veiculada para as crianças, é tornar a ~~autorregulação~~ autorregulamentação verdadeiramente efetiva, como maior presença do governo em diálogos com o setor.

#### **T14-2014: Publicidade infantil em questão no Brasil**

(~~Em-rela~~) A publicidade direcionada ao público infantil pode ser discutida pelo aspecto da legalidade, por experiências em outros países e pelo processo de formação das crianças.

Em relação ao aspecto legal, o país ainda não possui leis que limitem esse tipo de publicidade. Entretanto com a aprovação da Resolução, em 2014, do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, em que torna abusivo certos tipos de propaganda direcionada ao público infantil, esse assunto ficou em evidência. Assim, existem pessoas favoráveis e outras, normalmente, empresários do setor, que são contrárias e alegam desconhecer a legitimidade dessa Resolução.

Além disso, considerando as experiências de outros países, não existe uma uniformização. Têm nações que proíbem de forma regulamentar em contrapartida existem outras as quais realizam apenas determinados controles, de forma a não permitirem uma publicidade que limite o pensar das crianças e dos adolescentes.

Acrescenta-se também, a questão da formação desse público, uma vez que no futuro esse público infantil será adulto e terá de fazer inúmeras escolhas e, certamente, terão pessoas procurando influenciar no seu processo decisório.

Portanto, competem aos pais e pessoas próximas prepararem suas crianças para se defenderem de qualquer instrumento de persuasão que interfira em suas escolhas.

### **T15-2014:**

A propaganda infantil é benéfica economicamente para o país, pois envolve diversos setores dedicados a esse público alvo, todavia pode ser prejudicial quando influencia a certos comportamentos prejudiciais.

O ~~segmento~~ ramo da propaganda infantil no Brasil é muito diverso e de grande relevância econômica, pois tanto a empresa que a elabora quanto a que contratou o serviço são beneficiadas. Outra importância desse segmento no contexto nacional é divulgar informações importantes para o público em questão. Exemplo dessas duas situações é quanto a indústria de brinquedos, a qual utiliza desse recurso para divulgar seus produtos, e propagandas educativas, que podem ter como alvo tanto os pais quanto os filhos.

Mesmo com tantos benefícios, há o problema de algumas propagandas destinadas ao público infantil influenciam a comportamentos maléficos, com ênfase no tangente à má qualidade na alimentação e estímulo a um comportamento consumista. O primeiro é prejudicial à saúde da criança e o segundo ao processo de formação de consciência sobre o que ou não realmente necessário para si. Um fator que agrava tais problemas é o acompanhamento inadequado de boa parte dos pais com relação às informações que chegam a seus filhos.

Ante o exposto é coerente inferir que a propaganda infantil nem sempre é prejudicial, sendo necessárias algumas medidas para reduzir seus malefícios. Entre elas, pode-se destacar a maior fiscalização do Estado sobre a atividade e punições mais severas para as empresas que desrespeitarem a regulamentação atual. Além disso, o governo deve estabelecer mais regras para atividade, a fim de que os primeiros acompanhem e participem da conscientização dos últimos sobre suas reais necessidades, de modo a evitar hábitos consumistas.



**T16-2014:**

As crianças representam o futuro da sociedade e é necessário ter cautela sempre, no que diz respeito à elas e à sua formação. Um exemplo são as propagandas e comerciais voltados para o público infantil, que tem como intuito induzir as crianças ao consumo de alguns produtos. Essa publicidade pode ser considerada abusiva em muitos casos.

É importante educar as crianças de forma a estimular o desenvolvimento do senso crítico e da capacidade de escolha do que pode ser a melhor opção; porém cabe sempre aos pais ou responsáveis a decisão final. Elementos apelativos como personagens e músicas infantis não podem ser usados como meio de persuasão infantil, pois fazendo com que a criança assimile esses elementos ou produto, sem levar em conta a necessidade ou os benefícios do produto em questão. Uma alternativa para resolver esse problema no Brasil é o estabelecimento de legislação específica de alguns elementos no horário de transmissão de propagandas voltadas ao público infantil, assim como já está em prática em outros países, como a Suécia e o Reino Unido.

Dessa forma, a criança não sofrerá manipulação e, gradativamente, com auxílio e supervisão dos pais, sendo capazes de aprender a tomar decisões.

### **T17-2014:**

A publicidade infantil tem sido assunto em voga no Brasil e polariza as opiniões quanto à sua proibição ou à sua livre veiculação. No ~~início~~ início deste ano, o cartunista Maurício de Souza, por exemplo, posicionou-se a favor das ~~prop~~ propagandas e foi alvo de críticas. Apesar da autorregulamentação proposta, este tipo de comercial deve ser regido e limitado por leis nacionais.

Desde seu primórdio, a imprensa tem grande influência sobre a mente do brasileiro, tem-se como exemplo o DIP, que trouxe ao ex-presidente Getúlio Vargas popularidade dantesca. No imaginário da criança, a persuasão da mídia é ainda maior, além de terem poucos conceitos formados, os petizes adotam a televisão como figura de autoridade que dita seu comportamento frente à ausência dos pais em seus cotidianos.

A incitação ao consumo infantil exarcebado não condiz com a realidade econômica brasileira, grande maioria do petizes é ludibriada pelas propagandas e não tem condições para manter o que elas propõem. Ademais, outro problema que atinge a criança é a obesidade, fruto de propagandas que fazem barganha entre a compra de alimentos calóricos e brinquedos como brinde.

Conforme o filósofo Immanuel Kant, o ser humano é aquilo que a educação faz dele, logo, não se deve deixar que a criança seja educada pela televisão e torne-se consumista. Cabe ao Estado interferir com legislação contra a publicidade abusiva; aos pais, alocar mais atenção aos petizes; à mídia, a subordinação a uma possível lei ou mitigar a apelação em seus anúncios retratando os produtos de maneira neutra e, às escolas, brinquedotecas que endossem o compartilhamento de brinquedos, amenizando o individualismo e palestras que alertem sobre alimentação saudável e as condições sociais e econômicas que não podem consumir exarcebadamente, a fim de conscientizar as crianças.

## TRANSCRIÇÃO DAS REDAÇÕES DO ENEM 2015

### ENEM 2015

#### T18-2015:

Hodiernamente, a mulher ~~tem~~ ganhou mais acessibilidade ao disque-denúncia, após ter sido criado o serviço telefônico da Secretaria de Políticas para as mulheres; é por causa disso que o número de registros de agressões contra elas só vem aumentando. A partir desses registros é necessário que se criem mais medidas para punir os agressores, para que a ligação não seja inutilizada e não exponha mais ainda a mulher ao risco de ser violentada outras vezes.

A partir de dados coletados pela Secretaria de Políticas para as mulheres é possível notar que há uma persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira, essa persistência é devida à falta de uma punição severa para aqueles que cometem esse tipo de violência. Percebe-se principalmente, que o tipo de violência mais comum dentre as relatadas é a violência física, em que o homem abusa de sua maior quantidade de força em relação a mulher, algumas vezes resultando em casos de morte.

Após a criação da Lei Maria da Penha, vários casos foram julgados, vários agressores foram ~~prisos~~ presos e muitas ~~pre~~ prisões ~~pre~~ preventivas decretadas, mas ainda não é suficiente, já que outro dado mostra que houve um aumento de 230% na quantidade de mulheres vítimas de assassinatos no país. E além disso, sete de cada dez vítimas que telefonam para o disque-denúncia afirmam terem sido agredidas pelos companheiros.

Diante do exposto nota-se que ainda existem vários casos de violência contra as mulheres e, por isso, faz-se necessária a criação de leis mais severas para que agressores não saiam impunes. Além da necessidade de acompanhar os casos mesmo após terem sido julgados, para que a mulher não sofra mais agressões.

### **T19-2015:**

A opressão às mulheres é algo visível na sociedade brasileira, tanto que em casos mais leves, como a má distribuição das tarefas ~~domestica~~-domésticas, como em casos mais violentos de estupro e homicídio, por exemplo. Tal situação está presente por diversos motivos, entre eles a objetificação da mulher, a imoralização da população e o consentimento dos mais próximos.

O sexo feminino, há muito tempo, é tido como objeto de desejo para muitos ~~homens~~-homens. Pornografia, prostituição, abuso e assédio sexual; estes são apenas alguns casos observáveis. As mulheres não são vistas como pessoas, são vistas como pedaços de ~~carne~~ carne.

O decaimento moral dos indivíduos é fonte de diversos males. Atitudes como violentar e matar se tornaram banais, o que paulatinamente vai diminuindo a empatia entre as pessoas. Ações negativas não devem ser tratadas com neutralidade.

A violência contra a mulher não é, muitas vezes, remediada ~~peço~~ pelas pessoas mais próximas da vítima como vizinhos, amigos, e até familiares. O medo de uma reação é crescente em situações de violência doméstica, por exemplo. Embora o conflito direto seja desaconselhado, os envolvidos devem procurar ajuda e denunciar. Crimes como esse não podem passar despercebidos.

Ainda persiste, portanto, a violência contra o gênero feminino no Brasil. Para que o cenário atual seja modificado, é preciso uma maior conscientização das pessoas, seguida de uma mudança de atitude. A mídia deve ser acionada para tal, tanto em campanhas educacionais quanto em reportagens e artigos jornalísticos que abordem o assunto.

## **T20-2015:**

A violência contra a mulher é recorrente no Brasil. Estas sofrem agressões em diferentes âmbitos da sociedade e são, ~~mitas~~ muitas vezes, tratadas com inferioridade em diversos aspectos. Desse modo, a atual conjuntura deve ser modificada a fim de sanar tal desigualdade e promover o estabelecimento pleno dos direitos ~~feminos~~ femininos.

As mulheres são vistas com inferioridade, no Brasil, desde a colonização, época na qual essas deveriam cuidar das atividades domésticas e serem subordinadas aos seus maridos. Apesar de inúmeras ~~com~~ conquistas ao longo dos séculos XX e XXI – como participação política e o estabelecimento de leis para sua proteção tanto física quanto moral – o pensamento arcaico colonial ~~pe~~ é evidente em várias situações.

Nesse sentido, os dados estatísticos de ~~agr~~ atos violentos contra indivíduos do gênero feminino são elevados. Além disso, as mulheres são, atualmente, maioria nas etapas de formação básica e superior; contudo esse cenário não se reflete em oportunidades de emprego, salários e representação social equivalentes as do homem. Dessa forma, essas nítidas desigualdades de tratamento promovem a formação de uma sociedade estratificada, na qual o homem se julga superior e não respeita os direitos do sexo oposto.

Diante do exposto, faz-se necessário aplicar medidas para garantir a integridade física e moral feminina. Nessa perspectiva, o governo deve conceder incentivos fiscais a empresas que contratem um número mínimo de mulheres e estabeleçam salários iguais para os mesmos cargos, independentemente de gênero. Somado a isso, a justiça deve não só punir de forma mais severa os agressores ~~e ampliar~~, mas também ampliar os mecanismos de fiscalização e garantir eficácia das leis já existentes de proteção a mulher. Outrossim, devem ocorrer palestras nas escolas para pais e alunos com o intuito de conscientizá-los e de ~~incentivar~~ incentivar a opinião crítica destes. Dessarte, ~~aplicar~~ as mulheres poderão conviver em uma sociedade mais justa, harmônica e ~~e essa~~ coesa.

## **T21-2015:**

Com a primeira Revolução Industrial e o advento de métodos contraceptivos, a mulher pode se inserir no mercado de Trabalho, e conseqüentemente, adquiriu uma maior igualdade entre os gêneros. Em contrapartida, os altos números de violência contra o sexo feminino e a diferença das folhas salariais faz com que essa luta continue incansavelmente.

O direito feminista só passou a ser amplamente debatido e reivindicado após o governo Vargas que lhe deu direito ao voto e conseguiu seu apoio. Essa recente conquista faz com que o Brasil esteja muito atrás de países desenvolvidos, uma vez que, a luta das mulheres começou desde a Primeira Revolução Industrial no final do século XIX. Atraso ~~este~~ esse que, também foi influenciado pela ausência de um parque industrial muito forte durante as grandes guerras mundiais, que empregou as mulheres com trabalhos ditos masculinos, já que os homens se encontravam no campo de batalha. Diante dessa inserção, ficou claro a não diferenciação dos sexos e a partir desse ponto, passaram a buscar igualdade jurídica, salarial e moral.

Mesmo com a atual política de combate a violência, as mulheres ainda sofrem muito, principalmente dentro de suas próprias casas. Sendo a maior causa de ocorrência, as agressões cometidas por namorados ou maridos são tristemente comuns. Um lugar que deveria passar o sentimento de segurança, acaba aterrorizando muitas mulheres e esse medo ainda impede que diversos outros novos casos sejam descobertos, desta forma, muito mais difíceis de serem combatidos.

Para contornar a ainda presente violência contra a mulher, é necessário uma maior conscientização da população pela mídia através da adoção do tema em novelas. Desta forma, mostrando o drama de quem sofre com este mau e incentivando a busca pelas autoridades. Além disso, o Estado deve aplicar punições efetivas aos criminosos, agregado a uma ~~pa~~ proteção da vítima durante o julgamento, permitindo assim, que as mulheres não tenham ~~medo~~ receio de denunciar para se libertarem do agressor.

## **T22-2015:**

A vida em sociedade foi, ao longo de toda a História, permeada de desequilíbrios, desigualdade e injustiças entre os indivíduos e entre os grupos formadores das coletividades. A noção de igualdade e o seu valor para a construção de uma sociedade melhor são elementos recentes na Humanidade, com não mais que três séculos. Adquiriram destaque a partir da segunda metade do século XX. Tema importante neste contexto é a violência contra as mulheres, que, no caso específico da sociedade brasileira, persiste em níveis alarmantes.

O estudo Mapa da Violência, de 2012, aponta que foram assassinadas no país, entre os anos de 1980 e 2010, mais de 92 mil mulheres, 43,7 mil destas somente na última década. O número de mortes por ano nesse período sofreu um aumento de 230%, indo de 1.353 para 4.465. Estes números configuram um quadro de feminicídio. Trata-se de um fenômeno gravíssimo, que merece uma resposta firme e uma atuação vigilante da sociedade civil.

O país já teve alguns avanços na abordagem deste problema, em especial com a Lei Maria da Penha, que endureceu penas à agressores e assassinos de mulheres e deu celeridade à aplicação destas sanções. No entanto, é necessário ir adiante. Mais avanços virão com o aprimoramento da educação, que deve prover às crianças e jovens o valor do respeito a pessoas de gênero diferente. Para tanto, o currículo nacional da educação básica, fundamental e média, recentemente divulgado pelo Ministério da Educação, deve conter previsão para este tema.

Outro meio de avançar neste tema é melhorar a qualidade da prestação do serviço de segurança pública, aumentando a agilidade e qualidade do atendimento. O pronto atendimento evita que muitas mulheres desistam de denunciar seus agressores, que sete em cada dez casos são seus próprios companheiros, segundo levantamento feito pela revista Istoé, em junho de 2015. Uma terceira via para o combate a este triste fenômeno é tornar ainda mais célere a tramitação dos processos cujas vítimas são mulheres, o que exigirá mudanças nas leis processuais e no funcionamento dos tribunais.

Somente uma abordagem abrangente poderá obter sucesso na luta à violência contra a mulher no Brasil, tema inescapável no caminho rumo a um país mais justo.

### **T23-2015:**

O mito do sexo frágil acompanha a mulher desde que o ser humano vive em sociedade, e os efeitos desse pensamento errôneo e ultrapassado são sentidos desde então. Ao longo da história, pouco a pouco, conquistas foram alcançadas através de muita luta, sobretudo na década de 1960 com a consolidação do movimento feminista. Apesar disto, a tão sonhada igualdade de gênero continua distante, e o pior, a cultura machista continua fazendo vítimas.

Em nosso país não é diferente. Desde cedo garotos e até mesmo garotas são submetidos à uma sociedade em que a diminuição da mulher em detrimento do homem é algo natural e principalmente patriarcal. É uma construção social que na maioria das vezes independe da nossa vontade. E que acabamos reproduzindo sem saber ou perceber. A violência contra a mulher não se caracteriza somente por meio de agressão física: ela está presente no cotidiano em piadas de conotação sexual, agressão verbal e psicológica, entre muitas outras. É preciso dar um basta nisso.

A persistência da violência, sem dúvida, pode e deve ser combatida por meio de leis. Mas mais do que isso, deve ser estudada desde a raiz. Mais do que prevenir e controlar as garotas no modo de se vestir e comportar, afim de evitar julgamentos e agressões dos mais variados tipos, deve-se urgentemente educar os garotos desde cedo para que haja a desconstrução de paradigmas. As chances de um garoto ainda criança se tornar um praticante do machismo e da cultura do estupro vão ser diminuídas se desde cedo a escola e a família se preocuparem em problematizar desde cedo questões sensíveis e importantes como essa.

Diante disso, surge o papel do homem em conscientizar e perceber o seu privilégio histórico. Não há necessidade de temor. São as mulheres que ganham menos desempenhando a mesma função, são as mulheres que são agredidas por serem mulheres. A igualdade feminista não será, à exemplo do machismo, a dominação de um sexo sobre outro. Será sim, a consolidação da justiça. O Brasil tem o dever de seguir avançando em direção à essa igualdade. Só assim, o ser humano progredirá.



## **T24-2015:**

A mulher tem se destacado cada vez mais na contemporaneidade. Muitas conquistas foram alcançadas por meio de protestos e reivindicações, sempre em busca de valorização pessoal e equidade de gênero. Embora haja muitos motivos para comemorar, ainda há um alto índice de violência contra a mulher, principalmente de vindo de seus parceiros.

O modelo de família patriarcal já não é o mais comum na sociedade brasileira. A mulher, além de exercer seu papel como esposa, mãe e com os afazeres domésticos, ainda executa uma dupla jornada trabalhando fora. Não por isso deixou de realizar tão bem seus afazeres, até mesmo se sobressaindo em atividades antes ditas masculinas.

Apesar de um grande avanço no campo profissional, é dentro de casa onde ainda há um grande atraso social. Embora, os maiores casos de violência estejam associados ao uso de drogas e/ou álcool, as condições sociais também favorecem e/ou acabam influenciando no caráter agressivo.

Culturalmente, um modelo machista na população era aceitável por muitos, o que inibia a vítima a denunciar qualquer forma de assédio. Não há motivos que se justifiquem as agressões, sejam elas físicas e/ou psicológicas. O número de registros de violência doméstica tem aumentado significativamente nas últimas décadas. Em parte disso isso se deve após a criação da Lei Maria da Penha, tornando mais fácil realizar denúncias desse gênero, o que demonstra não necessariamente um aumento no índice de violência, mas mais casos sendo relatados.

A educação é uma grande ferramenta que deve ser utilizada no combate a essa realidade. O Estado, por meio de seu papel promotor e regulador de políticas públicas, deve informar e orientar as pessoas (utilizando-se de cartilhas informativas, propaganda e publicidade) a denunciarem qualquer forma de agressão. Deverá também implementar nas escolas disciplinas que visem o respeito ao próximo, auxiliando na formação cidadã e assim evitando novas vítimas e agressores.

### **T25-2015:**

Em 2013, o Senado Federal criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para avaliar o cumprimento da Lei Maria da Penha nos Estados brasileiros. O resultado foi pouco animador. Uma década após a promulgação da Lei, diversas medidas que ela preconiza – como a criação de abrigos para as vítimas de violência – caminhavam de forma precária na maioria dos Estados. Porém, o que ficou ~~vide~~ evidente no relatório final da Comissão é que o traço cultural machista que orienta a conduta dos agressores está presente também nas instituições que deveriam zelar pelo cumprimento da lei.

Um exemplo são os reiterados relatos de que os agentes das delegacias que recebem as vítimas de violência muitas vezes desestimulam a denúncia e chegam ao ponto de insinuar que a vítima deu causa à agressão. Em alguns Estados, a construção de delegacias especializadas, como manda a referida lei, está fora da lista de prioridades. O argumento oferecido é que a mulher não merece tratamento diferenciado das vítimas de outros tipos de violência.

Também no Judiciário, a visão de que a agressão à mulher é fato de menor relevância orienta condutas como a demora na criação de varas especializadas em violência doméstica. O mais grave, contudo, é o desrespeito a decisões ~~jurispruden~~ jurisprudenciais segundo as quais, a partir da denúncia de um crime de violência doméstica, o Estado dirija ações que façam as instituições envolvidas na aplicação da lei reverem seus valores culturais. Sem isso, as mulheres continuarão sendo vítimas de dupla violência: a primeira, cometida por seus agressores, a segunda, cometida por um Estado que não se esforça para protegê-las.

## **T26-2015:**

Ao longo da evolução das civilizações e da progressão das relações sociais, foi evidenciado que na medida em que a parcela masculina da população elevava-se socialmente, a feminina era inferiorizada e inutilizada, ~~fato que~~ fato que perdura até os dias de hoje. O número de vítimas da violência contra a mulher é crescente, principalmente da violência doméstica. Para erradicá-la é necessária uma compreensão social de seus motivos e ~~consequências~~ das suas medidas.

Acredita-se que o número ainda exorbitante de vítimas da violência se mantém devido ao pensamento social que muitas mulheres possuem de que o homem é de fato superior e que elas por sua vez merecem ser inferiorizadas. Esse pensamento, chamado popularmente de machismo, retoma a teoria secular que a mulher deve temer o homem. Arelado a isso, a mulher violentada teme preconceito de amigos e familiares que, com julgamentos e piadas, podem humilha-la ainda mais. É preciso que haja uma comoção social para com tais mulheres violentadas.

Com base nisso, e com o objetivo de combater o número crescente de vítimas, os estados brasileiros estão se mobilizando e estão investindo em campanhas publicitárias socioeducativas. Além disso, ~~sim~~ estão implantando leis como a Lei Maria da Penha e a Lei do Femicídio que torna a violência contra a mulher um crime hediondo. Ações estatais como estas encorajam milhões de mulheres a dar um basta no ciclo quase ~~interminável~~ interminável de agressões.

Após tantos séculos de inferiorização da parcela feminina da população é um dever histórico do estado e da sociedade oferecer auxílio às vítimas de violência. Para isso, o Estado possui obrigação de proteger a mulher contra possíveis agressões e punir os agressores severamente através de leis como a Lei do Femicídio. Além disso, é preciso que haja uma comoção social afim de reforçar ideais feministas de valorização da mulher e de igualdade de gêneros.

## **T27-2015:**

A mulher brasileira é encarada por parte da sociedade como submissa ao ~~hom~~ homem. A posição empregada à mulher pela parcela machista dos brasileiros gera inúmeros casos de violência contra a mulher, problema persistente no Brasil. O descaso das autoridades e a visão defendida das mulheres pela mídia reforçam esse quadro problemático no país.

A sociedade brasileira, apesar de ~~extremamente~~ ~~dir~~ ser extremamente diversificada, trata a mulher como objeto. A maioria das propagandas de bebidas alcoólicas no país retratam mulheres em trajes de banho mínimos, além de ~~expô-las~~ as expor como prêmios para os homens consumidores de álcool, propagando essa dinâmica de objetificação da mulher no Brasil, ao passo em que a diversidade cultural é exaltada na mídia.

Ao se objetificar uma pessoa, cria-se uma rotina interpessoal de dono a servo, semelhante à escravidão. Essa rotina existe no Brasil como violência contra a mulher, ~~A sociedade emprega juízo de valor~~ mostrando que parte da sociedade herdou valores patriarcais de épocas passadas e os emprega atualmente. A educação familiar pode não ser suficiente para reverter esse quadro quando o exemplo dado às crianças é o de um pai que agride a mãe, assim como um senhor de engenho chicoteava seus escravos, isentos de culpa e punição.

As emissoras brasileiras de televisão, grandes formadoras de opinião e cultura do Brasil, apresentam dificuldade para desassociar a figura feminina de valores conservadores. As novelas de grande audiência apresentam personagens femininas em cargos considerados inferiores por parte da sociedade, ou em posições submissas a homens, como secretárias de executivos ricos, representações que causam preconceito e machismo na sociedade, pois não há preocupação suficiente de órgãos governamentais com a personificação da mulher na mídia ~~e seus~~, quadro que praticamente reitera a violência contra ela.

As escolas brasileiras devem, em associação com o governo, promover um modelo de educação no qual haja a ~~deseoneiação~~ conscientização das crianças em relação à igualdade de gêneros na sociedade, desassociando cores, brinquedos e cargos de gênero. A mídia deve ser submetida à agências reguladoras de conteúdo, a fim de não retratar a violência contra a mulher como algo rotineiro, difundindo com estas mudanças, valores positivos. A mudança mais relevante no Brasil deve ser a do Estado,

o qual necessita de impor penas mais duras aos quem agride mulheres e efetuar fiscalizações nacionais e de crimes contra a mulher.